

Raphael Rocha de Almeida

Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império

**Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Raphael Rocha de Almeida

**Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império:
Minas Gerais (1823-1831)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: História e culturas políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2008

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 23 de setembro de 2008, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta (UFMG – Orientador)

Prof. Dr. João Pinto Furtado (UFMG)

Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ)

Prof. Dr. Wlamir Silva (UFSJ)

“A liberdade só existe, só pode existir, em consequência do estado de tensão, de hostilidade mesmo, que ocorre entre o povo e a organização política. Quanto mais hostil aparecer a nossos olhos a ‘autoridade’, tanto mais garantidos estaremos contra a opressão” (João Camillo de Oliveira Torres).

Para Tião e Bete, meus pais.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de mencionar o Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, orientador, incentivador e amigo, pela leitura atenta, paciente e sugestiva dos originais e, também, por ter me despertado para a pesquisa acadêmica, sendo um dos mestres em que me espelho. Acrescento que a orientação sempre ocorreu em ambiente de extrema descontração, recheado de “leituras libertinas” e enriquecedor no tocante à troca de idéias. A ele credito os *insights* e os possíveis acertos desta dissertação.

Também sou grato aos professores do Departamento de História da UFMG, que foram importantes na minha formação: Carla Maria Junho Anastasia, Douglas Cole Libby, Eduardo França Paiva, Mauro Condé, Kátia Gerab Baggio, João Pinto Furtado, José Dabdab, José Carlos Reis, Maria Elisa Linhares Borges, Adalgisa Arantes Campos, Betânia Gonçalves Figueiredo, Júnia Ferreira Furtado, Cristina Campolina, Regina Helena, Juarez Guimarães (do Departamento de Ciência Política) e, sobretudo, Eliana Regina de Freitas Dutra, a quem devo as primeiras incursões por autores que viriam se tornar referências importantes nesta pesquisa. Sou grato, também, aos professores Valdei Lopes de Araújo e Andréa Lisly Gonçalves, ambos da Universidade Federal de Ouro Preto, que participaram do exame de qualificação, sugerindo caminhos e apontando lacunas na proposta inicial.

Não poderia deixar de mencionar os funcionários das instituições que me acolheram: Arquivo Público Mineiro, Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand, Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina. Em especial, registro o apoio recebido dos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, sobretudo Valteir, Kelly, Norma, Alessandro e Marinho.

A todos os amigos de graduação e pós-graduação, principalmente André Vieira Guimarães, Alex Alvarez, Guilherme Paoliello, Samuel Rodrigues de Oliveira e Alessandra Amaral que, num certo sentido, acompanharam minha trajetória de pesquisa. Aos alunos do curso de estágio docente, oferecido no primeiro semestre de 2007, junto ao Departamento de História da UFMG que, sem saber, colocaram, positivamente, em dúvida minhas certezas.

Aos membros do grupo de pesquisa “Caminhos do Romance”, principalmente a professora Márcia Abreu (UNICAMP) e ao professor Nelson Schapochnik (USP) que me receberam com cordialidade e teceram importantes comentários sobre trabalhos que eu então realizava. Aos membros do “Cordão do São Francisco” – cujos laços encontram-se

esgarçados – pelas discussões, pela sociabilidade e pelo desprendimento. Devo ressaltar Luciano da Silva Moreira que me indicou fontes valiosas de pesquisa, muitas das quais utilizadas no texto que se segue.

À CAPES por me conceder bolsa durante o último ano de pesquisa.

Aos meus pais, Sebastião e Elisabete, que sempre incentivaram minhas escolhas, algumas das quais impossíveis de se realizar sem o auxílio deles. Por último, registro os amigos de longa data, principalmente o biólogo Nilton Barnabé, leitor ávido pela história, que me ajudou com a leitura de textos em inglês; Reginaldo de Assis, que me aturou em discussões ocorridas nos mais recônditos lugares; Robson Lacerda e Carlos Eduardo, amigos de sempre, e por último, Daniella, a razão de tudo isso.

Naturalmente, as pessoas e instituições acima mencionadas não têm qualquer responsabilidade sobre o texto que se segue.

Resumo: *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*

Esta dissertação propõe-se investigar a imprensa da província de Minas Gerais, a fim de mapear, de um lado, a constituição e ampliação de uma esfera pública de poder e, de outro, seu papel na afirmação e na construção de identidades políticas coletivas. Embora privilegie o período comumente conhecido como Primeiro Reinado, quando necessário recua à Independência, ou mesmo aos tempos da Colônia, e estende-se às Regências e Segundo Reinado. Primeiramente, analisa o surgimento, a circulação e os usos dos impressos por redatores e leitores; as práticas de leitura; a relação entre jornais e espaços de sociabilidade, sobretudo o teatro; a interação entre impressos, manuscritos e oralidade; e a pedagogia com que se revestiu a imprensa, bem como as estratégias de difusão do ideário político liberal, por parte dos redatores. Em segundo lugar, focaliza o vocabulário político vinculado à semântica do patriotismo em dois contextos: nos embates em torno da Confederação do Equador, em 1824, e no debate impresso que antecedeu a Abdicação de Dom Pedro I, em 1831.

Palavras-chave: esfera pública – imprensa – identidades políticas coletivas.

Abstract: *Press and patriotism in the first days of Emperor: Minas Gerais (1823-1831)*

The purpose of this dissertation is to investigate the newspapers of Minas Gerais province, with the aim of mapping, in one side, the constitution and amplification of a public sphere of power and, in another side, the press role in affirming and built collective political identities. Although giving especial attention to a period known as First Reign, when it was necessary, we back down to the Independence, or even to the Colonial periods, or, went along to the Regencies or Second Reign. First of all, this dissertation analyses the emergence, circulation and applications of the newspapers, by the paper's editorial and readers, as well as the reading practices, the relationship between journals and sociability places, in especial the theatre, the interaction between newspapers, manuscripts and oral traditions, and the pedagogy whereby the press covered itself, as well as the diffusion strategies of political liberal ideal by the editors. We also focused the political vocabulary linked to the patriotism's semantic in two contexts: the clash around the Ecuador Confederation in 1824, and the press debates just before D. Pedro I's Abdication in 1831.

Keywords: public sphere – press – collective political identities

Lista de figuras e quadros

Gráfico I: Número de periódicos em circulação em Minas Gerais, entre 1822 e 1831	46
Mapa I: Carta da Capitania de Minas Gerais, sem data	145
Figura I: “Notícias Nacionais” dos jornais <i>Compilador Mineiro</i> e <i>Abelha do Itaculumy</i>	153
Figura II: “Anedota” e “Máximas” dos jornais <i>Astro de Minas</i> e <i>Estrella Mariannense</i>	186

Abreviaturas

APM/PP – Arquivo Público Mineiro – Presidência da Província

APM/CMP – Arquivo Público Mineiro – Câmara Municipal de Paracatu

ADRJ – Autos de Devassa: prisão dos letrados no Rio de Janeiro

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	9
ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE I: O PAPEL DOS IMPRESSOS NA CONSTRUÇÃO DA VIDA POLÍTICA	33
Capítulo 1: Circulação e usos do impresso em Minas Gerais	34
1.1 A circulação de impressos antes do periodismo	37
1.2 A circulação de periódicos e seus usos	45
1.3 Pasquins e panfletos circulando pelas ruas	63
1.4 Periódicos e espaços de sociabilidade	70
Capítulo 2: Redatores e identidades políticas	79
2.1 Redatores e redes de sociabilidade política	83
2.2 Ideário político e estratégias de difusão	97
PARTE II: PATRIOTISMO IMPRESSO EM MINAS GERAIS	123
Capítulo 3: Os ecos revolucionários de 1824 e o patriotismo mineiro	132
Capítulo 4: Patriotismo em tempos de crise	158
4.1 O debate impresso	158
4.2 Patriotismo <i>versus</i> despotismo	172
4.3 Estratégias de crítica política e a radicalização da crise	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	196
ANEXO	216

Introdução

Em fins de 1824, José Ignácio do Couto Moreno, morador da Vila de Paracatu do Príncipe (localizada no atual noroeste mineiro) e membro da tropa de cavalaria¹, mandou publicar uma carta, por ele assinada, em um jornal de circulação na Província de Minas Gerais, com os seguintes dizeres:

“(...) a minha Pátria, he o Brasil; porque eu não sou dos que chamão sua Pátria o ponto da Terra onde nascerão; porque por essa conta como a terra he hum todo, toda ella he Pátria do homem: eu chamo minha Pátria aquella Região, que me acolheu, que me tem sustentado, e onde resido, e tenho tudo quanto me he caro: sou brasileiro, e hei de morrer brasileiro, e brasileiro entusiasta nesta parte”.²

Tratava-se, a princípio, de declaração que expressava o sentimento de um soldado por sua pátria. Sentimento que, impresso no jornal, tinha o objetivo de tornar-se conhecido do público-leitor. Mas o excerto revelava conteúdos outros. Na carta, o soldado patriota expôs os motivos que o levaram a encaminhar à redação do periódico ouropretano a mensagem digna de nota. O sujeito vinha sofrendo hostilidades de algumas pessoas devido ao fato de não fazer “sacrifícios maiores” à causa do Império. É possível que Couto Moreno estivesse sendo estigmatizado por não ter nascido no Brasil, pois a correspondência foi antecedida do seguinte comentário:

¹ GONÇALVES, Andréa Lisly. A “Oligarquia Tenebrosa”: um perfil sócio-econômico dos *caramurus* mineiros (1831-1838). Disponível em:

http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A047.pdf. Acesso em: 24/06/2008.

² ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 27 DEZ. 1824, p. 604. Em todas as citações de documentos de época preservamos a ortografia e pontuação originais.

“*Srs. Redactores.* – Rogo-lhes o obséquio da publicação da Carta inclusa por cópia, cujo original levei a presença do nosso Exmo Presidente: he um prova de que na nossa Província pensa-se melhor, que em outras; pois não grassa felizmente a peste da rivalidade por motivo de nascimento. Com isto obrigãõ V.V. ao seu – *Amigo Leitor*”.³

Na carta, ele aludia, ainda, ao fato de não poder doar todas as suas finanças para a tropa à disposição do Imperador e explicava que, em todos os anos, aplicava parte do soldo que recebia como donativo para despesas de guerra, acrescentando que continuaria, como de praxe, a fazer o mesmo, de que era exemplo a dedução do equivalente a um quarto do rendimento anual de um ajudante para a “causa da pátria”.⁴

O que poderia ser interpretado como uma *declaração patriótica* melodramática à causa do Império será, aqui, o ponto de partida para a definição dos objetivos que perseguiremos ao longo desta dissertação. A missiva assinada por Couto Moreno revela-nos, primeiramente, os usos a que os impressos estavam sujeitos pela comunidade de leitores, nos anos iniciais do Império: para o soldado, o jornal foi o meio de comunicação disponível que lhe pareceu mais adequado para defender-se de seus desafetos; para redatores do periódico oficioso, a mensagem expressava um sentimento que deveria ser difundido e seguido pelo público-leitor da Província e, quiçá, por todos os membros do nascente do Império do Brasil. Em segundo lugar, a carta indica que havia um clima de rivalidade entre “portugueses” e “brasileiros”, pelo menos na tropa. Como se sabe, entre a Independência e a Abdicação, o sentimento de identidade “brasileira” se definia, sobretudo na Corte, pelo antilusitanismo, sendo o “ser português” um estigma inseparável dos conflitos políticos e sociais que ocorriam naquele momento⁵. Acrescente-se que o conteúdo da carta em questão não pode ser compreendido fora do contexto político em que foi escrito e impresso. Na ocasião, as

³ *Ibidem*, loc. cit.

⁴ *Ibidem*, loc. cit.

⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

autoridades da província de Minas Gerais viviam um clima de apreensão, mormente devido à proclamação da Confederação do Equador ocorrida meses antes e noticiada pelo periódico *Abelha do Itaculumy*. O suposto patriotismo de José Ignácio do Couto Moreno revelava, assim, alguns dos embates que permearam a constituição do Estado e da nação brasileiros e o papel que a imprensa desempenhou nesse processo. Declarações como a que acima reproduzimos tiveram espaço privilegiado nos jornais mineiros durante todo o Primeiro Reinado.

Esta dissertação procura avaliar a inserção da imprensa da província de Minas Gerais na construção da vida política. Interessa-nos compreender as utilizações do impresso como um ingrediente de transformação da realidade e, portanto, como um espaço de ação, bem como de construção e de afirmação de identidades coletivas e políticas.

No início do Oitocentos, a imprensa foi um dos principais mecanismos de participação política. Esteve ligada às redes de sociabilidades⁶. Participou das lutas eleitorais e parlamentares. Foi portadora de idéias, tendências e projetos políticos⁷. A imprensa foi, no nascente Império do Brasil, um dos principais veículos do debate político. Não por acaso, liberais exaltados, moderados e conservadores tinham seus próprios jornais. E mais: assim como na França pré-revolucionária, a imprensa “não só registrou os acontecimentos”, mas “ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história”.⁸

No ano de 1823, marco inicial de nossa pesquisa, surgiu em Minas Gerais o primeiro periódico de que se tem notícia, o *Compilador Mineiro*. No ano seguinte começou a circular o *Abelha do Itaculumy*. Aquele se dedicou a discutir os debates em torno do projeto de Constituição do Império. O último, entre outros temas, refletiu sobre o dissenso da sociedade

⁶ MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

⁷ *Idem*. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

⁸ DARNTON, Robert.; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996, p. 15.

política quanto ao fechamento da Assembléia e a outorga da Constituição de 1824, tendo construído uma imagem negativa dos pernambucanos (alcunhados anárquicos, demagogos e republicanos), engajados em projeto político alternativo ao encampado pelo Centro-Sul. Como afirmou Evaldo Cabral de Mello, os anos de 1823 e 1824, marcados pela dissolução da Constituinte e pela Confederação do Equador, foram cruciais para a consolidação do Império, na medida em que permitiram ao Rio “resolver a contento a questão fundamental da distribuição do poder no novo Estado”.⁹ A abdicação de D. Pedro I, em 1831, marco final da investigação, foi, por seu turno, resultado de processo iniciado em 1826, com a abertura da Assembléia Legislativa e contou com crescente politização da sociedade, reforçada pelo “ressurgimento” dos jornais, que exerceram papel de oposição e contribuíram para a formação da opinião pública¹⁰. Na Província de Minas, o período compreendido entre 1828 e 1831 foi marcado, também, pelo crescente debate impresso possibilitado pelo aumento progressivo do número de publicações e de sua conseqüente circulação. Embora privilegiemos esses marcos temporais cabe ressaltar que, por vezes, recuamos ao período da Independência ou mesmo ao período colonial, e, além disso, avançamos até as Regências a fim de compreender as permanências e rupturas.

O segundo objetivo da pesquisa diz respeito à forma como o debate ocorria. Desde o movimento vintista português, o Brasil assistiu a uma inédita difusão de idéias liberais, que embaladas por jornais e, sobretudo, por folhetos e panfletos políticos, conformaram um novo vocabulário político¹¹, que procurava responder a questões atinentes à construção de uma nova ordem assentada no constitucionalismo liberal. Conceitos como *patriotismo*, *despotismo*, *soberania*, *constituição*, *igualdade e liberdade* tornaram-se “palavras da moda” e informavam

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 12.

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 116.

¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Editora Revan, 2003, p. 119-226.

um conjunto de problemas colocados pela própria vida política e, ao mesmo tempo, apontavam soluções para todo um conjunto de questões. Ao longo do Primeiro Reinado, esse vocabulário continuou a expressar as experiências cotidianas e foi, também, uma arma nos combates que gestavam as mudanças em curso. Conceitos como *patriotismo*, que aqui nos interessa especificamente, foram mobilizados para sustentar determinados projetos de futuro, informando identificações coletivas de caráter, a um só tempo, político e afetivo. Em 1827, por exemplo, o político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos foi acusado por um de seus pares, na Câmara dos Deputados, de confundir *patriotismo* com *provincialismo* ao defender um projeto de redução da alíquota do quinto do ouro – que, aliás, privilegiaria principalmente os produtores de Minas Gerais. Anos antes, sujeitos como Couto Moreno, fizeram dos jornais espaços para a afirmação de identificações afetivas, fosse em relação à Província, fosse ao país que se constituía. Como sabemos, nos anos que se seguiram à Independência, a unidade política e territorial, bem como o Estado, a nação e as identidades que lhes serviram de suporte, ainda não estavam plenamente definidos, como bem resumiu Frei Caneca: “o Brasil estava *independente*, mas não estava *constituído*”.¹² Persegue-se, então, aqui, a construção e a afirmação dessas identificações, pressupondo-se que a coexistência de múltiplas identidades coletivas é tanto passível de harmonização quando de politização, comportando potencial conflitivo¹³.

Em fins do Primeiro Reinado, vocábulos como *patriotismo* e *despotismo* foram mobilizados no interior de um debate que culminou na saída de D. Pedro I. No contexto da Confederação do Equador, o primeiro desses conceitos, *patriotismo*, que remetia ao amor à pátria, significou adesão a determinado projeto político em detrimento de outro. Em ambos os

¹² MELLO, Evaldo Cabral, *op. cit.*, p. 19.

¹³ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000, A experiência brasileira*. São Paulo, Editora SENAC, 2000, v. 1, p. 136.

contextos, a linguagem em uso revestiu-se de um caráter pedagógico e político que procuraremos explicitar.

Interessa-nos, também, investigar a imprensa periódica da província de Minas Gerais, a fim de compreender a gestação ou emergência de uma *esfera pública política* no período comumente conhecido como Primeiro Reinado. Para explicitar o entendimento que temos desta noção, faremos um breve excursão interpretativo à obra clássica de Jürgen Habermas¹⁴ e, em seguida, apresentaremos as opções metodológicas de investigação em face do universo documental escolhido.

Segundo Habermas, uma esfera pública política emergiu, na Europa, de um lento processo ocorrido entre o fim da Idade Média e a constituição dos Estados modernos, sobretudo a longo do século XVIII. Nesse longo período, pouco a pouco, operou-se uma distinção entre Estado e sociedade, entre público e privado. De um lado, o Estado moderno, com o monopólio do uso da violência legítima e com jurisdição administrativa territorializada tornou-se a “esfera do poder público”.¹⁵ De outro, o capitalismo mercantilista, com um novo sistema de trocas, tanto de mercadorias quanto de informações, fomentou uma “atividade econômica privatizada”, orientada para um “intercâmbio mercantil mais amplo”, agora, de interesse geral¹⁶.

Sob o Estado Absolutista surgiu uma primeira noção de publicidade ligada ao conceito de representatividade pública. A pessoa do monarca com suas insígnias, revestido de todo um ritual, aparecia perante os súditos, representando-os. Mas essa forma de representatividade pública esgarçou-se, paulatinamente, voltando-se cada vez mais para si mesmo¹⁷ e afastando-se de novos setores sociais então emergentes, que constituíam um campo privado distinto do

¹⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁵ *Ibidem*, p. 31.

¹⁶ *Ibidem*, p. 33.

¹⁷ A autor comenta que, na Renascença, “torneio, dança e teatro retiram-se dos locais públicos para as dependências do parque, bem como das ruas para os salões do castelo”. *Ibidem*, p. 22.

poder soberano. Concomitantemente, uma nova noção de privacidade, emergida no seio da família, acentuou as distinções entre público e privado: a sala da família, por exemplo, “tornava-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público”.¹⁸ Como parte desse mesmo processo, surgiu, lentamente, um mercado de bens culturais, cujo público era formado por pessoas de composição variável que, desde o início, era um público que lia¹⁹. Para o autor, tratava-se de uma esfera pública literária, entendida como um conjunto de “pessoas privadas reunidas num público”.²⁰ Nessa esfera, leitores, espectadores, críticos de arte e outros reuniam-se numa série de espaços de sociabilidade (cafés, salões, lojas maçônicas ou sociedades de comensais, a depender de cada situação peculiar) e tinham acesso a romances, jornais e peças de teatro constituindo uma instância crítica, inicialmente literária e, posteriormente, política²¹. A imprensa – mas também o romance (gênero que então surgia) – foi fundamental nesse processo, constituindo, inicialmente, um veículo útil aos interesses dos Estados, pois foi utilizada para institucionalização do contato entre o poder público e os súditos. Progressivamente, no entanto, o jornal impresso tendeu a autonomizar-se e, como uma mercadoria, passou a estar acessível a todos que o pudessem adquirir.

Dessa esfera envolvida com a crítica literária provém a esfera pública política²², situada entre a sociedade civil (setor privado) e esfera do poder público que serve de intermediação entre as necessidades da sociedade e o Estado²³. Tratava-se de uma esfera cujos

¹⁸ *Ibidem*, p. 62. Autores recentes têm questionado o modelo de família burguesa que permeia o argumento de Habermas, sugerindo tratar-se de um tipo ideal não necessariamente generalizado na Europa do século XVIII. Ver: MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 6-8.

¹⁹ HABERMAS, Jürgen, *op. cit.*, p. 37.

²⁰ *Ibidem*, p. 42.

²¹ *Ibidem*, p. 68.

²² O autor afirma: “Quando as conversações sociais [ocorridas na esfera pública literária] transformam-se em crítica aberta o caminho está livre para a emergência de uma esfera pública política”. *Ibidem*, p. 45.

²³ *Ibidem*, p. 46. A visão esquemática e cronológica presente nesta obra tem sido criticada. James Melton, autor que se dedicou a estudar o crescimento e a importância do público na Europa do século XVIII, sugere que a cronologia habermasiana deva ser descartada. Ele argumenta que é difícil sustentar que a esfera pública de debate e crítica dos séculos XVII e XVIII emergiu primeiro no setor literário e só depois politizou-se. Na Inglaterra, o jornalismo político já florescia bem antes dos romances sentimentais que Habermas considera como associados à esfera literária. Na França, a idéia de “opinião pública” como um tribunal político que postulava

membros se tornaram um antagonista da autoridade, “a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”.²⁴

Do ponto de vista político, a esfera pública política, também caracterizada por Habermas de *burguesa*, se definia como uma arena de discussão e de trocas fora do controle do Estado. Do ponto de vista sociológico ela se diferenciava tanto da Corte, quanto do povo²⁵ que não tem acesso ao debate crítico²⁶. Como uma arena de discussões, a esfera pública política assentava-se, segundo Habermas, em alguns pressupostos: a *primazia da razão*, tal como preconizada por Kant, desconsiderando-se as hierarquias sociais e as relações de dependência econômica, e assentando-se na força do melhor argumento; a idéia de que *nada estava imune à crítica* que se voltava tanto para as obras de arte quanto para o governo instituído ou mesmo contra o privilégio das elites; e o não fechamento do público, a *rejeição ao segredo*, enfim, a acessibilidade (todos devem poder participar)²⁷. Na gestação de uma esfera pública de poder, adquire relevância a circulação de impressos, que cria espaço para a comunicação e discussão de idéias; a existência de um público, isto é de uma audiência; a ação de fomentadores (ou mesmo de porta-vozes) da opinião pública que dão publicidade aos

soberania já vinha sendo articulada desde as controvérsias religiosas das décadas de 1720 e 1730. Segundo Melton, não se pode desconsiderar a significância política dessas práticas anteriores ao apogeu do Iluminismo. Ver: MELTON, James Van Horn, *op. cit.*, p. 10.

²⁴ HABERMAS, Jürgen, *op. cit.*, p. 42.

²⁵ Habermas diz: “A investigação limita-se à estrutura e função do modelo *liberal* da esfera pública burguesa, a sua origem e evolução; refere-se, portanto, aos traços de uma formação histórica que alcançou dominância, descurando da variante, também reprimida no processo histórico, de uma esfera pública plebéia”. *Ibidem*, p. 10.

²⁶ James Melton refuta o modelo sociológico da esfera pública de Habermas. O autor concorda que a participação na esfera pública pressupunha certo grau de alfabetização e educação que só as camadas proprietárias da sociedade européia podiam almejar, mas ressalta que os nobres também constituíam o público dos romances e periódicos que surgiram, por exemplo, na Inglaterra. Em relação à França e aos países de língua alemã, classes médias, professores universitários, oficiais de estado e pastores também integraram a esfera pública que então emergia. Por isso, Melton sugere o abandono do vocabulário marxista, sobretudo a designação “burguesa”, e utiliza-se da expressão esfera pública “ilustrada” ou “esclarecida”. Ressalte-se, ainda, que no mundo luso-brasileiro de inícios do século XIX, os grupos oposicionistas, mas também a coroa e as instituições tradicionais, apelaram para a “opinião pública” em busca legitimidade. Ver: MELTON, James Van Horn, *op. cit.*, p. 11-12. Sobre o mundo luso-brasileiro ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2005, p. 399-411.

²⁷ HABERMAS, Jürgen, *op. cit.*, p. 51-53.

assuntos em discussão²⁸; e, por fim, de espaços públicos (e de sociabilidade) onde os homens livres podem inserir-se no mundo politicamente organizado²⁹.

O modelo teórico de Habermas mereceu complementações e críticas³⁰. Não cabe aqui analisá-las em detalhes, mas apenas apontar aquelas que inspiraram a análise que empreendemos. Vários autores têm criticado o modelo de esfera pública habermasiano por ignorar a questão de gênero. Argumenta-se que a noção de público decorrente da reflexão do filósofo alemão não considerou as relações assimétricas de poder que marcaram historicamente “os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas”, sobretudo por não dar importância ou por inserir de modo subordinado grupos discriminados e mulheres³¹. A feminista Joan Landes, por exemplo, insistiu que as normas da esfera pública, analisadas pelo autor, eram intrinsecamente machistas, apoiando-se na distinção de gêneros entre um setor público (masculino) e um privado (feminino)³². Embora não tenhamos a pretensão de tratar particularmente dessa questão, vale dizer que no nascente Império do Brasil as mulheres também constituíam público leitor de jornais e de livros. Se, por um lado, os redatores de periódicos tinham em mente atingir um público masculino, por outro, havia semanários destinados especificamente às mulheres. Em Minas Gerais, o *Mentor das Brasileiras* destinava-se especificamente ao público feminino e era constantemente saudado por redatores de outros jornais. Nesse periódico, os “representantes do belo sexo”, para

²⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

²⁹ ARENDT, Hannah. Que é liberdade? In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 194 et seq.; MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*, op. cit., p. 18 e 200-203.

³⁰ Um balanço recente sobre as complementações e críticas às proposições de Habermas, sobretudo quanto à aplicação do conceito para estudo dos regimes democráticos contemporâneos pode ser encontrada em: AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 63-90.

³¹ *Ibidem*, p. 72 et seq.

³² MELTON, James Van Horn, op. cit., p. 13-15. Habermas afirmou que: “O círculo de pessoas de ambas as formas de público [literário ou político] nem sequer coincide plenamente: mulheres e dependentes estão excluídos da esfera pública política tanto de fato quanto de direito; enquanto o público leitor feminino, assim como alunos e mensageiros, tem com frequência uma participação mais forte na esfera pública literária do que os proprietários privados e os próprios homens cultos”. HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 73.

utilizar uma expressão da época, inseriam-se nos debates políticos, tanto por meio da leitura de textos que aliavam moral e política, quanto através de correspondências publicadas por leitoras³³. Não se tratava de um caso isolado, embora seja precipitada qualquer afirmação conclusiva sobre a questão. O *Nova Luz Brasileira*, impresso no Rio de Janeiro, por exemplo, propunha-se mesmo a estender a cidadania política às mulheres, o que contrariava as práticas políticas então vigentes, não só no Brasil, como em todo o mundo³⁴. Embora, do ponto de vista legal, as mulheres não pertencessem à sociedade política, não se pode ignorar que constituíssem o público e que participassem dos debates políticos do tempo. De modo tangencial, apontamos, ao longo dos capítulos, a participação das mulheres nos eventos políticos do Primeiro Reinado, como nas festas de conagração relatadas nos jornais de 1830 e 1831.³⁵

Outra questão que merece destaque na análise que empreendemos refere-se aos “portavozes” da opinião pública. Em Minas Gerais e, em grande medida, no Brasil Imperial, os homens públicos, isto é, aqueles que ocuparam cargos nas diversas instituições do Estado que se constituía (Parlamento, Câmaras Municipais e Ministério) eram os principais fomentadores das discussões políticas, embora não fossem os únicos. No período que nos interessa, o Primeiro Reinado, os jornais que se opuseram ao governo instituído tinham, em sua maioria, a chancela de deputados que eram também redatores. Por outro lado, o governo igualmente utilizou-se dos jornais para defender-se perante o público leitor, chegando a subvencionar periódicos para fomentar a discussão ou mesmo para atacar jornalistas e questionar a liberdade de imprensa. Ao longo dos capítulos que se seguem analisamos o papel desses jornais oficiosos (e os de oposição) na constituição da esfera pública de poder e também sua

³³ Ver correspondência assinada por uma leitora no: MENTOR das Brasileiras, São João del-Rei, 23 dez. 1829. Este hebdomadário circulou entre 1829 e 1832.

³⁴ BASILE, Marcello. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2001, p. 101. Disponível em: www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi3a4.pdf . Acesso em: 25/06/2008.

³⁵ Ver páginas 77, 124 e 191.

importância para a construção de representações identitárias. Ressaltamos, desde já, a interpenetração da comunicação impressa, dos manuscritos e da prática da oralidade nas discussões políticas do período, em continuidade com o verificado em fins do período colonial.

A investigação que empreendemos procura analisar a relação entre autores, impressos e o público-leitor. Por isso, do ponto de vista metodológico, esta dissertação inscreve-se no campo que vem sendo denominado de história dos livros (e todos os objetos impressos) e das práticas de leitura. Atentamos principalmente para as linhas de investigação propostas por dois de seus principais expoentes. Roger Chartier propõe que a história dos impressos e das práticas de leitura focalize a tensão entre o poder do impresso sobre o leitor e a liberdade deste último, “produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares” no contato com os textos³⁶. Robert Darnton, por seu turno, a fim de “entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas”³⁷, interessa-se pelo circuito de comunicação que vai do autor ao leitor passando pelo impressor, distribuidor e vendedor, e chega ao leitor. No leitor, encerra-se o “circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição” do impresso. A cada fase desse processo, deve-se estabelecer relações com os “sistemas econômico, social, político e cultural, no meio circulante”.³⁸

Na linha de investigação proposta por Chartier, é preciso “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentam impor uma ortodoxia do texto”.³⁹ De outro, é preciso considerar a leitura feita pelos leitores, que não se resume nunca às intenções e armadilhas colocadas pelo fabricante do impresso. Tal proposta implica, necessariamente, o reconhecimento de uma distinção entre texto e objeto impresso. O primeiro é produto do autor

³⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 121.

³⁷ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 109.

³⁸ *Ibidem*, p. 112.

³⁹ CHARTIER, Roger, *op. cit.*, p. 123.

que é também leitor. O segundo é o suporte pelo qual o texto é dado a ler. Afinal, o autor do texto nem sempre tem controle sobre como este chegará ao leitor, pois o impresso é resultado de um trabalho que envolve decisão editorial. É preciso, então, investigar “a maneira como o texto e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita”.⁴⁰

No que concerne à análise dos jornais que circularam em Minas Gerais durante o Primeiro Reinado, atentamos para o modo de organização dos textos que foram publicados. Investigamos a materialidade do impresso, as formas tipográficas e a disposição dos textos no impresso. Consideramos importante, também, a seção de correspondências – espaço supostamente reservado ao público-leitor. Devido à auto-censura, por parte dos redatores, sabemos que muitas correspondências enviadas à tipografia não eram publicadas. Não foi raro encontrar notas explicativas dos redatores dirigidas aos leitores sobre a possível inconveniência da publicação de determinado texto. Sabemos, também, que muitos redatores e correspondentes disfarçavam-se sob o anonimato. Em determinados casos, é impossível ter certeza se determinada correspondência era de um leitor ou do próprio redator que desejava promover ou incendiar o debate. Optamos por selecionar somente as correspondências que nos deram indícios de terem sido efetivamente enviadas por leitores. Os indícios podem ser a assinatura ou mesmo as interdições feitas nos textos pelos editores. Nos casos em que foi impossível determinar quem escreveu o texto, optamos por investigar a linha editorial do periódico, ou seja, analisamos aquilo que era aceitável e desejável ser publicado pelos responsáveis pelo jornal. Ao optar por investigar a linha editorial, deparamo-nos com a impossibilidade de selecionar seções específicas dos periódicos, o que nos levou a analisar os periódicos na sua totalidade, o que incluiu os prospectos, as anedotas, as transcrições e os anúncios.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 126-127.

Quanto ao estudo do circuito de comunicação, a documentação compulsada não nos permitiu descrever todo o “ciclo de vida” do impresso. Ainda assim, um segundo conjunto de fontes foi de grande valia. Trata-se das correspondências trocadas entre autoridades da Província e o governo central. Essa documentação se mostrou importante principalmente no ano de 1824, quando notícias da Confederação do Equador chegaram aos mais recônditos lugares de Minas Gerais e reverberaram na imprensa ouropretana. Na região que hoje corresponde ao noroeste de Minas Gerais e que à época era limítrofe com as províncias da Bahia e Pernambuco, notícias de papéis incendiários trouxeram preocupação às autoridades locais, que reiteraram à Presidência da Província e ao governo do Rio de Janeiro o perigo representado – na visão das autoridades – pelos “demagogos de Pernambuco”, que “proclamava[m] o sistema republicano”.⁴¹ A análise dessas correspondências demonstra as intenções das autoridades da Província ao mandarem imprimir proclamações (incluindo uma escrita por D. Pedro) aos habitantes de Minas, nas quais exigiam “novas provas de patriotismo”.⁴² Por meio desta documentação e da análise dos textos publicados no *Abelha do Itaculumy* – único periódico de circulação em 1824 –, percebemos a inserção do impresso nas esferas de poder local, regional e central. A preocupação das autoridades fluminenses e mineiras em relação à possível adesão das populações dos “sertões” à Confederação do Equador foi tamanha que, em 20 de julho de 1824, o presidente da Província de Minas acusava recebimento de decreto, expedido por D. Pedro, ordenando que a Comarca do Rio São Francisco fosse, provisoriamente, desmembrada da Província de Pernambuco, para ficar pertencendo a Minas Gerais⁴³ (**Capítulo 3**).

⁴¹ Arquivo Público Mineiro. Fundo da Câmara Municipal de Paracatu. Ofícios da Câmara ao Governo Provincial. 10 de agosto de 1824. CMP 11, f. 10.

⁴² ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 30 JUN. 1824, p. 293-294.

⁴³ “Correspondência Oficial da Província de Minas Gerais” (1824-1829). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 653.

Um terceiro grupo de fontes mostrou-se importante na tentativa de avaliar o alcance dos impressos perante o público leitor. Trata-se de uma lista de impressos produzidos pela primeira tipografia da Província na qual consta um inventário de todos os impressos dela saídos entre os anos de 1822 e 1824. Constam nessa lista, ainda, dados como: destino do impresso (governo ou a própria tipografia), número de exemplares, papel despendido, número de páginas e preço. Embora nosso foco não seja estudar o universo das tipografias, acreditamos que esse inventário, ainda não estudado, pode contribuir para o entendimento da inserção da imprensa na vida política da Província nos anos iniciais (**Anexo**).

É preciso ressaltar a parcialidade das fontes selecionadas. O conjunto de jornais estudados não corresponde à totalidade dos que circularam na Província de Minas Gerais no Primeiro Reinado, mas apenas aquilo que se encontra disponível para pesquisa. Os trabalhos de José Pedro Xavier da Veiga⁴⁴ e de André Carvalho & Waldemar de Almeida Barbosa⁴⁵ dão conta de que circularam ou começaram a circular no Primeiro Reinado, em Minas Gerais, vinte periódicos. Pesquisamos apenas treze desse total. De três desses, *O Echo do Serro*⁴⁶, *Compilador Mineiro e Télégrapho*, só encontramos números avulsos. Luciano da Silva Moreira, estudando o período regencial, sustentou que os jornais mineiros sob a guarda da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand correspondem àqueles “monumentalizados” pelo grupo político liberal vencedor quando do Regresso Conservador. Por isso, é raro encontrar exemplares completos de folhas de caráter conservador ou liberais exaltadas nessa instituição⁴⁷. Os jornais completos disponíveis são da vertente liberal-moderada que atuou na

⁴⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2.

⁴⁵ CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.

⁴⁶ Este periódico foi localizado na Biblioteca Antônio Torres em Diamantina.

⁴⁷ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História), p. 19-35.

Província desde a Independência⁴⁸. Os jornais por nós consultados, na maioria proveniente da Biblioteca Nacional⁴⁹, seguem o mesmo padrão. Só temos conhecimento do conteúdo dos jornais conservadores e exaltados por meio das críticas que esses sofriam nas folhas de caráter moderado. A única exceção corresponde ao jornal *Amigo da Verdade*, cujos seis meses de publicação, entre maio e outubro de 1829, encontram-se preservados da Hemeroteca Pública. Não temos conhecimento da constituição do acervo dos jornais mineiros sob guarda da Biblioteca Nacional, e não deixa de ser intrigante o fato de que, relendo exemplares do *Novo Argos*, termos percebido, por meio do debate impresso que antecedeu à Abdicação, que os números ausentes deste jornal correspondem ao período em que o redator do mesmo não poupava críticas incisivas ao Imperador.⁵⁰

Para a análise do vocabulário político, cotejamos os usos dos termos em questão e seus correlatos, nos discursos impressos em periódicos, com os verbetes de dicionários do período. Nessa parte da investigação, cabe enfatizar a orientação metodológica de autores dedicados ao estudo do pensamento político ou das linguagens políticas, como Quentin Skinner⁵¹, John Pocock⁵² e, sobretudo, à história dos conceitos, da qual o principal expoente é Reinhart

⁴⁸ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁹ Os microfilmes consultados foram enviados nos anos 1990 para a Biblioteca da FAFICH e constituem nossa principal fonte de pesquisa.

⁵⁰ Pesquisamos os primeiros 76 números desse periódico, que compreendem o período entre 10 de novembro de 1829 e 28 de abril de 1831, além de dois panfletos impressos na mesma tipografia, respectivamente, nos dias 02 de fevereiro de 1830 e 15 de abril de 1831. Nesta última data, foi publicado o panfleto *O Novo Argos aos seus compatriotas*, com o fim específico de saudar a Abdicação de D. Pedro I. Dentro da seqüência consultada, não constam os números 52-55, 57-62 e 64-67. Esses números foram impressos entre novembro de 1830 e fevereiro de 1831, período que coincide com a viagem de D. Pedro I a Minas Gerais. Observamos, nos números subsequentes, que o texto publicado no nº 67 repercutiu perante o público leitor. Ao que tudo indica, o redator do periódico teria publicado nota criticando a proclamação de D. Pedro aos mineiros, quando de sua viagem à Província. A pesquisa feita no periódico *Estrella Mariannense* reforça essa hipótese. No número 42, de 08 de março de 1831, o redator do periódico também critica a dita proclamação do Imperador e remete o leitor ao nº 67 do *Novo Argos*, a fim de sustentar sua posição.

⁵¹ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵² POCOCK, J.G.A. O conceito de linguagem e o *métier d' historien*. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 63-82.

Koselleck⁵³. A par de tantas diferenças de método e de objetos, cabe destacar que esses autores primam pelo caráter contextualista da análise lingüística, ou seja, por entender que o vocabulário em estudo deve ser compreendido à luz de questões problematizadas em uma dada época, quando se definem tanto os parâmetros de discussão quanto o elenco de escolhas que os agentes dispõem para se expressar e legitimar suas idéias⁵⁴.

Dos autores em pauta, sem dúvida, foi o trabalho de Reinhart Koselleck o que mais forneceu subsídios para pesquisa. O autor sugere que o estudo de conceitos utilizados na linguagem política deve levar em conta não só o contexto histórico no qual os conceitos foram mobilizados, mas a posição social do autor e seus possíveis destinatários. Deve-se considerar, ainda, a situação política e social, além do uso da língua pelo autor, pelos seus contemporâneos e pela geração que o precedeu. Segundo o autor, a história dos conceitos pode trazer importantes contribuições para a história social na medida em que atores se apropriam de conceitos para exprimir sua experiência contemporânea, de um lado, “dando sentido a essa experiência, e de outro, reivindicando determinadas perspectivas de futuro”.⁵⁵ O estudo dos conceitos políticos em uso – sua recorrência semântica e os novos usos – pode, portanto, ser indicativo de transformações no campo da experiência social e política. Por meio da história conceitual, pode-se “compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem”⁵⁶ feitas pelos homens de então.

Dever-se ter em mente que os conceitos são, muitas vezes, utilizados para exprimir uma nova situação política e social que se quer construir, ou seja, são utilizados como “apelos

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Tradução Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-rio, 2006, pp. 97-118.

⁵⁴ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *op. cit.*, p. 11.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 103.

ao futuro”, orientados para a transformação do presente, fazendo uso de elementos originários do passado. Possuem grau de generalização e de inconcretude. É justamente isso que diferencia o conceito de uma palavra. Tanto palavras quanto conceitos são polissêmicos, mas a esses últimos agregam-se conteúdos supostos e circunstâncias políticas e sociais empíricas. “Conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados”.⁵⁷ Por isso, faz-se necessário investigar outros vocábulos associados aos conceitos que se quer analisar, tanto os sinônimos quanto seus contrários, a partir dos quais se podem evidenciar antagonismos do ponto de vista político. Deve-se interpretar, também, o surgimento de neologismos (patriotismo, por exemplo), por meio de análise sincrônica e diacrônica, ou seja, os usos lingüísticos do passado e as permanências e mudanças ao longo do tempo. Em todas as fases da investigação, deve ficar evidente a tensão entre utilização conceitual e fatos sociais. Nos dois capítulos dedicados à análise do vocabulário político, privilegiamos a análise sincrônica e os aspectos extralingüísticos que influíram no debate **(Capítulos 3 e 4)**.

No que concerne aos usos dos termos *pátria e nação* e seus correlatos, a sugestão metodológica proposta por José Chiaramonte também foi importante. Ao tentar esclarecer os usos desses conceitos pelos independentistas latino-americanos durante o processo de construção de novas identidades políticas que sucederam ao colapso dos antigos impérios ibéricos, o autor propõe a rejeição de qualquer definição *a priori* do que seja ou venha a ser uma nação, como condição instrumental para a análise historiográfica. Ao historiador não cabe perguntar sobre o que pode ser definido como nação, mas sim interrogar como os seres humanos em cada momento e lugar empregavam o conceito e “indagar por que e como o faziam e a que realidades o aplicavam”.⁵⁸

⁵⁷ *Ibidem*, p. 109.

⁵⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003,

Três conceitos utilizados ao longo dos capítulos precisam ser explicados. Tendo em vista que a imprensa era veículo difusor de um ideário político que estabelecia relação pedagógica e doutrinária com os leitores potenciais e espaço de expressão de identidades políticas, recorremos à noção de *cultura política* como parâmetro conceitual que permeou o trabalho, sobretudo o **Capítulo 2**. Como se sabe a expressão comporta uma constelação de usos e definições⁵⁹. Utilizaremos aqui a definição de Serge Berstein. Reportando-se à definição de Jean-François Sirinelli, segundo o qual a cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou uma tradição políticas”⁶⁰, Berstein a aprofunda, tomando cultura política como “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita ligação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela reclama”⁶¹. Dentre os diversos elementos que compõem uma cultura política, destaca o autor a simbiose que inclui um conjunto de normas, crenças e valores partilhados; uma leitura comum e normativa do passado; uma base filosófica ou doutrinal comum; uma visão institucional que se traduz no plano da organização política do Estado; uma concepção de sociedade ideal; e um discurso codificado “em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação”. A cultura política

p. 82. A sugestão metodológica do autor constitui ponto de crítica a autores que, em primeiro lugar, constroem uma definição ou modelo conceitual do que seria a nação para, em seguida, responder aos problemas colocados sobre a sua origem e formação. No cerne do debate estão as origens étnicas das nações. Segundo Chiaramonte, definir previamente o objeto que se quer analisar, neste caso a nação, e em seguida enfrentar os problemas derivados da definição previamente estabelecida, é incorrer numa petição de princípio, ou seja, enfrentar problemas investigativos cujas respostas estão dadas de antemão. A crítica atinge trabalhos como o de Anthony D. Smith, para o qual a nação pode “ser definida como *uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os seus membros*.” A partir da definição do objeto, Smith expõe os problemas que deseja enfrentar, quais sejam: “*Quem é a nação? Quais são as bases e os modelos étnicos das nações modernas? (...) Por que razão e como surge a nação? Ou seja, quais são as causas e os mecanismos gerais a partir de memórias e laços étnicos diversos que põem o processo de formação de nação em movimento?*” Ver: SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 28 e 34.

⁵⁹ DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas. *Varia História*. Belo Horizonte (28): 13-28, Dezembro, 2002.

⁶⁰ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINILLI (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

⁶¹ *Ibidem*, loc. cit..

se inscreve no quadro das “representações que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro”.⁶² A recurso à noção de cultura política, tal como proposta por Berstein, permite-nos compreender “a coesão de grupos organizados” em torno de um projeto político comum, bem como “as motivações dos atos dos homens num momento de sua história”.⁶³

Quanto ao conceito de *região*, cumpre ressaltar que a noção aqui empregada não deve ser entendida apenas na sua dimensão geográfica ou mesmo reduzida a determinados limites administrativos, mas sim como “um espaço socialmente construído”.⁶⁴ Embora a região não prescindia de uma base territorial, o que determina a relação de seus habitantes com a comunidade à qual acreditam pertencer não é tanto o fato de compartilharem um espaço territorial comum, mas sim as relações sociais que os agentes estabelecem entre si, num jogo de identidades e oposições. No caso da Província de Minas Gerais, vale ressaltar que seu território, nas primeiras décadas do século XIX, não correspondia aos limites atuais, havendo certa indefinição, mormente em relação às zonas limítrofes com as “províncias do norte”; indefinição que, aliás, constituiu ponto nevrálgico na construção da imagem que redatores mineiros fizeram de si mesmos e dos mineiros, principalmente em 1824, quando da eclosão da Confederação do Equador.

Por último, cabe apontar como o termo *identidade* foi utilizado nessa pesquisa. Não constitui novidade afirmar que “toda identidade coletiva – o que um grupo considera ser e que, por conseguinte, o faz diferente dos demais”⁶⁵ possuiu diferentes dimensões. A identificação nacional – quando existe – não exclui ou é superior “ao restante de

⁶² *Ibidem*, p. 351-3.

⁶³ *Ibidem*, p. 362-3. Ressaltemos que a definição do autor, na verdade um projeto analítico, comporta a existência de uma pluralidade de culturas políticas num mesmo momento da história.

⁶⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 24.

⁶⁵ GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: novas legitimidades e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003. p. 34.

identificações que constituem o ser social”.⁶⁶ Estudos contemporâneos têm enfatizado o caráter estratégico e multidimensional das construções identitárias.⁶⁷ Assim, as estratégias de afirmação dos atores sociais são, a um só tempo, produto e suporte das lutas políticas e sociais, e as construções identitárias devem ser compreendidas a partir dos contextos sociais nos quais ocorrem, ou seja, “deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais”.⁶⁸ Ao utilizarmos a expressão *identidade política*, referimo-nos “a um determinado tipo de identidade coletiva que se mobiliza em função da organização política da sociedade”.⁶⁹

A dissertação está estruturada em duas partes, cada qual composta de dois capítulos. A primeira parte, **O papel dos impressos na construção da vida política**⁷⁰, propõe-se analisar elementos constitutivos da esfera pública de poder na Província de Minas Gerais. Centra-se na imbricada relação entre autores, impressos e leitores. No **Capítulo 1, Circulação e usos do impresso em Minas Gerais**, detemos-nos na penetração do impresso no cotidiano da Província. Analisamos o surgimento, a publicação, circulação e usos dos impressos. Descrevemos a importância que a imprensa vinha adquirindo para os homens públicos de Minas Gerais, exemplificado no esforço para a criação de uma tipografia oficial. No momento que antecedeu o surgimento do primeiro jornal, procuramos perceber a circulação de impressos oriundos de outras províncias, bem como de bandos e folhas avulsas que permitiam

⁶⁶ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 21.

⁶⁷ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.; e HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro). 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.; BOURDIEU, Pierre. Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 107-132.; BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 83-5.

⁶⁸ CUCHE, Denys, *op. cit.*, p. 183.

⁶⁹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 - 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 44; CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamerica. Nación y Estado em Iberoamérica*. El lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana Pensamiento, 2004.

⁷⁰ No título desta parte aludimos ao subtítulo do livro: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, resultado do colóquio homônimo, realizado no Departamento de História da UFMG, em 2003.

a comunicação entre autoridades e a população em geral. Posteriormente, analisamos o impacto do periodismo na paisagem político-cultural mineira; os usos do impresso por redatores e por leitores; a relação de tensão entre os mesmos; as práticas de leitura; a materialidade dos objetos impressos e sua acessibilidade; a atenção dos redatores para com o público; e a prática da comunicação oral e manuscrita, que convivia com os jornais. Examinamos, ainda, na circulação de pasquins e panfletos, procurando perceber a participação da “gente miúda”, no dizer dos redatores, nos embates políticos de fins do Primeiro Reinado. Por último, tratamos da relação entre os jornais e os espaços de sociabilidade, sobretudo o teatro.

O **Capítulo 2, Redatores e identidades políticas**, centra-se nos autores, no ideário político disseminado nos periódicos e nas estratégias de difusão. Procuramos, aqui, cruzar informações biográficas dos redatores com documentos coevos, a fim tentar reconstruir espaços e redes de sociabilidade política. Em relação à pedagogia com que se revestiam os textos destinados à doutrinação, procuramos analisar as apropriações do ideário liberal por moderados e conservadores, bem como as formas pelas quais esses postulados eram difundidos, tais como a citação de autores como argumento de autoridade e a impressão de trechos atribuídos a escritores conhecidos do público.

A segunda parte, **Patriotismo impresso em Minas Gerais**, detém-se no estudo do vocabulário político ligado à semântica do patriotismo em dois contextos. O **Capítulo 3, Ecos revolucionários de 1824 e o patriotismo mineiro**, analisa a linguagem política no contexto da outorga da Constituição de 1824 e da deflagração da Confederação do Equador, procurando evidenciar o temor das autoridades mineiras em relação às palavras de ordem vindas de Pernambuco e sua preocupação com o “sertão” de Minas Gerais.

Nesse capítulo, pretendemos demonstrar que, ao recorrer ao “patriotismo mineiro”, os autores da Província construíram representações que atribuíram uma suposta identidade ao

povo de Minas, implicando a construção de um discurso que procurava desqualificar e deslegitimar outros projetos políticos e seus idealizadores, em especial aqueles projetos postos em prática pelos pernambucanos, que rejeitaram a instauração de um Estado unitário encabeçado pela elite do Centro-sul, com o qual os mineiros compactuaram. Nessas representações, o recurso à memória ocupou papel de destaque. Nesse interstício, o patriotismo foi mobilizado com o objetivo de conter os riscos da *anarquia*. Por fim, destacamos, pontualmente, a imprensa como instrumento privilegiado para a “formação e reiteração de consciências de pertencimentos políticos, nacionais e territoriais”.⁷¹

No **Capítulo 4, Patriotismo em tempos de crise**, analisamos o debate político levado a cabo nos impressos e a formação da opinião pública no ocaso do Primeiro Reinado. Estudamos o patriotismo no processo que levou à Abdicação, tentando demonstrar que o recurso às noções de pátria e de patriota foi progressivamente sendo feito em oposição à de *despotismo*, este último personificado nos sucessivos ministérios e, posteriormente, identificado com o próprio imperador. Analisamos, ainda, outras estratégias de crítica, como anedotas e hinos de conteúdo político presentes nos jornais.

Nas **Considerações finais** passamos em revista os principais pontos discutidos na dissertação. A documentação e a bibliografia utilizadas estão elencadas nas **Referências documentais e Bibliográficas**.

⁷¹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*, op. cit., p. 22. Sobre a importância da imprensa na criação de consciências nacionais ver, ainda: ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 17-75.

Parte I:

O papel dos impressos na construção da vida política

“Em todo Estado Constitucional, aonde as eleições dos Deputados às Assembléias deliberativas são populares, e livre d’estorvos (como no Brasil) os Deputados são realmente órgãos da opinião pública (...). Porém de todos os órgãos da opinião pública o mais certo e invariável he, sem dúvida, a publicação diária; os que negão esta verdade, não mereceriam que se lhe respondessem”. (*Astro de Minas* de 12 de janeiro de 1828).

Capítulo 1:

Circulação e usos do impresso em Minas Gerais

“Aqui [no Rio de Janeiro], Sr. Presidente, há muita gente instruída, que fará com que os mestres se esforcem no desempenho do seu ministério; porque, se o não fizerem, a imprensa há de patentear os seus erros e imperícia.” (Bernardo Pereira de Vasconcelos, em discurso na Câmara dos Deputados, na sessão de 07 de agosto de 1826).

Nos idos de 1829, o periódico *Amigo da Verdade*, impresso na Vila de São João Del Rei, publicava correspondência supostamente endereçada por um leitor à tipografia. Este estava a passear, por volta das dez horas da noite pela rua D’Ajuda, quando se deparou com um pedaço de papel no chão que, “parecendo-lhe digno de chegar à notícia do público, por isso o mandou imprimir”.⁷² Tratava-se de uma oração. Nela, anônimos suplicantes confessavam sua insatisfação quanto à “continuada leitura de impressos, que sucessivamente acarrea[va] o Correio entre a Corte e a sua Vila”, uma vez que nestes se falava uma linguagem “inaudita (...) capaz de subverter qualquer Governo”.⁷³ A virulência da linguagem, segundo o relato, seria capaz de “confundir, desorientar e pôr em anarquia qualquer povo”, mesmo que o governo estivesse consolidado há muitos séculos. Por essa razão, argumentavam os autores, a liberdade de imprensa, embora necessária num governo representativo, deveria

⁷² AMIGO DA VERDADE. São João Del Rei, 25 SET. 1829, p. 169.

⁷³ *Ibidem*, loc. cit.

ser limitada no Brasil, pois dela se valiam os anarquistas interessados numa sociedade sem limites⁷⁴. Os apelos ao SENHOR eram dirigidos nos seguintes termos:

“Que não devemos nos dizer, Senhor, quando todos os dias circulão n’este Império nascente libellos vilipendiando a Religião de nossos pais, papéis menoscabando o Governo; escriptos prostituindo a nossa moral pública, e particular, Gazetas maculando as famílias mais sizudas, folhas insultando indivíduos os mais conspícuos? Acaso, Senhor, daremos nós a ler aos nossos filhos, aos nossos mancebos estas lições de corrupção universal, seguras precursoras da desolação, dos horrores, e das revoluções?”⁷⁵

Para garantir uma boa educação aos jovens seria preciso privá-los da leitura de impressos perniciosos os quais, tal como difundidos naquele contexto, produziram um efeito perverso e ameaçador conduzindo a sociedade para o *oposto* dos objetivos proclamados e perseguidos⁷⁶, a dizer: a instrução, o respeito às autoridades e às leis constituídas e, conseqüentemente, a garantia da ordem.

O texto em pauta merece várias considerações. Em primeiro lugar, é preciso que se diga que, escrita ou não por um leitor (cremos que não), a mensagem do texto e a tese então sustentada coadunavam com um dos objetivos da impressão do *Amigo da Verdade*: conter e evitar os abusos da liberdade de imprensa⁷⁷ e defender o governo instituído das críticas veiculadas em outros periódicos que circulavam pela Província. Tratava-se de um jornal pró-governo e que tinha como adversário o *Astro de Minas* (de tendência liberal moderada), impresso na mesma vila e constantemente motivo de disputas.

⁷⁴ No original lê-se: “este desenfreamento civil, que os anarquistas mudamente nos pregão sob a prostituída capa da liberdade rasoada”, *Ibidem*, loc. cit.

⁷⁵ *Ibidem*, loc. cit.

⁷⁶ Para uma reflexão sobre o construção retórica do discurso conservador e sobre as teses reacionárias consultar HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência*: perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 18.

⁷⁷ No seu primeiro número, datado de 08 de maio de 1829, os redatores do jornal argumentam “o abuso desta Liberdade é (...) sem contradição a origem mais funesta de erros perniciosos, e de males incalculáveis que provém ou podem provir à sociedade”. Ver: AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 MAI. 1829, p. 1.

Em segundo lugar, a mensagem do texto revela-nos reações suscitadas pelo contato com a palavra impressa; nesse caso, o repúdio às críticas que atingiam as autoridades. Na visão do autor, o contato com certos libelos, gazetas e demais escritos poderia, no limite, levar à revolução: a circulação descontrolada de impressos poderia arruinar a sociedade. Conceito diverso tinha o redator de outro jornal mineiro, segundo o qual o conteúdo de um “periódico, que fala linguagem franca e patriótica”, só seria motivo de repreensão caso o governo não mantivesse uma administração justa e alinhada com as instituições liberais.⁷⁸

O destaque conferido a esse texto não é apenas nosso. Ele foi publicado na primeira página do impresso, com título destacado em maiúsculas, como forma de dar-lhe proeminência sobre os demais textos escolhidos para edição. Caso o leitor do periódico *Amigo da Verdade* o manuseasse tal como fora editado, deparar-se-ia, ainda e nesta ordem, com correspondência comentando o nº 283 do *Astro*; transcrição de um discurso parlamentar; e com anúncios, os quais o informariam sobre venda de cavalos e a recompensa sobre a possível captura de escravos fugidos.

De modo geral, os responsáveis pelos periódicos preocupavam-se com a edição dos textos selecionados para publicação, tendo em vista o possível efeito que essa organização poderia produzir nos potenciais leitores. Era uma estratégia editorial de imposição da “ortodoxia do texto”, com o objetivo de direcionar o olhar do leitor para os textos considerados mais relevantes pelos redatores. Mas os leitores não eram passivos receptores de mensagens; motivo pelo qual a grande circulação de impressos, de variadas tendências políticas, tornava-se um perigo – pelos menos para os responsáveis pelo *Amigo da Verdade*.

O documento em questão, oriundo dos órgãos de imprensa mineiros, pode ser o ponto de partida para o que aqui nos interessa: analisar em que medida os produtos dos prelos penetraram na vida cotidiana das pessoas da Província de Minas Gerais e perceber o

⁷⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 28 AGO. 1830, p. 69.

desenvolvimento da imprensa, a publicação e circulação de impressos, em sua relação com a comunidade de leitores. A correspondência acima citada indica-nos que uma pluralidade de gêneros de escritos teve lugar na Província de Minas Gerais, nos anos de 1820. Libelos, gazetas, papéis e outros escritos foram apontados por um contemporâneo como os meios de comunicação a serem evitados. Uma análise sobre a circulação deve, portanto considerar essa diversidade.

Começemos pelas informações disponíveis sobre um período anterior ao surgimento da imprensa periódica mineira.

1.1 A circulação de impressos antes do periodismo

Sabe-se que o primeiro periódico impresso em Minas Gerais foi o *Compilador Mineiro*, que começou a circular em 1823 e destinou-se a informar os leitores sobre os trabalhos da primeira Assembléia Constituinte e sobre temas ligados ao constitucionalismo⁷⁹. Antes da Independência, no entanto, é possível observar a circulação de impressos provenientes de outras regiões, como de que nos dá notícia ofício do Governo Provisório de Minas Gerais à Secretaria de Estado de Negócios do Reino em agosto de 1822. No ofício, o Governo Provisório acusava recebimento de Portaria expedida pelo Príncipe, juntamente com os 1º e 2º números do *Regulador Brasílico-Luso*, os quais continham “importantes objetos” para o “estabelecimento de uma Monarquia Constitucional”.⁸⁰ Na representação, as autoridades mineiras informavam que promoveriam não só a “circulação [do jornal] pelos Povos da Província”⁸¹, mas também sua subscrição conforme anúncio presente no prospecto. Sabemos que esse semanário surgiu no contexto de indefinição quanto ao Império Luso-

⁷⁹ Ver: COMPILADOR MINEIRO, Ouro Preto, dos dias 22/10/1823, 07/11/1823, 19/11/1823, 14/11/1823.

⁸⁰ “Ofício à Secretária de Estado dos Negócios do Reino” de 29/08/1829. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 625-6.

⁸¹ *Ibidem*, p. 626.

brasileiro, tendo nascido “para sustentar a união com Portugal”.⁸² Tratava-se de uma folha oficiosa, a primeira, no dizer de Carlos Rizzini, “no sentido de servir o governo à custa dos cofres públicos”. José Bonifácio teria sido o mentor de sua publicação, tendo expedido cartas às províncias solicitando assinaturas para o mesmo⁸³. Há que se observar, nesse caso, que o aumento de publicações na Corte, derivado do fim do monopólio da Imprensa Régia, em 21 de agosto de 1821⁸⁴, não só permitiu o aumento do número de publicações – na maioria panfletos, folhetos políticos e jornais nos quais discutia-se questões relativas ao futuro de Portugal e Brasil⁸⁵ –, como contribuiu para a circulação destes impressos por outras províncias, como Minas Gerais.

Para as autoridades da Província de Minas, a imprensa tornara-se um importante meio de comunicação, principalmente no que concerne à publicação de documentos oficiais. Não por acaso, parcela significativa das atividades das tipografias que surgiram no Primeiro Reinado era destinada a este tipo de impressão⁸⁶. Não era outro o objetivo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, então membro do Conselho de Governo da Província, ao dirigir-se ao Imperador, em junho de 1825, solicitando ao mesmo que mandasse para Minas, assim como havia feito para a Província de São Paulo, uma “imprensa” (leia-se tipografia) na qual fosse possível imprimir “as Ordens do Governo e os papéis que forem necessário para a Instrução Pública”.⁸⁷ Naquele interstício, como afirma a próprio Vasconcelos, a Tipografia Nacional, uma das primeiras surgidas em Minas Gerais⁸⁸, enfrentava dificuldades para se manter; caso digno de nota.

⁸² RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac-similar. São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 401.

⁸³ *Ibidem*, p. 401-402. Após a Independência, esse jornal passou a intitular-se *Regulador Brasileiro*.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 329.

⁸⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*, op. cit., p. 16.

⁸⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política*, op. cit., p. 106.

⁸⁷ “Ofício à Secretária de Estado dos Negócios do Reino” de 30/06/1825. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 658.

⁸⁸ Duas tipografias surgiram nos anos iniciais do Primeiro Reinado, a Tipografia Nacional, e a Officina Patrícia de Barbosa e Cia, esta última responsável pela impressão do *Compilador Mineiro e do Abelha do Itaculumy*.

Segundo a historiografia, o secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto tentou montar e por em funcionamento, na capital da Província, a “Typografia Nacional da Província de Minas Geraes”, estabelecimento de caráter oficial que se destinaria à impressão documentos atinentes à administração. Silva Pinto seria responsável pela inspeção do estabelecimento, cujos tipos vieram do Rio de Janeiro. Os recursos necessários ao empreendimento, segundo documentação levantada por Xavier da Veiga⁸⁹, viriam do governo provisório, que seria parcialmente ressarcido quando a tipografia entrasse em funcionamento⁹⁰. O plano inicial era imprimir:

“200 exemplares de uma folha diária em 4º, ou de 3 números em semana, em meia folha, na qual se incluão artigos officies do exm. Governo, de interesse nacional, particular do Brasil e província, notícias geraes e variedade”.⁹¹

O projeto de ter uma folha periódica não logrou êxito, tendo a tipografia, ainda segundo Xavier da Veiga, limitado-se à impressão de 500 exemplares da Fala que fez o Príncipe D. Pedro, em Minas Gerais, em 09 de abril de 1822. Segundo um contemporâneo – Bernardo Pereira de Vasconcelos –, este estabelecimento tipográfico, apesar de ter despendido recursos do governo com empregados, não havia conseguido “obter impressão regular de uma folha de papel pela falta de letra”.⁹² Xavier da Veiga, por sua vez, sustentou que o provável motivo da não realização do projeto teria sido o receio dos enormes encargos, o que pode ser verificado no “Plano para administração da Typografia Provincial” por ele

Para um estudo sobre o universo das tipografias em Minas Gerais, ver: MOREIRA, Luciano da Silva, *op. cit.*, p. 95-105. Para a polêmica sobre qual seria a primeira tipografia surgida em Minas Gerais, ver: VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*, *op. cit.*, p. 179-190.

⁸⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes*, *op. cit.*, p. 183-186.

⁹⁰ “Requerimento do Governo Provisório à Junta da Fazenda” (15/03/1822), *apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*, *op. cit.*, p. 184.

⁹¹ “Plano para administração da Typographia Provincial” (08/03/1822), *apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*, *op. cit.*, p. 185.

⁹² “Ofício à Secretária de Estado dos Negócios do Império” (30/06/1825). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 658.

citado, no qual a despesa da oficina com empregados (redator, diretor-maquinista e compositores), bem como com papel e outros chegaria à quantia de 3:000\$000 rs⁹³.

De nossa parte, acrescentamos que os mentores dessa tipografia acreditavam que, além da impressão de documentos para o governo, seria possível imprimir outras obras, vendê-las, e, assim, garantir parte das despesas do estabelecimento. No plano inicial apresentado pelo governo provisório, constava a possibilidade de impressão de diferentes obras, cuja receita atingiria a cifra de 1:000\$000, montante que seria utilizado para saldar as despesas decorrentes do funcionamento da oficina⁹⁴. Esse intento só em parte se realizou.

A tipografia estava em funcionamento em 1823, o que se pode deduzir por dois recibos assinados pelo compositor Francisco Paula de Assunção. No primeiro, datado de 30 de julho de 1823, o empregado recebia a quantia de 37\$700 rs. por serviços prestados à Tipografia Nacional. Já o segundo recibo, datado de 25 de junho de 1825, o mesmo recebia os vencimentos referentes a 2 meses do 4º trimestre de 1823, indício de que a tipografia tinha dificuldades em saldar débitos com os empregados⁹⁵. Pode vir daí o julgamento de Manoel José Barbosa, um dos responsáveis pela “Officina Patrícia de Barbosa e Cia”, de que:

“o Director da denominada [Tipografia] Nacional, não correspondeo ao conceito que delle se fisera e por isso foi suspenso de vencimentos e despedidos os respectivos Empregados e quando mal podia satisfazer ao comprometimento a que se sugeara foi obrigado a ceder da maior parte dos ditos Operários (...) de maneira que nesta extremidade [do Império] será obrigado a fechar a Oficina”.⁹⁶

No Arquivo Público Mineiro existem outros documentos que indicam ter a tipografia funcionado pelos menos entre 1822 e 1824. Trata-se de uma espécie de inventário, no qual o

⁹³ “Plano para administração da Typographia Provincial” (08/03/1822), *apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897), *op. cit.*, p. 185.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 186.

⁹⁵ APM/PP 1/54 – caixa 3, folhas 1-3. Ouro Preto. Tipografias.

⁹⁶ “Correspondência de Manuel José Barbosa” *apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897), *op. cit.*, p. 183.

inspetor e administrador Luiz Maria da Silva Pinto tenta contabilizar os rendimentos do estabelecimento. Nele consta extensa lista de impressos produzidos, com o número de exemplares, o papel despendido, o número de página e o preço. O inventário foi concluído em 13 de janeiro de 1829 e, ao que parece, graças ao fato de que uma das formas de o inspetor controlar a produção da tipografia era exigir do impressor uma cópia de cada coleção de impressos dali saídos⁹⁷. O documento é recheado de informações e demonstra que mesmo antes da impressão do primeiro periódico mineiro havia um esforço para que impressos viessem à lume na Província. Além disso, o inventário nos dá informações difíceis de serem localizadas em relação aos periódicos: os números das tiragens. Estes permitem-nos, ao menos, indagar sobre o número possível de leitores.

No total, foram 51 impressos publicados entre 1822 e 1824; 20 deles divididos entre governo e tipografia. Outros 21 impressos foram publicados somente para o governo e 9 exclusivamente para rendimento da tipografia. O preço era calculado levando-se em conta o papel despendido, mas também o tipo de impresso.

Em relação ao ano de 1822, o documento comprova a impressão da “Falla de sua Alteza Real aos Mineiros”, de que falamos acima. Segundo o inventário, foram 800 exemplares – 300 destinados ao governo, que provavelmente o distribuiria às autoridades de toda a província, e 500 que ficaram à disposição da tipografia para serem adquiridos por terceiros. Consta, em relação à *Fala do Príncipe*, que 743 dos 800 chegaram a algum destinatário, restando apenas 57 na oficina. Números parecidos são o da “despedida” do Príncipe – 800 exemplares impressos, 758 distribuídos, restando 42. Com exceção de um documento “(...) decidido por S.A. Real”, cuja tiragem foi de 1000 exemplares, os números não ultrapassam as cifras já citadas. Este último teve distribuição mais restrita, restando 523

⁹⁷ No documento, diz Luiz Maria da Silva Pinto: “De cada coleção que [o impressor] entrega fica um exemplar ao inspector”. APM/PP, caixa 3. “Lista dos impressos que apresentarão na Typografia da Província de Minas Geraes desde o anno de 1822 até o anno de 1824” (13/01/1829). Ouro Preto.

impressos quando da produção do inventário. A maioria dos documentos oficiais destinados ao governo não ultrapassou a cifra de 100 exemplares; exceção feita à impressão de “Eleição do 2º governo provisório” (400 exemplares), “Ditos para engenho e fábricas” (700 exemplares), “Anúncio da Festa de Aclamação do S.M. Imperador” (200 exemplares). Que nos dizem esses números?

Os números apresentados apontam para a circulação restrita daquilo que poderíamos chamar de “folhas volantes” ou “avulsas”, “compostas de manifestos, proclamações e representações de origem governamental, ou não, sobre os assuntos do momento”.⁹⁸ A conclusão não chega a espantar em se tratando de uma tipografia patrocinada pelo governo. Os impressos com maior número de tiragens foram os destinados a arregimentar o maior número de pessoas – caso dos dedicados às eleições, às festas monárquicas, e dos que diziam respeito a atividades comerciais como o “Dito para engenho e fábricas”, o que nos permite sugerir que a maioria dos impressos saídos dessa tipografia circulou mesmo entre as autoridades da Província.

A Tipografia Nacional imprimiu ainda, em 1823, 200 exemplares do “Extrato do Diário do Rio de 5 de junho de 1823” e do “Suplemento do Diário de 10 de junho”, este último contendo notícias sobre a Bahia, que à época estava em guerra. Sabemos que o *Diário do Rio de Janeiro* destinava-se principalmente “à divulgação de serviços e anúncios comerciais e domésticos”, além de publicar notícias particulares e sobre espetáculos públicos⁹⁹.

A pequena tiragem de jornais parece confirmar a impressão de um dos redatores do *Abelha do Itaculumy*, em novembro de 1824, segundo o qual, raras vezes se imprimiam mais de cem exemplares e, a descontar o elevado preço do papel, além das despesas com outras

⁹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *op. cit.*, p. 16.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 45.

folhas que vinham da Corte, o lucro não era dos melhores¹⁰⁰. O quadro parece não ter se alterado significativamente ao longo do Primeiro Reinado, pois, em fevereiro de 1830, redator de outro periódico vangloriava-se por ter cerca de duzentos assinantes¹⁰¹. De fato, a arte tipográfica não era lucrativa nesses tempos. Em relação a Minas Gerais, há que se registrar o caráter rudimentar, artesanal e, inicialmente, com fortes ligações com o governo¹⁰².

O quadro descrito nos permite entrever a circulação de folhas volantes, editos oficiais e jornais oriundos da Corte antes da primeira publicação periódica em Minas. Esses impressos circularam principalmente entre as autoridades locais que se informavam e utilizavam o produto dos prelos para se comunicar. Era comum, desde os tempos da colônia, que papéis fossem afixados em locais públicos para serem lidos coletivamente ou transmitidos pelos canais da oralidade¹⁰³, como a prática dos *bandos*, ou seja, “o pregão público, pelo qual se faz pública alguma ordem ou decreto”.¹⁰⁴ As autoridades poderiam ainda utilizar o impresso como instrumento de propaganda¹⁰⁵ e defesa de seus interesses, como ocorreu quando da eleição e instalação do Primeiro Governo Provisório na Província, em 1821.

Na ocasião, D. Manuel de Portugal e Castro, governador da capitania desde 1814, se indispôs com os liberais favoráveis à eleição do novo governo. “Numa complexa relação de

¹⁰⁰ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 08 NOV. 1824, p. 518. Note-se que os jornais impressos no Rio de Janeiro constituíam importante fonte de informação para os redatores de Minas Gerais. Nesse sentido, não se pode desconsiderar que os impressos da Província inseriam-se num circuito de comunicação de maior amplitude.

¹⁰¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 25 FEV. 1830, p. 1.

¹⁰² MOREIRA, Luciano da Silva, *op. cit.*, p. 95-97. Para um panorama geral da imprensa na primeira metade do século XIX, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

¹⁰³ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO e SOUZA, Laura (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 373-374.

¹⁰⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Fac-símile da segunda edição (1813), 1922, p. 259.

¹⁰⁵ Sobre a utilização de manuscritos como instrumento de propaganda existem relatos interessantes desde os tempos da Capitania. Em 1744, por exemplo, um eremita que se apresentava, para uns, como Antônio da Silva e, para outros, como João Loureiro, apareceu na Vila do Príncipe dizendo-se o Encoberto. Ele afixou um simulacro de bando na Vila dizendo-se filho do Rei Dom João V e propondo realizar um movimento de cunho milenarista-messiânico coadjuvado por negros, índios e mestiços. Por meio do bando, o eremita convocava o ‘povo’ da região a aceitar sua autoridade como líder da sedição que não chegou a realizar-se. Ver: VILLALTA, Luiz Carlos. O *Encoberto* da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais. *Revista Fênix*. Vol. 4, Ano IV, out/dez. 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br/vol13Villalta.php. Acesso: 04/07/2008.

forças”, o então governador, figura associada aos partidários do Antigo Regime, conseguiu ser eleito presidente da Junta Provisória. Como vice-presidente foi eleito o desembargador José Teixeira da Fonseca de Vasconcelos, liderança liberal, denotando uma “acomodação entre Portugal e Castro e os liberais, em que o primeiro admitia o governo provisório e os segundos conciliavam com a força da autoridade constituída”.¹⁰⁶

Os liberais, no entanto, conquistaram a maioria no governo provisional e acabaram ascendendo ao poder com o pedido de demissão de Portugal e Castro. Na ocasião da retirada do antigo governador, seus adversários afirmavam que a conduta do mesmo era “patenteada por vários impressos, à vista dos quais bem se pode ajuizar do inconstitucionalismo de semelhante Déspota, que não tem par no seu orgulho e indocilidade, que são [...] mas que bastante para ser excluído de figurar no Governo Provisório”.¹⁰⁷ Segundo Wlamir Silva, os partidários de Portugal e Castro valeram-se, ainda, de cartazes sustentando sua autoridade e de “uma paródia do Hino Constitucional”¹⁰⁸, demonstrando que os papéis circulantes pelas ruas acendiam a fogueira do embate político e serviam para mobilização de correligionários. Em inícios do século XIX, assim como durante todo o século XVIII, a circulação de manuscritos e a oralidade foram importantes formas de comunicação, de que nos é exemplo, bastante conhecido, a circulação das Cartas Chilenas e a atuação de Tiradentes, em fins na década de 1780¹⁰⁹.

¹⁰⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Tese de doutoramento em História), p. 72.

¹⁰⁷ “Ofício da Câmara de Vila Rica”, de 27 de outubro de 1821, *apud*. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Identidades políticas e emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro*. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 526.

¹⁰⁸ SILVA, Wlamir, *op. cit.*, p. 72. A entoada de canções, hinos e poesias de conteúdo político nas ruas de Minas Gerais foi comum durante todo o Primeiro Reinado. Muitas dessas canções eram publicadas em jornais. Ver, por exemplo: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 12 NOV. 1824, p. 528.

¹⁰⁹ Sobre a circulação das Cartas Chilenas ver: CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6ª edição. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 161-168 e FURTADO, Joaci Pereira. O falso manifesto da revolução que nunca houve. *Nossa história*. Ano 3, nº 31, maio de 2006, p. 80-83. Sobre a atuação política de Tiradentes a bibliografia é vasta, ver, por exemplo: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese, Doutorado em História); e VILLALTA, Luiz Carlos. *Leituras e Inconfidência Mineira (1789)*.

Os casos acima analisados demonstram a importância que os impressos vinham adquirindo em Minas Gerais. Na ausência de periódico regular, no contexto da Independência, impressos provenientes da Corte do Rio de Janeiro – principal centro decisório – passaram a circular e serviram de instrumento de comunicação e propaganda. O esforço das autoridades para manter estabelecimentos tipográficos em funcionamento revela também os limites da circulação de informações de interesse público nesse interstício: se, por um lado, não se negava o papel da imprensa na difusão de idéias e informações, por outro, a iniciativa oficial, por si só, garantia certo controle sobre aquilo que deveria tornar-se público. O aparecimento das tipografias particulares e, com elas, dos jornais viria a modificar este quadro.

1.2 A circulação de periódicos e seus usos

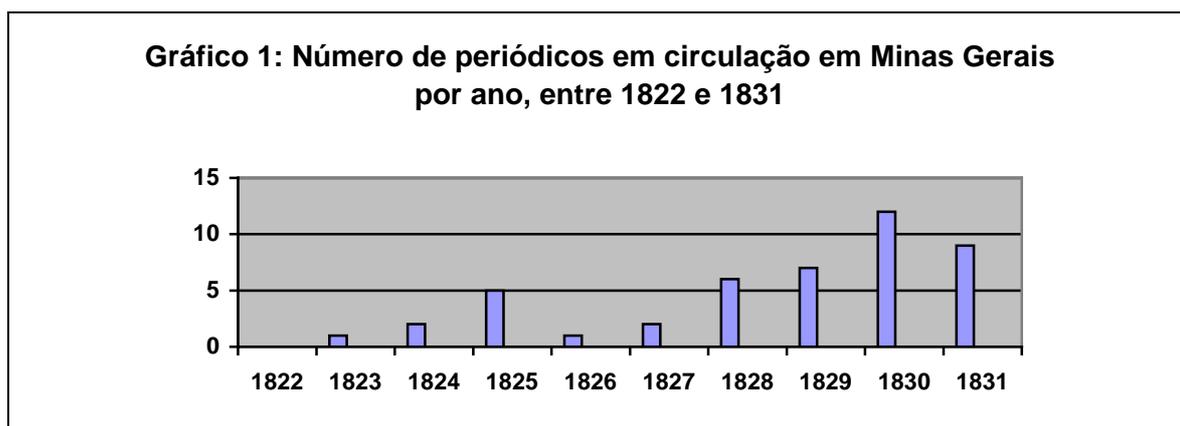
Em que pese a circulação de impressos provenientes da Corte, bem como de folhas avulsas, manifestos e documentos oficiais durante a Independência, foram os periódicos que certamente incrementaram a paisagem político-cultural mineira. Quanto a eles, não há dados estatísticos sobre o número de tiragens. Os dados quantitativos disponíveis referem-se exclusivamente ao número de periódicos em circulação por ano.

Entre 1823 e 1831, em Minas Gerais, circularam vinte periódicos. Mais da metade (55%) foi publicada em Ouro Preto, capital e centro político da Província. O primeiro a ser publicado, como já dissemos, foi o *Compilador Mineiro*, que circulou entre 22 de outubro de 1823 e 09 de janeiro de 1824. Em seguida, teve início a publicação do *Abelha do Itaculomy*, que circulou até julho de 1825, dando lugar ao *Universal*, periódico de grande longevidade. Ainda em Ouro Preto, circularam jornais de caráter oficial, como o *Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho de Governo da Província*, *Atas de Sessão do Conselho do*

Governo e outros, dos quais só restaram ao pesquisador os nomes, como *O Patriota Mineiro*, *O Precursor das Eleições* e *O Mentor dos Brasileiros*, além do *Telégrapho* e do *Novo Argos*, esses últimos ferrenhos debatedores no ocaso do Primeiro Reinado.

Fora de Ouro Preto, vieram à lume, em São João Del Rei, além dos dois já citados, *A Constituição em Triumpho* e *O Mentor das Brasileiras*, hebdomadário destinado ao público feminino. Em Mariana foi publicado o *Estrella Mariannense*; no Serro, o *Liberal do Serro* e a *Sentinella do Serro*; no Tejuco, o *Echo do Serro*; e, em Pouso Alegre o *Pregoeiro Constitucional*¹¹⁰.

O **Gráfico 1**, a seguir, permite-nos visualizar o número de periódicos em circulação na Província de Minas Gerais entre 1822 e 1831¹¹¹.



Fonte: CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2.

Se considerarmos todo o período em estudo, perceberemos que o maior número de jornais em circulação na Província ocorreu no ano de 1830, quando haviam 12 periódicos. A data coincide com o início da segunda legislatura, quando novos deputados juntamente e através da imprensa promoveram debates em torno da reforma constitucional¹¹². A crescente

¹¹⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes*, *op. cit.* 189-192.

¹¹¹ Esse levantamento não ultrapassou os limites do recorte histórico da pesquisa, cujo marco final é a Abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831.

¹¹² LYRA, Maria de Lourdes Viana Lyra. *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000, p. 54-65.

publicação de impressos em Minas Gerais, no período em questão, teve início, conforme o **Gráfico 1**, em 1828 quando 6 periódicos circulavam na Província. O aumento numérico dos jornais refletia a crescente politização da sociedade, que, por sua vez, utilizava o espaço dos jornais para o debate político: a imprensa era, a um só tempo, produto e produtora do debate.

Alguns critérios podem ser utilizados para analisar a importância que os jornais tiveram junto ao público. O primeiro critério é, sem dúvida, o número de periódicos em circulação. A longevidade de alguns deles também pode ser indicativa de maior aceitação perante o público e de condições financeiras favoráveis à sua continuidade. Poderíamos acrescentar, ainda, os anúncios indicando o local de venda, as referências recíprocas às matérias publicadas – indicativo da prática de leitura e crítica –, além da participação de leitores através da seção “correspondências”.¹¹³

Dos jornais em circulação no Primeiro Reinado consultados para essa pesquisa, três circularam por tempo relativamente longo, se comparados aos demais. O *Universal* que circulou até 1842; o *Astro de Minas*, impresso até 1839; e o *Novo Argos* que findou em 1834. Os outros periódicos não foram publicados por período superior a três anos; mas possuíam característica comum a todos a maioria dos jornais do período: constituíram uma “literatura de circunstância” que refletia “uma preocupação coletiva em relação ao político”.¹¹⁴

A longevidade dos três periódicos acima citados estava, certamente, relacionada com a atuação política de seus redatores ou idealizadores. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Baptista Caetano de Almeida e Antônio José Ribeiro Bhering, respectivamente, redatores-colaboradores do *Universal*, *Astro de Minas* e *Novo Argos* exerceram cargos legislativos entre

¹¹³ Esses critérios de análise foram utilizados por SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 140 e por PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*, op. cit., p. 69 et seq.

¹¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, op. cit., p. 36.

o fim do Primeiro Reinado e início das Regências, e tinham importância política reconhecida para além das fronteiras de Minas Gerais¹¹⁵.

No fim do Primeiro Reinado, esses jornais desempenharam papel importante nos eventos que antecedem à Abdicação. Não só os números são indicativos do papel dos jornais nos eventos políticos, mas seu conteúdo. Alguns redatores passaram a dizer abertamente ser opositores do governo¹¹⁶. Além disso, uma intensa guerra discursiva se processou com redatores reagindo e atacando seus adversários, bem como defendendo seus correligionários políticos.

Certamente nos anos que antecederam à Abdicação, a leitura de jornais foi mais intensa. A prática de republicação de artigos e de comentários indica que os jornais em circulação eram lidos com frequência. Leitura e crítica eram sintomas do debate. A título de amostragem, basta dizer que, dos 51 exemplares consultados do *Amigo da Verdade* referentes ao ano de 1829, em, no mínimo 30, haviam referências explícitas ao *Astro de Minas*¹¹⁷. Sem contar os comentários sobre matérias publicadas no *Universal* – certamente o periódico mais referenciado entre o Primeiro Reinado e as Regências. O mesmo se dava com o *Novo Argos* que constantemente se referia ao *Telégrapho*, ao *Echo do Serro* e outros¹¹⁸.

Anúncios existentes nos jornais fornecem pistas dos locais por onde eles circulavam. O *Pregoeiro Constitucional*, impresso no arraial de Pouso Alegre, poderia ser adquirido para além das fronteiras da Província, como indicado no primeiro número.

“Subscreve-se para esta folha no **Rio de Janeiro** na loja do Sr. João Pedro da Veiga e C., no Ouro Preto em a do Sr. Manoel Soares do Couto, em **S. João d’El-Rei** em a do Sr. Martiniano Severo de Barros e C., na Villa da **Campanha** em a do Sr. Bernardo Jacintho da Veiga, em **S. Paulo** em a do Sr.

¹¹⁵ Trataremos dos autores no **capítulo 2**.

¹¹⁶ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 DEZ. 1829, p. 1-4.

¹¹⁷ Esse dado foi levantado a partir da consulta e leitura dos exemplares. Os números apresentados se referem apenas às matérias que contam explicitamente a leitura do *Astro de Minas*. Certamente o número seria maior se considerássemos as referências implícitas presentes no debate ocorrido naquele ano.

¹¹⁸ O debate impresso é tema do **capítulo 4**.

Joaquim Antonio Alves Alvim, em **Guaratinguetá** em a do Sr. Antonio Clemente do Santos, neste Arraial na Typografia”.¹¹⁹

O anúncio aponta para uma rede de correspondentes que inclui lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Certamente a localização geográfica da tipografia, no sul da Província, facilitava a correspondência entre os pontos de comércio citados no anúncio. A que se observar que as tipografias eram também locais de aquisição do periódico, mas sua venda nesses locais perpassava interesses políticos. O *Novo Argos*, por exemplo, poderia ser adquirido no Tejuco e em São João Del Rei, nas tipografias que imprimiam, respectivamente, o *Echo do Serro* e o *Astro de Minas*, periódicos com os quais existiam afinidades políticas. O mesmo ocorria com o *Estrella Mariannense*¹²⁰ (liberal) e com os jornais conservadores¹²¹. Além disso, jornais como o *Abelha do Itaculumy*, vendidos em Ouro Preto, recebiam correspondências de localidades como Sabará, Barbacena e São João Del Rei, o que indica que o circuito de comunicação do impresso ultrapassava os limites da capital¹²². Ainda sob o ângulo da disponibilidade, os periódicos poderiam ser adquiridos em lojas e residências particulares¹²³ a preços módicos: em média custavam 80 réis, menos que o preço de uma empada de recheio de frango cujo valor chegava a 100 réis¹²⁴.

Esses jornais poderiam ser encontrados e lidos em livrarias, bibliotecas, tabernas e sociedades políticas – espaços de sociabilidade que se constituíram, entre o Primeiro Reinado

¹¹⁹ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 07 SET. 1830, p. 1.

¹²⁰ Ver: ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 MAI. 1830, p. 1.

¹²¹ O periódico *Amigo da Verdade* poderia ser adquirido em São João Del Rei e na tipografia do *Telegrapho*, conforme anúncio publicado no dia 16/06/1829: “A subscrição de faz na Typographia, rua da Intendência casa nº 167, e na Imperial Cidade do Ouro Preto na do Telegrapho”. AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 JUN. 1829, p. 45.

¹²² Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, dos dias 11/06/1824, 15/04/1824 e 27/08/1824.

¹²³ Anúncio publicado no dia 14 de janeiro de 1825 nos informa, por exemplo, que o *Abelha do Itaculumy* poderia ser adquirido na tipografia onde era impresso e também nas lojas dos Srs. Coronel Nicolao Soares do Couto e do Capitão João de Deos Magalhães Gomes. Não há, no entanto, informações sobre o endereço destes estabelecimentos e nem sua natureza. Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 14 JAN. 1825, p. 5.

¹²⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *op. cit.*, p. 94.

e as Regências¹²⁵. Robert Walsh, inglês que esteve em São João Del Rei neste período, não deixou de registrar a presença de periódicos em biblioteca daquela localidade: além de periódicos estrangeiros, “todos os jornais publicados no Brasil são ali recebidos e colocados na sala de leitura”.¹²⁶

Como eram organizados e qual o conteúdo desses jornais? A primeira parte da pergunta também é relevante, uma vez que a organização dos textos e a materialidade dos impressos interferem nas leituras que deles podem ser feitas¹²⁷. De um modo geral, os periódicos eram impressos em formato *in-quarto*, com quatro páginas numeradas sequencial e continuamente. Essa forma de paginação indica que o leitor poderia ir adquirindo as folhas aos poucos, de forma semelhante à organização de fascículos¹²⁸. Considerando que textos mais extensos eram publicados ao longo de vários exemplares, a paginação poderia também ajudar o leitor a organizar sua leitura. Na página inicial, constavam o título, a epígrafe de algum autor importante, a data e o número do exemplar. Nada de imagens. Cada uma das páginas possuía duas colunas compostas exclusivamente de textos, cuja separação era indicada pelo título, normalmente com letras maiúsculas. Os anúncios eram publicados sempre na última página, na qual constava o nome da tipografia. Em muitos dos anúncios, havia oferta de livros. O formato dos jornais raramente fugia a esse padrão, e os leitores sabiam se orientar diante do impresso, como indica um relato de uma prática de leitura extraído de um periódico da época, no qual o leitor dizia que “sempre he bom que se leia [até] o fim, porque pode trazer algum anúncio que interesse saber”.¹²⁹

¹²⁵ Sobre as práticas de leitura nesses espaços, remeto o leitor à dissertação de Luciano da Silva Moreira, especialmente ao capítulo 4 : MOREIRA, Luciano da Silva, *op. cit.*, p. 87-168.

¹²⁶ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil* (1828-1829). Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, Vol. II, p. 78.

¹²⁷ CHARTIER, Roger. *A História cultural entre prática e representações*, *op. cit.*, p. 121.

¹²⁸ A paginação contínua e a publicação de artigos que se estendiam por vários exemplares também foi característica dos periódicos que circularam na América hispânica. Ver: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: ensaios sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 238.

¹²⁹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 18 AGO. 1829, p. 113.

Os jornais eram organizados por seções indicadas por títulos em letras maiúsculas. O primeiro exemplar, normalmente, trazia o “prospecto” no qual os redatores explicitavam os motivos a que se destinava a publicação. Tratava-se de uma espécie de carta de intenções, às vezes verborrágica, que procurava angariar futuros correspondentes que se alinhasse com a posição política do redator. Aos leitores era reservada a seção “correspondências”. Além dos anúncios, existia a seção “variedades” na qual havia pequenos textos – muitos contendo frases espirituosas de algum autor conhecido – tratando dos mais diversos temas. Alguns desses textos eram anedotas que continham inusitado ingrediente de crítica política. A campanha promovida pela imprensa contra o “gabinete secreto” motivou a publicação desse tipo de texto, no qual se percebe contundente ataque à administração ministerial, como a que se segue.

“Oferecendo um Ministro do Brasil, uma insígnia a um Benemérito da Pátria (isto por uma exceção à regra) ouviu a seguinte resposta – Eu não posso aceitar a mercê, que me quereis fazer: pois temo que o povo me tenha por *seu inimigo*”.¹³⁰

Havia uma seção destinada às “notícias estrangeiras” e uma outra, denominada “interior”. Nessa última encontramos reflexões filosóficas que se estendiam por vários números; a palavra *continuar-se-á* indicava ao leitor que o texto não se encerrava no exemplar adquirido. De modo geral, os jornais saíam entre uma e três vezes por semana, de forma que o “espaço entre um número e outro representava o tempo de discussão e assimilação do conteúdo impresso”.¹³¹

Os jornais transcreviam ainda discussões parlamentares, documentos oficiais, textos de outros periódicos e de livros. As transcrições não eram vistas como plágio, mas como uma

¹³⁰ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 20 NOV. 1830, p. 116.

¹³¹ MOREIRA, Luciano da Silva,. *op. cit.*, p. 122. Uma análise detalhada e rica dos aspectos materiais dos jornais mineiros desse período também pode ser encontrada na obra citada.

maneira de difundir informações e debater, além de dar legitimidade a determinada posição política. As transcrições de textos de caráter teórico e filosófico, acreditamos, não tinham a pretensão de atingir de um público qualquer, pois a estrutura destes textos sugere que eram destinados aos subscritores e a leitores acostumados a ter o contato com livros desta natureza.

Quanto às transcrições de falas parlamentares, vale dizer que eram normalmente selecionadas previamente e, de modo geral, vinham acompanhadas de comentários elaborados pelos próprios redatores, ora legitimando discursos com os quais havia afinidade política, ora atacando aqueles aos quais se opunham. Essa fórmula permitia aos redatores, de um lado, informar o público sobre os debates, e de outro, fazer do periódico um espaço alternativo à tribuna. Como muitos jornalistas eram também políticos, havia, certamente, o interesse em dar publicidade a debates capazes de fortalecer e reafirmar sua posição no campo político¹³². Por outro lado, não se pode negar que a publicidade das discussões parlamentares assegurasse uma “conexão entre deputados e eleitores como partes de um único público”.¹³³

Era comum, também, que textos publicados originalmente em jornais de outras províncias fossem modificados com o objetivo de atingir o público leitor mineiro. No exemplar do dia 26 de maio de 1829, o periódico *Amigo da Verdade* publicou correspondência endereçada à redação no qual havia longa transcrição do *Diário Fluminense*, jornal ao qual comparecia nada menos que D. Pedro I, que utilizava o espaço que lhe era reservado para combater opositores¹³⁴. A correspondência inicia-se com o relato da prática de leitura. O leitor certo dia achava-se em casa na companhia com alguns amigos acostumados a “passar duas ou três horas de serão” durante a noite, quando um dos presentes tirou do bolso um jornal, neste caso o *Diário*,

¹³² Ver, por exemplo, *Reflexões sobre alguns trabalhos da Assembléia Legislativa* publicada no *Astro de Minas* do dia 11 de dezembro de 1827.

¹³³ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, op. cit. p. 104.

¹³⁴ SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. A vida de D. Pedro I. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972 (Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil), p. 225 e 301.

“Meus amigos, aqui trago um artigo, aonde fui encontrar uma boa parte das idéias, que nos por aqui temos expedido no nosso entretenimento politiquero; eu o vou ler com tanto mais prazer, quando vejo que há homens (que não parecem tolos, como este que assina P.B), os quais concordão inteiramente com o nosso modo de pensar”.¹³⁵

Após essas palavras, um dos participantes iniciou a leitura do periódico, persuadido de que se “todos os Brasileiros de senso escrevessem suas idéias sobre nosso estado de cousas públicas, ou mais para aqui, ou mais para ali”, haviam todos de concordar com autor do artigo a ser discutido. Segue-se, então, a transcrição do artigo juntamente com notas de rodapé que ora correspondem às reações dos leitores ao ouvir a leitura, ora a observações inseridas pelo redator.

A primeira questão a notar diz respeito à prática de leitura. Durante o Primeiro Reinado, a leitura oral e coletiva era bastante comum, permanência do período colonial. No ambiente doméstico, reuniam-se os participantes das assembléias¹³⁶. Um deles assumia a leitura do texto, enquanto os demais ouviam atentamente o discurso, seguindo-se, então, a discussão do conteúdo lido. Nesta maneira de ler, a entonação da voz, o “engajamento do corpo”¹³⁷, enfim, a performance do leitor, interferia na reação dos ouvintes. Segundo o relato em pauta, os participantes concebiam a leitura como entretenimento, mas sabiam que se tratava de temas ligados à política. Aquele que assumia a leitura já conhecia o texto e pretendia transmiti-lo aos demais. Nos tempos da colônia, numerosos são os exemplos desse tipo de prática. Basta lembrar das reuniões ocorridas na residência de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, nos anos de 1790, quando letrados ali se reuniam para ler e discutir num clima

¹³⁵ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 26 MAI. 1829, p. 22.

¹³⁶ Ressaltamos que a leitura coletiva ocorria também em espaços públicos como nas bibliotecas, o que pode ser verificado por anúncios publicados nos próprios jornais. Ver: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 JUN 1831, p. 4 e UNIVERSAL, Ouro Preto, 28 MAR. 1831, p. 3.

¹³⁷ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 16.

agradável¹³⁸. Mas pode-se apontar também diferenças. No caso dos letrados fluminenses, eram principalmente os canais de oralidade que permitiam que os temas discutidos nas residências atingissem um público variado. A impressão no jornal, no entanto, contribuía para publicizar as discussões que ocorriam no ambiente privado, fixando histórias, permitindo múltiplas leituras e potencializando os debates¹³⁹, antes restritos ao círculo da intimidade.

O texto transcrito do *Diário Fluminense* inicia-se com um ataque ao *Aurora Fluminense*, ao *Malagueta* e ao *Ástrea*, jornais liberais que exerciam papel de oposição. A crítica inicial era que essas folhas, supostamente “arcas da salvação da liberdade brasileira”:

“arrogarão-se o privilégio exclusivo de emitirem as suas opiniões como sem réplica, e em seu absoluto intolerantismo attacão aos que não jurão em suas palavras; tirão remottíssimas, e extravagantes conclusões dos princípios alheios; calão proposições, que explicão a boa fé de seus authores; e depejão sobre os escritos que não tem o seu cunho, o negro fel das suas perigosíssimas suspeitas; e nisto marchão sobre os seus princípios, porque sem incutirem sempre e sempre desconfiança contra o Governo, não podem contar com a credulidade de mal avisados leitores”.¹⁴⁰

Já no início do texto, os leitores deveriam perceber que o correspondente desejava defender-se dos opositoristas propondo uma leitura “correta” do que era publicado nesses jornais. Originalmente, o texto era uma réplica; mas publicado no periódico sanjoanense tornou-se, um ataque ao *Astro de Minas*, jornal que travava discussões locais com o *Amigo da Verdade*. É bem verdade que as disputas entre esses dois jornais fazia ecoar, em cores locais, os debates políticos nacionais.¹⁴¹ Mas, nesse caso, houve a preocupação em direcionar a leitura para o público mineiro. Após a já citada crítica aos jornais opositoristas, foi introduzida a seguinte nota ao original:

¹³⁸ AUTOS de devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. / [Fábio Lucas... et al.]. 2ª edição, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 74. De agora em diante faremos referência a esta documentação como ADRJ.

¹³⁹ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 208.

¹⁴⁰ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 26 MAI. 1829, p. 22-23.

¹⁴¹ VELASCO, Ivan de Andrade. As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Lauriano. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006, p. 159.

“Espere, espere (disse uns dos ouvintes) não falla ali tão bem do *Astro* [*de Minas*]? (não, respondeu elle) pois olhe desde as palavras – esta folha &c. --- até aqui, quadra-lhe tudo muito, e muito bem; parece que o tal Snr. P. B. tinha o *Astro* em vista, quando escreveo este período”.¹⁴²

A nota tenta reproduzir a reação dos ouvintes diante da leitura do texto. A reação é de um leitor que se apropria do texto e o interpreta tendo em mente uma situação que lhe é familiar. O relato prossegue e mais notas são acrescentadas, todas direcionadas ao leitor mineiro, revelando-nos, mais uma vez, que os redatores do periódico não transcreviam e republicavam textos alheios a esmo: havia uma seleção que levava em conta o ideário político dos redatores e a comunidade de leitores que se pretendia alcançar.

Não há como negar que os redatores dos periódicos tentassem controlar aquilo que era publicado. No entanto, a prática de subscrição e venda por assinatura criava situação de tensão entre redatores e leitores. Se, por um lado, a impressão de periódicos por subscrição e venda por assinatura significavam que os redatores tinham em mente um público pré-selecionado e limitado, por outro lado, essa prática permitia que leitores-subscritores pressionassem o redator para que suas correspondências fossem publicadas. Alguns chegavam a exigir explicações dos redatores. Não há como precisar em que proporção essas situações ocorriam, mas os anúncios de não publicação podem ser indicativos dessa prática.

Em 10 de dezembro de 1829, redatores de periódico oposicionista assim se dirigia a um correspondente: “Ao Sr. *amante da liberdade* precisamos de falar a respeito da correspondência que nos enviou”.¹⁴³ Há pouco mais de um mês depois, o redator voltou a se

¹⁴² AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 26 MAI. 1829, p. 22-23.

¹⁴³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 DEZ. 1829, p. 4. A prática do redator de se justificar aos correspondentes pode ser verificada em outros jornais como no *Astro de Minas*: “O Sr. Amante da Pátria, e da humanidade queira mandar a esta Typographia, procurar a sua Correspondência: pois nós a não podemos inserir por dous motivos: primeiro por não estar assignada conforme a Lei; segundo [por] conter cousas oppostas ao nosso Propescto: e de novo prevenimos aos nossos Correspondentes, que não faremos imprimir correspondências, que contenhão PERSONALIDADES”. ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 DEZ. 1827, p. 4.

dirigir a outro correspondente. “Ao sr. *Amigo da Razão* declaramos que não podemos inserir a correspondência que nos enviou por conter fatos da vida privada do Cidadão”.¹⁴⁴

Esses anúncios revelam que leitores desejavam ver publicadas suas correspondências e, portanto, almejavam que suas opiniões ganhassem publicidade. Percebe-se a existência de contato próximo entre redator e leitor. Este último querendo tornar pública sua palavra; o primeiro interditando textos a fim de garantir controle sobre o impresso que seria dado a ler. Em outros casos, no entanto, redatores viam-se obrigados a publicar correspondências a eles enviadas. Nessas situações, restava-lhes modificar o texto. Isso é o que se viu no *Abelha do Itaculomy*. Em 19 de janeiro de 1824, esse periódico tornava pública algumas instruções orientando os eleitores sobre como proceder nas eleições paroquiais, de autoria de um leitor. O texto não foge ao protocolo de dirigir-se ao redator pedindo ao mesmo para inserir sua correspondência por tratar-se de interesse público. O autor pedia aos eleitores que fossem “mais escrupulosos em suas nomeações (...) tendo em vista o merecimento, a virtude, a ciência, e caráter, a constância e a boa conduta” dos candidatos. Argumentava o correspondente que muitos eleitores desconheciam mesmo os nomes daqueles que haviam sido eleitos. No final do texto, o autor relata conversa entre o Presidente da Província e alguns eleitores aconselhando esses últimos a tomar conhecimento sobre os candidatos.

“Disse então o Presidente como nomeo sujeitos sem os conhecerem, nem ao menos saberem de seus nomes? Responderão, ouvimos dizer que são bons homens. Cada hum falla da festa, como lhe vai nella, quem sabe se taes testemunhas informantes são suspeitas? (...) Em huma palavra não nomeem VV. SS. a ninguém sem terem delle pleno conhecimento. – DE VV. SS”.¹⁴⁵

Ao findar da correspondência, o redator viu-se na obrigação de informar aos leitores e, certamente, ao correspondente, que foi obrigado a modificar o texto original: “(*) Suprimimos

¹⁴⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 JAN. 1830, p. 4.

¹⁴⁵ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 19 JAN. 1824, p. 16

alguns artigos e corrigimos outros porque nossa intenção he dissipar suspeitas, e extinguir, se he possível, todos os ódios. (Redatores)”¹⁴⁶

Essa correspondência permite-nos analisar a complexa relação estabelecida entre redatores e a comunidade de leitores. O texto foi publicado, em parte, porque sua mensagem coadunava com o que pensavam os redatores sobre os objetivos do jornal. No entanto, o “excesso” na linguagem, como se dizia na época, devia ser evitado; motivo pelo qual o texto teve partes suprimidas a fim de transmitir a mensagem autorizada aos leitores e, ao mesmo tempo, resguardar os redatores de futuras indisposições com alguém que viesse se sentir ofendido com a correspondência.

Em outros casos a interdição, modificação ou não publicação do texto dava origem a disputas que se estendiam por vários exemplares. Foi o que aconteceu com correspondência publicada no nº 12 do *Abelha*, cuja repercussão pode ser encontrada consultando-se o nº 28 do mesmo periódico. A análise dessas correspondências, tal como foram publicadas, permite-nos avaliar a relação entre o correspondente – a um só tempo autor e leitor – e os redatores.

Em 06 de fevereiro de 1824, era publicada missiva na qual um anônimo autor fazia uma série de reclamações sobre o péssimo estado em que se encontrava a Matriz de Ouro Preto. Na visão do correspondente, essa igreja encontrava-se em tal situação devido ao pouco apreço que tinham alguns eclesiásticos quanto ao que deveria ser sua função. Muitos desses, como no caso do vigário responsável pela Matriz, arrendavam igrejas a particulares, tendo em vista benefícios pecuniários. Por fim, o autor alinhava-se com a instituição do padroado, nos seguintes termos:

“Por esta ocasião disse-me um sujeito, que lera na sua Folha uma Ordem, que manda suspender no Rio de Janeiro a Ordenação de Senhores Sacerdotes, sem licença do nosso Imperador: assim [se] o nosso Imperador incumbisse aos Senhores Bispos a escolha dos Vigários, com o direito de os despedir, quando

¹⁴⁶ ABELHA DO ITACULUMY, *loc. cit.*

faltasse a sua obrigação; por que lá da Mesa de Consciência tem vindo muito de recomendação (como o de *...) e de tão fina piedade, que não tosqueão as ovelhas; pelam-nas; e quando lhes ficam alguma cousa longe dos olhos, arrendam-nas a quem lhes tire coró e cabelo. É Doutrina? A de Cartilha, se tiverem a devoção de as comprar e ler”¹⁴⁷.

A citação acima ajuda-nos a perceber as circunstâncias nas quais a correspondência foi impressa. A expressão “(como o de *...)” não foi acrescentada ao texto original aleatoriamente; trata-se de uma supressão do texto original. Após a impressão da carta, o redator acrescenta aviso ao correspondente e aos leitores: “Perdoe o Sr. Correspondente a supressão: não nos arredamos do nosso propósito: ainda que públicos sejam os fatos”¹⁴⁸. O propósito, de que fala o redator, foi explicitado aos leitores no primeiro exemplar impresso: a publicação de artigos oficiais e noticiosos, correspondências e escritos capazes de promover a instrução pública na Província, desde que promovam a ordem e a tranquilidade pública¹⁴⁹. Percebe-se, assim, que a carta não veio a público tal como foi escrita: foram suprimidas partes não condizentes com a linha editorial do periódico.

Outra questão merece destaque na citação acima. Trata-se da forma como se dava o fluxo de informações, a leitura e a discussão do conteúdo impresso. Segundo o correspondente, outro “sujeito” “lera” no jornal ordens para suspender a ordenação de sacerdotes sem a licença do Imperador. Após a leitura, o tema difundiu-se por meio da oralidade, por meio do “disse-que-disse”. A discussão motivou a carta enviada ao periódico e os comentários do redator. Desta forma, o jornal não só fomentava a discussão do assunto, mas era espaço onde a prática do debate se materializava e se prolongava. Assim, torna-se possível compreender a publicação da correspondência com as supressões do redator. Na verdade, a publicação da correspondência revela a intenção do redator em promover debate sobre a questão; só que dentro dos limites impostos pelo próprio responsável pelo periódico.

¹⁴⁷ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 06 FEV. 1824, p. 47-48.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 48.

¹⁴⁹ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 12 JAN. 1824, p. 1-2.

Por isso, no mesmo exemplar foi publicada carta seguida de comentário escrito pelo próprio redator, no qual as opiniões convergem. A forma como os dois textos foram impressos indicamos uma operação pela qual assuntos de interesse local, ou até mesmo particular, foram conduzidos para atingir certo grau de generalização e, a partir disso, se tornarem objeto de atenção de um maior número de pessoas, podendo ganhar, assim, maior publicidade. Não por acaso, a correspondência repercutiu nos números posteriores.

Em 15 de março de 1824, outro correspondente queixou-se com o redator pelo fato de não ver inserida no jornal carta enviada à redação criticando o leitor que indignara-se com a situação da Matriz de Ouro Preto. O tom desta carta não é nada formal, e o redator sente-se obrigado a publicá-la.

“Srs. Redatores – Como não tenha ciência da Lei, que obrigue à responsabilidade ao Redator de qualquer periódico, por inserir em suas folhas qualquer correspondência, sim ao que escreve, e que para isso vá reconhecida a arma do Escritor, para a apresentar o [que] exigirem e sofrer a pena da Lei, me admira VV.mm. darem em aviso o não se imprimir uma Carta, que se lhes remeto reconhecida: Que será isto? Li, e reli o seu primeiro número e nele não vejo senão receios pânticos. Que tem o Srs. Redatores que eu seja chamado a juízo pelo que escrevi? Ah! Que glória seria a minha quando assim sucedesse! “Porém quando VV.mm. apesar do que digo, não queira inserir uma Carta que remeti, debaixo do nome que vai neste assinado, queira por obsequio fazê-la regressar no Correio Barbacena, com sobre capa a ..., para ele enviar-me, e eu faze-la aparecer pública em outra parte &. &c. (*)”¹⁵⁰

O redator foi ameaçado pelo fato de se negar a publicar correspondência escrita por um leitor. O argumento era de que se a correspondência fosse publicada com o nome do autor, caberia a ele, e não ao redator, responder pelas possíveis sanções decorrentes da publicação. Nesse caso, a situação do redator era um tanto quanto complicada. Até 1823 vigorou o decreto de 18 de junho de 1822, de autoria de José Bonifácio, que previa punição para a “liberdade excessiva da imprensa”. Esse decreto determinava que todos os escritos deveriam ser

¹⁵⁰ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 15 MAR. 1824, p. 109-110.

assinados. Caso fossem anônimos, o proprietário da tipografia passava a ser o responsável pelo que viesse a ser impresso. Essa regulamentação foi substituída por projeto de lei, elaborado por diversos deputados da Constituinte de 1823. Segundo este, “nenhum escrito, de qualquer qualidade, volume ou denominação [era sujeito] à censura, nem antes, nem depois de impressos”.¹⁵¹ A qualquer pessoa era permitido imprimir, publicar, comprar e vender livros e escritos sem responsabilidade, exceto em caso de abuso. Como abuso, poderiam ser arrolados os casos em que alguém utilizasse a imprensa para excitar povos a rebelião. É bem verdade que, ao longo do Primeiro Reinado, a liberdade de imprensa e a prática do anonimato permitiram que os jornais se tornassem um importante veículo de atuação nos espaços públicos que se constituíam. Mas há que se observar, que em 1824, data em que circulou o *Abelha do Itaculomy*, “os debates e os canais de participação política, que se ampliaram entre 1821 e 1823, encontravam-se (...) sob severa repressão”¹⁵², com a prisão de jornalistas e o empastelamento de jornais, principalmente no Rio de Janeiro.

Mas as possíveis sanções legais eram apenas um ponto a considerar. Para os redatores, era preciso ter em mente, ainda, o fato de que seus leitores eram também assinantes. Para o periódico em questão, a subscrição parecia ser o único modo de garantir a publicação, o que pode ser analisado pelos constantes anúncios tentando angariar leitores¹⁵³. No que concerne à correspondência analisada, há indicações de que ela foi endereçada com a identidade do autor que, ao que parece, conhecia os redatores. Se existia a possibilidade de sanções para os donos da tipografia, não se pode desconsiderar que esta não funcionaria sem a contribuição (pecuniária) de seus leitores. Situação embaraçosa, pois, sendo um leitor e colaborador indireto na impressão, os correspondentes poderiam pressionar os redatores a fim de ver seus textos adquirindo publicidade.

¹⁵¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, op. cit., p. 87.

¹⁵² MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*, op. cit., p. 24.

¹⁵³ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 22 MAR. 1824, p. 124.

Vale notar que, no conjunto dos exemplares, a seção correspondência tendia a tornar-se o carro chefe do jornal. Como eram na sua maioria anônimas, não é possível saber se se tratava de um leitor ou do próprio redator. Mesmo assim, pode-se dizer que as correspondências forjavam uma rede de polêmicas, que congregava desde assuntos de interesse local, como a fiscalização à atuação das Câmaras e autoridades, dos clérigos, juízes de paz e membros do Conselho da Província, até críticas abertas ao poder político.

Na fiscalização da atuação das autoridades locais, o recurso à ironia, ao humor e ao escárnio era comum. Esse foi o caso de duas correspondências destinadas a fiscalizar os gastos da Câmara Municipal de Mariana. A primeira era apresentada ao público como tendo sido enviada por um correspondente e a segunda era assumidamente do redator. O correspondente tecia louvores à Câmara por ter prodigalizado ao Conselho de Governo verbas para construção e recuperação de pontes e passagens. Ressentia-se, no entanto, de não ver enumerada nas ditas obras a construção da Ponte dos Monsus, em Mariana,

“tão necessária à comunicação dos moradores deste bairro com os da Cidade, e para pronta passagem de Cavaleiros e inumeráveis Tropas da rica comarca do Serro, que todos os dias se vêem na pressão de passar por dentro do Rio”.¹⁵⁴

Acrescenta o suposto correspondente que a causa da demora na execução de tal empreendimento não poderia ser a ausência de verba, pois sabia o mesmo que esta existia. Encerrava a correspondência em tom de escárnio e, ao mesmo tempo, humor, certo de que as autoridades responsáveis leriam a carta:

“Não sei nadar sr. Redator, e por isso gela-se-me o sangue nas veias quando me vejo obrigado a passar a noite pelo infame andaime, que serve de ponte,

¹⁵⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 27 MAI. 1830, p. 16.

temendo que se quebre algum pau, e eu me precipite, e me afogue, ou pelo menos tome um banho frio contra a minha vontade”.¹⁵⁵

Decerto essa correspondência pode ser creditada ao redator do periódico, visto que o mesmo era secretário da Câmara de Mariana e se viu em situação embaraçosa por criticar, por meio de seu jornal, a instituição na qual atuava¹⁵⁶. Não obstante essa possibilidade, o assunto posto em discussão prolongou-se por várias semanas, revelando a importância e a preocupação com questões de interesse local.

A criação de correspondentes fictícios não era caso raro. Basta lembrar que foi atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcelos a criação de dois personagens, o *Paraobetano* e *Itacolomi*, a fim de discutir o projeto de exploração do Rio Doce. Esses personagens apareciam com frequência no *Universal*, sendo que o último defendia o projeto enquanto o primeiro condenava¹⁵⁷.

Em relação ao *Universal*, é preciso ressaltar que o jornal dava publicidade às discussões encetadas no Conselho da Província de Minas Gerais, quando Vasconcelos era um de seus membros. Percebemos a prática de publicação das discussões travadas nesse órgão como críticas à possível instalação de companhias estrangeiras com o objetivo de extrair ouro e diamantes na região do Tejuco. Esse jornal apresentava-se como fórum alternativo ao círculo restrito do Conselho da Província, ao mesmo tempo em que procurava reafirmar a posição política assumida por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Documentos oficiais, dos quais seu redator tinha efetiva participação na elaboração eram constantemente publicados no *Universal*, o que pode ser verificado recorrendo-se à documentação oficial da Presidência da Província.

¹⁵⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, *loc. cit.*

¹⁵⁶ Era redator do *Estrella Mariannense* Manoel Berardo Accursio Nunan que, em 1831, se desentendeu com outros membros da Câmara Municipal de Mariana, sendo obrigado a deixar o cargo que ocupava devido às atividades como redator. Tratamos dessa contenda no **capítulo 2**, página 85.

¹⁵⁷ MOREIRA, Luciano da Silva, *op. cit.*, p. 125. Ver, também: UNIVERSAL, Ouro Preto, de 29/07/1825, 26/08/1825 e 26/08/1825.

Um olhar sobre o período compreendido entre 1822 e 1831 revela que hábitos de leitura de jornal vinham sendo adquiridos. Acontecimentos diários sobre a política e sobre as ações governo ganhavam publicidade. Assim, a imprensa conformava um espaço de mediação e comunicação entre a sociedade e o poder público. Foi também espaço de ação onde havia a prática de discussão. De modo geral, os redatores tinham preocupação com o público-leitor, afinal é somente com a leitura que um texto adquire significado. Em última instância, o que mobilizava redatores e correspondentes era a possibilidade de participar da vida pública e, num certo sentido, geri-la.

1.3 Pasquins e panfletos circulando pelas ruas

Um estudo pormenorizado dos periódicos permite-nos perceber que esses interagiam com outras formas de comunicação, como pasquins e panfletos manuscritos, afixados na calada da noite em locais públicos e lidos¹⁵⁸, no dia seguinte, coletivamente, causando enorme alarido. Alguns desses manuscritos continham conteúdo altamente explosivo.

O *Novo Argos*, de 26 de dezembro de 1829, informa-nos que um panfleto teria sido introduzido por debaixo da porta da residência do Sr. Martins, provavelmente juiz de paz, no qual constava denúncia às autoridades sobre a existência de uma conspiração republicana contra o governo. Deputados, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho, figuravam entre os arquitetos do plano. O manuscrito teria sido apresentado a outra autoridade de Sabará, que aconselhou ao Sr. Martins que o queimasse. A notícia espalhou-se pela redondeza e chegou a Ouro Preto, provavelmente trazida pela mesma autoridade que aconselhou a destruição do panfleto.

¹⁵⁸ Dicionário da época dá a seguinte significação ao termo pasquim: “sátyra exposta ao público por escrito afixado”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832, s. n. p.

Embora anônimo, é possível perceber que o panfleto inseria-se no intenso debate travado entre os “liberais” e seus adversários, pois, o redator do *Novo Argos*, declaradamente liberal, não se furtou a construir sua interpretação sobre o ocorrido. Segundo ele, o panfleto era fruto de intrigas perpetradas pelos redatores do *Telégrapho*, periódico ao qual se opunha. Acrescentou, ainda, que a autoridade que teve acesso ao manuscrito pensava em publicá-lo nesse jornal, mas que não conseguiu obter uma cópia, visto que aquele que portou o panfleto, em Sabará, não o tinha mais em mãos. É interessante notar como se deu o fluxo da informação. Primeiramente, o manuscrito foi introduzido por debaixo das portas de algumas casas; posteriormente, foi lido por outras pessoas daquela vila. A notícia se espalhou, chegando a Ouro Preto e motivando outra notícia, na qual o redator do *Novo Argos* procurava construir sua versão sobre os fatos e transmiti-la aos leitores de seu jornal¹⁵⁹.

Em outros casos, no entanto, esse procedimento podia incendiar as ruas. Foi o caso dos pasquins que apareceram em Mariana, em 1831¹⁶⁰. Correspondência publicada no *Universal* dava notícia de que, nos primeiros dias do mês de março, apareceram alguns pasquins na Cidade, que foram copiados por diversas pessoas e distribuídos para vários lugares. Nesses, mais uma vez, pessoas eram acusadas de tramarem um plano republicano. Nos manuscritos, constava uma lista com nomes de algumas autoridades da Província, incluindo alguns redatores de jornais, como Antônio José Ribeiro Bhering e Manoel Berardo Nunan, respectivamente, redatores do *Novo Argos* e do *Estrella Mariannense*. Só que, dessa vez, os escritos não tratavam somente de um possível plano contra o Imperador, mas de assuntos, também, bastante delicados. Constava que as pessoas elencadas pretendiam “escravizar os Pardos”.¹⁶¹ A notícia causou alvoroço na cidade e, em 10 de março, um grupo de 10 ou 12 pessoas teria se dirigido à casa do redator do jornal marianense para “tomar

¹⁵⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 DEZ. 1829, p. 2.

¹⁶⁰ O relato que se segue baseou-se nos seguintes periódicos: O UNIVERSAL do dia 07/03/1831 e ESTRELLA MARIANNENSE dos dias 15/03/1831, 21/03/1831 e 08/04/1831.

¹⁶¹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 MAR. 1831 p. 179.

desforra” no caso. Por esse motivo, o redator viu-se na necessidade de publicar nota sobre o ocorrido.

Mais uma vez, os adversários políticos dos “liberais”, alcunhados ora de “corcundas” ora de “absolutistas”, foram responsabilizados pelos pasquins e pelo alvoroço provocado pela mensagem neles contida. Dessa vez, o redator do *Estrella* cobrava providências do juiz de paz, apesar de o autor dos pasquins ter se mantido no anonimato. Sustentava que, “segundo a voz pública”, esses papéis teriam sido “escriptos aqui por hábil escriptor pela semelhança que tem na letra com os mais que ainda continuao a apparecer”¹⁶² pelas ruas.

A defesa construída por Manoel Berardo tem pontos interessantes, entre os quais a afirmação de que seus adversários acreditavam estar ainda em 1822, nos tempos da instalação do Governo Provisório. Ao contrário, afirmava, “o anno de 1830 já nos segurou a firmeza do Edifício Social”¹⁶³, e por isso, seu periódico continuaria firme no caminho até então seguido, qual seja, a defesa dos direitos dos cidadãos.

Se o modo como circularam esses papéis não era estranho às formas de comunicação do universo colonial¹⁶⁴, o conteúdo desses escritos merece consideração por tocar em duas questões relevantes no contexto de consolidação do Estado e da nação brasileiros: os temas da escravidão e da república.

Para os liberais mineiros, fossem eles moderados ou conservadores, ser alcunhado de republicano ou de ser adepto ao republicanismo, era, no mínimo, ofensivo. O redator do *Novo Argos* chegou mesmo a afirmar que seus adversários desejavam, de fato, estigmatizar os

¹⁶² *Ibidem*. loc. cit. Nos dois casos analisados, o argumento para sustentar que os manuscritos teriam sido escritos por pessoas ligadas ao *Telegrapho* foi a coincidência nas letras.

¹⁶³ *Ibidem*. loc. cit.

¹⁶⁴ Um bom exemplo da prática de distribuição de papéis pelas ruas pode ser encontrado nos *Autos de devassa da prisão dos letrados fluminenses* em 1794. Silva Alvarenga, professor régio e réu, no caso, afirmou ter tido contato e lido coletivamente, em sua residência, uma sátira contra alguns eclesiásticos. Quando tentaram imputar-lhe a autoria do mesmo, alegou o escrito “constava de diversos sonetos que mostravam ser feitos por diversos, não só pela diversidade das letras, mas pela diversidade dos estilos” e que o mesmo só chegou às suas mãos porque alguém o havia introduzido debaixo da porta. Ver: ADRJ, 2002, p. 194.

liberais, ao chamá-los de republicanos¹⁶⁵. No discurso dos próprios liberais, os termos “república” e “republicanismo” associavam-se à revoltas e à possibilidade de mudança drástica da ordem social. Muitos associavam o termo “república” à “anarquia” e à “revolução”.¹⁶⁶ Assim, republicanismo lembrava tanto o espírito revolucionário de 1792, quanto a Insurreição Pernambucana de 1817 e mesmo a Confederação do Equador de 1824¹⁶⁷.

Quanto à escravidão, a questão era ainda mais complexa. Durante o período colonial e mesmo nas primeiras décadas do século XIX, os termos “negro” e “preto” eram utilizados exclusivamente para designar escravos e forros. O termo “pardo” foi utilizado inicialmente para “designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles”; mas seu significado se ampliou na medida em que era preciso dar conta de uma população para a qual não era cabível a classificação de “negro” ou “crioulo”, pois estas tendiam a “congelar socialmente a condição de escravo e ex-escravo”.¹⁶⁸ A designação de *pardo* passou a relacionar, então, a emergência de uma população livre de ascendência africana, não necessariamente mestiça, mas para a qual, por algumas gerações, já não havia o estigma da escravidão, mas a memória dela e as restrições civis que implicava. Assim, o termo *pardo* sinalizava, de um lado, para uma diferenciação em relação à população escrava e liberta, e, de outro, para discriminação em relação à população branca.

No texto constitucional, uma das restrições para o exercício da cidadania era ter nascido “ingênuo”, isto é, não ter nascido escravo. Assim, os descendentes de escravos

¹⁶⁵ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 29 JAN. 1830, p. 1-2.

¹⁶⁶ Como analisou Renato Lopes Leite, desde o período da Independência, a palavra república guardava um sentido pejorativo e muitos pensadores eram cautelosos em relação ao uso do termo. LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 43 *et seq.*

¹⁶⁷ No contexto da Confederação do Equador, em 1824, as críticas ao republicanismo fizeram parte do discurso liberal: “os princípios de puro Republicanismo são no século 19, impróprios, incongruentes, e inadmissíveis geralmente para o Mundo civilizado, e privativamente para o Brasil. (...) A melhor forma de Governo para a felicidade comum, e mutua de Governantes, e Governados he a Monarquia Constitucional, invenção feliz da Filosofia Política moderna, chefe de obra das instituições humanas, e resultado de estudos profundos.”¹⁶⁷ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 AGO. 1824, p. 363.

¹⁶⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 17-18.

libertos poderiam (caso tivessem renda) exercer seus direitos políticos, sendo, nesse caso, alçados a categoria de cidadãos. Cotidianamente, no entanto, a condição de “pardo” colocava essas pessoas, constantemente, como suspeitas, uma vez que poderiam ser confundidas com escravos. Assim, a menção à possibilidade de que pardos fossem escravizados, difundida nos pasquins distribuídos em Mariana, era extremamente explosiva. O caso revela, primeiramente, que não foi possível evitar que debates políticos atingissem um conjunto de pessoas que a “boa sociedade” desejava ver fora do jogo político: “a malta de todas as cores”.¹⁶⁹ Na verdade, durante todo o Primeiro Reinado, como demonstrou bem Gladys Sabina Ribeiro, a problemática social permeou os conflitos políticos, muitos dos quais travestidos de rixas anti-discriminatórias¹⁷⁰.

O redator do *Estrella* sentiu-se na obrigação de se defender publicamente diante dos boatos derivados da leitura dos pasquins. Por isso, em 15 de março de 1831, publicava texto de próprio punho no qual afirmava que os “absolutistas” desejavam indispor “contra nós [os liberais] a gente de cor”. Mas os pardos, conforme o redator, “são nossos patrícios”, pois desde a Independência deveriam ser considerados “cidadãos”, portadores dos mesmos direitos e iguais perante a lei: “nós amamos e respeitamos os pardos como cidadãos, sabemos avaliar os talentos e as virtudes como vivo distintivo dos homens na sociedade”.¹⁷¹

Esse caso permite-nos indagar qual seria o público-leitor ideal para os redatores dos periódicos. Consideremos, como sugeriram os redatores liberais, que os pasquins tenham sido escritos por alguém ligado ao jornal conservador. A estratégia de introduzir no debate os “pardos” tinha objetivo claro: atacar e coagir os liberais. Nesse caso, a população livre e de cor passava a fazer parte do embate político como aqueles “desclassificados sociais” que

¹⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff & GONÇALVES, Maria de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2001, p. 8 e 25.

¹⁷⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção*, op. cit., p. 243-325.

¹⁷¹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 MAR. 1831, p. 173-174

representavam um perigo interno para as elites desde o século XVIII¹⁷²; constituíam, para os conservadores, um grupo social passível de manipulação com fins específicos, qual seja, pôr em xeque a legitimidade do discurso liberal.

Segundo o redator do *Estrella*, a possibilidade de os “pardos” serem levados ao cativeiro só fazia sentido “em cabeças as mais desarranjadas”, na “gente incauta” e que não dispunha da razão necessária para entrar nas discussões encetadas. Não por acaso, aconselhava: “observem quem são os que espalham essas notícias” e “reflitam sobre a impossibilidade de escravizar homens livres”¹⁷³, alerta cujo objetivo era apaziguar os ânimos dos supostamente ofendidos.

O caso dos pasquins em Mariana merece uma última consideração. Os manuscritos circulantes pela cidade inseriam-se no intenso debate que precedeu à Abdicação, opondo liberais e conservadores, não só em Minas Gerais, como em outras províncias. No entanto, em 08 de abril, ainda sem ter conhecimento da Abdicação ocorrida no dia anterior, outra interpretação foi construída quanto aos autores dos pasquins. Sua autoria deixava de ser atribuída ao grupo dos conservadores – os adversários de ontem – e passava a ser imputada a “uns quatro ou cinco Europeus”, os inimigos do presente – que seriam responsáveis por espalhar intrigas pela cidade¹⁷⁴.

Esta última interpretação foi publicada no *Estrella Mariannense* no mesmo exemplar que noticiava os acontecimentos que ficaram conhecidos como “As Noites das Garrafadas”, principalmente os acontecimentos do dia 13 de março de 1831. Na *Representação que dirigirão a S. M. o Imperador os Deputados residentes do Rio de Janeiro por ocasião (sic) cometidas no dia 13 de março [de 1831]*, publicada no jornal de Mariana, os tumultos ocorridos nas Ruas da Quitanda e no Rocio eram interpretados como uma luta entre

¹⁷² SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁷³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 MAR. 1831, p. 174.

¹⁷⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 08 ABR. 1831, p. 187

portugueses e brasileiros. Os primeiros responsabilizados por “maltratar aos Brasileiros amigos da Liberdade e da Pátria”.¹⁷⁵ Esses relatos fomentaram a construção de discursos de afirmação de uma identidade brasileira em oposição à portuguesa.

“Senhor, os sediciosos [entenda-se portugueses] à sombra do Augusto Nome de V. M.I. e C. continuam a execução de seus Planos tenebrosos, os ultrajes crescem, a Nacionalidade soffre, e nenhum Povo tolera sem resistir, que o Estrangeiro venha impor-lhe no seu próprio paiz um jugo ignominioso”.¹⁷⁶

Assim, a construção de uma interpretação segundo a qual os responsáveis pela autoria dos pasquins eram “quatro ou cinco Europeus” mostrava sua eficácia, nas lutas que antecederam a Abdicação. Primeiro, porque ocultava a existência de conflitos latentes entre brancos e não-brancos. Segundo, porque construía um discurso inclusivo capaz de agregar até mesmo os adversários de outrora¹⁷⁷.

Há que se observar que a circulação de manuscritos pelas ruas das vilas e cidades mineiras permitia a propagação de assuntos que normalmente não eram encontrados nos órgãos impressos. No caso em questão, pode-se dizer que os pasquins tinham, para aqueles que os escreviam, uma vantagem sobre os jornais – considerando-se, aqui, os objetivos que se pretendiam alcançar. Primeiramente porque podiam ser escritos, copiados e lidos rapidamente, chegando ao público em tempo inferior ao dos jornais (considerando-se que os jornais tinham periodicidade pré-estabelecida). Em segundo, os pasquins podiam ser facilmente destruídos, dificultando, assim, o comprometimento do suposto autor. Mas os

¹⁷⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, *loc. cit.*

¹⁷⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, *loc. cit.*

¹⁷⁷ Como ressaltou Gladys Sabina Ribeiro, o “ser brasileiro” e o “ser português” foram construções políticas onde o mais importante não era, necessariamente, o lugar de nascimento, mas sim adesão à causa do Brasil. Como “portugueses” eram classificados, na Corte, os sujeitos acusados de compactuarem com o absolutismo. No caso em questão, no entanto, acreditamos, a imputação da autoria dos pasquins, primeiramente, aos “absolutistas” ligados ao periódico *Telégrapho* e, posteriormente, a “uns quatro ou cinco europeus”, na prática, isentava os primeiros da autoria dos manuscritos e dava alento à afirmação de uma identidade “brasileira”, imiscuindo a rivalidade entre os órgãos liberais e conservadores. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção*, op. cit., 63 et seq.

manuscritos não excluía o impresso e vice-versa. De fato, tais papéis relacionavam-se ao campo dos impressos na medida que o conteúdo de um repercutia no outro. Analisados em conjunto, revelavam a dimensão e o alcance dos debates entre diversas faixas da população. O que estava em jogo, nesses casos, eram o combate político e os critérios de inclusão e exclusão em relação à cidadania. Como observou Marco Morel, analisando os *papéis incendiários* na Corte Imperial, esses embates revelam a presença de “um conjunto ampliado de protagonistas”¹⁷⁸, cada qual demarcando seu próprio espaço de atuação e apropriando-se, à sua maneira, dos escritos em circulação.

1.4 Periódicos e espaços de sociabilidade

Os periódicos permitem-nos, também, vislumbrar os embates políticos que ocorriam nos espaços de sociabilidade existentes em Minas Gerais, no Primeiro Reinado. Lidos tanto na intimidade quanto nos espaços públicos que se constituíram nessa época, os jornais também refletiam as discussões ocorridas em alguns desses locais. Pode-se dizer que havia uma conexão entre o que se sucedia em alguns espaços de sociabilidade e o que se publicava na imprensa. O teatro exemplifica bem este ponto.

O teatro, “um dos mais importantes ambientes de sociabilidade do século XIX”¹⁷⁹, esteve sujeito, em Minas Gerais, a uma pluralidade de usos. Na primeira metade do século XVIII, no auge da atividade mineradora, foi ocupado para a realização das festas do calendário litúrgico, como o Triunfo Eucarístico e o Áureo Trono Episcopal. Em meio às festas, com sua opulência e ostentação barroca, realizavam-se também espetáculos teatrais,

¹⁷⁸ MOREL, Marco, *Transformações dos espaços públicos*, op. cit., p. 229-230.

¹⁷⁹ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1995, p. 139.

nos quais havia uma mistura entre elementos cristãos e profanos, mas na maioria das vezes sob os cuidados das autoridades metropolitanas e eclesiásticas¹⁸⁰.

Para as autoridades, os teatros públicos eram úteis para a reafirmação da autoridade do soberano. Por isso, recomendavam, com apoio da Igreja, a realização de espetáculos capazes de servir à fé católica e difundir quais seriam os deveres dos súditos. Em 1771, El-Rei afirmava ser o teatro uma “escola onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade”.¹⁸¹ Assim, já no século XVIII, o teatro adquiriu uma dimensão pedagógica de caráter oficial.

Nas primeiras décadas do século XIX, com a transferência da Corte, o espaço teatral serviu, mais de uma vez, como “instrumento de afirmação do poder absoluto”.¹⁸² Assim, tiveram lugar em Minas Gerais as encenações congratulatórias nas quais comemoraram-se a aclamação de D. João VI e os natalícios dos membros da Família Real. O mesmo se deu no contexto da Independência, quando a coroação e sagração de D. Pedro I se destacaram entre os espetáculos realizados na Província. Nesses, era comum a apresentação do retrato do rei, seguida da representação de dramas históricos enaltecendo a monarquia. Nessas ocasiões, compareciam as autoridades governamentais da Província, na presença das quais executavam-se hinos patrióticos, seguidos de vivas e aclamações¹⁸³.

Apesar das continuidades, com a ascensão do constitucionalismo, no bojo das transformações operadas a partir da Independência, o teatro passou a ser espaço de conflitos e disputas políticas. O inglês Robert Walsh, que esteve no Brasil nesses anos, oferece-nos testemunho sobre o teatro, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro:

¹⁸⁰ É preciso destacar, já no século XVIII, a existência de críticas quanto ao caráter pernicioso e lascivo de peças teatrais apresentadas em Minas Gerais, como o autor anônimo de *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, que dizia ser as comédias teatrais capazes de corromper e destruir o espírito da mocidade. DUARTE, Regina Horta, *op. cit.*, p. 107.

¹⁸¹ DUARTE, Regina Horta. *op. cit.*, p. 108.

¹⁸² SILVA, Wlamir, *op. cit.* p. 156.

¹⁸³ Ver: CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História).

“uma circunstância faz com que a Ópera seja um lugar benquisto para os brasileiros. É onde todos os acontecimentos políticos do país – sobre os quais eles têm grande interesse – são anunciados e concluídos”.¹⁸⁴

Como afirma Marco Morel, o teatro, entre os anos 1820 e 1840, “começa (...) a tornar-se não apenas lugar de aclamação, mas de diálogo, conflito e consenso”.¹⁸⁵ Foi também espaço onde difundiam-se idéias e princípios. À mesma época, os jornais passaram não só a noticiar os embates ocorridos nesse local de sociabilidade, como também a prolongar e a publicizar os debates ali travados. Ressalte-se, ainda, que os textos publicados nos jornais procuravam reinterpretar os fatos ali ocorridos à luz do ideário político comungado pelos redatores. Em alguns casos, procurava-se mesmo estabelecer relação entre o papel a que se destinavam os periódicos e as peças encenadas no teatro, uma vez que, para os redatores, a imprensa tinha também caráter pedagógico e doutrinário.

Analisemos nota publicada no *Novo Argos*, periódico de caráter eminentemente liberal. O texto é escrito sob a forma de correspondência. Um leitor escreve ao redator relatando fato ocorrido no teatro em Ouro Preto, em junho de 1830. Na ocasião, o Sr. Amaral, ouvidor na Província, teria mandado sair do camarote uma senhora pelo fato de a mesma ser uma meretriz. Como, segundo o correspondente, a senhora não estava a perturbar o sossego público, o mesmo pergunta ao redator se a autoridade agiu corretamente. O redator, então, dispõe-se a avaliar o caso imparcialmente. Para isso, recorre ao texto constitucional, denominado “nosso Sacrossanto Código”¹⁸⁶, e conclui que, conforme o Art. 179, “Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei”. Decorre daí que, no julgamento do redator, a autoridade não teria agido constitucionalmente.

¹⁸⁴ WASH, Robert., *op. cit.*, vol. I, p. 204.

¹⁸⁵ MOREL, Marco, *op. cit.*, p. 235.

¹⁸⁶ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 08 JUN. 1830, p. 3.

O redator tenta interpretar a atitude da autoridade, perguntando-se se o ouvidor não teria agido ancorado em algum costume antigo. Conclui que não: “porque nesse mesmo lugar, donde o Sr. Amaral mandou sahir a pessoa em questão tiverão assento as concubinas dos antigos Bachás”, não havendo, portanto, costume que assegure tal prática. Indaga-se, então, se a ação do ouvidor teria sido motivada por sua nobreza e distinção. Mais uma vez conclui negativamente, afinal, nos anos de 1830, as pessoas não mais se distinguiam por sua nobreza, mas sim por suas virtudes, por seu saber e pelo mérito de suas ações.

Pode-se interpretar esta publicação de diferentes maneiras. Destaque-se o fato, já presente no século XVIII, de que o teatro, como a Casa da Ópera da antiga Vila Rica, era um lugar de exibição das famílias mais respeitáveis de Minas Gerais. Não, por acaso, o governador Cunha Menezes, em 1786, determinava que alguns camarotes deste local fossem destinados e divididos entre as “mais importantes famílias da cidade”.¹⁸⁷ Mas, nos anos de 1830, as práticas que lembravam o Antigo Regime passavam a ser questionadas. O teatro transformara-se num local de entusiástica vivência política e, para os liberais mineiros do Primeiro Reinado, deveria estar acessível a todos os cidadãos, pois tinha caráter público. Para os liberais, muitos dos quais redatores de jornais, o teatro poderia ser utilizado para a difusão de valores liberais e de temas ligados ao constitucionalismo. É neste contexto que se pode analisar o caso acima narrado. Ao dar publicidade a fatos ocorridos nos teatros, os redatores procuravam difundir valores ligados ao credo liberal, como o mérito e a igualdade dos cidadãos perante a lei.

Vale lembrar que, no ocaso do Primeiro Reinado, o caráter pedagógico expresso nos jornais relacionava-se com o papel que a imprensa vinha ocupando na defesa por reformas constitucionais. Em 1830, teve início nova legislatura e com ela novos deputados opositores, dentre os quais destacou-se, em meio aos representantes de Minas Gerais, a

¹⁸⁷ HORTA, Regina Horta, *op. cit.*, p. 109.

figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Nesse contexto, o espaço de discussão política tendeu a deslocar-se da Câmara para a imprensa e outros locais de sociabilidade¹⁸⁸. Nesses anos, peças teatrais que reforçavam os preceitos constitucionais foram encenadas em várias localidades de Minas Gerais. A imprensa da época deu destaque para a peça “Anel de Ferro” cuja exibição ocorrera em São João Del Rei e em Ouro Preto¹⁸⁹. É certo que, nos periódicos, esboçavam-se críticas às peças teatrais encenadas. Não se tratava, no entanto, de reflexões de caráter puramente estético. Ao contrário, a crítica às peças entrava em cena “como o antípoda da ordem estabelecida”.¹⁹⁰

Segundo os jornais de tendência liberal, a peça “Anel de Ferro” teria sido amplamente aplaudida pelo “público não só pelo desempenho, como por ser constitucional”.¹⁹¹ A exibição desse espetáculo inseriu-se no debate impresso travado entre liberais e “absolutistas”. Em 26 de agosto de 1830, por exemplo, o *Novo Argos* publicava texto comentando a peça nos seguintes termos:

“Se há um espetáculo público: se no Theatro apparece alguma peça, que não respire somente amor ao cativo, e obediência cega a *El Rei Nosso Senhor* já elles dizem que as cousas não vão bem, que o amor da liberdade se vai desenvolvendo, que o povo quer abrir os olhos, e que tudo está perdido, e tudo finalmente faz tremer esses monstros, porque o criminoso não dorme. O Theatro, dissemos nós, é hoje um estabelecimento, que muito assusta os Telegráficos, e pelo menos no Ouro Preto, isto se observa. Depois que ali se põe em scena a bella Peça intitulada – Amnel de Ferro – e que foi applaudida pelo Público, os taes homens não socegão. Cheios de indignação dizem a cada passo – que as peças devem ser sujeitas á censura, que no Theatro não se deve fallar em Constituição, porque assim corrompem-se os costumes, e illustra-se o povo, que só deve ser estúpido, e cheio de cega obediência e temor”.¹⁹²

¹⁸⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes, *op. cit.*, p. 117.

¹⁸⁹ Sobre a exibição da peça em São João Del Rei, ver: VELASCO, Ivan. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 59. Sobre a exibição em Ouro Preto ver: NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 AGO. 1830, p. 3.

¹⁹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. (Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco). Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999, p. 89.

¹⁹¹ MENTOR DAS BRASILEIRAS, s.d. *Apud* . SILVA, Wlamir, *op. cit.*, p. 160.

¹⁹² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 AGO. 1830, p. 3.

“Telegráficos” era uma referência aos redatores e colaboradores do periódico *Telégrapho*, órgão de caráter conservador. Vale notar que o elogio à peça e o ataque aos adversários políticos ganharam publicidade também noutras localidades, pois o mesmo comentário foi publicado num periódico de Mariana, dois dias depois¹⁹³. No contexto em discussão, percebe-se que o teatro, assim com os periódicos, servia a propósitos idênticos: difundir valores vinculados ao constitucionalismo, produto dos novos tempos. O *Universal*, no contexto das regências, chegou mesmo a afirmar que “os teatros são o lugar do mais decente entretenimento, são mesmo uma Escola de moral pública que convém freqüentar”, mas para isso seria “necessário que eles [fossem] bem dirigidos, que [houvesse] escolhas das peças”¹⁹⁴ a fim de se evitar a difusão de temas perniciosos.

Além de possuir, assim como os periódicos, fins didáticos e pedagógicos, acrescenta-se, ainda, que o teatro foi palco de eventos que repercutiram amplamente nas páginas dos jornais. Marco Morel chega a afirmar que o que “se passava na sala de espetáculos equivalia a uma espécie de termômetro da opinião pública”.¹⁹⁵ Mais uma vez, o ano de 1830 é pródigo de exemplos. No dia 12 de outubro de 1830, por ocasião dos festejos nacionais, a cidade de Ouro Preto se reuniu em clima de júbilo. Era dia do aniversário do Imperador. Estavam presentes, às comemorações, a Tropa, as autoridades da Província, inúmeros cidadãos e o povo em geral. O presidente da Província, juntamente com o comandante militar e os demais que os seguiam, dirigiu-se à Igreja do Carmo. Lá, todos assistiram ao *Te Deum*. À noite, as comemorações ocorreram no teatro. As mesmas autoridades compareceram no camarote que lhes era reservado. Todos os presentes assistiam a uma encenação. “O entusiasmo do Povo estava como que neutralizado por uma Scena que por ventura pareceo menos própria, nas circunstâncias atuaes”, relatou o *Novo Argos*. Em determinado momento, o Presidente da

¹⁹³ Ver: ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 28 AGO. 1830, p. 67-68.

¹⁹⁴ UNIVERSAL, Ouro Preto, 16 MAI. 1831 *Apud* SILVA, Wlamir, *op. cit.*, p. 161.

¹⁹⁵ MOREL, Marco, *op. cit.*, p. 234.

Província, como era de costume, deu vivas ao Imperador, à Imperatriz, à Família Imperial e à Independência, e à Constituição do Império. Logo em seguida, uma sensação desagradável tomou conta do recinto. Antes do findar da peça, retiraram-se as autoridades para assistir a “um grande Baile, que teve lugar na residência do Ouvidor da Comarca”.¹⁹⁶ No baile, estavam presentes as famílias mais distintas da Província. Lá, com pompa e magnificência, o entusiasmo foi geral. A festa só terminou por volta das seis da manhã, quando cantaram o hino nacional composto, ironicamente, pelo Imperador¹⁹⁷.

Espaço de exibição, de entretenimento, de difusão de valores e comportamentos, o teatro foi também palco dos grandes acontecimentos do período. Por que razão, como relatou o redator do *Novo Argos*, não deveria o povo mostrar-se entusiástico com o espetáculo naquelas circunstâncias? Decerto, tratava-se de uma peça que congratulava o soberano. Mas sua legitimidade estava em xeque. A encenação não condizia com o momento vivido. Por isso, a ênfase do relato recaiu sobre o baile, ocorrido no ambiente privado. Mas o que ocorrera no espaço privado tornara-se público, dada sua publicação no impresso.

Seis meses separavam os fatos ocorridos no teatro de Ouro Preto (A Casa da Ópera) da Abdicação. Em março de 1831, o Imperador dirigiu-se pessoalmente a Minas a fim de angariar apoio político. Em Sabará, D. Pedro I compareceu no teatro local, “palco de inflamadas reuniões liberais”. Na hora das aclamações, o Imperador passou por um enorme constrangimento. Após o costumeiro “viva D. Pedro I”, um silêncio estarrecedor foi seguindo de um grito desafiador: “enquanto foi constitucional”.¹⁹⁸ A situação de embaraço antecipou a volta do Imperador.

O acontecido prenunciava um novo começo. Após o 07 de abril, o teatro seria mais uma vez ocupado, desta vez em Mariana. Agora, os presentes eram liberais-redatores como

¹⁹⁶ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 OUT. 1830, p. 2.

¹⁹⁷ Reproduzimos aqui a retórica da época.

¹⁹⁸ DUARTE, Regina Horta, *op. cit.*, p. 146.

Manoel Berardo Nunan (do *Estrella Mariannense*) e o padre Antônio José Ribeiro Bhering (do *Novo Argos*). Uma encenação foi improvisada na praça iluminada. Em meio à música e dança, a mocidade da região entretinha os espectadores. Manoel Berardo repetia odes e poesias; Bhering teria gritado “Viva o Imperador Cidadão”.¹⁹⁹ Muitas autoridades e algumas senhoras “bem vestidas” participavam do espetáculo. Todos juntos repudiavam o despotismo e anunciavam o começo de um novo tempo que, de certo modo, ajudavam a concretizar.

Percebe-se, assim, que os artigos de jornais constituíam uma parte integrante das discussões encetadas nos espaços de sociabilidade, como os teatros, nos quais o público que lia e comentava tinha a si mesmo como tema²⁰⁰. A análise do desenvolvimento da imprensa, a publicação, circulação, leitura e apropriação de impressos, traz evidências de que, entre a Independência e a Abdicação, gestava-se uma incipiente esfera pública de poder, tal como a entende Habermas. Tratava-se de uma arena, ou espaço, não necessariamente físico, onde “pessoas privadas reunidas em um público” discutiam os atos, os fundamentos e as regras pelas quais a sociedade deveria ser gerida. Essa esfera era voltada para o exercício crítico, para o debate público e tentava se afirmar como a fonte de legitimidade e controle dos atos do governo. Era formada por um público que lia e julgava.

Na gestação dessa esfera pública de poder, a imprensa ocupava um espaço de medição e comunicação entre a sociedade e o poder público. Mas do que isso. Juntamente com os locais de sociabilidade, os jornais constituíam o espaço de visibilidade dessa arena. Veículo privilegiado para o debate e o confronto de idéias, denúncias e reivindicações, os periódicos, ao circularem, criaram condições de comunicação que ultrapassavam fronteiras geográficas e jurisdicionais. Não excluíram, por seu turno, as formas de comunicação herdadas do Antigo

¹⁹⁹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 17 MAI. 1831, p. 206-207

²⁰⁰ HABERMAS, Jurgen, *op. cit.*, p. 59.

Regime; antes, conformaram um quadro híbrido, interativo, interpenetrado²⁰¹. Resta responder, no entanto, quem eram esses autores.

A investigação sobre quem estava por trás da pena; como se viam, que *identidades políticas* sustentavam, coadunavam e, quiçá, partilhavam, é tema do próximo capítulo.

²⁰¹ Remetemos, aqui, à obra de Robert Darnton que recusa usar o termo “cultura impressa” em contraponto a uma cultura do manuscrito e à prática da oralidade. Segundo o autor, referindo a história da comunicação em geral “não faz nenhum sentido, a meu ver, separar a forma impressa dos modos de comunicação oral e manuscrito, como eventualmente fazemos quanto falamos de cultura impressa, porque todos eles [os meios de comunicação do Antigo Regime] estavam entrelaçados num sistema multimídia. (...) Não serve tampouco a nenhum propósito investigar como um modo de comunicação deriva do outro.” Ver: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005. p. 82.

Capítulo 2:

Redatores e identidades políticas

“Conheço o quanto é superior às minhas forças o cargo de escritor público: à vista de tão árdua empresa de certo sucumbiria, se não me lembra[sse] que as humanas instituições não ostentam no seu começo toda a robustez, de que são suscetíveis.” (Antônio José Ribeiro Bhering no Prospecto do *Novo Argos*, 01 de novembro de 1829).

Identificar aqueles que, de pena em punho, dispunham-se a escrever e publicar textos em jornais, nas primeiras décadas do Império, não é tarefa fácil. Como já foi enfatizado pela historiografia, a prática do anonimato era bastante comum. O deliberado uso de pseudônimos, por sua vez, não implicava desconhecimento da autoria por parte dos leitores, e a hipótese de que os autores fossem implicitamente conhecidos deve ser considerada. Por outro lado, não se pode descartar que a feitura do jornal, com textos doutrinários, correspondências e traduções seja resultado de um esforço coletivo²⁰². O capital simbólico de um jornal, no entanto, esteve sempre ligado a um ator histórico: o redator, na maioria das vezes, autodenominado *escritor público*. Esse dizia ser portador de uma *missão*: levar as *luzes* aos leitores; mobilizá-los para uma causa; e, difundir, por meio de uma pedagogia política, o ideário político ao qual se identificava. A imbricada relação entre a atividade de escritor e a constituição de identidades políticas será a tônica deste capítulo. Analisaremos, aqui, a trajetória e ação política de alguns destes homens e as idéias que defendiam e disseminavam por meio do periódico. Alinhamo-

²⁰² Todas as hipóteses aqui apresentadas encontram-se em: SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*; idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821 – 1825). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em História), p. 57.

nos, aqui, com a proposição de Wanderley Guilherme dos Santos, segundo o qual as “idéias se convertem em práticas sociais, que se congelam em instituições”²⁰³; daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a inserção e posição social e política de quem os utilizava²⁰⁴.

Valemo-nos de textos publicados em jornais, textos coetâneos de autoria reconhecida, discursos parlamentares e relatos de viajantes. Para a reconstrução dos traços biográficos dos autores, foram utilizadas, principalmente, fontes secundárias. A documentação é parcial e limitada; convém, portanto, explicitar os limites e as alternativas de investigação. Conforme mostramos na **Introdução**, os periódicos disponíveis para investigação correspondem aos órgãos do grupo político que se tornou hegemônico durante a primeira fase das Regências: os liberais moderados²⁰⁵. O termo *moderado* – como discutiremos adiante – marcava uma diferenciação entre dois outros grupos: os conservadores, à direita, e os exaltados, à esquerda, tríade consagrada pela historiografia²⁰⁶. Os três grupos tinham seus próprios jornais e debateram entre si durante todo o Primeiro Reinado e Regências. Os liberais moderados mineiros ocuparam, em sua maioria, cargos políticos tanto nas instâncias de poder local quanto na legislatura. Conseqüentemente, os dados biográficos disponíveis refletem a trajetória política dos estudados e não sabemos quase nada sobre os redatores que não exerceram atividades políticas. É o caso, por exemplo, dos ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes e Geraldo Pacheco de Melo, ambos, respectivamente, considerados redatores dos jornais *Eco do Serro* e *Liberal do Serro* – folhas classificadas como liberais exaltadas. A

²⁰³ SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal no Brasil: proposta de reflexão e pesquisa. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978 (Coleção história e pensamento), p. 9.

²⁰⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 17.

²⁰⁵ SILVA, Wlamir, *Liberais e o povo*, *op. cit.*, p. 122-354.

²⁰⁶ MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos*, *op. cit.*, p. 99-147; BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 595-620.

informação, proveniente do memorialista Joaquim Felício dos Santos, é de pouca valia, na medida em que não se tem qualquer outra indicação sobre os supostos redatores²⁰⁷.

O mesmo vale para o grupo conservador. Sabemos que os jornais *Amigo da Verdade* e *Telegráfo* eram órgãos desta vertente do liberalismo, mas nada sabemos sobre aqueles que neles escreviam. Não podemos, no entanto, desprezar sua atuação na cena pública, uma vez que contribuíram, por meio do embate, para a própria afirmação da identidade liberal moderada. Dada a impossibilidade empírica de reconstruir esse grupo, optamos por analisá-los como demarcadores da identidade política de seus adversários. Dispomos de seis meses de publicação do *Amigo da Verdade*, entre maio e outubro de 1829, e essa será nossa principal fonte para analisar as proposições e o discurso do grupo conservador.

Quanto ao grupo à esquerda dos moderados, nossa opção analítica segue a trajetória e a forma de atuação política dos atores à época. Poderíamos, sem dúvida, enquadrar Teófilo Ottoni nesse grupo. Até a Abdicação, no entanto, Ottoni se encontrava de mãos dadas com Bernardo Pereira de Vasconcelos – a personalidade política mineira mais identificada com o grupo que se tornou hegemônico. Basta lembrar que artigos do jornal *Sentinela do Serro* eram transcritos com frequência nos jornais moderados. Ademais, o próprio Teófilo Ottoni atestou suas estreitas relações com Vasconcelos e Evaristo da Veiga na *Carta* que dirigiu aos eleitores mineiros em 1860 –, texto de caráter autobiográfico, que relegaria à posteridade a imagem que dispomos sobre si²⁰⁸.

Do contato com a documentação, cremos poder afirmar que o termo *exaltado* servia simbolicamente como demarcação da identidade liberal moderada no plano do discurso, mas

²⁰⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 287-288. Outros estudiosos da imprensa, importantes para nossa pesquisa, apenas reproduzem a informação do memorialista. Ver, por exemplo, FRIEIRO, Eduardo. Na idade heróica da imprensa em Minas Gerais. *Província de São Pedro*, v.2, n.7, Porto Alegre, dez. 1946, p. 82-84.

²⁰⁸ OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXVIII, precedida de uma sumária apreciação da vida e feitos do benemérito patriota por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

não necessariamente os distanciava dos que viriam a ser considerados os radicais (alguns republicanos) do período regencial. No ocaso do Primeiro Reinado, *moderados* e *exaltados* encontram-se em oposição à ordem instituída, e as nuances quanto a seus horizontes de expectativas, seus projetos de futuro, eram minimizadas em prol de uma causa comum. Em suma: a cisão desses grupos só se tornou nítida nas Regências. Não seria inadequado, portanto, classificar, ambos, como *liberais da oposição*. A classificação não era alheia aos estudiosos e servia mesmo como forma de reconhecimento pelos redatores: Antônio José Ribeiro Bhering, redator do *Novo Argos*, por exemplo, dizia abertamente ser um escritor da oposição²⁰⁹. Obviamente, havia posições distintas quanto à defesa de determinados valores e princípios, até porque o ideário político liberal nunca foi monolítico. Explicitaremos essas nuances a partir da própria documentação utilizando, por exemplo, excertos do *Sentinella do Serro* publicados em outros periódicos.

Por último, considerando a existência de certa equivalência entre os redatores mineiros estudados e a elite política e intelectual do Império, ressaltamos que não realizaremos aqui um estudo prosopográfico, para o qual remetemos o leitor às pesquisas de José Murilo de Carvalho²¹⁰ e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves²¹¹. Enfatizaremos, por outro lado, as redes de convivência e sociabilidade construídas ao longo das trajetórias políticas dos estudados e as identidades políticas que sustentaram. Aqui compartilhamos da noção proposta por Jean-François Sirinelli, segundo o qual o estudo da organização de grupos deve levar em conta tanto uma “sensibilidade ideológica ou cultural comum” quanto as “afinidades mais

²⁰⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 DEZ 1829, p. 1-2 e *Idem*, 26 JUN 1830, p. 2-3.

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros).

²¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*, *op. cit.* As dificuldades na realização de um estudo prosopográfico são muitas, o que já foi apontado por Wlamir Silva em tese de doutoramento de grande valia para nossa pesquisa. Destaque-se a ausência de informações sobre os biografados; a falta de informações de ordem econômica; e a atuação política desses indivíduos a nível local.

difusas”, tudo isso conformando identificações comuns no plano de determinados valores, crenças e atitudes²¹² que os próprios atores ajudavam a difundir.

2.1 Redatores e as redes de sociabilidade política

Dentre as pessoas que compareciam na imprensa mineira, talvez, a figura de maior destaque seja Bernardo Pereira de Vasconcelos. Filho de importante funcionário da Capitania, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, nasceu em Vila Rica, em 1795, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1850. Era descendente de uma família de jurisconsultos e advogados de aquém e além-mar²¹³. O pai formou-se em leis em Coimbra e atuou como advogado em Ouro Preto e procurador da Fazenda; teceu relações com importantes famílias de Minas Gerais – destaque para o círculo de amizade composto por Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, implicados na Inconfidência Mineira. Segundo José Murilo de Carvalho, a família de Vasconcelos “era exemplo perfeito da integração entre as elites burocráticas da metrópole e da colônia”.²¹⁴ Sua formação não fugiu à prática dos filhos de famílias de prestígio domiciliadas na América portuguesa: formou em Direito pela Universidade de Coimbra – instituição responsável pela socialização de grande parte dos políticos do Primeiro Reinado e Regências²¹⁵ –, em 1819. Retornou ao Brasil em 1820 e logo se tornou juiz de fora de Guaratinguetá entre 1820 e 1822. Iniciou sua longa carreira política no Conselho Geral da Província de Minas Gerais, em 1825, mesmo ano em que passou a colaborar no *Universal*, principal periódico mineiro.

²¹² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-270.

²¹³ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 10.

²¹⁴ *Ibidem*, loc. cit.

²¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem, op. cit.*, 34-35.

Bernardo Pereira de Vasconcelos elegeu-se deputado à Assembléia Nacional em todas as legislaturas, de 1826 a 1837. Foi ainda ministro da Fazenda durante a Regência Trina Permanente; vice-presidente da Província durante a Revolta de 1833; senador, a partir de 1838; e Conselheiro de Estado, em 1840. Além de escrever no *Universal*, Vasconcelos tinha textos e discursos publicados na maioria dos jornais mineiros do Primeiro Reinado. Têm-se notícias de que escrevia, também, para jornais de outras províncias como o *Ástrea*²¹⁶, o *Sete de Abril* e o *Sentinela da Monarquia*, os dois últimos já durante o Regresso. Além de colaborar em periódicos, Vasconcelos foi, também, responsável pela publicação de vários panfletos na Província, por meio dos quais procurava mobilizar o público para sua causa²¹⁷.

Para Vasconcelos, tribuna, imprensa e governo não se excluíam. Robert Walsh chegou a chamá-lo de “Franklin da América do Sul”, cuja fama de orador encantava a todos: na Câmara “e[ra] sempre ouvido com a máxima atenção”.²¹⁸ Seus textos publicados em jornais eram sempre motivos de discussão, tanto pelos muitos adversários quanto pelos correligionários políticos. Era venerador por uns e odiado por outros. Seu nome figurou em todos os jornais consultados, o que denota o reconhecimento que adquiriu.

Outro redator conhecido e atuante em jornais de Ouro Preto e Mariana foi o padre Antônio José Ribeiro Bhering, redator do *Novo Argos* e do *Homem Social* (1833). Não se tem notícia sobre a data de seu nascimento. Bhering foi professor de retórica e filosofia, respectivamente, no Seminário de Mariana e em Ouro Preto, e chantre da Sé, em Mariana. Também foi membro do Conselho Geral da Província e vice-diretor geral da Instrução Pública. Foi deputado na Assembléia Geral entre 1834 e 1837, e também deputado provincial

²¹⁶ CARTA aos eleitores da Província de Minas. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 90.

²¹⁷ Sobre os panfletos de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ver: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política*, op. cit., 65-66; Os dados bibliográficos foram retirados de: VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras* (1664-1897). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, Vol. 2, pp. 463-467.

²¹⁸ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil* (1828-1829), op. cit., p. 194-200.

entre 1835 e 1837, e entre 1846 e 1853²¹⁹. As informações de que dispomos sobre o padre-professor derivam de relato do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade – pessoa com quem Bhering se indispôs quando foi professor em Mariana. Segundo relato do Frei, Bhering pregava em suas aulas “novidades filosóficas”, bem como fazia de suas aulas “palanque para a defesa de suas posições políticas”, motivo pelo qual foi afastado do Seminário em 1829²²⁰. Escreveu também no *Estrella Marianense* e faleceu em 1856.

Sobre o redator do *Estrella Mariannense*, temos poucas, mas importantes informações, provenientes em grande parte dos próprios jornais. Segundo o prospecto desse jornal, era seu responsável Manoel Berardo Accursio Nunan, o que pode ser confirmado em anúncio para subscrição publicado no *Novo Argos*²²¹. Manoel Nunan, segundo podemos entrever pelos textos publicados em seu jornal, foi secretário da Câmara Municipal de Mariana. Sua atividade como redator foi motivo de desentendimentos com outros membros da Câmara, motivo pelo qual publicou texto, em 21 de março de 1831, defendendo-se dos adversários que articulavam sua saída do cargo²²². Seus desafetos alegavam ser o redator um “incendiário”. Nunan era acusado de depreciar a imagem da Câmara Municipal “em conversações, e mesmo inserindo censuras acrimoniosas em seu jornal”, o que não deixava de ser verdade. Conforme relatamos no **Capítulo 1**, o redator do *Estrella*, com frequência, criticava, por meio de correspondências não assinadas, os gastos da Câmara da cidade²²³. Defendendo-se, argumentou que, na qualidade de escritor público, podia comunicar livremente seus pensamentos, estando sujeito à lei como qualquer outro cidadão.

²¹⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*, *op. cit.*, p. 155.

²²⁰ MOREIRA, Luciano da Silva, *op. cit.*, p. 60.

²²¹ “MARIANA – Sabemos por uma carta que a subscrição para a *Estrella Mariannense*, se faz na caza do Redactor Manoel Berardo Acursio Nunan a 1:000 por trimestre, e que este Periódico sahirá uma vez por semana.” NOVO ARGOS, Ouro Preto, 07 ABR. 1830, p. 3.

²²² ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 MAR. 1831, p. 177-180.

²²³ Ver página 62 do **capítulo 1**.

Não dispomos de maiores dados bibliográficos desse redator. Sabemos apenas que, até 1855, mantinha relações com autoridades da Província, tendo sido o responsável pela elaboração do *Repertório geral das Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais* para Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos²²⁴, então presidente de Minas, irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos. No prefácio do *Repertório*, Manoel Berardo é apresentado como um “cidadão advogado”²²⁵ cuja obra seria de inestimável valor para os interessados na legislação provincial.

Na vila de São João Del Rei, região de intensa atividade comercial com a Corte, Batista Caetano de Almeida, um dos redatores do *Astro de Minas*, adquiriu notoriedade. Nascido em Camanducaia em 1797, faleceu um ano antes do apagar das luzes da Regência, em 24 de junho de 1839. Iniciou sua vida como comerciante em São João Del Rei, aos 15 anos, na companhia de um tio. Teve rápida ascensão no ramo, chegando a manter relações mercantis com o Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso²²⁶. Como membro proeminente da sociedade local, foi vereador, juiz de paz eleito e membro da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia – o que foi motivo de desavenças na região²²⁷. Participou do Conselho Geral da Província e elegeu-se deputado para a Assembléia Geral, entre 1830 e 1839, ininterruptamente²²⁸. Dentre as ações que empreendeu na vila de São João Del Rei, destacam-se a idealização e a criação da “Livraria pública”, cujo objetivo era “o progresso das luzes” na Província. Esta biblioteca contou com significativo acervo de livros e periódicos, e foi saudada por vários órgãos de imprensa da Província.

²²⁴ NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou indice alphabetico das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes e dos Regulamentos, Instruções e Portarias da Presidencia promulgadas desde o anno de 1835 ate o dia 5 de junho de 1855*. Ouro Preto: Bom Senso, 1855.

²²⁵ *Ibidem*, s. p.

²²⁶ ALMEIDA, Francisco de Assis, Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Janeiro-Julho, 1905, pp. 37-40.

²²⁷ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 01 AGO 1829, 104-105.

²²⁸ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*, op. cit., p. 585-587.

No arraial de Pouso Alegre, região sul de Minas, o padre José Bento Leite Ferreira de Melo foi redator do *Pregoeiro Constitucional* (1830 – 1831) e do *Recompilador Mineiro* (1832). Nascido na atual cidade de Campanha, em 1785, foi ordenado em São Paulo, em 1809, e um ano depois, com a criação da freguesia de Pouso Alegre, foi nomeado vigário da vara iniciando, assim, carreira eclesiástica e tornando-se, em 1819, cônego honorário da Sé de São Paulo²²⁹. Na região sul, enraizou-se e estabeleceu atividades políticas e econômicas, sendo o proprietário da Fazenda do Engenho. Sua carreira política teve início com o movimento constitucional que culminaria na Independência: “foi nomeado eleitor da paróquia de Pouso Alegre, depois eleitor da comarca do Rio das Mortes em São João Del Rei e finalmente membro da junta eleitoral da Província”²³⁰, responsável pela escolha dos deputados mineiros que deveriam integrar as Cortes de Lisboa. Integrou o Governo Provisório da Província e, posteriormente, o Conselho Geral. Elegeu-se deputado para a Assembléia Geral nas três primeiras legislaturas, de 1826 a 1837, sendo nomeado senador em 1837, a partir da lista tríplice, de que eram integrantes os mineiros Bernardo Pereira de Vasconcelos e Manuel Inácio de Melo e Souza, esse último também antigo integrante do Governo Provisório e do Conselho Geral da Província. Em 1832, foi um dos articuladores do projeto frustrado de criação de uma nova Carta Magna, cognominada de *Constituição de Pouso Alegre*, por ter sido impressa em sua tipografia²³¹. Morreu assassinado em 1844, em seu reduto eleitoral, possivelmente por questões relacionadas à posse de terras na região.

A trajetória do último redator que analisaremos, Teófilo Benedito Ottoni, é bastante conhecida. Oriundo da então Vila do Príncipe, nasceu em 27 de novembro de 1807. O pai, Jorge Benedito Ottoni, foi arrecadador de dízimos e comerciante; eleito vereador em 1813 e

²²⁹ SISSON, S.A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal. 2 vol., p. 422.

²³⁰ *Ibidem*, p. 423.

²³¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 121.

1822, “teve participação na vida política local”.²³² O tio, o poeta José Elói, foi um dos deputados eleitos pela província de Minas Gerais para as Cortes de Lisboa. Da tradição familiar, Teófilo Ottoni teve seus primeiros contatos com as idéias liberais²³³.

Em 1826, Teófilo Ottoni transferiu-se para a capital do Império, matriculou-se na Academia de Marinha e, pouco depois, alcançou o posto de Guarda-Marinha. Na eminência de ser enviado para o Alto Amazonas e para a África, requereu baixa da instituição em 1829²³⁴. Ao retirar-se do Rio de Janeiro, rumou para o local onde nascera, levando consigo maquinário para montar a tipografia que imprimiu o *Sentinella do Serro*, periódico do qual foi redator. Nessa época, Ottoni já colaborava na imprensa liberal da Corte, no *Ástrea*, com o pseudônimo de “jovem pernambucano”²³⁵ e fazia parte do *Clube dos Amigos Unidos*, sociedade secreta que congregava opositores do governo. Na província de Minas Gerais, escrevia também para o *Astro de Minas* e para o *Echo do Serro*²³⁶. Tem-se, também, notícia de que artigos do *Sentinella do Serro* eram transcritos em jornais da Corte como no *Aurora Fluminense e Independente*²³⁷.

Em 1835, Ottoni foi eleito deputado da Assembléia Provincial e, a partir de 1838, foi deputado geral em várias legislaturas²³⁸. Tornou-se senador em 1864, após várias preterições e recusou nomeação ao Conselho de Estado. Teve participação contra a Sedição de 1833 e na Revolução Liberal de 1842²³⁹. Em 1851, afastado provisoriamente da vida política, foi responsável pela fundação da Companhia do Vale do Mucuri, cujo objetivo era promover a navegação fluvial no Norte de Minas e facilitar o escoamento da produção daquela região. Em

²³² ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como Vocaçãõ*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 165.

²³³ *Ibidem*, p. 166.

²³⁴ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*, *op. cit.*, p. 905.

²³⁵ OTTONI, Theophilo Benedicto, *op. cit.*, p. 62.

²³⁶ *Ibidem*, loc. cit.

²³⁷ CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico*, *op. cit.*, p. 231-232.

²³⁸ Teófilo Ottoni foi deputado à Assembléia Nacional na quarta, sexta, décima e décima primeira legislaturas, correspondentes, respectivamente, aos seguintes períodos: 1838-1841, 1845-1847, 1848, e 1864-1863.

²³⁹ SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo*, *op. cit.*, p. 110.

1856, criou a cidade de Filadélfia, que atualmente leva o nome de seu fundador. Teófilo Ottoni faleceu em 1869.

A primeira afirmação – que beira a obviedade – suscitada a partir da trajetória dos redatores é a de que todos, de alguma maneira, viveram a experiência de ascensão e queda de D. Pedro I, e, portanto, dos fatos que culminaram na separação política de Portugal e na deposição do primeiro imperador do Brasil, atuando, ainda, politicamente nas Regências. Teófilo Ottoni não se furtou a transmitir à posteridade a imagem dessa experiência quando desfrutava a juventude:

“Era o tempo das emoções patrióticas. Primeiro a liberdade, depois a independência, forão o assumpto de meus ensaios poéticos, desses communs nos verdes anos e de que não restão vestígios nem na memória dos autores. “Mas que obtinhão applausos nas reuniões entusiásticas da época, e que assim encarecião a meus olhos o pequeno cabedal de intelligência que me concedeu a natureza, e enraizavão no meu espírito as idéas liberaes”.²⁴⁰

O padre José Bento Leite Ferreira de Melo, testemunha e protagonista das mudanças que então se operavam, escolheu, coincidentemente, o dia 07 de setembro como data para iniciar a impressão de seu primeiro jornal e fez lembrar esses memoráveis dias: “Ó Margens do Ypiranga [sic], nós te saudamos! Ó Pátria Primitiva da Liberdade Brasílica, tua lembrança hoje re-excita em nossos peitos o fogo sagrado do patriotismo, de que outrora foste testemunha!”.²⁴¹ A imagem de participação nos eventos fundadores da nação em construção, principalmente na Independência, não nos parece irrelevante na medida em que a Abdicação foi considerada por esses protagonistas, homens de ação do período, como regeneração, ou seja, um retorno ao sentido programado no 7 de setembro²⁴².

²⁴⁰ OTTONI, Theophilo Benedicto, *op. cit.*, p. 59.

²⁴¹ PREGOIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 07 SET. 1830, p. 2.

²⁴² SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 350.

A idade desses atores, o cruzamento de suas trajetórias individuais, a vivência de experiências comuns, tudo isso reforça a idéia de que pertenceram a uma *geração*. Uma geração que se projetou no cenário político a partir da inserção na esfera de poder local, a partir da Independência, passando para o plano provincial até chegar ao centro do poder na Corte, no Rio de Janeiro²⁴³, entre fins do Primeiro Reinado e Regências. Mas do que isso: partilharam a experiência de ingresso na vida política em conjunto, construindo afinidades e também hostilidades. Essas redes de convivência, tecidas ao longo das trajetórias de vida, são fundamentais para o entendimento das identidades políticas que sustentaram e ajudaram a construir e difundir. Não é possível reconstruir todas essas redes de solidariedades, embora seja exequível apontar os espaços onde se teceram esses laços. A imprensa teve papel importante nesse processo²⁴⁴.

Uma primeira aproximação dos itinerários dos redatores dos jornais em pauta pode ser observada a partir da experiência que tiveram atuando no Conselho Geral do Governo da Província. Nesse órgão, tiveram participação Bernardo Pereira de Vasconcelos, os padres Antônio José Ribeiro Bhering e José Bento Leite Ferreira de Melo e Batista Caetano de Almeida. O Conselho era a instância onde assuntos de interesse provincial eram discutidos e encaminhados para a Presidência da Província e para a Assembléia Legislativa. A reunião dos conselheiros, no início era problemática, pois era difícil juntar seus membros²⁴⁵, e ainda está por realizar-se uma pesquisa que avalie detidamente o papel que esse órgão teve não só nos assuntos de interesse provincial, mas como instância de socialização dos liberais mineiros. Nos primeiros anos de funcionamento do Conselho Geral da Província, fez-se sentir a

²⁴³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 8-9, 20 e 100.

²⁴⁴ Marco Morel chegou a afirmar que para conquistar um cargo eletivo era importante ter um jornal. Ver: MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos, op. cit.*, p. 190.

²⁴⁵ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 388.

influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos em iniciativas para favorecer a imprensa, a indústria e a agricultura²⁴⁶. Nesse período, já se observava que a atuação de Vasconcelos no Conselho e na imprensa era motivo de desavenças. Nessa época, um periódico intitulado *Companheiro do Conselho* informava os trabalhos daquele órgão. Nesse periódico prolongavam-se as discussões iniciadas no Conselho. É possível que Vasconcelos utilizasse esse periódico para defender suas posições políticas. É o que se pode entrever a partir de nota publicada no *Universal*, na qual Manoel José Barbosa, conhecido impressor de Ouro Preto e um dos responsáveis pela impressão do *Compilador Mineiro* e *Abelha do Itaculomy*, veio a público declarar, a pedido de Vasconcelos, que esse último não era redator do periódico que tornava público os trabalhos do Conselho Geral da Província:

“Sr. Cap. Mor Manoel José Barbosa, Queira fazer-me o obséquo de declarar, se eu sou o Redator do Periódico, que se imprimi, na sua Imprensa, intitulado o = COMPANHEIRO DO CONSELHO = pelo que lhe ficarei obrigado. Sou seu affectivo Venerador e obrigado” ---- “O Sr. Desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos não he o Redactor do Periódico = COMPANHEIRO DO CONSELHO = Ouro Preto, 9 de agosto de 1825. Manoel José Barbosa”.²⁴⁷

Manoel José Barbosa era um dos donos da “Officina Patrícia de Barbosa e Cia.”, que, em 1825, imprimia o *Universal*, periódico ligado a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Por meio da imprensa, o primeiro procurava defender o segundo de acusações perpetradas por desafetos políticos. Na verdade, durante grande parte de sua atuação política, Vasconcelos valeu-se de jornais para reafirmar suas posições. A relação de “amizade” entre ele e Manoel Barbosa remontava, pelo menos, ao ano anterior, quando Vasconcelos tinha espaço para publicar seus primeiros textos no *Abelha do Itaculomy*. Em 09 de junho de 1824, por exemplo, Vasconcelos publicava texto em que denunciava fraudes nas eleições da Freguesia

²⁴⁶ *Ibidem*, loc. cit.

²⁴⁷ UNIVERSAL, Ouro Preto, 10 AGO. 1825, folha 3.

de Antônio Dias, das quais era um dos candidatos²⁴⁸. Vale lembrar que as eleições para a legislatura de 1826 ocorreram em 1824, o que indica que a imprensa era utilizada por Vasconcelos para cultivar suas bases eleitorais²⁴⁹. Na realidade, a imprensa conjugava-se com as instâncias de poder provincial e era espaço onde se teciam afinidades de caráter político e também espaço para prolongamento e publicização de discussões.

Ressalte-se, ainda, que em algumas sessões do Conselho, esses sujeitos compareciam e atuavam conjuntamente. Na sessão de 04 de fevereiro de 1831, por exemplo, Vasconcelos e Bhering deliberaram juntos em discussão que dizia respeito às sobras das rendas da Província. Nesse ano, o primeiro já era deputado e sua presença nas deliberações do Conselho é significativa na medida em que, também ali, travava-se uma queda de braço com o Ministro da Fazenda²⁵⁰. Algumas das discussões iniciadas no Conselho da Província foram posteriormente levadas à Assembléia Nacional, como o caso das Companhias de Diamantes e de Navegação do Rio Doce, relatado por Vasconcelos na *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*²⁵¹. Isso reforça a imagem de que Vasconcelos era uma espécie de porta-voz e líder reconhecido dos liberais mineiros. No *Novo Argos*, jornal redigido por Bhering, Vasconcelos era constantemente mencionado. Em 04 de março de 1830, por exemplo, “o nosso colega do *Universal*”, como então esse último era chamado, foi defendido de ofensa publicada no *Telégrapho*²⁵². No *Novo Argos*, por sua vez, o líder dos liberais mineiros recebia honrosos adjetivos como: “herói de Minas”, “pai da Pátria”, “honrado Patrício”, “ídolo dos Mineiros” e “membro da carinhosa Família”.²⁵³ Uma consulta aos jornais disponíveis do período não deixa dúvidas quanto à importância que Vasconcelos

²⁴⁸ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 JUN. 1824, p. 259.

²⁴⁹ SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972 (Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil), vol. 5, p. 71-126.

²⁵⁰ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*, op. cit., p. 195.

²⁵¹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, op. cit., p. 61 e 89-92.

²⁵² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 04 MAR. 1830, p. 1.

²⁵³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 21 ABR. 1830, p. 1-4 e *Idem*, 10 DEZ. 1830, p. 1-4

adquiriu junto aos “liberais mineiros”: reunia em torno de si um conjunto de indivíduos identificados com sua imagem e atuação políticas e, pode-se dizer, era um elemento unificador do grupo.

Como membro dessa “carinhosa Família”, figurava ainda Batista Caetano de Almeida. Também conselheiro da Província, Batista Caetano era constantemente saudado na imprensa pelo empreendimento que se dispôs a realizar: a doação de sua biblioteca particular para a concretização da “Livraria Pública”, em São João Del Rei²⁵⁴. Era também amigo pessoal de Vasconcelos, tendo a tipografia do *Astro de Minas* sido responsável pela impressão da *Carta aos eleitores*, cuja subscrição, aliás, podia ser feita tanto na tipografia de Batista de Almeida, quanto na casa do padre José Bento Ferreira de Melo, conforme anúncio publicado em periódico da época²⁵⁵. As relações entre essas três personagens certamente se estreitaram a partir de suas participações na administração provincial, o que foi reforçado nas eleições para a segunda legislatura (1830), quando os três foram eleitos. Relações que continuariam estreitas na primeira fase das Regências, quando Vasconcelos e o padre José Bento foram presos juntos, na Revolta de 1833.

Outras relações de reciprocidade podem ser observadas em relação aos redatores de que dispomos de poucos conhecimentos biográficos, como Manuel Berardo Arccusio Nunan. No *Estrella Marianense*, redigido por Nunan, o padre e professor Bhering informava aos alunos sobre aulas ministradas em Ouro Preto²⁵⁶. A atuação desse último no Conselho da Província era também constantemente informada ao público leitor²⁵⁷. Quando Bhering era atacado por adversários, recebia ampla defesa nesse periódico. Ademais, como relatamos no capítulo anterior, os dois compareciam juntos ao teatro e a festividades cívicas que ocorreram no período, como as comemorações do 7 de abril – de que fizeram questão de relatar nos

²⁵⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 08 JUN. 1830, p. 2-3.

²⁵⁵ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 DEZ. 1827, p. 4.

²⁵⁶ ESTRELLA MARIANNESE, Mariana, 18 OUT. 1830, p. 96.

²⁵⁷ *Ibidem*, 05/06/1830, 23/12/1830, 28/01/1831.

jornais que publicaram²⁵⁸. O mesmo pode ser dito quando do início das publicações do *Sentinella do Serro* (de Teófilo Ottoni) e do *Pregoeiro Constitucional* (do padre Bento), em 1830, que foram motivo de deferência no *Estrella Mariannense*²⁵⁹.

Algumas dessas relações de amizade e de sociabilidade não escaparam à memória de Teófilo Ottoni, já na década de 1860, mesmo após a cisão com liberais moderados. Lembra-nos Ottoni das relações que mantivera, antes da Abdicação, com Bernardo Pereira de Vasconcelos, doze anos mais velho, e Evaristo da Veiga, quando se reuniam no *Clube dos Amigos*. Na época, mesmo sem ter completado 21 anos e, portanto, não podendo exercer seus direitos políticos, Teófilo Ottoni via como virtuosa sua atuação como “escrevinhador” no *Astro de Minas*, em São João Del Rei, e no *Echo do Serro*, no Tejuco. Revelou, também, que, em 1829, quando adquiriu a maioria, estava “relacionado com os patriotas de maior consideração”²⁶⁰, denotando com a afirmação que essas relações sociais marcaram profundamente sua vida.

Lembremos, ainda, das relações que os liberais-redatores de Minas Gerais mantiveram com Evaristo da Veiga, considerado a maior expressão dos liberais moderados do Rio de Janeiro. Evaristo, o livreiro da Rua dos Pescadores, parece ter sido articulador importante dos moderados na capital do Império. Difícil é precisar a origem de suas ligações com políticos de Minas. Octávio Tarquínio de Souza sugere a existência de ligações entre o pai de Evaristo da Veiga, o também livreiro Francisco Luís Saturnino da Veiga, e letrados mineiros, dentre eles o autor das *Cartas Chilenas*, publicadas por Luís Francisco da Veiga, no Segundo Reinado, a partir de manuscrito copiado pelo patriarca da família²⁶¹. Coincidentemente, Evaristo foi eleito deputado para a segunda legislatura por Minas Gerais, sem mesmo ter conhecido a

²⁵⁸ Ver capítulo 1, página 49.

²⁵⁹ “Três periódicos liberaes apparecerão, 8 na nossa Província – o Pregoeiro Constitucional, em Pouso Alegre; - o Sentinella do Serro, na Villa do Príncipe (...)”. Ver: ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 09 OUT. 1830, p. 90.

²⁶⁰ OTTONI, Theophilo Benedicto, *op. cit.*, p. 61-62.

²⁶¹ SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, *op. cit.*, p. 279.

Província que o elegeu. Talvez a eleição de Evaristo da Veiga para a deputação de 1830, a partir de Minas Gerais, tenha sido a concretização de uma série de relações interpessoais que vinham sendo estabelecidas entre políticos mineiros, já em projeção no cenário da capital, e o grupo de moderados que se congregavam ao redor do livreiro. Reza a tradição que o prestígio de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em Minas Gerais, foi amplo e eficazmente utilizado nas eleições de 1830, nas quais não só se elegeu como contribuiu para eleger Martim Francisco, Vieira Souto e o próprio Evaristo da Veiga²⁶². Vale lembrar que Bernardo Jacinto da Veiga, irmão de Evaristo, já residia na região de Campanha, desde 1819, tendo para a mesma se mudado provavelmente em busca de “paz e sossego” capazes de amenizar a moléstia que lhe afligia²⁶³. Na região, Bernardo da Veiga estabeleceu uma “loja” na qual podiam ser encontrados jornais moderados, dentre eles o *Pregoeiro Constitucional*, redigido pelo padre José Bento²⁶⁴. Esse último, juntamente com Batista Caetano de Almeida, viria fazer parte da *Sociedade Defensora da Liberdade do Rio de Janeiro*, fundada por Evaristo no alvorecer das Regências, em 10 de maio de 1831. Essa sociedade e suas sucursais espalhadas pelo país constituíram grêmios de ação extra-parlamentar e deram sustentação à atuação política dos liberais em pauta²⁶⁵. Acrescente-se que a livraria à Rua dos Pescadores fora, antes da Abdicação, ponto de encontro e discussão política, como atestou Teófilo Ottoni, lembrando que, nesse período, comparecia às palestras do “livreiro patriota” e “eloqüente expositor”, nas quais passou a ter contato com as “bellas theorias de Jefferson”.²⁶⁶

Essas relações interpessoais pautadas na palavra impressa, na atuação legislativa e em sociedades políticas, ajudam na compreensão de como se constituía a esfera pública política na região Centro-sul do Império. Alcir Lenharo, um dos primeiros historiadores a explicar os

²⁶² *Ibidem*, p. 77.

²⁶³ *Ibidem*, p. 286.

²⁶⁴ Ver capítulo 1 página 48-49.

²⁶⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado, *op. cit.*, p. 103-126.

²⁶⁶ OTTONI, Theophilo Benedicto, *op. cit.*, p. 63.

interesses envolvidos nessas redes de afinidades construídas no decorrer do Primeiro Reinado, bem como a ascensão política desses atores, argumentou que esse grupo congregava políticos cuja atuação era pautada pela defesa e expansão da propriedade²⁶⁷. Representavam a classe proprietária dos produtores mineiros ligados às atividades de produção e comércio de abastecimento da Corte, cuja região de predomínio era o Sul de Minas. Embora heterogêneos quanto à formação e à origem social, que incluía magistrados, professores, comerciantes, proprietários e clérigos, uniam-nos os interesses mercantis fixados no Rio de Janeiro e a expansão de suas propriedades – o que a atividade política permitia garantir.

Nessa linha interpretativa, a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos na Câmara e na imprensa é significativa no que concerne à representação de interesses dos setores proprietários. Já na primeira legislatura, ele e José Bento Ferreira de Melo procuravam convencer a Assembléia Legislativa sobre a necessidade de revisão na cobrança do quinto, propondo a redução na alíquota de 20 para 5% como forma de desonerar os mineiros e garantir a atividade mineradora. Tal proposta teve início no Conselho Geral da Província e resultou na lei de 26 de outubro de 1827²⁶⁸. No ano seguinte, as atenções de Vasconcelos se voltariam para os inconvenientes no sistema de recrutamento e nos prejuízos advindos dessa prática para os produtores de gêneros. O deputado sugeria a necessidade de conceder licença aos soldados diretamente envolvidos nos trabalhos agrícolas e na comercialização. Em defesa da conciliação de interesses da lavoura e do serviço militar, foram mobilizados o *Universal* e o *Aurora Fluminense* a fim de construir o argumento de que o recrutamento compulsório

²⁶⁷ “O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de seus propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política” (LENHARO. Alcir. *As tropas da moderação*, op., cit., p. 100). Wlamir Silva concorda com Alcir Lenharo em relação à tese que a propriedade era a base que conformava esse grupo. O autor diz: “Tendo relações diferenciadas com a propriedade, diferentes origens sociais, formações intelectuais e índoles, esses líderes liberais realizaram-se como ‘representantes políticos e literários’ dos proprietários de terra e escravos e dos comerciantes, isto é, como formuladores e difusores de um projeto político nos limites da ‘situação social’ dos proprietários”. Mas ressalta que “a propriedade era a base, mas não condição única para a conformação dessa elite”. SILVA, Wlamir, *Liberals e povo*, op. cit., 120.

²⁶⁸ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos eleitores da Província de Minas, op. cit., p. 123-132.

quebrava a produtividade e poderia provocar a ruína dos produtores²⁶⁹. Nesse sentido, a imprensa era um instrumento de ação e poder de um grupo com interesses políticos e econômicos congruentes, e a palavra impressa permitia internalizar esses interesses, ao mesmo tempo em que contribuía para a construção e difusão de um ideário político.

Embora concordemos com essa tese, ressaltamos que a defesa da propriedade não é a única chave explicativa para a atuação política desses atores. Por trás da atuação política dos mesmos jazia todo um ideário político partilhado que informava e servia de base para suas ações. Além disso, os conservadores também defendiam firmemente a propriedade como princípio constitutivo da comunidade política. Procuremos, a seguir, explicitar esse ideário político e as estratégias de difusão, por meio do impresso. Instrumento de prática política e de afirmação de interesses e afinidades, a imprensa difundia idéias e princípios condizentes com a atuação política de seus redatores; por meio da palavra impressa, esses homens propagavam seus próprios valores e procuravam “formar” a opinião dos possíveis leitores, estabelecendo uma relação pedagógica e doutrinária por meio do impresso.

2.2 Ideário político e estratégias de difusão

Em várias ocasiões, o padre Antônio José Ribeiro Bhering, redator do *Novo Argos*, viu-se na necessidade de esclarecer ao público quais os jornais de Minas Gerais difundiam “doutrinas dignas do século XIX”.²⁷⁰ Em 19 de junho de 1830, dizia haver em Minas seis folhas liberais: *Universal*, *Astro de Minas*, *Echo do Serro*, *Mentor das Brasileiras*, *Estrella Mariannense* e é claro, o jornal que redigia. Posteriormente, Bhering e Manoel Nunan

²⁶⁹ Ver: “Ofício do Conselho Geral da Província à Secretária de Estado dos Negócios do Império”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 693-695; UNIVERSAL, Ouro Preto, 31 DEZ. 1828; sobre a repercussão no *Aurora Fluminense* consultar LENHARO, Alcir, *Tropas da moderação*, *op. cit.*, p. 71

²⁷⁰ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 JAN. 1830, p. 1-2 e *Idem*, 19 JUN. 1830, p. 4.

saudaram o início da impressão do *Sentinella do Serro* e do *Pregoeiro Constitucional*²⁷¹. Além dos citados, dois mereciam ser alcunhados “cativos”, segundo a classificação do padre: o *Telégrapho* e o *Amigo da Verdade*. Essa classificação não era arbitrária e nem inocente. Opunha, na incipiente arena de discussões, dois grupos políticos, cujos postulados expostos nos próprios periódicos, a um só tempo, serviam para definir e distinguir as identidades políticas em disputa. O termo “cativo”, utilizado para designar pejorativamente os adversários, associava-se à semântica da escravidão, entendida aqui no sentido de despotismo político²⁷², que, por sua vez, associava-se ao *absolutismo*, símbolo de um passado recente que os liberais acreditavam ter superado, mas cuja lembrança ainda podia ameaçar: “O governo despótico é uma ordem social falsa, e contrária ao espírito e a natureza da sociedade: é um Governo onde os homens são Escravos, onde os homens não têm direitos porque estes são a vontade do Déspota”²⁷³, afirmava o redator do *Estrella*. Já os termos “liberal” e “liberalismo” eram utilizados sempre associados às noções de liberdades herdadas da ilustração: “As palavras Liberal e Liberalismo: a sua raiz é a liberdade (...). Ele [o liberalismo] não é senão a indagação dos melhores meios de Governo para os homens em Sociedade e para reforma das instituições”, dizia Ferreira de Melo²⁷⁴. Assim, para os liberais mineiros, o *absolutismo* ou *despotismo* era o símbolo de um passado (espaço de experiência) que se pretendia superar, e o liberalismo apontava para o futuro (horizonte de expectativa) que se pretendia construir²⁷⁵; na

²⁷¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 JUN. 1830, p. 4 e ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 13 JAN. 1831, p. 144.

²⁷² Esse vocabulário é uma herança da Ilustração e pode ser encontrado em: RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*. Prefácio de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Oswaldo Munteal Filho. Trad. Regina Clara Simões Lopes Rio de Janeiro/Brasília, Arquivo Nacional/Editora UnB, 1993, p. 79 e 111; MONTESQUIEU. *Do espírito das Leis*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004, p. 72-75; LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 43-44.

²⁷³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 MAI. 1830, p. 3.

²⁷⁴ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 18 SET. 1830, p. 17.

²⁷⁵ A discussão sobre essas categorias de análise histórica encontra-se em: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Tradução Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira) Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-rio, 2006, pp. 305-327.

encruzilhada desses dois sistemas de valores, compôs-se o conjunto de idéias, crenças e valores que traduziu o ideário político liberal partilhado por esses homens²⁷⁶.

A classificação acima apresentada não pode ser tomada ao pé da letra. Ao alcunharem seus adversários de “absolutistas”, os liberais procuravam definir a si próprios²⁷⁷. Fizeram parte do elenco de princípios e valores de ambos os grupos questões como a limitação da autoridade e divisão de poderes; a liberdade de expressão e de imprensa; a representação e soberania; a conciliação entre liberdade (ou liberdades) e a ordem; a defesa dos direitos individuais; o contratualismo e o constitucionalismo; o problema da igualdade e do mérito pessoal; a defesa e a salvaguarda da propriedade²⁷⁸. O peso e a relevância atribuídos a cada um desses postulados demarcaram as identidades políticas em pauta.

O primeiro ponto distintivo entre moderados e conservadores era, sem dúvida, a liberdade de imprensa. Para os primeiros, a imprensa era um espaço destinado à instrução, disputa política e censura às autoridades; como espaço de expressão da “opinião pública”, a imprensa deveria ser responsável pela transparência necessária às novas instituições. Assim, o padre José Bento Ferreira de Melo, lembrando do tempo em que imperava a censura aos órgãos de imprensa, ressaltava:

“Outro phenomeno, que vos desgosta [aos absolutistas] é a luta dos Periódicos com as authoridades; porém mal de vossos direitos, se assim não fosse; lembrai-vos do tempo em que reinava o silêncio nos negócios públicos; então no segredo se perpetrava[m] os maiores crimes, sem que podesseis dizer uma palavra, isto era bom?”²⁷⁹

²⁷⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.

²⁷⁷ Como nos lembra Jurandir Malerba, “as idéias, numa guerra, são armas que são utilizadas conforme o calor da batalha – e o historiador tem que ter o distanciamento crítico necessário para não se deixar vencer pela retórica da época. O fato de que pessoas se dizem republicanos, ou mesmo por vezes defendiam em panfletos teses ‘libertárias’, não faz daquelas pessoas republicanos ou libertários”. MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 43.

²⁷⁸ MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

²⁷⁹ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 27 OUT. 1830, p. 60.

Ferreira de Melo acreditava que cabia à imprensa dar visibilidade às ações do governo, em contraposição ao segredo característico, a seu ver, dos regimes absolutistas²⁸⁰. E atribuía ao “tribunal da Pública Opinião”²⁸¹ a prerrogativa de julgamento dos atos governamentais. Não se tratava, no entanto, do julgamento arbitrário; ao contrário, fazia-se necessário uma “Opinião Pública esclarecida”, amparada na Lei e nas “armas da razão”.²⁸² Não por acaso, atribuía à imprensa o papel de, a um só tempo, censurar e instruir, julgar e esclarecer. Nessa questão, havia congruência entre os redatores que vimos analisando. O padre e professor Antônio José Ribeiro Bhering, no prospecto do periódico que redigia, ressaltava que, na qualidade de escritor público, cabia “transmitir aquelas doutrinas que forem condizentes com a civilização do povo”, “censurar com prudência possível aquelas autoridades pouco afeitas à causa da Nação” e “disputar com as numerosas armas da razão”.²⁸³ A função instrutiva e pedagógica, como prerrogativa da imprensa, era comum à maioria dos jornais do período. O hebdomadário *Mentor das Brasileiras*, por exemplo, destinava-se especificamente a instrução do “belo sexo”, incluindo, para isso, contos morais e trechos de obras de belas letras, normalmente seguidos de comentários dos redatores²⁸⁴. Já o *Estrella Mariannense* acrescentava que ao escritor público cabia, além de instruir, “defender com as poderosas armas da razão os nossos direitos e garantias”.²⁸⁵

²⁸⁰ Nesse sentido o político mineiro polemizava com categorias antitéticas fundamentais para a emergência de uma esfera pública política. Como nos lembra Habermas “à prática do segredo de Estado” a esfera pública política contrapõe “o princípio da publicidade”. “Assim como o segredo serve para manter uma dominação baseada na *voluntas* [vontade], assim também a publicidade deve servir para impor uma legislação baseada na *ratio* [razão]”. Ver: HABERMAS, Jürgen, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, op. cit., p. 69 e 71. Sobre a função política do segredo na República das Letras, sobretudo nas lojas maçônicas do século XVIII, ver ainda: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*, op. cit., p. 65 *et seq.*

²⁸¹ *Ibidem*, 07 SET. 1830, p. 1-2.

²⁸² PREGOIEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 15 SET. 1830, P. 12.

²⁸³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 NOV. 1829, p. 1.

²⁸⁴ MORAIS, Chritianni Cardoso et. alli. *Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “belo sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX*. Disponível em: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/abralic/textos/christianni_eliane_gisele.doc Acesso em: 15/05/2008. Ver, também, a recente tese sobre esse hebdomadário em: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação: lições de política e moral pelo periódico “O Mentor das Brasileiras” (1829-1832)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2008 (Tese de doutoramento em Educação).

²⁸⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 MAI. 1830, p. 1.

No que concerne à liberdade e à função da imprensa, a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos na Assembléia é esclarecedora. Quando das discussões parlamentares para a criação e o estabelecimento de cursos jurídicos no Brasil, em 1826, Vasconcelos foi categórico ao defender que deveriam ser instalados no Rio de Janeiro, por haver ali “livros, mestres, uma opinião pública muito mais bem formada que nas outras províncias, tipografias, bibliotecas, e muitas outras circunstâncias, que faltam nas províncias”.²⁸⁶ No seu entendimento, “um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade e[ra] a liberdade de imprensa”, pois era através dela que se propagavam os “conhecimentos úteis”²⁸⁷ à nação. Pode-se sugerir que o jornal cumpria a função tradicionalmente atribuída aos livros, mas com a diferença de ser mais barato e de circulação mais fácil – o que ajuda a explicar as constantes traduções e transcrições de textos doutrinários nos editoriais.

As ações de Bhering, junto ao Conselho Geral da Província, mais uma vez, evidenciam a ênfase dos moderados no que concerne à instrução: a maioria, senão todas, das propostas de criação de estabelecimentos de ensino em Minas Gerais, entre 1830 e 1832, contaram com sua efetiva participação, não só nas discussões, mas também na redação de projetos²⁸⁸. Tratava-se de um ideal tipicamente ilustrado, cujo pano de fundo eram as noções de *progresso e civilização*, e, por conseguinte, o aperfeiçoamento das instituições, tal como transparece na epígrafe deste capítulo. No século XIX, o “ato ou efeito de instruir” relacionava-se a um conjunto de saberes ligados à leitura e à escrita, incluindo “os saberes, os valores sociais e culturais e as informações então necessárias à vida e à integração social dos

²⁸⁶ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 07 de agosto de 1826. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, *op. cit.*, p.42.

²⁸⁷ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos eleitores da Província de Minas, *op. cit.*, p. 116-7.

²⁸⁸ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*, *op. cit.*, p. 139-140, 171, 174-175, 193, 195-196, 1092.

indivíduos”²⁸⁹; nesse ponto não havia diferenças entre os moderados mineiros e, por exemplo, os liberais franceses, que também faziam da imprensa o principal canal de difusão de seu ideário, conforme ressaltou Nicolas Roussellier²⁹⁰.

Os conservadores assumiam posição diversa quanto à liberdade de imprensa. Se por um lado, reconheciam que, por meio da imprensa, os leitores podiam ter acesso a conhecimentos úteis, como os erros da administração e a inexecução de alguma lei, ressaltavam que o abuso dessa liberdade poderia ter efeitos perversos, tais como a divisão da sociedade em partidos, de modo que o resultado seria o extremo oposto dos objetivos proclamados. Assim, advertia o redator do *Amigo da Verdade*:

“A opinião pública, este Tribunal invisível, e respeitável, que não cede nem aos Magistrados, nem aos Ministros, nem aos Príncipes, e nem à própria Lei, cede, dobra-se, desfigura, e cai perante o abuso da Liberdade de Imprensa [...] Detestamos esse pernicioso sistema de lançar sempre odiosidade sobre todos os atos, antes de examinar suas verdadeiras causas, não é dever de um julgador imparcial, que tem de lavras sentença no respeitável Tribunal da Opinião Pública”.²⁹¹

Curiosamente, os conservadores utilizavam o impresso para condenar todo e qualquer excesso de “linguagem”, no dizer da época. Valorizavam a função instrutiva da imprensa, mas condenavam as censuras à administração. Vale ressaltar que a análise sobre esse tema é condicionada pelas fontes e pelo contexto de sua produção. A partir do início da primeira legislatura, em 1826, quando redatores moderados tornaram-se deputados, iniciou-se um ténue, mas progressivo, confronto entre a Câmara eletiva e o Executivo, pelo qual a primeira

²⁸⁹ Ver verbete: “Instrução” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 382-384. Luciano Mendes de Faria Filho acrescenta que por instrução entendia-se o ideal civilizatório indissociável da noção de ordem. Ver: FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

²⁹⁰ ROUSSELLIER, Nicolas. “La culture politique libérale”. In: BERSTEIN, Serge (org.) *Les cultures politiques em France*. Paris: Éditions Du Seuil. 1988, p. 77-80. Argumenta o autor que na França, desde os primeiros anos da Restauração, a imprensa era dominada pelos liberais e funcionava ou era idealizada como uma espécie de quarto poder, uma vez que liberais, como Constant, nutriam extrema desconfiança quanto a qualquer excesso de autoridade.

²⁹¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 MAR. 1829, 1-2.

passava a exigir que sucessivos ministérios passassem a explicar os negócios da administração ao Poder Legislativo. Nesse contexto, ao defender a “censura” às autoridades e a “disputa política” por meio do impresso, esses indivíduos reafirmavam suas posições e interesses na incipiente esfera pública de poder, o que torna coerente os discursos de ambos os grupos em questão. Os conservadores (governistas), por seu turno, utilizavam o impresso para defenderem o Executivo nessa complexa relação de forças. Ambos os grupos defendiam um princípio condizente com a posição política que assumiam.

Quanto à forma de governo não havia grandes divergências entre os grupos em questão. Em todos os jornais consultados, percebemos a defesa da monarquia constitucional. Diziam os conservadores: “Faremos finalmente quanto podermos, e estiver a nosso alcance, para sustentar o Governo Monárquico-Constitucional-Representativo, rebater outra qualquer forma de Governo, que se queira estabelecer, e manter a ordem”.²⁹² A mesma defesa faziam os moderados. O princípio representativo, no entanto, estabelecia clara distinção entre as duas vertentes do liberalismo. Os moderados atribuíam maior peso à noção de representação nacional – ancorada no legislativo –, enquanto que os conservadores davam maior ênfase ao papel do monarca, imiscuindo ou mesmo negando a divisão de poderes e as atribuições da Câmara dos Deputados. Para os moderados, na deputação residiam os verdadeiros “mandatários do povo brasileiro”²⁹³, “os digníssimos representantes da nação brasileira”²⁹⁴, aos quais cabiam representar os interesses da sociedade. A ênfase na Câmara dos Deputados residia no fato de os mesmos serem eleitos periodicamente, ao contrário dos senadores cujos mandatos eram vitalícios. É interessante notar como imprensa e atividade parlamentar se complementavam. Batista Caetano de Almeida chegou a estabelecer essa relação no *Astro de Minas* ao afirmar que:

²⁹² AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 03 MAR. 1829, p. 1.

²⁹³ DISCURSO de Bernardo Pereira de Vasconcelos na Câmara dos Deputados na sessão de 06 de abril de 1829. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, *op. cit.*, p. 192

²⁹⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 MAI. 1830, p. 1.

“Em todo Estado Constitucional, aonde as eleições dos Deputados às Assembléias deliberativas são populares, e livre d’estorvos (como no Brasil) os Deputados são realmente órgãos da opinião pública (...). Porém de todos os órgãos da opinião pública o mais certo e invariável he, sem dúvida, a publicação diária; os que negão esta verdade, não mereceriam que se lhe respondessem”.²⁹⁵

Embora os termos “povo” e “popular” estivessem presentes nesses discursos, não se deve, com isso, afirmar que se defendia a soberania popular. A noção de povo que veiculavam estabelecia distinção entre cidadãos ativos e passivos, e era o conceito de propriedade que permitia esta distinção. Em relação à propriedade, como pré-requisito para o exercício da cidadania, estavam de acordo moderados e conservadores. O oficioso *Abelha do Itaculumy* advertia: “recomenda-se que o bom deputado seja proprietário fixo: pois procurará a felicidade geral de seu país, enquanto que o sem propriedades pode considerar sua pátria qualquer lugar onde se estabelecer”.²⁹⁶ O periódico considerava, ainda, que as condições para exercício de cargos no legislativo eram diminutas, o que, em tese, permitiria que mesmo caixeiros pudessem ser eleitos. Assim, era desejável que só os negociantes muito ricos, os senhores de engenho e os grandes proprietários pudessem ocupar cargos no Senado.²⁹⁷

Mas a defesa da propriedade assumia matizes específicos no discurso moderado. Era, como no idioma lockeano²⁹⁸ ulteriormente retomado por Benjamin Constant²⁹⁹, um direito inviolável. Manoel Berardo Accursio Nunan, por meio de seu periódico, denunciava casos

²⁹⁵ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 12 JAN. 1828, p. 2.

²⁹⁶ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 AGO. 1824, p. 363-364.

²⁹⁷ *Ibidem*, loc. cit.

²⁹⁸ LASLETT, Peter. Teoria Política e Social dos “Dois Tratados sobre o Governo”. In: QUIRINO, C. G. & SOUZA, M. T. S. (org) *O Pensamento Político Clássico: (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 216. Este autor ressalta que o conceito de propriedade em Locke era genérico e abrangia a vida, liberdades e posses. No capítulo IV do *Segundo Tratado*, Locke afirma que “cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; e esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo.” Ver: LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores), p. 45.

²⁹⁹ CONSTANT, Benjamin. Da inviolabilidade das propriedades. In: CONSTANT, Benjamin. *Escritos de política*. (Tradução Eduardo Brandão; edição, introdução e notas de Célia N. Galvão Quirino). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 116-130.

cotidianos em que o direito de propriedade era infringido. Em 30 de outubro de 1830, por exemplo, relatou que dois ou três capitães do mato, em nome de um juiz de paz, haviam invadido a casa de um cidadão à procura de um escravo que disputava, em juízo, sevícias com seus senhores. O ato foi tratado como condenável. Na mesma ocasião, relatou outro caso no qual o cidadão Antônio Rodrigues de Aguiar teve sua residência invadida e uma ex-escrava, que ali se encontrava e que fora por ele alforriada, espancada na frente de várias testemunhas, incluindo a mulher do dono da residência³⁰⁰. O autor enfatizava o descumprimento do Art. 179 da Constituição, que garantia os direitos civis e políticos dos cidadãos, o que incluía a inviolabilidade do lar e a prisão somente em caso em que há culpa formada³⁰¹. Nunan denunciava não só a transgressão ao direito de propriedade do cidadão, ou seja, a invasão de sua residência, mas também o respeito aos direitos civis recém-adquiridos pelos libertos. Ancorava-se sua argumentação no principal valor dos liberais: o *Império da Lei*. E fazia de seu periódico ferrenho defensor desse valor. Ponto importante a enfatizar é a estratégia pedagógica que permeava esses textos. Nem sempre a difusão de valores e princípios liberais, por meio do impresso, ocorria através de longos textos doutrinários; ao contrário, os redatores procuravam fazer com que esses postulados aparecessem como evidentes através de artigos ligados às circunstâncias.³⁰²

Ao enfatizar o império da lei e a garantia de direitos e liberdades, os liberais faziam da Constituição o baluarte das instituições liberais. Daí a ênfase no constitucionalismo, cujo discurso no Primeiro Reinado foi, na verdade, um prolongamento da difusão de princípios iniciada na Independência³⁰³. Assim, no contexto das eleições para a legislatura de 1830, o

³⁰⁰ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 30 OUT. 1830, p. 102.

³⁰¹ CONSTITUIÇÃO POLÍTICA do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, Art. 179. Site: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 12/05/2008.

³⁰² Nesse ponto, os jornais que estamos analisando pouco se diferenciavam dos que apareciam, por exemplo, na América Hispânica nesse mesmo contexto. Ver: GUERRA, François-Xavier. La pedagogia política de la prensa revolucionaria española. In: *Modernidad e Independencias: ensaios sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 227-264.

³⁰³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil, *op. cit.*, p. 73-101.

Novo Argos procurava esclarecer ao público leitor as instituições que os liberais defenderiam caso fossem eleitos:

“isto é, a Monarquia hereditária, equilibrada pelos poderes, que residem na Assembléa Geral, ou nas duas Câmaras Legislativas: tem por invioláveis estes poderes: opinião que os Cidadãos tem direitos legítimos, de que nunca dever ser privados: taes são a segurança individual, o direito de propriedade, a faculdade de votar livremente; os impostos pelo órgão dos seus Deputados; e o direito de somente ser julgado, pelos seus Juizes naturaes. A igualdade de direitos parece-lhe o fundamento de toda a Sociedade civilizada”.³⁰⁴

A ênfase no regime monárquico constitucional, com regras e direitos bem definidos e a distribuição dos poderes, devidamente delimitados, aparecia nesses discursos como a principal garantia, tanto contra o exercício do poder arbitrário, tal como no Absolutismo, quanto para a contenção do exercício arbitrário do poder legal³⁰⁵. A defesa dos princípios e instituições expressos na Constituição de 1824, no entanto, era permeada por uma noção de soberania que demarcava claramente as identidades políticas em disputa. O grupo conversador dava maior ênfase à figura do monarca afirmando, às vezes, a soberania como seu atributo: “Em uma palavra, a Constituição faz o Imperador Semelhante a Deus, tirando-lhe o poder de fazer o mal, dando-lhe só o de fazer o bem: é Anjo exterminador dos vícios, a barreira que separa os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”.³⁰⁶ Ferreira de Melo, por seu turno, procurava interpretar e conceber a Constituição como um repositório de leis oriundo do consentimento da sociedade. Afirmava que “a Constituição não é senão a declaração expressa do modo porque um povo quer ser governado”³⁰⁷ e, ao invés de enfatizar o fato de a Carta Magna ter sido outorgada, preferia ressaltar o fato de a mesma só ter sido aprovada após submissão às deliberações das Câmaras Municipais, instância que outrora fora

³⁰⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 12 AGO. 1830, p. 1-2.

³⁰⁵ MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo: antigo e moderno*, *op. cit.*, p. 46.

³⁰⁶ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 15 MAI. 1829, p. 10.

³⁰⁷ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 11 SET. 1830, p. 7.

a expressão de representação legítima do povo³⁰⁸. No seu modo de ver, a noção de contrato social, expressa na Constituição, era revogável e exigia, por isso, controle periódico.

À mercê de afirmar que o poder poderia ser oriundo da vontade popular, os liberais mineiros deparavam-se com o problema de como conciliar a liberdade com a ordem. Daí advinha a noção de moderação, que correspondia a um princípio de negação a dois extremos: o absolutismo, de um lado, e a exaltação, de outro. Tratava-se da defesa de um *justo meio*, entre o governo absoluto e a democracia. O primeiro, acreditavam, poderia degenerar em despotismo e tirania; o segundo, inevitavelmente, dava origem à anarquia³⁰⁹. O *Estrella Mariannense* procurava construir um conceito de liberdade que negasse justamente dos “dois extremos”:

“aos olhos dos exaltados partidistas de uma quimérica liberdade toda e qualquer Authority é ilegítima, aos olhos dos cegos partidistas do Despotismo toda e qualquer liberdade é sempre um abuso criminoso; aqueles não reconhecem um direito legítimo pelo qual vão ser governados, estes não compreendem com que direito intentão por limites a sua authority, aqueles suspeitao com vigor a igualdade perfeita de condições entre todos os homens, estes defendem com grande affinco prerrogativas innatas a certas classes para governar exclusivamente os seus concidadãos, e daqui vem o conflito de opiniões”.³¹⁰

A noção de moderação, conjugada com a adoção de instituições representativas e a divisão de poderes, possibilitaria conciliar as liberdades proclamadas com a ordem social. Mas tratava-se de uma versão moderada do conceito de liberdade, sempre atrelada à ordem social³¹¹. Nesse ponto, as apropriações de Montesquieu uniam liberais e conservadores:

“O célebre autor do *Espírito das Leis* diz que *ser livre não é fazer o que se quer, mas o que se deve querer*. Segundo este princípio incontestável nenhum homem sobre a terra pode pretender uma total independência. Quaes quer que

³⁰⁸ *Ibidem*, loc. cit.

³⁰⁹ A mesma conclusão pode ser encontrada na análise dos periódicos da Corte. Ver: BASILE, Marcello. *Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837)*, op. cit., p. 596.

³¹⁰ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 31 JUL. 1830, p. 49.

³¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Liberalismo político no Brasil*, op. cit., p. 85.

fossem as instituições e convenções humanas nunca elas puderam consentir que membro algum de uma sociedade gozasse de absoluta independência, ou do direito de fazer o que quizesse”. [As leis] “mantém a boa ordem da sociedade”.³¹²

Ambos os grupos em questão difundiam uma noção de liberdade definida como um direito de fazer tudo aquilo que a lei permitisse³¹³, como o livre exercício das faculdades humanas, ou como ausência de constrangimento na busca da própria felicidade³¹⁴. Por vezes, essas representações de liberdade, por parte dos moderados, aproximavam-se da linguagem de Benjamin Constant, que diferia a “liberdade dos antigos” da “liberdade dos modernos”.³¹⁵ Privilegiavam a última, embora não ignorassem a importância primeira. O periódico *Estrella Mariannense* demarcava claramente as duas noções:

“O fim do estado social nas repúblicas antigas não era exactamente o mesmo do nosso Governo Representativo, cujo objecto essencial consiste no gozo pacífico da liberdade civil, e da prosperidade doméstica, e só nós apreciamos tanto e tão zelosamente propugnamos por uma certa porção de exercício da liberdade política, é porque sem ella não pode haver nem liberdade individual, nem prosperidade doméstica”.³¹⁶

Tal como Constant, o redator do periódico marianense definia a liberdade política como indispensável, pois ela garantia a liberdade civil; mas a primeira deveria ser exercida por meio da representação parlamentar, para o qual os critérios de elegibilidade deveriam ser, como já dissemos, a propriedade e, também, o mérito ou virtude individual.

³¹² UNIVERSAL, Ouro Preto, 18 JUN. 1825. Em relação aos conservadores, consultar: AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 MAI. 1829, p. 4. Nesse número, o redator citava o *Espírito das Leis*, de Montesquieu, para sustentar o meio termo entre o espírito de igualdade e a igualdade extrema.

³¹³ “A liberdade é nociva logo que não é subordinada às leis da justiça, da razão e da sociedade”. UNIVERSAL, Ouro Preto, 30 ABR. 1827, p. 1008.

³¹⁴ “Os direitos do homem consistem no livre exercício de suas vontades, e de suas faculdades tendentes a procurar os meios necessários à sua própria felicidade”. AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 21 JUL. 1829, p. 49.

³¹⁵ CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Trad. Loura Silveira. *Filosofia Política*, n. 2, Porto Alegre, L&PM, pp. 9-25.

³¹⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 26 JUN. 1830, p. 30.

A questão do mérito ou da virtude individual, tal como aparecem nesses discursos, leva-nos para outro ponto importante na definição das identidades políticas dos redatores mineiros: o tema da igualdade. Embora reconhecessem a existência da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, esses autores procuravam delimitar claramente o sentido atribuído ao termo. Recorrendo a fundamentos jusnaturalistas, reconheciam que homens nasciam dotados das mesmas faculdades, mas em sociedade o mérito e a virtude os distinguiram. À igualdade natural, contrapunham a superioridade dos mais virtuosos e talentosos. “Em fim, estamos desenganados que só a superioridade da virtude e dos talentos é que pode tirar os homens da igualdade natural”³¹⁷, argumentava um missivista do *Amigo da Verdade*. Mas os conceitos de *talento* e *virtude* demarcavam as identidades políticas em construção. Os liberais moderados associavam *talento* ao *saber* e negavam, peremptoriamente, as distinções sociais provenientes dos títulos de nobreza. O padre José Bento afirmava que: “já não há hoje essa distinção de nobre e plebeu; todos hoje são cidadãos iguais perante e lei, com a única distinção, que a Natureza aprova, isto é, talento, e virtudes, que podem ser partilha do rico, do pobre, do Márquez e do simples mecânico”.³¹⁸ Os conservadores, ao contrário, consideravam as distinções derivadas dos títulos de nobreza, próprias das sociedades do Antigo Regime, como válidas:

“A diferença, e a desigualdade, que a natureza, e as circunstâncias tem posto entre os homens, dão huma superioridade natural a aquelles, que excedem aos outros em força de corpo, em talento de espírito, em huma grande experiência, e em huma razão mais esclarecida por virtudes, e qualidades úteis a Sociedade. He justo, que aquelle que se considera capaz de fazer gosar os outros de grandes bens, seja preferido, ao que em pouco ou nada he bom [...] Toda a superioridade para ser justa, deve se fundada sobre vantagens reaes, de que se fação gosar os outros homens. Eis aqui os títulos legítimos da Soberania, da grandesa, das riquezas, da nobresa, e das diversas ordens, que se estabelecem na Sociedade. Este princípio separa o súbdito do Príncipe; o

³¹⁷ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 24 JUL. 1829, p. 89-90

³¹⁸ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 27 OUT. 1830, p. 60.

cidadão do Magistrado; o Povo dos Grandes; os pobres dos ricos e poderosos”.³¹⁹

Essas definições dos conceitos de igualdade e virtude, em parte, eram oriundas dos problemas colocados pela própria vida política. Nesse contexto, havia uma ampla discussão na sociedade política sobre a concessão de títulos de nobreza por parte do Imperador. Os opositores do governo, incluindo os moderados mineiros, criticavam abertamente a concessão de títulos e cargos executivos a indivíduos do círculo restrito de D. Pedro I. Como já dissemos anteriormente, no Primeiro Reinado, esse grupo de políticos mineiros projetava-se politicamente em nível local e provincial e alcançava postos na legislatura. Mas esses mesmos homens eram alijados dos cargos administrativos por um processo seletivo e elitista de nobilitação e arregimentação burocráticas, que vinha ocorrendo desde a chegada de D. João VI³²⁰, fato que ajuda a explicar as críticas que teciam ao governo.³²¹ Os conservadores, por outro lado, partidários do fortalecimento do executivo e defensores do governo, não condenavam tal prática e procuravam justificá-la a partir desses textos doutrinários e pedagógicos, como no documento anteriormente citado.

Todo esse conjunto de valores, crenças e princípios, expressos num vocabulário bem como numa visão institucional partilhada, eram difundidos a partir de uma leitura comum e normativa do passado³²², cujo divisor de águas era, sem dúvida, a Revolução Francesa. Como ressaltou um estudioso da cultura política liberal, foi a Revolução que provocou a formação

³¹⁹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 04 AGO. 1829, p. 103.

³²⁰ LENHARO. Alcir. *As tropas da moderação*, *op. cit.*, p. 24 e 71.

³²¹ Antônio José Ribeiro Bhering, em seu periódico, criticava abertamente a concessão de títulos nobiliárquicos: “A monarquia portuguesa fundada [h]a 736 anos, tinha em 1803, época em que se haviam renovado títulos, e creado outros recentemente – 16 – Marqueses. – 26 – Condes – 8 Viscondes – e 4 Barões -, O Brasil porém com 8 anos de idade, como Potência, encerra já no seu seio – 28 Marqueses. – 8 Condes – 16 Viscondes – e 21 Barões. Quantos possuirá quando chegar a idade de Portugal? Não sabemos”. NOVO ARGOS, Ouro Preto, 24 NOV. 1829, p. 4.

³²² Os elementos acima apresentados são referentes fundamentais para o entendimento das culturas políticas. Ver: BERSTEIN, Serge. *A cultura política*, *op. cit.*, p. 351.

de um verdadeiro sistema de valores³²³. Na verdade, para os liberais moderados, a revolução era um “culto impossível”, uma vez que era a partir da leitura negativa dos eventos revolucionários que construíam sua própria representação do mundo. De um modo geral, esses homens exaltavam os princípios de 1789, mas condenavam o espírito revolucionário, principalmente o Terror Jacobino, que fez com que os princípios da Revolução fossem levados ao extremo, a ponto de devorar seus próprios filhos.³²⁴ E condenavam qualquer associação a princípios que defendessem a idéia de república:

“os princípios de puro Republicanismo são no século 19, impróprios, incongruentes, e inadmissíveis geralmente para o Mundo civilizado, e privativamente para o Brasil. (...) A melhor forma de Governo para a felicidade comum, e mútua de Governantes, e Governados he a Monarquia Constitucional, invenção feliz da Filosofia Política moderna, chefe de obra das instituições humanas, e resultado de estudos profundos”.³²⁵

Ao condenar os excessos do espírito revolucionário, os moderados e conservadores tendiam a conceber o “sistema inglês” como a forma de governo ideal: uma monarquia constitucional, com instituições representativas e divisão de poderes, afastada do espectro democrático capaz de trazer à tona o “monstro da anarquia”.³²⁶ Quanto as leituras da Revolução Francesa, vale a pena ressaltar a visão construída por Teófilo Ottoni, no seu *Sentilella do Serro*, pois talvez esse já ensaiasse uma futura adesão ao republicanismo. Ottoni condenava a política legitimista da Santa Aliança e chegou a afirmar que o fim último do Congresso de Viena era a destruição da Carta Constitucional Francesa. Na visão que difundia sobre a Revolução, Ottoni demonstrou desprezo tanto pela realeza – um entrave à liberdade –, quanto aos “aliados” (estrangeiros) que pretenderam frear os princípios expressos na Revolução de 1791. Ressaltava, ainda, a importância do “Exército Republicano” na luta pela

³²³ ROUSSELLIER, Nicolas. La culture politique libérale, *op. cit.*, p. 71.

³²⁴ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 JUN. 1829, p. 46-47 e ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 31 JUL. 1830, p. 50.

³²⁵ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 AGO. 1824, p. 363.

³²⁶ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 JUN. 1829, p. 46.

liberdade contra os invasores, condenando a ditadura jacobina, Napoleão e Carlos X e enfatizava a importância da “Soberania Nacional” e da “Independência das Nações”. Infelizmente o documento de que dispomos é uma transcrição parcial do jornal de Ottoni e não é possível afirmar enfaticamente que defendesse princípios democráticos (soberania popular) ou mesmo a virtude cívica. Ainda assim, sua leitura do processo revolucionário marca distinção em relação aos moderados mineiros, pois enfatizou a participação popular na Revolução:

“Desenganem-se pois os testas coroadas, que não farão retrogradar o espírito humano, e que mais cedo, ou mais tarde hão de perder todos os seus domínios, que usurparão, e conquistarão no tempo que a ignorância, e o fanatismo imperarão com sceptro de ferro em todo o Universo. Os povos lhe tomarão conta pelo sangue (...) Oxalá, que não tarde esse dia, em que a necessidade deve exercitar-se a justa vingança dos Oprimidos, contra os Opressores”.³²⁷

Uma questão a considerar em relação a esse documento diz respeito ao sentido de sua publicação num jornal de tendência moderada. A mensagem do mesmo, em parte, não se coadunava com os princípios moderados, que davam ênfase à participação política por meio da representação e à condenação aos excessos do processo revolucionário francês. A transcrição desse texto, no entanto, pode ser compreendida se analisarmos o conjunto de artigos publicados nesse exemplar do *Novo Argos* e a contexto político imediato, experimentado por esses homens. Em outubro de 1830, chegavam a Minas Gerais as notícias da deposição de Carlos X, na França, e esse acontecimento foi interpretado como um aviso a D. Pedro I. Nos seis meses anteriores ao Sete de Abril, os jornais mineiros passaram a minar paulatinamente a legitimidade simbólica do Imperador, de que nos é exemplo o relato de que várias autoridades da Província deixaram o teatro quando da comemoração do aniversário do

³²⁷ SENTINELLA DO SERRO, Tejuco, s.d., *apud* NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 OUT. 1830, p. 1-2.

Imperador para participar de uma festa particular. O relato, que analisamos no **Capítulo 1**³²⁸, foi publicado no mesmo exemplar que transcrevia o texto de Teófilo Ottoni, o que nos permite sugerir que, na verdade, essa publicação pudesse funcionar como uma crítica indireta, ou aviso, ao Imperador. Percebemos, nessa transcrição do *Sentinella do Serro*, a publicação estratégica de textos doutrinários com um objetivo claro: tornar evidentes determinados princípios defendidos, nesse caso a *liberdade* (autonomia como independência) em contraposição ao *despotismo*.

Quanto às estratégias de difusão do ideário político liberal, merecem destaque, ainda, dois tópicos, a dizer: a composição de textos didáticos e a citação (e transcrições) de autores estrangeiros, mormente autores conhecidos, alguns clássicos do pensamento político. Tal como vinha ocorrendo desde a Independência, quando folhetos e panfletos políticos difundiam as principais idéias e princípios do constitucionalismo liberal³²⁹, os redatores de periódicos do Primeiro Reinado inseriam nesses impressos uma imensa e diversa produção discursiva. Imprimiam-se e, muitas vezes, transcreviam-se hinos e canções cujo enredo era o combate ao despotismo³³⁰; catecismos morais que difundiam os direitos e deveres do homem³³¹; diálogos e textos com perguntas e respostas, por meio dos quais explicavam princípios constitucionais³³²; anedotas que valorizavam a virtude e o mérito; e sermões que difundiam os postulados liberais por meio de variadas figuras de linguagem, todas marcadas pela oralidade. Muitas vezes, tentava-se mesmo reproduzir o linguajar popular, incluindo, nos textos, gírias e conversas informais³³³. Percebemos, por esses textos, que o escritor,

³²⁸ Ver item **1.4 Periódicos e espaços de sociabilidade**, no **Capítulo 1** desta dissertação.

³²⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*, *op. cit.*, p. 119-226

³³⁰ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, de 25 OUT. 1824, p. 495.

³³¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 22/05/1829, 09/06/1829, 31/07/1829.

³³² AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 03 JUL. 1829, p. 65-69.

³³³ Ver “Correspondência do Pai Zuzé” no AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 21 AGO. 1829, p. 128.

pedagogicamente, *falava* de pena em punho e prefigurava um leitor que ouvia “o som de sua voz brotar a cada passo por entre as linhas”³³⁴ do impresso.

Além dessas composições, deve-se ressaltar a evocação constante de autores da ilustração, dos liberais franceses posteriores à Restauração, e, também, em menor grau, de autores da Antigüidade Clássica. Como vimos, por vezes, esses autores apropriavam-se dos textos de Locke, Benjamin Constant e Montesquieu para sustentar a garantia de direitos (sobretudo civis) e a defesa da propriedade; a preponderância das liberdades modernas em relação à liberdade política (essa última atributo dos mais capazes); a importância do consentimento em relação à autoridade; e a divisão de poderes. Mas o conjunto de autores citados supera os que acima elencamos. Nesses escritos, pudemos perceber que, ao defenderem determinado postulado, como a propriedade, por exemplo, pensadores como Aristóteles e Cícero, Rousseau e Constant, Locke e Mably, Raynal e Guizot, eram evocados para sustentar os mesmos princípios³³⁵; o que torna difícil o mapeamento das filiações desses redatores com a ilustração, por exemplo. Não há como negar que um variado conjunto de autores, sobretudo da Ilustração, era conhecido e apropriado nos jornais que estamos analisando. Basta ressaltar que o *Universal*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, iniciava-se com epígrafe de Voltaire³³⁶, revelando um ideal tipicamente ilustrado. O mesmo pode ser dito em relação ao *Novo Argos*, do padre Bhering, que tinha como inspiração o ideal de progresso presente na obra do abade De Pradt³³⁷, autor constantemente discutido nesse periódico. Bernardo Vasconcelos fazia questão de apresentar-se a seus pares como um homem

³³⁴ CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000, (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 74.

³³⁵ Ver, por exemplo: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 AGO. 1824, p. 361-363.

³³⁶ “Rien n’est beau que lê vrai, lê vrai Seul est aimable. (Voltaire)”, UNIVERSAL, Ouro Preto, 18 JUL. 1825, p. 1.

³³⁷ “Le genre humaine est en marche, Et rien ne le fera retrograder. (De Pradt)”, NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 OUT. 1829, p. 1.

ilustrado³³⁸. Certa vez, defendendo-se dos adversários políticos que o acusavam de suborno nas eleições o mesmo afirmou:

“É verdade que os mandões cercam-me a casa de espíões, que espalham ser ela frequentada de muitos cidadãos: mas ninguém melhor que o Sr. Redator sabe que os meus amigos poucas vezes me procuram por saberem das minhas ocupações. Os amigos com quem estou em contato são os Says, os Ganihls, os Benjamins Constants, os Benthans e os Henets, e outros políticos e financeiros, que declaro serem escritores para que os Srs. Mandões se não persuadam de que são alguns vegetais ou minerais, ou alguns subornistas para a próxima legislatura”.³³⁹

Vasconcelos dizia ter como companhia não os candidatos às eleições, mas sim escritores e pensadores políticos; e utilizava esse argumento para defender-se dos desafetos que questionavam sua conduta moral. Os conservadores, por seu turno, evocavam na argumentação, às vezes, os mesmos autores que os moderados, mas para defender posições distintas. Montesquieu e Constant, por exemplo, eram constantemente citados no *Amigo da Verdade*³⁴⁰. Obviamente, parte da explicação pode ser dada pelo caráter plural das apropriações, como nos ensinou Roger Chartier³⁴¹. Mas a questão das apropriações plurais só em parte responde à indagação.

Se, por um lado, pudemos identificar filiações entre a defesa de determinados postulados liberais e a evocação de um conjunto de autores que defendiam tais princípios, por parte dos liberais moderados, o mesmo não pode ser dito em relação aos seus adversários. A forma de discursar do grupo que classificamos, aqui, como conservadores, parece associar-se

³³⁸ Na Assembléia Legislativa, quando das discussões sobre a falsificação de moedas na Bahia, Vasconcelos chegou a sugerir que se criasse uma nova forma de cunhagem, substituindo o escudo das armas por alguma legenda que remetesse a algum fato importante da Independência e às Luzes. Assim concluiu sua argumentação: “eu proponho que seja desta forma; em vez de armas algum fato importante de nossa Independência com a seguinte legenda: *Frutos das Luzes*, porque a nossa Independência é fundada no conhecimento claro dos nossos direitos”. VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos eleitores da Província de Minas, *op. cit.*, p. 85.

³³⁹ *Apud* SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*, *op. cit.*, p. 74.

³⁴⁰ Ver: AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 MAR. 1829, p. 1-4.

³⁴¹ CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. (Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-253; *Idem*, *Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 2003.

ao teórico escocês Edmund Burke³⁴². Como se sabe, Burke foi um ferrenho crítico da Revolução Francesa, que, no seu entender, pretendeu fazer tabula rasa do passado, ao invés de tentar revigorar os velhos direitos contra o absolutismo monárquico. Esse autor, hoje considerado um clássico do pensamento conservador, inaugurou, segundo, Albert Hirschman, uma forma específica de articulação discursiva, ou retórica, que acreditamos, estava presente no discurso dos liberais conservadores. A argumentação desse grupo, diferentemente dos moderados, na maioria das vezes, enfatizava o *efeito perverso* e não intencional de toda e qualquer tentativa de mudança. Assim, argumentavam que qualquer tentativa de levar a sociedade para determinada direção poderia resultar no exato oposto dos objetivos proclamados e perseguidos: discussões sobre a liberdade poderiam conduzir à escravidão; a divisão de poderes poderia levar à dissolução da sociedade. Em suma, a tentativa da mudança podia ser contraproducente. Enfatizavam, ainda, o caráter fútil da mudança, sustentando a manutenção do *status quo*³⁴³. No entendimento desse grupo, as mudanças deveriam ser lentas, quase imperceptíveis.

Obviamente que não pretendemos, com isso, afirmar que Edmund Burke fosse a única ou principal referência dos conservadores e que Locke, Montesquieu e Benjamin Constant fossem os únicos autores partilhados pelos moderados, até porque a obra de Constant também pode ser lida à maneira dos primeiros³⁴⁴. Sugerimos que, além das apropriações de obras da ilustração e do liberalismo pós-revolucionário, por moderados e conservadores, um conjunto

³⁴² Para a análise do discurso do grupo conservador, valemo-nos dos trabalhos de: MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo: antigo e moderno*, *op. cit.*, p. 109-150; e de HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência*, *op. cit.*, p. 18-78

³⁴³ Albert Hirschman classifica essas formas de argumentar como teses do discurso reacionário: a *tese do efeito perverso* e a *tese da futilidade*. A primeira sustenta que a ação proposta ou posta em prática produzirá, por meio de uma cadeia de conseqüências não intencionais, o exato oposto dos objetivos proclamados. Já a tese da futilidade sustenta que não se pode pretender mudar o que não pode ser mudado. Ver: HIRSCHMAN, Albert, *op. cit.*, p. 18-78. O periódico *Amigo da Verdade*, do dia 16 de junho de 1829, sustentava que, na busca pela forma de governo ideal. “muitos governos tem cahido no extremo oposto levadas a impetuosidade da sua marcha, augmentada e tornada mais violenta por esses mesmo obstaculos, que encontrarão”. AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 JUN. 1829, p. 46-47.

³⁴⁴ É particularmente relevante, nesse caso, a crítica de Constant a Rousseau e Mably no que concerne à defesa da soberania popular. Ver: CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos, *op. cit.*, p. 16-19.

amplo de autores era evocado como argumento de autoridade³⁴⁵. Tal hipótese pode ser explicitada a partir de uma sessão parlamentar na qual estavam presentes vários deputados, dentre eles Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Em finais de 1827, o Ministério de Estado dos Negócios do Império e a Assembléia Legislativa discutiam a proposta, de autoria do Marquês de Queluz, de conceder determinada quantia à Família Imperial para o término do Palácio Imperial da Boa Vista. Na ocasião, a Assembléia dividiu-se entre os que eram favoráveis à concessão de verbas extras ao Imperador e os que se opunham à proposta. Vasconcelos, juntamente com outros deputados, dentre eles Manuel Odorico Mendes (eleito pela província do Maranhão), Luiz Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (eleito por Pernambuco) e Nicolau dos Santos Vergueiro (paulista), condenavam a proposta, alegando inconstitucionalidade, principalmente por que o valor original aprovado pela Câmara do Deputados havia sido aumentado, por emenda proposta pelo Senado, o que, segundo eles, elevaria demasiadamente os gastos e prejudicaria os fundos, já comprometidos, da nação. Vergueiro comparou os gastos do monarca do Brasil com os de França e Inglaterra e concluiu que, proporcionalmente à receita, o Brasil excedia esses Estados, no que dizia respeito às despesas da Família Imperial. O deputado condenava os defensores do projeto que, evocando Montesquieu, pretendiam sustentar o aumento dos gastos públicos. Outro deputado por São Paulo, Francisco de Paula Souza e Melo, concordando com Vergueiro, afirmou que Montesquieu era utilizado como autoridade para provar a necessidade do luxo e da prodigalidade nas monarquias representativas, o que, na verdade, não passava de uma falácia. No seu entendimento, a obra em questão, *Espírito das Leis*, era inapropriada para a discussão, uma vez que o autor a havia escrito num momento anterior à constituição das monarquias modernas. Souza e Melo propôs-se a analisar cada

³⁴⁵ Utilizamos o ensaio e as propostas investigativas de José Murilo de Carvalho In: História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>. Acesso em 27/03/2007.

argumento de seus adversários e contestou-os, um a um, recorrendo à mesma obra e a fatos conhecidos das recentes monarquias européias³⁴⁶. Pela discussão, é possível perceber, que Montesquieu era freqüentemente utilizado, na tribuna, para justificar posições divergentes, mas com o mesmo objetivo: persuadir e conseguir a adesão dos auditores, nesse caso, os próprios deputados.

No caso em questão, é possível perceber, não só o caráter plural das apropriações de autores ilustrados, mas sua citação como argumento de persuasão. Esse mesmo tipo de argumentação estava presente nos textos impressos em jornais. Como sustenta José Murilo de Carvalho, “em princípio, (...) a citação de um autor estrangeiro não significava necessariamente adesão a suas idéias, embora pudesse significar”.³⁴⁷ O recurso à autoridade dos outros era parte integrante da retórica da época e a eficácia dessa estratégia discursiva dependia, em parte, do auditório visado. Partindo do pressuposto de que o público-leitor de jornais, de variadas tendências políticas, era em princípio o mesmo, pode-se compreender o fato de que os mesmo autores fossem mobilizados por pessoas com posições políticas divergentes. Considerando que os textos de caráter pedagógico visavam persuadir e conquistar a adesão dos leitores, nada mais natural que a utilização de autores conhecidos do público. De modo geral, a estratégia era pinçar frases isoladas ou aspectos secundários de determinado autor, a fim de reafirmar uma posição previamente estabelecida. Assim, um enorme repertório de obras e pensadores podia ser mobilizado.

Um exemplo desse tipo de estratégia pode ser percebido pelas alusões a autores de romances, como François Fénelon, popularizado, principalmente, pelo livro *Aventuras de*

³⁴⁶ VASCONCELOS, Bernardo Pereira. de. Carta aos eleitores da Província de Minas, *op. cit.*, p. 98-111.

³⁴⁷ CARVALHO, José Murilo, História intelectual no Brasil, *op. cit.*, p. 143. Esse autor sustenta que essa operação retórica foi uma herança das reformas educacionais pombalinas, baseadas nas proposições de Verney. Foge aos propósitos de nossa pesquisa analisar essa herança. Enfatizamos, apenas, as estratégias de difusão de ideário político liberal.

*Telêmaco*³⁴⁸, em momento de intenso debate político, como foi o fim do Primeiro Reinado. Frases supostamente presentes nesse romance que, desde a segunda metade do século XVIII, foi o mais presente na circulação livreira legal feita entre Brasil e Portugal, entre 1769 e 1820, e que fazia parte de várias bibliotecas de Minas Gerais³⁴⁹, eram transcritas, tanto por moderados, quanto por conservadores. Mas cada periódico valoriza passagem condizente com seu ideário político.

De forma bastante resumida, o enredo desse livro descreve a viagem de Telêmaco, filho de Ulisses, personagem da obra de Homero, à procura do pai, que desde o fim da guerra de Tróia não retornara a Ítaca para reencontrar Penélope e reaver o trono. Penélope vivia o conflito entre a espera pelo marido e a pressão de novos pretendentes, dos quais ela se esquivava, inteligentemente, tecendo o manto prometido ao sogro durante o dia, e desmanchando-o à noite. Dessa terrível situação resulta a viagem do filho em busca do pai, como forma de garantir a honra da rainha e o restabelecimento da ordem e do bom governo na cidade. O romance narra os caminhos e descaminhos desse personagem. Fénelon aproveita-se dessa estrutura narrativa para transmitir ao pupilo a descrição de costumes, formas de governo diferentes e histórias, cujo efeito é a sempre a transmissão de ensinamentos morais. Lançada em Paris, em 1699, essa obra tornou-se um verdadeiro *best-seller* no mundo luso-brasileiro, conhecendo várias edições, o que ajuda a explicar sua presença em periódicos do século XIX³⁵⁰.

³⁴⁸ FENELON, Francois de Salignac de la Mothe. *As Aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses*. São Paulo: Madras, 2006.

³⁴⁹ Sobre a circulação da obra de Fénelon no mundo luso-brasileiro no século XVIII, ver: ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp, 2003; MARTINS, João Paulo. História e romance: a idéia de história em 'As Aventuras de Telêmaco' e as relações entre o texto histórico e a prosa de ficção na passagem dos séculos XVII-XVIII. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2004. Acessar: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>; e VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1722). In: ABREU, Márcia, SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercados das Letras, 2005, p. 161-181.

³⁵⁰ Sobre as apropriações de *Aventuras de Telêmaco* no hebdomadário *Mentor das Brasileiras* consultar MORAIS, Chritianni Cardoso et. alli. *Leituras "corretas" para mulheres ideais, op. cit.*

Nos jornais conservadores, publicaram-se trechos supostamente escritos por Fénelon, sob a forma de fábulas. Já os periódicos moderados transmitiam ao leitor pequenas frases isoladas, identificadas como de “anedotas” ou “pensamentos”. Em ambos os casos, o protocolo de leitura que permitia ao leitor identificar o texto era o título em letras maiúsculas e a sua impressão na última página do periódico³⁵¹. O *Estrella Mariannense*, em setembro de 1830, utilizava a autoridade de Fénelon para afirmar o quão cruel eram os governos que promoviam a morte dos próprios filhos³⁵². Em outubro de mesmo ano, apropriava-se do mesmo autor para afirmar que o quão era feliz o reino onde o rei amava o povo e era pelo povo amado³⁵³. Essas duas mensagens, nesse contexto, significavam claramente uma crítica ao despotismo do Imperador. O *Amigo da Verdade*, por sua vez, evocava Fénelon para transmitir aos leitores a importância da ordem, da disciplina, do trabalho e do merecimento, como valores fundamentais para a existência do bom governo. Para isso, transcrevia uma fábula cuja moral era a valorização da ordem e da disciplina³⁵⁴. O trecho procurava tornar

³⁵¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 20 OUT. 1829, p. 200; e ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, de 11 SET. 1830, p. 76 e de 09 OUT. 1830, p. 92.

³⁵² PENSAMENTO: “Todo o governo humano não é mais, que uma família espalhada sobre a face de toda a terra. Todos os povos são irmãos, e devem-se amar como taes. Desgraçados aqueles, que procurão uma glória cruel no sangue de seus irmãos, que é de seu próprio sangue. *Fénelon*”. ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, de 11 SET. 1830, p. 76.

³⁵³ “PENSAMENTOS Fénelon: Feliz o rei, que ama o seu povo, e que é dele amado, que se confia nos seus vizinhos que longe de lhes fazer guerra os impossibilita de a possuir no seu seio e que faz invejar a todas as nações estrangeiras a felicidade que tem seus súditos de o possuir como rei”. ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 09 OUT. 1830, p. 92.

³⁵⁴ “FABULA. Na chegada dos Zéfiro, quando toda a natureza anima, passeava em seus deliciosos jardins hum Príncipe de idade juvenil, que ouvindo grande susurro avistou um enxame de abelhas. Immediatamente se aproximou deste espetáculo que para elle era novo; e observou com grande admiração a ordem, cuidado, e trabalho desta pequena república. Pequenas cellas começavam a formar-se, e a tomar huma figura regular. Parte das abelhas as iaô enchendo de hum suave e delicioso néctar, e outra parte trazia flores escolhidas entre todos os dons da primavera. A ociosidade e a preguiça erao banidas d’aquelle pequeno Estado. Tudo estava ali em movimento, porém sem a menor confusão, e sem desordem. As que gosavao d’alguma consideração, dirigiao as outras, que lhe obedeciao sem queixar-se, e sem ciúme da sua authority. Entretanto que o Príncipe admirava este objecto, para elle inteiramente novo, huma abelha reconhecida como Rainha de todas, chegando se a elle, lhe disse: talvez que vos tenha surpreendido a vista dos nossos trabalhos, e a regularidade da nossa conducta; porem o fructo principal, que disto podeis colher, he instruir-vos. Não se admite entre nós perturbação, nem primazia: só merece attenção o nosso trabalho, e os talentos, que podem utilizar nossa republica. O merecimento he o único distintivo, que nos pode elevar a qualquer grão. De dia e de noite somente nos occupamos em servir d’utilidade aos homens.

Praza ao Ceo que algum dia sejais como nós, e que restabeleçais entre elles a boa ordem, que tanto em nós admirais! Desta sorte conseguireis a ventura dos outros e a vossa própria; e cumprireis o dever, que vos impoz o destino: porque estais acima dos outros somente para os proteger; desviar lhes os males, que os ameação, e

evidentes valores constantemente defendidos pelos conservadores, ou seja, a obediência às leis e o respeito às autoridades constituídas. Nos dois casos, percebe-se que os grupos políticos em disputa valiam-se dos mesmos autores para sustentar posições políticas diferentes e transmiti-las aos leitores. Como divergiam entre si, apropriavam-se dos textos distintamente e procuravam direcionar a leitura dos potenciais leitores. Certamente, nesse caso, dois aspectos complementares devem ser considerados: primeiro que obras desse autor estavam presentes em várias bibliotecas o que o tornou bastante conhecido do público-leitor; segundo, *Aventuras de Telêmaco* era utilizado como manual pedagógico. Isso, provavelmente, facilitava a interlocução entre o jornal e os leitores. Mas no limite, os mesmos textos e os mesmos autores poderiam produzir efeitos completamente diferentes. Tudo dependia do princípio a ser transmitido e do auditório visado ou idealizado. Nesse sentido, foi Isabel Lustosa quem sintetizou, com perfeição, a práticas dos jornalistas nos anos iniciais do Império:

“O maior grau de adesão do auditório ao que se discursa faz parte dos méritos do bom orador, independentemente do maior ou menor grau de verdade contido na mensagem que se propõe transmitir [...] Tal como o pregador do alto do seu púlpito, encarando sua platéia e apurando a garganta para soltar a voz, o jornalista defronte a escrivaninha apontava sua pena de pato e pensava na reação de quem iria ler as linhas que lançaria sobre o papel. Seu objetivo, principalmente naquele momento em que se dividiam tão radicalmente as opiniões, era ganhar para sua causa o público leitor”.³⁵⁵

Na prática não havia nenhum problema para moderados ou conservadores sonharem ou idealizarem as proposições de Mably ou Rousseau. Afinal, um abismo separava o sonho da realidade. Ainda que sonhassem com Rousseau, era com Hobbes que despertavam. “Sonhar

procurar lhe os bens, que elles tem todo o direito d’esperar d’hum governo prudente, vigilante, e paternal. (Fenelon)”. Não localizamos esse trecho na obra em questão, podendo o mesmo encontrar-se em outra do mesmo autor.

³⁵⁵ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 422.

com Rousseau e despertar com Hobbes³⁵⁶, eis a metáfora que talvez sintetize a apropriação do pensamento ilustrado por parte da sociedade política do Império. Afirmavam e difundiam os postulados do liberalismo, mas desde que mantivesse a escravidão, seja sob o argumento da defesa da propriedade³⁵⁷, seja pelo completo silêncio em relação à questão. De modo geral, esses homens atribuíam a si o papel de orientar e conduzir a opinião pública, defendendo uma noção de igualdade restrita ao plano da lei e um conceito de liberdade atrelada à ordem social, temendo, sempre, a incorporação da plebe nas discussões políticas do momento e considerando a liberdade política um atributo dos mais capazes.³⁵⁸

³⁵⁶ Parafraseamos aqui com o título do artigo de Waldo Ansaldi, “Sonar com Rousseau y despertar com Hobbes: una introducción al estudio de la formación del Estado nacional argentino. In: ANSALDI & MORENO (org.). *Estado y sociedad en el pensamiento nacional*: antología conceptual para el análisis comparado. 2ª ed. Buenos Aires: Cántaro, 1996, p. 21-108.

³⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 92 e ss.

³⁵⁸ Remetemos o leitor à sessão 1.3 **Pasquins e panfletos circulando pelas ruas**, do **Capítulo 1**, na qual relatamos caso em que pardos atacaram a residência de Manoel Berardo Accursio Nunan, gerando clima de temor.

Parte II:

Patriotismo impresso em Minas Gerais

“Como todas as palavras dessa espécie, como todas as palavras que **falam fortemente aos homens, palavras-força** (...) elas têm um passado, um passado histórico. (...) É precisamente este passado histórico que nos interessa, a nós historiadores. É esse passado que é preciso reconstituir.

“Os historiadores, que o sabem; os historiadores habituados a operar com séculos e mesmo com milênios; os historiadores, se disserem a si mesmos: vou definir o Estado, a Nação, a Pátria tornam-se ainda mais absurdos que os juristas. Pois ele sabe muito bem [o historiador] que suas definições teriam de valer para todos os tempos, épocas, civilizações. Ou seja, que [elas são] impossíveis. Pois o tempo tudo desloca, o meio tudo muda e o homem não é jamais o mesmo” (Lucien Febvre, *Honra e Pátria*, p. 52-54).

No dia 06 de setembro de 1824, periódico de circulação na Província de Minas Gerais tornava público uma carta supostamente escrita por uma mulher, Bernarda Silveira. A senhora dizia ter recebido notícia de que “inimigos da nossa Independência³⁵⁹” intentavam invadir a Corte de S.M.I. Com muito pesar por não poder ela mesma ir “derramar até a última gota de sangue” em defesa da Independência, a senhora, demonstrando fervoroso *patriotismo*, decidia oferecer dois de seus filhos para que os mesmos pudessem pegar em “armas em defesa do Brasil” e de Sua Majestade, o Imperador³⁶⁰. O periódico trazia ainda ofício assinado por João Baptista Ferreira de Souza Coutinho, Capitão-mor, pelo qual o oficial confirmava a versão da senhora e citava os nomes dos dois voluntários que deveriam assentar praça na Corte do Rio de Janeiro. Tratava-se de Antônio Bernardino Fernandes da Silveira, 22 anos, e Luiz Pedro Fernandes da Silveira, 19 anos, ambos brancos e naturais da Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio.

Os dois documentos foram saudados com entusiasmo pelos redatores do periódico. A atitude da “Ilustre Mineira” seria a “mais autêntica prova de que em Minas, plantada a semente do Patriotismo, ela desabrocha, vinga e medra maravilhosamente; porque o Solo [mineiro] é próprio”.³⁶¹ Demonstrava ainda o amor pela “bem entendida liberdade” que *se* difundido poderia no futuro “incendiar todos os corações”:

“(...) então cada indivíduo será um Soldado valente, um Patriota virtuoso, um Cidadão que preferirá o bem da Pátria à sua própria existência. [Mas] é certo que todas as coisas requerem tempo...”.³⁶²

Coragem e patriotismo eram algumas das muitas virtudes constantemente exigidas e diversas vezes atribuídas aos mineiros, público-leitor a que esses artigos se dirigiam. Se referências ao denotado patriotismo foram comuns na imprensa da Província, o mesmo não se

³⁵⁹ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 06 SET. 1824, p. 409-410.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 409.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 410.

³⁶² *Ibidem*, loc. cit.

pode dizer em relação às formas pelas quais ele foi dado a ler. Em 02 de abril de 1831, cinco dias antes da abdicação de D. Pedro I, Batista Caetano de Almeida, através do *Astro de Minas*, reproduzia artigo do *Ástrea*, trazendo a público uma missiva, extremamente persuasiva, na qual ficava explícita sua opinião em relação ao governo. O autor assim argüia os leitores: “O Governo do Brasil he Nacional?... Não. – Será elle Portuguez?... Sim. – Eis a opinião que hoje todo Brasileiro Constitucional, amigo da Pátria, e honrado faz do governo posto à testa dos negócios públicos”. E concluía, de maneira contundente, os motivos que o levaram a essa constatação: “o gabinete secreto é o destruidor da nossa Pátria, (...) destruidor da Independência e Liberdade do Brasil”.³⁶³ Se, em 1824, no contexto em que as Províncias do Norte cindiam com o projeto político do Rio de Janeiro, redatores de Minas Gerais recorriam ao *patriotismo* como deferência à autoridade que se constituía, o mesmo não se pode dizer nos anos que antecederam a abdicação. Em 1831, a defesa da *pátria* era evocada como garantia da *liberdade* ameaçada e pré-requisito para a existência de um governo *nacional*.

O conceito de nação não constitui ponto pacífico entre os analistas, embora as observações de Benedict Anderson nos sejam úteis. O autor propõe o conceito de nação moderna como elemento unificador de uma comunidade imaginada como soberana, surgido não antes da segunda metade do século XVIII³⁶⁴. Sua construção teria sido possível com o lento crepúsculo dos reinos da Igreja e com o questionamento das antigas formas de legitimação dos reinos dinásticos europeus, especialmente após a Revolução Francesa – quando o conceito foi politizado e potencializado³⁶⁵.

Na Revolução Francesa, o conceito de nação amalgamou-se ao “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão

³⁶³ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 02 ABR. 1831, p. 1-2.

³⁶⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, op. cit., p. 14-56.

³⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*, op. cit., p. 13-33.

política”.³⁶⁶ O principal alvo de questionamento era as distinções e lealdades do Antigo Regime, para o qual a idéia de nação correspondia ao conjunto de súditos de um mesmo rei, o que implicava uma noção de soberania alheia à idéia de pacto social preconizado pela ilustração³⁶⁷.

Foi também no século XVIII que o termo *pátria* teve seu conteúdo potencializado. Na Antiguidade clássica, o termo era “freqüentemente o agregado de todos os valores políticos, religiosos, éticos e morais pelos quais um homem poderia desejar viver ou morrer”.³⁶⁸ Durante a era feudal, no entanto, os laços entre senhor e vassalo passaram a determinar a vida política e “prevalciam sobre a maioria dos outros laços políticos”, de forma que a antiga utilização do termo perdeu seu significado. Na Idade Média, a palavra *pátria* foi utilizada, também, na linguagem cotidiana: “em um sentido estreito e essencialmente local, referia-se ao povoado, aldeia, distrito ou província”.³⁶⁹

Por volta do século XIII, os juristas medievais retomaram o uso do termo operando um duplo significado: *pátria sua ou própria* – “cidade específica em que um homem vivia” – e *communis pátria* – a cidade de Roma. “Em outras palavras, cada indivíduo possuía sua pátria local, mas todos os súditos do império reconheciam Roma como sua pátria comum”.³⁷⁰ Com o processo de secularização, o sentido de pátria comum tendeu a ser transferido para os reinos monárquicos, embora no uso corrente continuasse como o local de nascimento.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 31.

³⁶⁷ Deve-se ressaltar, como nos lembra José Carlos Chiaramonte, que antes de 1789, *nação* já possuía um conteúdo político associando-se a noção de Estado, ou seja, povos unidos sob um mesmo governo, pertencentes à mesma comunidade política. Essa utilização do termo convivia com outra de conotação étnica – nações indígenas, por exemplo – que terá continuidade durante todo o século XIX e, quiçá, o XX. Ver: CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII, *op. cit.*, p. 61-91; HESPANHA, António Manuel. Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003, p. 93-108.

³⁶⁸ KANTOROWICZ, Ernest H. Pro Patria Mori. In: *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 147.

³⁶⁹ KANTOROWICZ, Ernest H, *loc. cit.*

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 154.

Durante a Revolução Francesa, os valores referentes à Pátria estiveram associados à defesa do que é público e eram o oposto das lealdades anteriores associadas ao Antigo Regime. Os revolucionários retomaram o conteúdo cívico e moral que os iluministas haviam atribuído ao termo, sendo utilizado em estreita associação com as noções de liberdade política e civil cujas referências são as filosofias contratualistas do século XVIII³⁷¹. Assim os termos *pátria* e *nação* passaram a se corresponder³⁷².

No mundo luso-brasileiro, essas transformações seguiram ritmo próprio. Com a política posta em prática na segunda metade do século XVIII, os “ilustrados reformistas nascidos na colônia e agentes ativos na execução da política de edificação do Império luso-brasileiro”³⁷³ passaram a utilizar o termo *pátria* unicamente como o local de nascimento, enquanto o termo *nação* “se reportou diretamente ao sentimento de pertencimento à monarquia portuguesa”.³⁷⁴ Assim, os portugueses nascidos nos quatro continentes tinham suas pátrias – local onde nasceram ou se estabeleceram –, e a lealdade à *nação* se representava pela fidelidade à monarquia de Bragança. O termo *nação* referia-se, portanto, à comunidade formada por todos os grupos sociais súditos do mesmo rei.

A Revolução de 1820, por seu turno, catalisou o conteúdo político da idéia de *nação*, associando-o à noção de soberania alicerçada nos representantes das províncias, às quais cabiam organizar sobre novas bases o “pacto tido como adequado para transformar comunidades em *nação*”.³⁷⁵ Para os liberais portugueses assentados nas Cortes, a defesa da *pátria* associava-se à defesa do espírito coletivo e opunha-se ao pessoalismo monárquico e

³⁷¹ HESPANHA, Manuel António, *op. cit.*, p. 96-100.

³⁷² GIL, José. *Nação. Enciclopédia Einaud*, vol. 14, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 276-305.

³⁷³ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/rbh>. Acesso em: 16/06/2007.

³⁷⁴ *Ibidem*.

³⁷⁵ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico, op. cit.*, p. 136.

aristocrático³⁷⁶. No entanto, essa defesa não eliminou o uso corrente do termo (local de nascimento), como se pode perceber pelo estudo de Márcia Berbel analisando o papel dos deputados do Brasil nas Cortes portuguesas. Um dos discursos do deputado português analisado pela historiadora – Fernando Tomás – ao criticar a posição de Cipriano Barata – deputado pela Bahia – exemplifica bem a dupla utilização do termo. Segundo Tomás, Barata teria dito: “eu hei de morrer pela minha pátria”, enquanto que o português, retrucando a posição do representante baiano afirmou: “eu não sabia que dentro do Congresso (...), tinha cada um diversa pátria”.³⁷⁷ Nos embates levados a cabo pelos representantes das províncias do Brasil foi possível perceber que para alguns destes o patriotismo tinha um sentido local: significava a “exaltação dos valores e interesses regionais (...) como a defesa da terra e da comunidade às quais o indivíduo se sent[ia] ligado pela sua trajetória pessoal”.³⁷⁸

Mesmo após a Independência, os termos *pátria* e *nação*, entendidos como referenciais geopolíticos ligados à questão nacional, continuaram a possuir sentidos distintos, e essa distinção pode revelar a forma com que os homens do nascente Império do Brasil se auto-identificavam. A dissonância desses conceitos serviu, em parte, para a afirmação da ausência de uma identidade nacional e também da fragilidade do projeto imperial. Para José Murilo de Carvalho, “a distinção é reveladora: a identificação emotiva era com a província, o Brasil era uma construção política, um ato movido antes pela mente que pelo coração”.³⁷⁹ Há que se considerar, no entanto, que uma vez que o termo *nação* era utilizado de maneira estritamente

³⁷⁶ VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias na Revolução Liberal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, p. 197-206.

³⁷⁷ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999, p. 175.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 110.

³⁷⁹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 2003, p. 77. *Idem*. *Nações Imaginadas. Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 235: “Após a independência, podem-se encontrar ainda vários sintomas da ausência de um sentido de identidade nacional. (...) A palavra pátria ainda tinha sentido ambíguo, mesmo depois da independência. Era ainda muitas vezes usada para denotar as províncias e não o Brasil. Em 1828, o deputado Vasconcelos, falando a seus conterrâneos mineiros, referia-se à “nossa pátria”, Minas Gerais, em oposição ao “Império”, que seria o Brasil”.

política, não havia, para os homens da época, incompatibilidade entre a identificação com a comunidade política e as lealdades de cunho regional.

O percurso acima descrito não quer buscar um sentido último e definitivo para os usos dos termos quando da emancipação política do Brasil, uma vez que o próprio conceito de nação jamais encontrou definição consensual entre especialistas, apesar de ter sido consagrado no final do século XIX. Quer, antes, pontuar a provisoriedade das formas pelos quais os homens que viveram a dissolução do Império luso-brasileiro afirmavam-se no interior das comunidades humanas das quais sentiam fazer parte. As identificações de caráter regional deitavam raízes na colonização. Conforme analisou Mirian Dolhnikoff, “a organização fiscal (...) privilegiava a capitania como unidade tributária autônoma, o que foi reforçado pelas reformas pombalinas do século XVIII”.³⁸⁰ Essas reformas “introduziram a prática de nomear membros da elite local para cargos no governo”.³⁸¹ Assim, já no período colonial constituía-se uma elite enraizada regionalmente.

O sentido atribuído à noção de *Império*, perseguido por Maria de Lourdes Vianna Lyra, parece responder bem à recente organização do Estado do Brasil. A noção elaborada pelos estadistas luso-brasileiros deveria dar conta da diversidade de identificações comuns entre os habitantes do “genérico” Brasil. Assim, o *Império* seria “o elemento unificador das partes distintas”³⁸² e o ponto referencial da unidade nacional – primeiramente portuguesa e posteriormente brasileira. Mas como assinalaram István Jancsó e João Paulo Pimenta:

“a instauração do Estado Brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América Portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro. Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual a sua maneira, o passado, o presente e o

³⁸⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 434.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 435.

³⁸² LYRA, Maria de Lourdes Viana Lyra. *Utopia do poderoso império: Portugal Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 20.

futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional”.³⁸³

A utilização dos termos *pátria e nação* e seus correlatos no interior dos discursos publicados na imprensa periódica tem algo mais a dizer. Ao evocarem os valores da *pátria* ou a necessidade de um governo genuinamente *nacional*, os redatores não só explicitavam uma multiplicidade de identidades políticas coletivas, mas revelavam suas posições políticas (muitas vezes conflitantes), seus projetos de futuro e suas leituras e apropriações do passado. Esses conceitos expressavam um conjunto de mudanças em curso e eram também uma arma nos combates que gestavam essas mesmas mudanças; não só registravam como provocavam a ação. Afirmar-se como patriota num jornal de caráter conversador não era o mesmo que o fazer num periódico de oposição: os efeitos do uso do vocabulário político dependiam de quem o utilizava, dos destinatários da mensagem e do contexto sócio-político. Os próprios atores que compareciam na imprensa tentaram compreender essa apropriação vocabular e chegaram a se espantar com essa “guerra de palavras”. Em 12 de junho de 1831, no início do período regencial, o *Estrella Mariannense* trazia aos leitores reflexão sobre o termo *pátria*, certo de que o vocábulo era utilizado por partidários das mais diversas tendências políticas.

³⁸³ JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo, *op. cit.*, p. 131-2. Não se pode desconsiderar, ainda, o impacto causado pela transferência da Corte portuguesa e, posteriormente, a elevação do Brasil à condição de Reino no que diz respeito às transformações das identidades coletivas então existentes. Segundo István Jancsó “a condição *americana*, que antes de sua instituição expressava apenas um predicado genérico distinguindo, em conjunto, portugueses da Bahia, de Pernambuco ou de São Paulo dos de Portugal, encontrou no recém-criado Reino do Brasil a referência palpável de sua politização. O novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um conglomerado de capitanias atados pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade, e de um centro de gravidade que, além de sê-lo do novo reino, era-o, também, e todo o império. Portanto, mesmo que as identidades coletivas de cariz local preexistentes (Pernambuco, paulista e outras dessa ordem) se tenham mantido, seus significados tornaram-se passíveis de alteração substantiva. A partir de então, por referência ao que resultara de um artifício atendendo a estreitas conveniências dinásticas, as anteriores identidades luso-*americanas* poderiam tornar-se *brasileiras*, e esta, sintetizando-as, poderia integrar-se ao elenco de identidades políticas que já então coexistiam: a *portuguesa* (...) e as outras ancoradas nas particulares trajetórias instauradas pela colonização, cada qual expressando uma possibilidade de projeto de *nação* incompatível, no limite, com os que as outras encerravam. A partir daí, a nação brasileira tornou-se pensável pela referência a um Estado – o Reino do Brasil – que definia seus contornos como comunidade politicamente imaginável, retornando novamente aos termos de Benedict Anderson”. JANCÓS, István. Este livro. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, *op. cit.*, p. 26-27.

Espantava-se o autor como o fato de que “todos fala[ssem] em *Pátria*”³⁸⁴, embora nem todos soubessem, exatamente, a que esse termo se referia.

Pelo menos nove anos antes, no contexto de edificação do Império Luso-brasileiro, Frei Caneca – aquele que pagaria com a vida por sua participação na Confederação do Equador – também sentiu a necessidade de refletir sobre o termo, acreditando que “os maus juízos” que se faziam sobre o que seria a “pátria do cidadão” eram motivos de rivalidades entre portugueses nascidos em Pernambuco e os portugueses ali estabelecidos³⁸⁵.

Nos dois capítulos que se seguem analisaremos a linguagem do patriotismo, esse modo de registrar e de agir por meio da imprensa, em dois contextos. No primeiro, 1823-1824, houve certa retração dos canais de participação política em decorrência do fechamento da Assembléia Legislativa e da eclosão da Confederação do Equador. No segundo, 1826-1831, ocorreu expansão quantitativa e qualitativa desses canais, com a proliferação dos impressos e dos debates parlamentares que culminaram na Abdicação de D. Pedro I.

³⁸⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 12 JUL. 1831, p. 237.

³⁸⁵ CANECA, Frei do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *Frei Joaquim do Amor Divino*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 53-99.

Capítulo 3:

Ecoss revolucionários de 1824 e o patriotismo mineiro

“(…) a Província de Minas, sendo a primeira no Brasil, que ouviu pronunciar a palavra liberdade, não admira que seja a única, ou quase a única em dar o tipo do verdadeiro amor à Pátria” (*Abelha do Itaculomy*, 19 de março de 1824).

Às vésperas do fechamento da Assembléia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, cabia ao *Compilador Mineiro*, como já dissemos, informar aos leitores da Província os debates que então se travavam. O periódico surgiu nesse mesmo ano, após o fim da contenda entre os partidários de Manuel de Portugal e Castro – figura associada ao Antigo Regime – e os liberais, que, com a instalação do governo provisório na vaga aberta pelo movimento constitucionalista, oscilavam entre a adesão à autoridade de D. Pedro e o autonomismo provincial³⁸⁶.

Estão, atualmente, disponíveis para consulta apenas quatro exemplares desse periódico, o que dificulta o enquadramento do mesmo nas tendências políticas tratadas no **Capítulo 2**³⁸⁷. Chega a surpreender, no entanto, o fato de, em 22 de outubro de 1823, quando

³⁸⁶ Para uma análise aprofundada dos impasses vividos em Minas Gerais, entre 1821 e 1823, no contexto da Independência na Província, incluindo análise historiográfica progressiva, ver: SILVA, Wlamir. *Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência*. *Revista de História Regional*, vol. 10, p. 53-94, 2006.

³⁸⁷ Consultamos os exemplares dos dias 22/10/1823, 07/11/1823, 14/11/1823 e 19/11/1823 do *Compilador Mineiro* que, em 12 de janeiro de 1824, deu lugar ao *Abelha do Itaculomy*. Não se sabe o porquê do fim da impressão do primeiro. É nítida, no entanto, a diferença entre os dois periódicos. O *Compilador* transcreveu trechos do projeto de Constituição em elaboração e, até mesmo, excerto do *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, jornal de tendência liberal radical. O segundo, mais oficioso, reproduzia documentos oficiais da Corte e da Província, bem como proclamações dirigidas às tropas de Cavalaria de Minas Gerais, como se verá adiante. Pode-se cogitar que a diferença entre os dois jornais seja um reflexo do estreitamento (ou ao menos a retração) dos canais de participação política, entre o fechamento da Assembléia Legislativa, em fins de 1823, e a

se acirravam as disputas em torno do projeto constitucional, os redatores do mesmo, ao endossarem o texto em elaboração, se disporem a debater os fatos pretéritos que ficaram conhecidos como *Bonifácia*. Como se sabe, em outubro do ano anterior, José Bonifácio de Andrada, alegando a ameaça de perturbação da ordem pública, abriu devassa desarticulando vários de seus adversários. Na ocasião, jornais foram fechados e vários jornalistas foram presos³⁸⁸. Dentre os diretamente arrolados na devassa, figurava o padre Januário da Cunha Barbosa, deferenciado por um missivista no *Compilador Mineiro*, devido sua constitucionalidade e patriotismo. Na interpretação do anônimo autor, o padre era um “Ilustre Cidadão”, injustamente acusado de demagogo e revolucionário, e, por isso, cerceado de sua liberdade. O autor aludia à intencionalidade dos mineiros de compactuar com o “digno Brasileiro”, o que não se concretizou dada à possibilidade de a devassa estender-se ao território de Minas Gerais. No mesmo exemplar, uma nota propunha-se discordar do missivista. Forjava-se, assim, o debate sobre o tema. Na nota, o debatedor contestava a possível condescendência dos mineiros para com Cunha Barbosa e, em tom de ironia, afirmava que a devassa era a garantia da liberdade, ao menos à maneira de José Bonifácio³⁸⁹.

Embora possuam conteúdos relativamente dissonantes, nas duas correspondências, o termo *pátria* estava associado ao termo *liberdade*. Na primeira, o padre, por ser patriota foi levado à prisão e privado da liberdade. Na segunda, a “indiscrição de desejar para a sua Pátria huma Constituição Liberal” fora o motivo de sua justa prisão, sem a qual “não pode haver liberdade”.³⁹⁰ Esse mesmo significado poder ser observado em outra correspondência publicada, no mesmo exemplar, na seção “Notícias Nacionais”, na qual os redatores apontavam que a “Opinião Pública da Província do Maranhão sempre foi pela Independência

abertura da primeira Legislatura, em 1826. Para a transcrição do *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, ver: COMPILADOR MINEIRO, Ouro Preto, 07 NOV. 1823, p. 47.

³⁸⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil, op. cit.*, p. 86.

³⁸⁹ COMPILADOR MINEIRO, Ouro Preto, 22 OUT. 1823, p. 20.

³⁹⁰ *Ibidem*, loc. cit.

de Portugal e adesão à causa da Pátria”, ou seja, à causa da liberdade. Mas o sentido atribuído ao termo *pátria* dependia dos destinatários da mensagem.

No mesmo exemplar, o capelão José Joaquim Viegas de Menezes – considerado pela historiografia o precursor da imprensa mineira³⁹¹ – trazia a público um sermão. Pronunciado no dia do aniversário de D. Pedro I, a 12 de outubro de 1823, por ocasião do Regimento de Cavalaria da 1ª Linha de Minas Gerais ter recebido os novos estandartes, a prédica, de forte apelo emotivo, exaltava as “grandezas do Brasil”, país “fecundo e rico, muito mais que todos os Impérios do Velho Mundo”. Os ouvintes e leitores recebiam tratamentos dignos sendo chamados de “patrícios” e “honrados brasileiros”, e D. Pedro era igualmente exaltado, pois “investido de inteira soberania”, tornara o Brasil “Nação Livre e Independente”. Viegas de Menezes, após longa explanação, assim encerrava seu discurso: “sois Brasileiros da Região do Ouro e dos Diamantes; vossa Pátria por mil bocas de suas Minas (...) vos grita[i]s às Armas para defesa e serviço do Imperador Constitucional identificado com a Nação”.³⁹² No sermão, o termo *pátria* referia-se a Minas Gerais. A *nação*, por seu turno, associava-se à *persona* do Imperador³⁹³. D. Pedro, por sua vez, trazia consigo a noção de contrato social, pois sua legitimidade ancorava-se no fato de ter aderido ao constitucionalismo. O termo *nação* não se dissocia da noção de *Estado* (“Nação livre e independente”), uma vez que a tônica do sermão é justamente a adesão dos mineiros à Constituição em discussão na Assembléia Constituinte. Há que se observar que o que definia a pátria e os habitantes a ela referidos como sinônimo de província era sua precisa territorialidade e a alusão às potencialidades da terra, prefigurando uma identificação afetiva. Essa alusão permeou grande parte dos discursos referentes à província de Minas Gerais, no período estudado.

³⁹¹ COSTA FILHO, Miguel. *A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado*. Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de jornalistas. Rio de Janeiro, 1955, p. 5.

³⁹² COMPILADOR MINEIRO, Ouro Preto, 22 OUT 1823, p. 18.

³⁹³ A dimensão pública e litúrgica dos símbolos monárquicos, capaz de elaborar a noção de imperador enquanto lugar do contrato social, foi desenvolvida em: SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria Coroada*, op. cit., p. 107-205.

Em 01 de outubro de 1821, por exemplo, um ofício assinado por várias autoridades da província, dentre elas José Bento Leite Ferreira de Melo, informava às Cortes Portuguesas o regozijo e júbilo com que as notícias da Revolução do Porto foram recebidas em Minas, demonstrando, seu “patriotismo” e defesa do “bem público”.³⁹⁴ No comunicado, além de informar a instalação do governo provisional³⁹⁵, as autoridades referiam-se à província que representavam como aquela que “guarda em seus terrenos o Ouro, os Diamantes e outras Pedras preciosas, e enfim tudo o que se pode dizer raro nestes gêneros, como em produzir os de primeira necessidade”.³⁹⁶ Apesar do que ocorria noutras regiões da América Portuguesa, os mineiros ressentiam-se, nesse ofício, da política do “Ministério do Rio de Janeiro”, responsabilizando-o pelo estado de decadência em que a província de Minas Gerais supostamente se encontrava³⁹⁷. E demonstravam adesão ao movimento constitucionalista, o que se concretizaria com o envio dos deputados eleitos às Cortes Portuguesas, fato que, como sabemos, não ocorreu. Posteriormente, em 19 de maio de 1823, quando já se consumara a separação com Portugal, mais uma vez, o governo da Província, dirigindo e comprovando adesão à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, referia-se ao passado de

³⁹⁴ “Ofício para o Soberano Congresso” de 01/10/1821. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904. p. 591.

³⁹⁵ Não pretendemos, aqui, reconstituir das tensões e contradições que permearam o processo de Independência em Minas Gerais. Remetemos o leitor aos seguintes trabalhos: SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo*, op. cit., p. 63-96; SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Identidades políticas e emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 515-555; IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit.; TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A. Vol. 3. s.d, p. 753-823.

³⁹⁶ “Ofício para o Soberano Congresso” de 01/10/1821. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 592.

³⁹⁷ Sobre o processo de supertaxação decorrente da instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, após 1808, existem vários trabalhos. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, pp. 160-184, referência obrigatória e marco historiográfico por ter se desdobrado noutros trabalhos dedicados a analisar as conseqüências do processo de enraizamento de interesses na região Centro-sul da América Portuguesa. Sobre os efeitos dessa política em Pernambuco, ver: VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, ‘Encruzilhada de Desencontros’ do Império Luso-Brasileiro: notas sobre as idéias de pátria, país e nação. *Revista da USP*. São Paulo (58), jun./ago. 2003, pp. 58-91 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*, op. cit., p. 11-63.

Minas Gerais que “desde o seu descobrimento e povoação nos fins do Século 17^o”³⁹⁸ vivia sobre arbitrariedades e despotismo, tendo tido seus tesouros exauridos para inundar a Europa³⁹⁹. Nas duas situações, a recorrência ao passado comum ligava-se às lutas do presente (no primeiro caso, adesão ao movimento constitucionalista em Portugal; no segundo, ao projeto unitário capitaneado pela elite do Centro-sul) e servia de substrato para os projetos de futuro então esboçados.

A sinonímia entre *pátria* e *província* pode ser verificada em muitos outros artigos publicados nos primeiros periódicos mineiros. O nome da tipografia do *Abelha do Itaculomy* é indicativo dessa relação. Ela recebia nome de Patrícia porque: “todos os seus *utensils* foram aqui fabricados sem modelos, e sem outra direção, que o desenho achado com alguns livros, e para maior gloria dos mesmos grande porção dos Typos se fundiu de chumbo extraído de vossas Minas”.⁴⁰⁰

Outro exemplo da relação entre pátria e local de nascimento é a publicação, entre os dias 12 e 16 de janeiro de 1824, no jornal *Abelha do Itaculomy*, de três grandes artigos nos quais os redatores descreviam os objetos passíveis de publicação. Imbuídos pelo espírito das *Luzes* e pelo ideal de progresso, diziam “trabalhar para o bem geral”, pelo zelo da ordem e pela “prosperidade pública”⁴⁰¹ e, por isso, consideravam importantes para a instrução pública da mocidade o conhecimento do território, das potencialidades naturais e da produção “de seu Paiz”.⁴⁰² Fariam, portanto, “copiar [nesta] folha o extrato de huma breve descrição de nossa

³⁹⁸ “Ofício para a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império” (19/05/1823). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2, p. 631.

³⁹⁹ No original lê-se: “não se exaurindo as Minas Geraes com os Thesouros dezembranhados da terrão q.’ innundará a Europa, e fizerão baixar o valor do Ouro”. *Ibidem*, p. 631.

⁴⁰⁰ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 12 JAN. 1824, p. 1. Os dicionários de Antonio Moraes Silva (1813) e de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) referem-se ao termo Patrício como “da mesma pátria”. Ver: SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, op. cit., p. 412; PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*, op. cit., s.p.

⁴⁰¹ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 12 JAN. 1824, p. 1-2.

⁴⁰² ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 16 JAN. 1824, p. 5-6.

pátria”.⁴⁰³ Dava-se início à publicação de excertos da obra do “sábio” Diogo de Vasconcelos, *Descrição Geográfica e Física da Província de Minas Gerais*, que havia confiado uma cópia do manuscrito ao redator do jornal. O texto deveria servir de “entretenimento aos jovens nos intervalos do catecismo”⁴⁰⁴, pois continha informações geográficas e históricas das Minas Gerais, de sua fundação ao século XVIII. Pode-se cogitar que a publicação de excertos desta obra tenha contribuído para a construção de uma certa memória da Província de Minas Gerais – memória esta que abrigaria tanto um conhecimento do território, quanto dos fatos e personagens importantes na formação da antiga Capitania –, revelando o papel que seus habitantes, os mineiros, poderiam ter desempenhado na constituição do nascente Império do Brasil.

Mas foi após a repercussão do fechamento da Assembléia Legislativa que as referências ao patriotismo mineiro adquiriram matizes específicos, capazes de conformar uma forma peculiar de identificação e distinção. Entre 12 de janeiro de 1824 e 11 de julho de 1825, somente o oficioso *Abelha do Itaculomy* circulou em Minas Gerais, e foi em torno do dissenso entre pernambucanos e D. Pedro, antes e após a proclamação da Confederação do Equador (02 de julho de 1824), que a defesa da pátria adquiriu um sentido distinto (e saudosista).

Como se sabe, em dezembro de 1823, os deputados eleitos por Pernambuco, para integrar a Assembléia Legislativa, retornaram à Província de origem trazendo a notícia do fechamento da Constituinte, o que foi interpretado como uma arbitrariedade. Nesse mesmo mês, dissolvia-se o “governo dos matutos”, que governava Pernambuco desde setembro de 1822, dando lugar ao eleito Manuel de Carvalho de Paes de Andrade. A esta altura, ignorava-se, em Recife, que, desde 25 de novembro, D. Pedro I já escolhera Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo, para a presidência, extinguindo as Juntas Provinciais, que seriam substituídas por presidentes escolhidos pelo Imperador. Ao tomar conhecimento da escolha do

⁴⁰³ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, loc. cit.

novo presidente, o Conselho Representativo da Província reuniu-se, em 08 de janeiro de 1824, e manifestou oposição ao nome de Paes Barreto. O Conselho alegava a incompetência do escolhido e rogava ao Imperador que revisse sua decisão, conservando no poder Manuel de Carvalho, até que novo nome fosse designado⁴⁰⁵. Iniciava-se a cisão entre os partidários da autonomia provincial (não necessariamente separatista) e os unitários que compactuavam com a autoridade de D. Pedro, que culminaria na proclamação da Confederação do Equador, meses depois.

Já em 23 de janeiro de 1824, carta assinada pelos redatores do *Abelha* relatava um caso exemplar, de “notável patriotismo”, no qual um Desembargador, “nosso patrício”, oferecia seus quatro filhos, em idade de “tomarem as Armas”, ao Batalhão do Imperador com o objetivo de lutar nos arredores da Bahia. O caso foi o mote para a construção de uma visão idealizada da Província e dos mineiros. Na visão dos autores, nesses “tempos de comoções políticas”, o “centro da Província [era] hum exemplo de quietação”, conduta franca e singular que caracterizaria “todos os habitantes das [zonas] auríferas, e [das] abrihantadas Serras [que] comparados com os pouquíssimos recursos, que outros tempos até se lhe tirarão”⁴⁰⁶, foram capazes de se desenvolverem nas Artes e nas Ciências. Acrescentava que talvez nenhuma província do Brasil tivesse tal disposição para as “Artes de gosto”, produzindo inúmeros talentos. O mesmo podia ser observado na Carreira Militar, para a qual, em 1711, marcharam para o Rio de Janeiro, sob o comando de Antônio de Albuquerque, cerca de dez mil homens, “sem mencionarmos a grande Leva para a Colônia do Sacramento enviada por D. Antônio de Noronha”⁴⁰⁷. Percebemos que, por meio dessas proclamações, as referências constantes a um passado supostamente comum, a uma memória coletiva, e o júbilo em relação às

⁴⁰⁵ MELLO, Evaldo Cabral. *Frei Caneca ou a outra Independência*. In: *Frei Joaquim do Amor Divino*, op. cit., p. 31-35 e *Idem, A outra Independência*, op. cit., p. 159-202.

⁴⁰⁶ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 23 JAN. 1824, p. 7. Todas as citações se referem ao mesmo documento.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, loc. cit.

potencialidades da terra fundamentava e reforçava (ou pretendia reforçar) sentimentos de pertencimento coletivo, definindo os mineiros e distinguindo-os de outros habitantes do Império, mas sempre colaborando para a edificação desse último.

A cisão entre os federalistas pernambucanos e os unitários do Rio, sobretudo a repercussão desses fatos em Minas Gerais, fez potencializar esses discursos. A assertiva segundo a qual “a Província de Minas, sendo a primeira no Brasil, que ouviu pronunciar a palavra liberdade, não admira que seja a única, ou quase a única em dar o tipo do verdadeiro amor à Pátria”⁴⁰⁸, que inicia este capítulo, foi pronunciada nesse contexto. Não fosse o termo *Província*, esta epígrafe poderia ser tomada como um dos muitos discursos de ensaístas, políticos ou mesmo historiadores que realizaram certa leitura do passado de Minas, na qual, nas palavras de Maria Arminda Arruda, “granjearam para os mineiros os contornos de sua identidade”.⁴⁰⁹ Mas tratava-se de um outro tempo: tempo de definições e de incertezas. O excerto foi publicado, em 19 de março de 1824, exatamente seis dias antes do juramento da Constituição do Império, que inauguraria uma nova ordem constitucional. Por meio desse, as autoridades da Província informavam aos mineiros os acontecimentos que “flagelavam” as Províncias do Norte⁴¹⁰ posicionando-se contrariamente ao projeto alternativo em discussão:

“Entretanto que algumas Províncias do Império, e nomeadamente as do Norte, flagelladas pela intriga, e rivalidade suscitadas por ambiciosos, tem visto infelizmente armados seus filhos huns contra os outros, e correr bárbara, e inutilmente o sangue de preciosos cidadãos; os espíritos agitados por aquelles, que tão diversas significações subrogao vocábulos = *Patriotismo* = *Liberdade*; [estes povos vêem] arruinadas suas lavouras, estagnado seu comércio, oprimidas em fim pelas calamidades, que a Anarchia, e a confusão acarretão, [enquanto] a nossa bela, fértil, vasta, e populosa Província de Minas Geraes

⁴⁰⁸ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 19 MAR 1824, p. 118.

⁴⁰⁹ ARRUDA, Maria. A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 29.

⁴¹⁰ Na época, denominavam-se Províncias do Norte as antigas capitanias do atual nordeste brasileiro, incluindo-se Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. Ver: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 379-409.

crece à sombra a arvore Constitucional. Tranqüila porque só conhece a *Liberdade Civil* em entendida”⁴¹¹ (Itálico original).

Num jogo de *identidade e alteridade*, a província de Minas Gerais era apresentada como a antítese das “províncias do norte”. Os mineiros compactuariam com o projeto unitário do Imperador; os nortistas, por sua vez, seriam movidos pela “intriga”. A província de Minas Gerais era apresentada, aos leitores mineiros, como o lugar da *liberdade*; as “províncias do norte” eram representadas como o seleiro da *anarquia*. Os usos plurais dos vocábulos *patriotismo* e *liberdade* eram apontados como algumas das razões das rivalidades que tinha lugar ao Norte – o que na prática traria a ruína daquela região. A província de Minas não compartilharia do uso “radical” dos termos, motivo pelo qual se afastava da *anarquia* imperante noutras partes do Império. O entendimento do que seria o “verdadeiro” *patriotismo* implicava assumir uma posição política em detrimento de outra. A missiva aconselhava os mineiros, ainda, a desenvolver seu patriotismo, ou seja, conciliar a *ordem* com a *liberdade bem entendida*. No mesmo exemplar, tinha lugar uma proclamação assinada por Bernardo José Pimenta, comandante da Cavalaria de 2ª Linha da Comarca do Rio das Mortes, pela qual o mesmo, dirigindo-se aos soldados, exultava a defesa da pátria ao conduzir seus homens para a Corte, por determinação expressa do Imperador em 06 de janeiro de 1824⁴¹².

O *Abelha do Itaculumy* refletia, assim, as preocupações das autoridades mineiras quanto ao possível contágio e adesão às proposições “separatistas” ou “republicanas” em discussão. Evaldo Cabral de Melo já alertou para o anacronismo, do que ele chama de “historiografia saquarema”, de alcunhar os pernambucanos de separatistas, uma vez que

⁴¹¹ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 19 MAR 1824, p. 118.

⁴¹² *Ibidem*, p. 119. Essa proclamação e o sermão pronunciado por José Joaquim Viegas de Menezes revelam, conforme tratamos na **Parte I** desta dissertação, a imbricação entre comunicação oral e os impressos. Temos indicação de que esses textos foram primeiramente lidos para um público de auditores e, posteriormente, publicados no jornal.

separação pressupõe *unidade* e, em 1824, o Império do Brasil estava por se constituir⁴¹³. Denis Antônio de Mendonça Bernardes, por sua vez, argumenta que não é possível encontrar na documentação produzida pelos participantes da Confederação do Equador, ou mesmo nos escritos de Frei Caneca, a defesa explícita do separatismo, “a não ser como um momento ou uma circunstância provisória, até que o imperador, reconhecendo o erro da dissolução da constituinte, convocasse nova assembléia”⁴¹⁴, devolvendo a soberania aos representantes da nação; caso contrário, a “nação teria o direito de retomar ela mesma sua soberania e fundar um novo pacto político”.⁴¹⁵ Deve-se, portanto, ter em mente que esses termos eram uma forma de classificação pejorativa e faziam parte da luta e do posicionamento dos grupos políticos em pauta.

As notícias dos fatos que se desenrolavam ao Norte chegavam à Capital de Minas Gerais por vários circuitos de comunicação⁴¹⁶. Um deles era a leitura de jornais como *Estrella Brasileira* e *Diário de Governo*, dos quais os redatores do *Abelha do Itaculumy* publicavam excertos. As correspondências trocadas entre autoridades instaladas na Corte e a presidência da Província também eram fontes de informação. Uma terceira rota de comunicação derivava das localidades limítrofes com as províncias da Bahia e Pernambuco. A análise dos documentos provenientes dessas duas últimas das fontes de informação revela o temor das autoridades mineiras quanto ao possível contágio “republicano” na Província.

Em ofício expedido à Secretária de Estado dos Negócios da Justiça, em 19 de junho de 1824, o presidente da Província, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, informava às autoridades do Rio de Janeiro, haver recebido portaria, datada do dia 02 do mesmo mês, “a

⁴¹³ MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência*, op. cit., p. 11-21.

⁴¹⁴ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003, p. 245.

⁴¹⁵ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, *loc. cit.*

⁴¹⁶ Sobre a expressão “circuito de comunicação” que vai do autor ao leitor, ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, op. cit. p. 197-213.

respeito da vigilância e cuidado com q' deve fazer observar quaesquer indivíduos desconhecidos e suspeitosos que⁴¹⁷ pudessem aparecer nas raias de Minas Gerais. O presidente certificava ao Imperador seu empenho e precaução em relação aos indivíduos que:

“imbuídos de doutrinas anárquicas desorganizadoras, e contrárias ao liberal Systema da Monarquia Constitucional, geralmente adoptado, e jurado como emissários mandados da Prov.^a de Pernambuco procurão perturbar a paz, e socego dos Povos precipitando-os abismo de males, q' infelizmente delacerão aquela bella Província”.⁴¹⁸

Sabemos que Manuel de Carvalho, logo que assumiu a direção da Província de Pernambuco, despachou emissários às províncias vizinhas, a fim de organizar apoio à luta pela reconvocação da constituinte⁴¹⁹. Não se tem notícia de que emissários tenham chegado a alguma localidade sob jurisdição da província de Minas Gerais, mas as autoridades mineiras tinham conhecimento da questão, motivo pelo qual o próprio presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcelos procurava informar ao Imperador sua dedicação no possível avanço das idéias difundidas ao norte da Província de Minas Gerais.

Em 21 de abril de 1824, uma carta particular datada de 02 de março de 1824, escrita por uma possível testemunha ocular dos acontecimentos que se sucediam em Pernambuco, foi publicada no *Abelha* informando sobre a possibilidade de uma guerra civil nos arredores de Recife. O Conselho pernambucano era alcunhado “revolucionário” e acusado de praticar “terrorismo”.⁴²⁰ Sabe-se que àquele momento, os carvalhistas ainda cogitavam solução de consenso com o Imperador, razão pela qual Manuel de Carvalho de Paes de Andrade enviou, em abril de 1824, delegação ao Rio de Janeiro, a fim de tentar “expor de viva voz a d. Pedro I

⁴¹⁷ “Ofício para a Secretária de Estado dos Negócios da Justiça” de 16/06/1824. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904. p. 650.

⁴¹⁸ *Ibidem*, loc. cit.

⁴¹⁹ MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência*, op. cit., p. 166.

⁴²⁰ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 21 ABR. 1824, p. 175. No original em itálico.

a situação da província e a inconveniência da nomeação do morgado do Cabo”.⁴²¹ Mas em Minas Gerais era o temor contra “os chamados Republicanos-federalistas”⁴²² que ocupava as mentes das autoridades. O autor da carta comunicava a cisão entre os recifenses e a Vila de Goiana, alinhando-se com a última e fazendo questão de ressaltar que o “partido dos republicanos” era coisa pontual, sem raiz no povo ou entre os negociantes. Essa carta demonstra que notícias transmitindo os fatos que se desenrolavam em Pernambuco, pela ótica dos partidários do Imperador, foram publicadas com frequência nesse interstício.

Em 29 de junho de 1824, às vésperas da proclamação da Confederação do Equador, mais uma vez, o presidente Fonseca Vasconcelos certificava ao Imperador, consoante com as determinações do último, que dispunha de todos os recursos disponíveis para repelir os “Demagogos de Pernambuco, ao ponto de já haverem tomado por duas vezes as convenientes medidas pela parte do Norte no Destricto de Salgado confinante com o Sertão daquela Província”.⁴²³ No mesmo ofício, o presidente da província de Minas confirmava o envio de tropas à Corte e mandava “transmitir e publicar”, por meio dos Capitães-mores, proclamação escrita pelo Imperador, o que, acreditava, reanimaria os sentimentos de amor e obediência dos mineiros para com a autoridade constituída. No dia seguinte, 30 de junho de 1824, o *Abelha* publicava, na primeira página, proclamação assinada por D. Pedro I concitando os pernambucanos a aderir ao sistema político elaborado a partir do Rio de Janeiro. No mesmo exemplar, outra proclamação, assinada por Antonio de Azeredo Melo e Carvalho, dirigida “ao

⁴²¹ MELLO, Evaldo Cabral. *Frei Caneca ou a outra Independência*, *op. cit.*, p. 36. Evaldo Cabral de Melo levanta a hipótese de que, entre dezembro de 1823 e a proclamação da Confederação do Equador, em julho de 1824, as relações que Manuel de Carvalho Paes de Andrade manteve com o Rio de Janeiro poderiam destinar-se a “encobrir seus objetivos para só romper com o Imperador em momento apropriado”. Ademais, a base de apoio do carvalhismo não era puramente federalista, mas fundava-se, também, nos moderados e nos unitários dissidentes que “acreditavam poder atingir seus objetivos sob a bandeira da reconvocação da Constituinte, não da mudança de regime”. MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência*, *op. cit.*, p. 164.

⁴²² ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 21 ABR. 1824, p. 176.

⁴²³ “Ofício para a Secretária de Estado dos Negócios do Império” de 29/06/1824. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904, p. 651.

briosos sabarenses”, exigia “novas provas de patriotismo”, fidelidade e “amor pela bem entendida liberdade a Pátria”.⁴²⁴

A proclamação do Imperador, que o presidente da Província mandou imprimir e distribuir nos “sertões”, chegou a um de seus destinos, como atestou a Vila de Paracatu do Príncipe, em 15 de julho de 1824, dirigindo-se a Estevão Ribeiro de Resende, Intendente Geral da Polícia da Corte⁴²⁵. Na ocasião, o intendente foi informado que a dita proclamação teria publicidade não só na Vila, mas, sobretudo, nos distritos sob jurisdição da mesma, a fim de “desabuser as Pessoas, a cujas mãos possuem ter chegado os virulentos e incendiários escritos em que o intruso Presidente de Pernambuco [Manuel de Carvalho de Paes de Andrade] desautoriza a honra nacional e o (decoro) de V. Magestade”.⁴²⁶

A preocupação das autoridades da província de Minas Gerais, em relação aos fatos que ocorriam em Pernambuco, tinha fundamento. O arraial de Brejo do Salgado (atual cidade de Januária) e adjacências era zona limítrofe, à época, com a Província de Pernambuco e não ficou inune a profusão das idéias “revolucionárias”. Localizado ao norte de Minas Gerais, o arraial de Salgado era margeado por rio homônimo, afluente do Rio São Francisco⁴²⁷, em região que divisava com as províncias da Bahia e Pernambuco. O Rio São Francisco era, desde o século XVIII, principal rota de comunicação e comércio entre essas províncias, como nos informa Saint-Hilaire, que esteve na região entre 1816 e 1822. Salgado, assim como, São Romão, Araxá e Desemboque pertenciam à Comarca de Paracatu – criada em 1815, ano em

⁴²⁴ “Pátria, Constituição e Imperador defendamos; retrogradadas ao cativo, as trevas e a opressão não, não convém a almas valorosas, que prezão a liberdade: preparemos para marchar ao primeiro momento, que formos chamados. A Nação já conta entre seus briosos filhos Chefes experimentados; a estes he que convém unirmo-nos, e alistarmo-nos: iguaes sentimentos animem a todos nós; porque a Sagrada Causa da defeza a todos igualmente interessa: eia prevenir-vos e armai-vos para repelir aquelles males, que quiçá não cheguem a realizar-se; mas de que já somos ameaçados”. ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 30 JUN. 1824, p. 295.

⁴²⁵ APM/CMP 11 f. 10. “Ofício da Villa de Paracatu do Príncipe ao Intendente Geral da Polícia da Corte e Império do Brasil”, Paracatu, 15 JUL. 1824. Devo a Luciano da Silva Moreira a informação sobre a existência desta documentação no Arquivo Público Mineiro.

⁴²⁶ *Ibidem*, f. 10.

⁴²⁷ CART 523954: DEMONSTRAÇÃO dos afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais, disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart523954.jpg. Acessado em 15/03/2007.

que foi desmembrada da Comarca de Sabará –, e mantinha relações comerciais com a Vila de Pilão Arcado, à época pertencente a Pernambuco, que lhes fornecia sal para alimentação do gado⁴²⁸. Na região, a difusão de papéis incendiários trouxe apreensão às autoridades locais que reiteraram, com freqüência, à Presidência da Província e à Corte, sobre a possibilidade de adesão ao “sistema republicano”.



Carta da capitania de Minas Geraes, sem data.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart215940.jpg. Acessado em 16/06/2007.

Em 11 de julho de 1824, nove dias após a proclamação da Confederação do Equador, uma autoridade da Vila de Paracatu remetia ofício ao juiz Ordinário do Julgado de Salgado,

⁴²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975, p. 151-152.

Jacinto Lopes da Rocha, para que o mesmo adotasse as medidas mais enérgicas para “conservar o socego [d]esta Província”.⁴²⁹ Tendo notícias de que saíram de Pernambuco “vários Emissários com o sinistro fim de espalharem sementes de revolução em toda a superfície do Império”⁴³⁰, recomendava o autor que o juiz mantivesse vigilância em relação a quaisquer pessoas que aparecessem em Minas Gerais e povoações circunvizinhas “que se compreendem nos limites de suas jurisdições, mas também pelo q’ pertence a alguns indivíduos, que residindo já nesse Destrito [de Salgado] usam-se espalhar discursos contrários aos Systema adotado”.⁴³¹ O Juiz recebia a incumbência de indagar quaisquer indivíduos que conhecidamente mantivessem relações com a Província de Pernambuco, “pois q’ he de temer que tenham algum convite para se unirem aos sediciosos”.⁴³² Caso a inquirição comprovasse adesão aos sediciosos, os réus, na forma da lei, deveriam ser remetidos para a cabeça da comarca para que fossem tomadas as devidas providências. O conteúdo do ofício nada tinha de amistoso, pois o próprio juiz ordinário era colocado sob suspeita ao ser reiterado que “qualquer froxidão ou negligência” justificaria imputação de culpa no desempenho da função e, quiçá, no envolvimento com supostos revolucionários. Juízes dos julgados de São Domingos do Araxá e do Desemboque receberam semelhante recomendação dias depois⁴³³.

Na verdade, as autoridades da Comarca de Paracatu viam-se diante de problemas difíceis de contornar. Primeiramente porque a Vila homônima, cabeça da Comarca, distava dos julgados sob sua jurisdição. Em segundo, parecia que as próprias autoridades da região desconheciam os limites territoriais das províncias em questão. A ocupação das áreas margeadas pelo São Francisco, como nos lembra Carla Anastasia, ao analisar a violência

⁴²⁹ APM/CMP 11 f. 63v. “Ofício da Villa de Paracatu do Príncipe ao Julgado de Salgado”, Paracatu, 11 JUL. 1824.

⁴³⁰ *Ibidem*, f. 63v.

⁴³¹ *Ibidem*, f. 63v.

⁴³² *Ibidem*, f. 63v.

⁴³³ APM/CMP 11 f. 65. “Ofício da Vila de Paracatu do Príncipe ao Julgado de S. Domingo do Araxá”, Paracatu, 14 JUL. 1824.

coletiva na região, “não seguiu os pressupostos básicos da política metropolitana para as áreas de extração do ouro, ou seja, a montagem de um vasto aparato burocrático, tributário e fiscalizador”.⁴³⁴ Na prática, havia cerca indefinição quanto aos próprios limites territoriais da Província de Minas Gerais. A Vila fazia fronteira com Goiás, ao passo que os arraiais de Salgado e São Romão localizavam-se num hiato entre Pernambuco e Bahia⁴³⁵. Pode-se depreender o desconhecimento das autoridades quanto aos limites jurisdicionais da Comarca de Paracatu a partir de leitura dos vários ofícios enviados da região à Intendência Geral de Polícia da Corte. Em 12 de abril de 1825, por exemplo, quando os federalistas já haviam capitulado, a Vila de Paracatu comunicava ao Intendente que os julgados do Araxá e Desemboque (região do atual Triângulo Mineiro) encontravam-se em perfeita ordem, após o fim da “Insurreição”, o mesmo não podendo ser dito em relação aos julgados de São Romão e Brejo do Salgado, “que ficão ao Norte, e confinão com a Província da Bahia e Pernambuco”.⁴³⁶ A distância e a falta de notícias confiáveis da região condicionavam a avaliação das autoridades que, não podendo afirmar o que o Intendente desejava ouvir e, não querendo dar a entender o não cumprimento de suas atribuições, preferiam manter dúvida sobre o que acontecia nos “sertões” da Província.

A impressão que Saint-Hilaire nos deixou da região dos “sertões” do Rio São Francisco é reveladora. Na visão do viajante, exceção feita à cabeça da Comarca, Paracatu não passava de um imenso deserto, dado o afastamento os centros “civilizados da Província de Minas”.⁴³⁷ Mas o francês não era o único a apresentar a região como uma “terra de ninguém”. Na realidade, durante todo o século XVIII, autoridades metropolitanas estiveram

⁴³⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 77.

⁴³⁵ CARTA da capitania de Minas Geraes, s. d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart215940.jpg. Acesso em: 16/06/2007.

⁴³⁶ APM/CMP 11 f. 12. “Ofício da Vila de Paracatu do Príncipe à Intendência Geral de Polícia da Corte”, Paracatu, 12 ABR. 1825.

⁴³⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, op. cit., p. 117-118.

ausentes da região, o que, associado aos conflitos de jurisdição possibilitaram a criação de territórios de mando onde a violência exacerbada era regra. Em 1799, por exemplo, moradores da região queixavam-se da condescendência dos juizes ordinários para com os criminosos que atuavam naqueles arredores⁴³⁸. Tudo isso contribuiu para que os “sertões” fossem estigmatizados durante as décadas seguintes.

Há notícias de que pessoas chegaram a ser presas suspeitas de compactuar com as “péssimas doutrinas” seguidas em Pernambuco. Em 10 de agosto de 1824, a Vila de Paracatu do Príncipe remetia ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Clemente Ferreira França, informando-o de que havia recebido as ordens do então presidente da Província de Minas Gerais, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, sobre o cuidado que se devia ter para “evitar o contágio e a propagação [destas doutrinas] mandando por na mais vigorosa observância todos os regulamentos de Polícia relativos ao trânsito de pessoas pelo território do Império”.⁴³⁹ A Província de Pernambuco, segundo consta no ofício, encontrava-se dividida em partidos e “recusava-[se] a abraçar o Sistema Constitucional entregando-se a todos os horrores da anarquia e guerra civil”.⁴⁴⁰ Motivo pelo qual era absolutamente necessário “vigiar a conduta de todos os indivíduos que pudessem ser suspeitos, por algum princípio, à Causa que juramos”.⁴⁴¹ Um destes indivíduos era José Francisco Alves, que se dizia tenente e enviado da Vila de Cametá, localizada na Província do Pará. Ele dizia seguir para o Rio de Janeiro a fim de se queixar “das violências que os mesmos [habitantes da Vila] tem sofrido da parte do atual governo provisório”.⁴⁴²

José Francisco, segundo versão transmitida ao Ministro, afirmou que, quando saiu da vila onde domiciliava, ali não se tinha, ainda, conhecimento dos últimos acontecimentos

⁴³⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime*, op. cit., 73.

⁴³⁹ APM/CMP 11 f. 2-3 “Ofício da Villa de Paracatu do Príncipe ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça”, Paracatu, 10 AGO. 1824.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, f. 2.

⁴⁴¹ *Ibidem*, f. 2.

⁴⁴² *Ibidem*, f. 3.

ocorridos antes e após o fechamento da Assembléia, o que, portanto, o isentava de qualquer envolvimento com os radicais nortistas. Pode-se dar veracidade ao relato. Em finais de 1823 e início de 1824, a situação da Vila de Cameté, no Grão-Pará, beirava a guerra civil – consequência do dissenso que imperou no extremo-norte desde o movimento constitucional de 1820⁴⁴³. Em outubro de 1823, chegaram a Cameté alguns radicais fugitivos da repressão a que foram submetidos em Belém, então cercada por brigues do almirante Grenfell, despachado para a região por Cochrane, a fim de garantir adesão à causa do Império. A Vila vivia animosidades entre “brasileiros” e “portugueses”, situação que se extremou com a notícia da existência de um plano para restabelecer a condição de colônia. Naquela ocasião, Cameté insurgiu-se sob o comando de José Francisco Alves. Em novembro, a Vila foi bombardeada por Grenfell, o que ocasionou pânico e evacuação de pessoas para localidades vizinhas. Motins sucederam-se e a situação só foi contornada com o envio de Romualdo de Souza Coelho, anteriormente deputado às Cortes de Lisboa, que foi de encontro aos insurgentes, conseguindo apaziguar os ânimos, em janeiro de 1824⁴⁴⁴. José Francisco Alves pode ter deixado a vila paraense em decorrência desses conflitos e das perseguições a que foi exposto. Ao transitar pela comarca de Paracatu foi obrigado a prestar esclarecimentos sobre seu destino, dado o temor das autoridades de Minas Gerais quanto à possibilidade de que emissários revolucionários espalhassem idéias pelos “sertões” da Província.

Sobre o que se sucedia no julgado de São Romão, nesse ínterim, as notícias eram um tanto quanto confusas. A princípio circulou notícia de que a Vila de Pilão Arcado (no atual

⁴⁴³ A adesão da província do Grão-Pará ao projeto de Império articulado em torno de D. Pedro foi extremamente conflituosa. A Província mantinha boas relações comerciais com Lisboa e, quando da eclosão do movimento liberal de 1820, a exemplo do que ocorria em Pernambuco, pelo menos três eram os programas políticos em discussão: o primeiro, adesão ao movimento constitucional junto ao Reino; o segundo, a autonomia provincial; o terceiro, união à monarquia constitucional a partir da Corte, instalada no Rio de Janeiro. A adesão da capital Belém à terceira opção só se deu oficialmente em 15 de agosto de 1823, e noutras vilas o impasse prolongou-se até meados de 1824. Ver: REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, Vol. 2, 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 71-97.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 87-90.

Estado da Bahia) havia proclamado adesão ao “sistema republicano” e de que cerca de quatrocentos homens vinham marchando (não se sabe exatamente para onde) a fim de garantir o estabelecimento do “governo democrático”.⁴⁴⁵ Circulava, ainda, a informação de que os “Brasileiros nascidos em Portugal” estavam sendo expulsos daquela localidade. Posteriormente, afirmou-se que, em São Romão, achavam-se emissários das Câmaras de Pilão Arcado e Rio Grande, “os quais se dirigem para essa parte [a Corte] a participar a S. Majestade Imperial a recepção e juramento da Constituição”⁴⁴⁶, afirmando que a Província de Pernambuco encontrava-se em sossego, em razão da “nomeação do novo Presidente”. Ao que tudo indica, o novo presidente de quem falava o autor do ofício era José Carlos Mairink da Silva Ferrão, “mineiro de nascimento e irmão da Marília cantada por Tomás Antônio Gonzaga”⁴⁴⁷ que, em 24 de abril de 1824, diante da recusa na nomeação de Paes Barreto, foi designado por D. Pedro I para assumir a presidência de Pernambuco⁴⁴⁸, cargo que recusou, provavelmente para evitar incompatibilizar-se com pessoas da província onde vivia definitivamente. A dar veracidade ao relato dos emissários, desconheciam eles que, desde a recusa de Mairink, exacerbavam-se os ânimos em Pernambuco, tendo os radicais cogitado convocar uma Constituinte na Província, uma vez que a indicação de novo nome pelo Imperador, foi interpretada pelos carvalhistas como uma “demonstração de fraqueza do governo imperial”.⁴⁴⁹ É curioso notar que as notícias dos emissários “contra-revolucionários” foram transmitidas na região de boca à boca, posto que o responsável pelo ofício fez questão

⁴⁴⁵ APM/CMP 11 f. 3. “Ofício da Villa de Paracatu do Príncipe ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça”, Paracatu, 10 AGO. 1824.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, f. 3.

⁴⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral. *Frei Caneca ou a outra Independência*, *op. cit.*, p. 36.

⁴⁴⁸ Segundo Evaldo Cabral de Mello, “Mairink viera para Pernambuco havia mais de quinze anos como secretário do governador Caetano Pinto, [destituído do cargo por ocasião dos acontecimentos de 1817] que arranjara seu casamento com uma sobrinha de Gervásio Pires Ferreira. (...) Em Dezessete, a junta republicana mantivera-o no cargo, devido à sua experiência administrativa, embora ele procurasse delicadamente escusar-se. Esmagada a revolução, juntara-se a Henry Koster para intermediar a rendição do Recife. Luís do Rego protegera-o da Alçada, escondera-o em palácio, ajudara-o a fugir para a França e convencera D. João VI da sua inocência. De volta ao Recife, Mairink fizera parte da junta formada pelo seu protetor, articulando a resistência da mata sul ao movimento de Goiana”. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*, *op. cit.*, p. 185-186.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 197.

de frisar não possuir documento oficial que comprovasse a presença dos indivíduos no julgado. Afiançava, entretanto, que a notícia chegara a seu conhecimento por “pessoa fidedigna”, motivo pelo qual se devia creditar verossímil o relato.

Todo esse temor que povoava as mentes das autoridades de Minas Gerais repercutiu nas páginas do periódico ouropretano *Abelha do Itaculomy*, o que pode ser verificado pela reprodução constante de ofícios produzidos no Rio de Janeiro sobre Pernambuco. Soma-se, ainda, a impressão de proclamações dirigidas às tropas de Cavalaria mineiras, demonstrando adesão ao projeto unitário em discussão. Não temos informação sobre o papel que essas guarnições tiveram nos eventos de 1824, embora Manuel de Carvalho de Paes de Andrade, ao expor o despotismo do Imperador, numa de suas proclamações anteriores a 02 de julho, tenha acusado-o de erguer “baterias na fronteira de Minas”.⁴⁵⁰ Curiosamente, foram as proclamações destinadas às tropas de cavalaria de Minas Gerais que mais recorreram à linguagem do patriotismo. Quando publicadas no periódico eram, por vezes, seguidas de comentários elaborados pelos redatores, como os que descrevemos anteriormente. Em 30 de julho de 1824, por exemplo, o público leitor da Capital era informado que dias atrás os Corpos de 2ª Linha da Província marchavam em direção à Corte. A notícia vinha recheada de comentários, um dos quais dizia: “Eis aqui como procede hum Povo que ama verdadeiramente sua Pátria”.⁴⁵¹ Adesão à causa da pátria, no texto, coadunava-se à defesa da Constituição jurada, a execução das “Ordens do Imperante” e ao cultivo da “Liberdade bem entendida”, isto é, da liberdade associada à ordem social, confundindo-se com o projeto de Império centralizado no Rio de Janeiro. Nessa proclamação, mais uma vez, as potencialidades da terra eram enfatizadas e a província de Minas Gerais era representada como o lugar da liberdade:

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 192.

⁴⁵¹ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 30 JUL. 1824, p. 345.

Compatriotas, mostrai-vos dignos filhos do Paiz, onde primeiro no Brasil ressou a voz da liberdade: mostrai a todos os nossos Irmãos, que nascestes para domar as paixões, e que tendo pizado desde os primeiros anos sobre o Ouro, e sobre o Diamante, tendes aprendido a desprezar fúteis vaidades; e que o amor da verdadeira glória he o único affecto, que tem império em vossos corações”.⁴⁵²

Note-se que, nesse texto, o termo *país* refere-se também à província de Minas Gerais, expressando identificação territorial, o que remete ao significado encontrado no *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Bluteau, para o qual o termo é significava “Terra, Região”.⁴⁵³ O termo *nação* também não estava ausente: “Vivas a Constituição, ao Imperador, a Independência do Brasil, e a Nação Brasileira”⁴⁵⁴ e associava-se ao conjunto de povos regidos por leis próprias, mesmo significado que se encontra no *Diccionario da Língua Brasileira*, de José Maria da Silva Pinto: “Nação: a gente de um paiz, que se governa por leis particulares”.⁴⁵⁵

Diferentemente do que se observa nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*⁴⁵⁶, o termo *mineiro* abunda nessas proclamações e refere-se a uma identificação coletiva específica, de natureza tanto territorial quanto ancorada num passado comum, o que distinguiria os “habitantes de Minas”, por exemplo, dos pernambucanos. É o que se observa em proclamação do governo provisório da Província, assinada por Francisco Pereira de Santa Apolônia, recorrendo ao suposto patriotismo dos jovens mineiros:

“Preferirão os Jovens Mineiros huma lânguida, e ociosa existência à Carreira da Glória, que se lhes offerece; e onde possa ostentar, que são dignos Filhos

⁴⁵² *Ibidem*, p. 346.

⁴⁵³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architetonico*. Coimbra, Companhia de Jesus, 1716, vol. 3, p. 187 *Apud* VILLALTA, Luiz Carlos & BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 569.

⁴⁵⁴ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 30 JUL. 1824, p. 345.

⁴⁵⁵ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*. *op. cit.* s.p.

⁴⁵⁶ VILLALTA, Luiz Carlos & BECHO, André Pedroso, *op. cit.*, p. 575-576.

dos que romperão Matas, arrastarão feras, e escalarão Montanhas para encontrar preciosos metaes, e lúcidas pedras?”⁴⁵⁷

Além dessas proclamações, pelas quais os redatores e autoridades apresentavam ao público leitor de jornais discursos capazes de forjar identificações coletivas, merece destaque uma seção presente tanto no *Compilador Mineiro* quanto no *Abelha do Itaculomy*. Eram a denominadas “Notícias Nacionais” ou “Variedades”.⁴⁵⁸ Reproduzimos abaixo excertos dessas seções:

NOTÍCIAS NACIONAES.

Paraliba do Norte.

As noticias desta Provincia constão do seguinte parrafo de hum Officio do Governo della, que passamos a transcrever.

“ Quando esta Provincia na commoção geral das do Brasil gosava de huma tranquillidade plena no remanso da paz, o Tenente José Antonio da Fonseca Galvão, Commandante da Companhia de Caçadores, e o Tenente Joaquim José de Oliveira Commandante da Companhia de Artilhe-

Bahia.

A noticia da dissolução da Assembléa foi ali tão desfigurada no primeiro momento, que causou grande alboroto; mas aclaradas as circumstancias do facto voltou a ordem, e assentou-se que huma vez dada a Independencia, e o Imperio Constitucional fizesse S. M. o que foosse a bem da Nação.

Pernambuco.

Esta rica Provincia continúa a luctar com a Anarchia. O Intendente da Marinha, receando talvez ser comprehendido entre os exaltados, de que o Governo procurava desfazer-se, fugio para Goyana, donde voltou com Tropas; e achando o Governo desaparecido o dissolveo, e se creou Presidente. Depois disto chegou a noticia da dissolução da Assembléa. Ignoramos os nomes dos mais Membros; refere porém o Commandante de hum Barco chegado ao Rio em 23 do passado com oito dias de via em, que trez ex Deputados logo que chegaram serão admittidos como Membros do Governo.

Nada sabemos de novo das mais Provincias do Norte, e das do Centro.

Seção “Notícias Nacionais” do *Compilador Mineiro* de 14 de novembro de 1823.

Seção “Variedades” do *Abelha do Itaculomy* de 12 de janeiro de 1824.

Essas seções informavam o leitor a situação política de outras províncias do Império. Geralmente traziam textos curtos, com o nome da província em itálico, precedidas do título,

⁴⁵⁷ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 23 JAN. 1824, p. 7.

⁴⁵⁸ Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, dos dias 30/06/1824, 21/07/1824, 20/08/1824.

sempre em letras maiúsculas, que constituíam protocolos de leitura que facilitavam a localização pelo leitor. Tanto a forma quanto o conteúdo são reveladores do conceito de nação difundido nesses jornais. A considerar a forma, entendia-se por “nacionais” o conjunto de habitantes das províncias que compunham o Império. Neste sentido, nação não se distanciava da noção de Império, que no dicionário de Silva Pinto registrava: “O Território, e súbditos ou vassallos de um imperante. Diz-se propriamente dos Estados sujeitos a um Imperador. E da reunião de várias Províncias e Estados”.⁴⁵⁹ Pode-se cogitar, ainda, que seções como essas, presentes nos jornais do século XIX, possam ter contribuído para a difusão de uma certa noção de nação como uma *comunidade imaginada*, nos termos de Benedict Anderson⁴⁶⁰, no sentido de que seus membros, não compartilhando a experiência de contatos diretos, sentem-se nela incorporados, por partilharem um território (limitado) e conviverem sob um governo soberano perante outras nações. Ao informar ao leitor, por exemplo, a luta contra a anarquia em Pernambuco, a tranqüilidade em São Paulo e no Rio Janeiro, ou a ausência de informações concernentes a Santa Catarina, *lado a lado* com notícias que diziam respeito à província de Minas Gerais, existia a *possibilidade* de construção dessa noção de comunidade portadora de interesses comuns e cujo futuro apontava para uma mesma direção. Ressalte-se, ainda, que existia uma seção intitulada “Notícias estrangeiras”, que informava sobre fatos que ocorriam na Europa e no resto da América.

Mas no contexto que estamos analisando, convém assinalar como as províncias que comporiam a nação eram descritas. No *Abelha do Itaculuny*, as províncias do Norte, mormente Pernambuco, são descritas como divididas em partidos, cuja conseqüência era a convulsão social, a desordem, a anarquia. A dicotomia *ordem x anarquia, unidade x*

⁴⁵⁹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*, op. cit., s.p.

⁴⁶⁰ Ressaltamos, da leitura da obra em questão, a importância da imprensa para a formação e reiteração de pertencimentos coletivos e territoriais. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*, op. cit., p. 50 et seq.

*dispersão*⁴⁶¹, permeou também os textos destinados a informar sobre a tranqüilidade pública nas províncias do centro, revelando *implicitamente* aos leitores o projeto político com o qual compactuavam as autoridades constituídas em Minas Gerais; projeto que, no limite, era incompatível com aquele em discussão em Pernambuco. Para os pernambucanos, a elaboração da Carta Outorgada ocorria à revelia das províncias e não expressava um pacto assentado na soberania dos representantes das mesmas.

O temor da possibilidade de adesão ao projeto em discussão em Pernambuco, por parte das localidades do norte de Minas, bem como da região sob atual jurisdição do Estado da Bahia, ambas margeadas pelo Rio São Francisco, foi enorme entre as autoridades mineiras e fluminenses. Por isso, pouco após a proclamação da Confederação do Equador, o Imperador decidiu desmembrar a Comarca do Rio de São Francisco da Província de Pernambuco que, provisoriamente, ficou sob jurisdição da Província de Minas Gerais. Tal decisão chegou a conhecimento de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, em 20 de julho de 1824. Segundo o mesmo, essa decisão fazia-se necessária “não só para manter a boa ordem entre aqueles Povos, mas p^a polos (*sic*) a salvo de qualquer agressão, q’ intentem os Comissários do entruzo Presidente Manoel de Carv.^o Pais de Andrade”.⁴⁶² Na ocasião, o Imperador era informado de que, assim como havia sido feito em relação à proclamação do mesmo, dirigida aos brasileiros, esta determinação seria distribuída por toda a Província, e que a impressão de 200 exemplares ocorria na Capital, sob a responsabilidade do Tenente Coronel Pedro Antônio Correia Bitancourt.

A anexação da comarca do Rio São Francisco mereceu destaque no *Abelha do Itaculumy*, quando se completava exatamente um ano do “fatídico” dia 12 de novembro. Ao

⁴⁶¹ Aludimos, aqui, a subtítulo de obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda dedicada ao Período Regencial: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo 2, Vol. 2. (Dispersão e Unidade).

⁴⁶² “Ofício à Secretária de Estado dos Negócios do Império” de 20/07/1824. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904. p. 653.

relatar a chegada da tropa na região da “nova comarca”, um oficial, recebido com pompa e circunstância, teria improvisado os seguintes versos:

“Esta Briosa Comarca
Seus sentimentos fez ver:
Quer a Pátria, quer a Glória,
Independência ou morrer.

“Por fugir a Tyrania
A Minas quis pertencer
He Mineira, tem por timbre
Independência ou morrer.

“Seus Ilustres Magistrados
Lhe preparam novo Ser
De Mineiros que se espera
Independência ou morrer”.⁴⁶³

Em consonância ao clima de apreensão diante da possibilidade de dissolução do projeto imperial, a imprensa de Minas Gerais, em 1824, construiu representações que acabaram por identificar a Província como o lugar da moderação. Nela, o patriotismo, o amor à Pátria, identificava-se com um projeto político, a monarquia constitucional, centralizada no Rio de Janeiro, em detrimento de outros projetos então em discussão. Essas representações, que procuraram atribuir uma suposta identidade ao mineiro, implicaram a construção de um discurso que desqualificou e deslegitimou outros projetos de futuro e seus idealizadores, mormente aqueles gestados em Pernambuco, onde se rejeitou a instauração de um Estado unitário encabeçado no Centro-sul – coadunado por parte da sociedade política mineira.

Como já disse Deny Cuche, “a identidade não existe em si mesma, independente das estratégias de afirmação dos atores sociais que são ao mesmo tempo o produto e o suporte das lutas sociais e políticas”.⁴⁶⁴ No limite, as representações impressas nos primeiros jornais mineiros foram, também, representações sobre a construção do Estado e da nação brasileiros:

⁴⁶³ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 12 NOV. 1824, p. 528.

⁴⁶⁴ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*, op. cit. p. 182.

produto de lutas e embates que opuseram membros da sociedade política da antiga América Portuguesa. Esses discursos, longe de serem neutros, se dirigiam ao público-leitor com o objetivo de conduzir e formar opiniões. Difundiram uma noção de liberdade ligada à ordem, recusando o endosso por qualquer atitude que lembrasse a *anarquia*. O impresso tornou-se, nesse caso, malgrado a vigilância e a repressão, um instrumento de difusão de valores; valores ligados à ordem em detrimento da liberdade. Ou melhor, valores de *ordem* para que fosse possível a *liberdade*. Construíram uma forma de identificação para os leitores, forjando e afirmando uma identidade para o lugar de origem (a pátria de nascimento), exaltando a paisagem, o território e seus habitantes, ao mesmo tempo em que faziam a defesa do Império. Num momento em que nem mesmo o território de Minas Gerais estava definido, essas imagens expressavam a adesão à monarquia constitucional sob o signo da autoridade “inviolável” de D. Pedro I, projeto que não tardaria ser questionado.

Na ocasião em que o hino foi publicado, os envolvidos na Confederação estavam prestes a capitular. Nesse contexto, as garantias constitucionais foram suspensas, o território da província amputado, e, membros da elite local foram presos e, posteriormente, condenados à morte. Na prática, a construção do “consenso” em torno da nova ordem constitucional amparou-se no ampliado uso de instrumentos coercitivos⁴⁶⁵, relegando a segundo plano a discussão sobre o grau de autonomia provincial no interior do Estado que se constituía⁴⁶⁶.

⁴⁶⁵ SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo. *O nascimento político do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 111.

⁴⁶⁶ No Pará, entre 15 de 20 de outubro de 1823, mais de duzentos e cinquenta “insurgentes” foram presos por tentar questionar o poder que se instituía. “Buscados nas ruas, em casas e estabelecimento, jogados nos porões do brigue *Palhaço*, sob o comando ao Almirante Grenfell, morreram por asfixia, envenenamento e fuzilaria”. Ver: COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a corte do senhor imperador. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003, p. 280.

Capítulo 4:

Patriotismo em tempos de crise

4.1 O debate impresso

“(…) os que esperavam a Luz, e o melhoramento dos negócios pelo exercício da Polêmica, tem visto a seu pesar desmaiados seus ardentes votos” (*Novo Argos*, 18 de dezembro de 1829).

A partir de dezembro de 1829, a divisa atribuída a Voltaire⁴⁶⁷, em epígrafe que dava abertura ao *Universal*, periódico associado a Bernardo Pereira de Vasconcelos, deixou de existir. Em março de 1831, o mesmo ocorreria com a citação do abade De Pradt⁴⁶⁸, que desde o primeiro número sempre acompanhou o *Novo Argos*, redigido pelo padre Antônio José Ribeiro Bhering. Os jornais, que até então encampavam o ideal de instrução herdado das *Luzes*, convertiam-se explicitamente em instrumentos de ação: no espaço antes reservado a frases espirituosas atribuídas a autores das Luzes havia um trecho de um artigo da Constituição do Império. Mas não de qualquer artigo. Reproduzia-se o artigo 179, que dizia:

“Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa sem dependência de censura; com tanto que hajão

⁴⁶⁷ “Rien n’est beau que le vrai: le vrai seul est’ aimable”. Tradução nossa: Nada é tão belo quanto a verdade: somente a verdade é amada. UNIVERSAL, Ouro Preto, 18 JUL. 1825, p. 1. Octávio Taquínio de Souza afirma, que, na verdade, se trata de uma citação de Boileau. Ver: SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Vol. 5. op. cit., p. 19.

⁴⁶⁸ “Le genre humaine est en marche, Et rien ne le fera retrograder.” Tradução nossa: O gênero humano está em marcha e nada o fará retroceder. NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 OUT. 1829, p. 1.

de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito nos casos e pela forma que a Lei determinar”.⁴⁶⁹

O *Novo Argos* ia além e ressaltava, citando outro dispositivo constitucional, que “se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados”⁴⁷⁰, cuja aprovação dependeria de, no mínimo, um terço dos representantes presentes. Também, em inícios do ano de 1829, o *Astro de Minas* passou a adotar o primeiro dos dois excertos constitucionais citados⁴⁷¹ e, a partir abril de 1831, sem ter conhecimento da Abdicação, incorporou a divisa “Independência ou morte!” em letras maiúsculas⁴⁷². Naquele mesmo mês, o periódico sanjoanense, de maneira nada usual, alocou, ainda, na primeira página, frases supostamente atribuídas a Mably e Rousseau. O primeiro lembrava que a tirania servia para dar aos “bons cidadãos mais zelo pelo bem público”⁴⁷³, fazendo-os mais vigilantes. O segundo ressaltava a máxima de que “a liberdade pode se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”.⁴⁷⁴ Essas mudanças na materialidade dos impressos indicavam a radicalização da crise e a politização da sociedade política, que culminaria na abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831. Crise prognosticada, em 1829, por vários conselheiros do monarca quando o mesmo cogitou dissolver o que viria a ser a segunda legislatura do Império⁴⁷⁵.

Desde a abertura dos trabalhos legislativos, em 1826, deputados, juntamente com jornais que davam audiência às suas falas, paulatinamente, minaram o poder simbólico do Imperador. Um intenso debate impresso colocou em lados opostos jornais governistas e de oposição. Escritores, não importando qual fosse sua tendência política, apresentavam-se como

⁴⁶⁹ UNIVERSAL, Ouro Preto, 04 DEZ. 1829, p. 1.

⁴⁷⁰ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 MAR. 1831, p. 1.

⁴⁷¹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 31 JAN. 1829, p. 1.

⁴⁷² ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 07 ABR. 1831, p. 1.

⁴⁷³ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 05 ABR. 1831, p. 1.

⁴⁷⁴ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 ABR. 1831, p. 1.

⁴⁷⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Vol 3, *op. cit.*, p. 301-307.

patriotas e faziam dos jornais espaço de discussão e de mobilização. José Bento Leite Teixeira de Melo, deputado e redator do *Pregoeiro Constitucional*, lembrava em seu periódico que se “todos os que se gabão *Patriotas* realmente o *fossem*, o Brasil seguramente estaria em uma situação bem brilhante”⁴⁷⁶, ou seja, diferente daquela então vivenciada. Os desconhecidos redatores do *Amigo da Verdade* afirmavam, por seu turno, que aqueles que mais falavam em “utilidade Pública” e em “felicidade da Pátria”, isto é, os deputados liberais da oposição, eram os que mereciam maior reserva, devido à falta de coerência de seu discurso⁴⁷⁷. Enfim, jornais oposicionistas questionavam o poder Executivo e os governistas os contradiziam nos mesmos termos.

Entre o juramento da Constituição de 1824 e a abertura da Assembléia Geral, decorreram-se pouco mais de dois anos. A falta de unanimidade quanto ao texto constitucional; o dissenso entre setores marginalizados da esfera de decisão e D. Pedro; o ensaio pernambucano de ruptura com o projeto de Império, em 1824; bem como as negociações para o reconhecimento internacional da Independência (1825), acabaram por adiar o início dos trabalhos legislativos, que se iniciaram em maio de 1826. O fato de a Constituição ter sido outorgada não significou que a legislatura não dispunha de meios de exercer influência na conduta do governo. De acordo com a própria Carta, cabia ao Poder Legislativo interpretar, suspender e revogar leis; fixar anualmente as despesas públicas; discutir e estabelecer meios para o pagamento da dívida pública; autorizar o governo a contrair empréstimos; criar ou suprimir cargos públicos e estabelecer os ordenados; e conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras em território imperial. À Câmara dos Deputados cabiam, especificamente, as iniciativas sobre os impostos e os recrutamentos, bem como o exame da administração e a “reforma dos abusos” eventualmente detectados. As sessões parlamentares eram públicas e se iniciavam, normalmente, no mês de maio. Os eleitos

⁴⁷⁶ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 23 OUT. 1830, p. 55.

⁴⁷⁷ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 31 JUL. 1829, p. 101.

eram “invioláveis” em suas opiniões e não podiam ser presos por nenhuma autoridade, exceção feita à ordem expedida pela própria Câmara⁴⁷⁸. Ao imperador, por outro lado, cabia sancionar os decretos e resoluções da Assembléia, antes que adquirissem força de lei. Podia, também, dissolver a Assembléia e convocar outra imediatamente, nos casos em que o Estado estivesse ameaçado. Como assinalaram Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, o fato de as sessões serem públicas, aliado às prerrogativas acima descritas, fazia da Assembléia Geral um lugar de discussão, “em que as vozes da oposição podiam se fazer presentes, transformando-se no novo espaço de jogo político, em que a opinião pública podia ser ouvida”.⁴⁷⁹ Robert Walsh, observador inglês que aqui esteve nesse interstício, relatou que as galerias da Câmara dos Deputados ficavam sempre cheias e que as questões constitucionais empolgavam a todos: “a própria palavra ‘constituição’, pronunciada na Assembléia, é como uma faísca atirada sobre material inflamável, incendiando o espírito de qualquer membro da casa”.⁴⁸⁰ Parte do que era discutido na Assembléia ocupava os jornais e, assim, as discussões permaneciam na ordem do dia e multiplicavam-se.

Exemplo da relação entre tribuna e imprensa pode ser verificado, por exemplo, em inícios do ano de 1827, quando se discutia se os deputados deveriam ou não apresentar resposta à Fala do Trono, na abertura e no encerramento dos trabalhos legislativos. Bernardo Pereira de Vasconcelos aprovava – e defendia na tribuna – a necessidade de resposta por parte dos deputados, argumentando que as falas do imperador deveriam ser “consideradas como atos ministeriais”.⁴⁸¹ Sustentava, ainda, que os ministros deveriam esclarecer à Assembléia “todos os pontos obscuros” de sua administração, como no que dizia respeito à Guerra da Cisplatina, segundo ele, assaz desnecessária, cuja conseqüência era a dilapidação da Fazenda

⁴⁷⁸ CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil, 25 MAR. 1824.

⁴⁷⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil, op. cit.*, p. 109.

⁴⁸⁰ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil, op. cit.*, p. 195.

⁴⁸¹ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1827. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira, *Bernardo Pereira de Vasconcelos, op. cit.*, p. 45.

Pública, sem autorização expressa dos deputados. No seu entendimento, sendo a Câmara o símbolo e a concretização da representação nacional, nada mais correto do que a prestação das contas ministeriais à mesma. Tal discussão prolongou-se até fins do Primeiro Reinado. Em março de 1828, o *Astro de Minas*, numa antecipação do que viria ser discutido na Assembléia daquele ano, dava continuidade a essa discussão e imprimia missivas sobre os negócios públicos, mormente, as obrigações do Executivo para com a Nação. O redator procurava persuadir os leitores de que “he só o povo quem dirige o governo”, motivo pelo qual os negócios da administração deveriam ser publicamente debatidos a fim de que questões mal iluminadas tornassem claras para toda a sociedade⁴⁸². Uma carta dirigia-se principalmente aos ministros e preservava a figura do imperador. No fundo, tanto nos debates parlamentares quanto nos artigos da imprensa, duas concepções de soberania transpareciam: de um lado a soberania da nação, alicerçada nos cidadãos – e representada pela Câmara eletiva – e de outro, a soberania real, centrada na figura do Imperador. Tais debates levaram a um confronto, inicialmente indireto, entre a Câmara e o Poder Executivo. E a imprensa teve papel importante nesse processo.

Acrescente-se que artigos originalmente impressos em jornais de outras províncias, sobretudo do Rio de Janeiro, eram constantemente reproduzidos em periódicos de Minas Gerais. Os jornais continham pouco do que poderíamos chamar hoje de *notícia*. Preocupavam-se mais em formar opiniões do que informar e dedicavam-se a analisar questões de ordem geral, forjando e criando significados para vocábulos políticos e, ao mesmo tempo, definindo um programa de ação. Nesse sentido, a imprensa tanto ajudou a moldar a percepção que os contemporâneos tinham dos acontecimentos, quanto foi um componente de transformação da realidade.

⁴⁸² ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 MAR. 1828, p. 1-2.

O papel desempenhado pela imprensa em Minas Gerais, nos eventos que culminaram na Abdicação, pode ser observado, detidamente, a partir do ano de 1828, quando surgiu o *Telégrapho* – órgão governista constantemente atacado pelos liberais. Embora indisponível para pesquisa⁴⁸³, percebe-se que esse jornal incomodava os liberais, pois praticamente todos os periódicos moderados lhe faziam referência, freqüentemente comentando, pejorativamente, os artigos ali impressos. Entre 1828 e 1831, a linguagem utilizada pelos moderados tendeu a se radicalizar: inicialmente, as críticas tinham como alvo os ministros de Estado, preservando-se a imagem do imperador, mas, no curso de debate, inevitavelmente, D. Pedro acabou sendo identificado como um *Déspota*, como o símbolo de um passado que cabia superar. Foi comum que missivas publicadas em jornais dirigissem-se indiretamente ao monarca, imputando-lhe auto-engano e propondo reorientá-lo na condução dos negócios públicos. Uma carta do *Ástrea*, reproduzida no *Astro de Minas*, exemplifica as estratégias discursivas em pauta. Seu autor dizia que, tanto jornais liberais quanto os governistas, cometiam o erro de se dirigirem ao imperador utilizando o termo “Soberano”. Argumentavam que tal designação incomodava ao próprio D. Pedro I, afrontando sua constitucionalidade. Partindo de excerto da Constituição do Império, que ressaltava que “todos os Poderes vem da Nação, ou que nella reside a Soberania”, comentavam que designar o imperador de “Soberano” era indigno tanto ao próprio, quanto os “Cidadãos” que, assim, eram classificados como desconhedores dos seus próprios direitos, afinal, tal vocábulo era atribuído à Augusta Pessoa contra a “nossa e a Sua própria vontade”⁴⁸⁴, uma vez que contradizia os preceitos constitucionais por todos referendados.

Paralelamente, e sem dirigir-se diretamente a qualquer autoridade, outros artigos propunham analisar os efeitos do *despotismo* nas sociedades. O *Astro de Minas*, de 09 de

⁴⁸³ Localizamos apenas dois exemplares microfilmados desse periódico, cujos originais encontravam-se bastante deteriorados, na Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand.

⁴⁸⁴ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 MAR. 1828, p. 2.

outubro de 1828, ressaltava que muitos príncipes, desconhecedores dos seus “verdadeiros interesses (...) exercem sobre os povos hum despotismo destruidor, cujos deploráveis efeitos cedo ou tarde elles mesmos sentem”.⁴⁸⁵ Sustentava que “o déspota he hum chefe, que pretende, que a sorte de hum Estado seja regulada pela sua única vontade: mas como esta vontade raras vezes se compadece com as regras da equidade, torna-se commumente um tyranno”.⁴⁸⁶ E arrematava dizendo que o déspota separa “seus interesses dos da Pátria, e não lhe permite outro trabalho mais que o que elle suppoem útil ao seo interesse particular”; para governar era necessário, “experiência, cuidados, vigilância, luzes e razão”, já para tiranizar só a força era necessária⁴⁸⁷. E concluía enfatizando que toda autoridade, “para ser legítima, deve ter por base a felicidade pública, e o consentimento dos Povos”⁴⁸⁸, motivo pelo qual o “Despotismo não pode ser olhado como uma forma de Governo; pelo contrário elle he a ausência”.⁴⁸⁹

O mesmo *Astro de Minas* anunciava, com júbilo, a disponibilidade de 10 exemplares do *Malagueta*, redigido por Luis Augusto May, outrora considerado um escritor que prestou relevantes serviços ao Brasil, sempre “apresentado na Arena pública pugnando pela Independência e a liberdade do Império”.⁴⁹⁰ O redator recomendava a leitura do periódico, “que decerto agradará aos Mineiros”⁴⁹¹, cujos exemplares encontravam-se disponíveis na Biblioteca da Vila de São João Del Rei. Outra correspondência, supostamente dirigida à tipografia, lembrava que às vésperas da eleição da nova deputação, era preciso informar ao eleitor as qualidades inerentes ao cargo, qual seja, a “probidade, patriotismo e luzes”⁴⁹², pois havia a certeza de que nem todos os candidatos possuíam tais requisitos. Todas essas

⁴⁸⁵ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 OUT. 1828, p. 1.

⁴⁸⁶ *Ibidem, loc. cit.*

⁴⁸⁷ *Ibidem, loc. cit.*

⁴⁸⁸ *Ibidem, loc. cit.*

⁴⁸⁹ *Ibidem, loc. cit.*

⁴⁹⁰ *Ibidem, p. 2.*

⁴⁹¹ *Ibidem, loc. cit.*

⁴⁹² *Ibidem, p. 3.*

correspondências tendiam a produzir um clima de opinião⁴⁹³ desfavorável à situação política do Império, cujo “futuro [seria] pouco lisongeiro”.⁴⁹⁴ E alçavam os redatores liberais opositoristas (e os deputados eleitos) à categoria de verdadeiros guardiões das instituições representativas. O debate entre os jornais governistas e de oposição pode ter polarizado ainda mais as opiniões.

Octávio Tarquínio de Souza, principal biógrafo de D. Pedro I, ressaltou que, no intenso debate que antecedeu à Abdicação, o imperador – nem sempre afeito à liberdade de imprensa –, subvencionou jornais para responder aos ataques feitos por outros ao governo, sendo ele, também, um polemista agressivo⁴⁹⁵. Em Minas Gerais, em 1829, veio a lume, na Vila de São João Del Rei, o *Amigo da Verdade*, cujo objetivo era claramente defender o governo dos ataques perpetrados pelos jornais de oposição, principalmente o *Astro de Minas*. Mais do que documentarem o debate, os artigos publicados nesses jornais e as referências recíprocas revelam as polêmicas suscitadas pela leitura e crítica, entendida, aqui, na mesma acepção que possuía na época, ou seja, a “arte de ajuizar do que os outros escreverão, discernindo o bom do mal”.⁴⁹⁶ Antes mesmo do início da impressão do *Amigo da Verdade*, circularam pela Vila boatos de que uma nova tipografia – que imprimiria o periódico intitulado *Imparcial Mineiro* – passaria a dividir as atenções do público leitor com o único periódico existente na localidade⁴⁹⁷. Segundo rumores, algumas pessoas estariam insatisfeitas com o que se publicava no *Astro*, insatisfação esta verificada nos “ajuntamentos”, nos “pequenos círculos” e nas “conversações”⁴⁹⁸ do dia-a-dia, o que era motivo suficiente para

⁴⁹³ Utilizamos a expressão na mesma acepção que Robert Darnton que, analisando a presença e o papel dos impressos, sobretudo dos “livros filosóficos” (na verdade, livros de conteúdo libertino) na França pré-revolucionária, considerou “clima de opinião” como uma etapa, um conjunto de atitudes importante para a formação da opinião pública. Ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, op. cit., p. 255.

⁴⁹⁴ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 OUT. 1828, p. 3.

⁴⁹⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império*. Vol. 3. op. cit. p. 225.

⁴⁹⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*, op. cit., s.p.

⁴⁹⁷ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 ABR. 1829, p. 3.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, loc. cit.

que o novo jornal trouxesse aos leitores uma visão alternativa das discussões então encetadas. O correspondente do *Astro de Minas* objetava a suposta incompatibilidade de opiniões existentes na localidade e procurava desfazer a malquerença afirmando que uma “polêmica literária [só] se creará de facto entre dous Periódicos, que ora se quer inculcar de rivaes, quando nenhuma rasão há para que não deffendão a mesma causa”⁴⁹⁹, isto é, a Constituição, o Imperador e todas as garantias e direitos consagrados no texto constitucional. O autor via positivamente o debate entre periódicos e ressaltava a possibilidade de construção de consenso através da discussão:

“Se a idea de ser útil a Pátria, foi o estímulo da criação deste estalecimento [tipográfico], breve terão seos autores a grata recompensa dos seos benefícios; porque huma polêmica bem dirigida trará a illustração ao seio dos partidos, e depressa veremos os próprios inimigos dando-se as mãos a bem dos sagrados direitos do homem e da sociedade”.⁵⁰⁰

O periódico que viria a debater com o *Astro de Minas* não levou o nome de *Imparcial Mineiro*, como diziam os boatos, mas, sim, *Amigo da Verdade*. No segundo número deste, do dia 12 de maio de 1829, os redatores já davam resposta à possibilidade de contenda entre escritores rivais e diziam não necessitar de conselho alheio sobre o verdadeiro fim a que se destinava a impressão do novo periódico, uma vez que era por “amor à Ordem, por amor da Pátria, por amor dos nossos Conterrâneos, e por amor da Causa do Brasil, isto he, do Governo Monárquico-Representativo adoptado, e jurado” que protestariam “defender com todas as [suas] forças”.⁵⁰¹ E procuravam desfazer mal entendidos quanto ao disse-que-disse sobre a criação do jornal. Diziam que, desde que se iniciou a impressão do *Astro*, os leitores, “cidadãos probos”, exultaram com a criação de um estabelecimento cujo fim seria a “propagação das luzes, a proposta de medidas úteis às reformas que demandava o actual systema de

⁴⁹⁹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁰¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 MAI. 1829, p. 8.

Governo”.⁵⁰² Mas no decorrer dos números impressos desvirtuou-se tal empreitada, tendo o redator procurado dar renome e tecer elogios a algumas personalidades da Província, certamente Batista Caetano de Almeida e Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao invés de dedicar-se ao bem público. Ressaltavam que o fim último do *Astro de Minas* era o interesse particular, a fomentação da discórdia e o ataque pessoal ao governo. “Era pois mister, que houvesse huma nova Typografia, onde os atacados se podessem justificar, e defender as invectivas, e impropérios, que a cada passo achavão semeados naquella Folha”.⁵⁰³ Fariam, por isso, “brilhar a verdade por meio da discussão”.⁵⁰⁴

Logo que veio à luz, o *Amigo da Verdade* se colocou como defensor do Imperador e do Ministério em contenda originada na Câmara dos Deputados, quando da abertura dos trabalhos legislativos, em abril de 1829. Mais uma vez a província de Pernambuco era o centro das atenções. Em 01 fevereiro de 1829, no interregno parlamentar, um pequeno grupo de pessoas, em represália às violências policiais em Recife, promoveu tumultos de rua em Afogados. Alguns arrombaram a cadeia de Santo Antônio com vivas à república e conclamações para que a população aderisse a um levante. Ao que parece, o tumulto não se estendeu pelos dias que se seguiram e muitos dos envolvidos fugiram para o interior da Província temendo a repressão⁵⁰⁵. O governo, por seu turno, suspendeu, novamente, as garantias constitucionais em Pernambuco, abriu devassa para investigar os envolvidos e criou uma comissão militar para atuar na Província. Em seguida, ofícios foram enviados aos presidentes de províncias relatando o caso e pedindo medidas preventivas contra possíveis “facciosos”. Em março de 1829, o presidente de Minas Gerais, João José Lopes Mendes

⁵⁰² *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁰³ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁰⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Vol. 5, *op. cit.*, p. 83; FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *SAECULUM*, n. 14, João Pessoa, jan./jun. de 2006, p. 71. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos04_fonseca.pdf. Acesso: 08/07/2008.

Ribeiro, já estava inteirado do caso e prometia utilizar todos os meios para se evitar atos perturbadores da ordem⁵⁰⁶.

Na Câmara, o caso ficou conhecido como “República dos Afogados” e foi tratado, pelos deputados oposicionistas, como um levante burlesco, sem muita importância. Já as medidas tomadas pelo governo foram debatidas com afinco. Bernardo Pereira de Vasconcelos e outros deputados, dispostos a colocar ministros no banco dos réus, exigiam explicações para a suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco, enquanto que os últimos esquivavam-se para não dar explicações sobre o ocorrido. A discussão transformou-se numa verdadeira cruzada contra o Ministério e contra o “invento infernal” das Comissões Militares⁵⁰⁷.

O *Amigo da Verdade* procurou defender a ação governista “contra os inimigos do systema de Governo Monárquico-Constitucional” assegurando as “boas intenções de S. M. O Imperador” em combater “*princípios anárquicos e subversivos*”,⁵⁰⁸ aconselhando os oposicionistas que evitassem lançar “sempre a odiosidade em todos os actos [do governo] antes de examinar suas verdadeiras causas”.⁵⁰⁹ Pouco após o início dos debates parlamentares, esse periódico imprimiu outro “artigo comunicado” posicionando-se sobre o levante. O missivista procurava prevenir o “Povo Brasileiro” contra “a música das sereas demagógicas que fingindo-se empenhadas em arredá-lo das sirtes do despotismo, o arrastão a voragens democráticas”⁵¹⁰. Segundo o autor, os últimos acontecimentos ocorridos em Pernambuco tinham como causa o ensejo e a “licença escandalosa” dos escritores alcunhados de oposição, que “julga ter largo terreno”⁵¹¹ para difundir falsos sofismas e sarcasmos, tendendo a “abalar

⁵⁰⁶ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 MAI. 1829, p. 5-6.

⁵⁰⁷ SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*, Vol. 5, *op. cit.*, p. 83-92.

⁵⁰⁸ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 MAI. 1829, p. 3-4. Em itálico no original.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁵¹⁰ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 13 MAI. 1829, p. 10.

⁵¹¹ *Ibidem*, loc. cit.

a confiança dos povos, para melhor perturbarem a ordem estabelecida”.⁵¹² Acrescentava, ainda, que o objetivo desses escritores, supostamente “defensores das liberdades públicas”, era derrubar a Monarquia Constitucional para em “seu lugar lançar o republicanismo”.⁵¹³

Os liberais moderados, por seu turno, retrucavam. Bernardo Pereira de Vasconcelos, na tribuna da Câmara, em abril de 1829, descrevia o terrível quadro em que o Brasil se encontrava enfatizando a desastrosa interferência de ministros e diplomatas do Império nos assuntos internos de Portugal; a possibilidade de chegada de emigrados portugueses; as somas de dinheiro desprendido com a questão portuguesa; a situação de penúria do Banco do Brasil; a má administração ministerial e a falta de informações sobre os gastos públicos; e as acusações falsas dos “periódicos ministeriais”, principalmente, o anúncio sobre a existência de “planos de republicanismo em diversas províncias”.⁵¹⁴ Vasconcelos pugnava que tais planos não eram mais que “embustes de tais periódicos, e de seus colaboradores”,⁵¹⁵ e encerrava, dirigindo-se aos seus pares de maneira otimista, ou quem sabe sarcástica: “não desanimemos, senhores; a nação brasileira tem muitos recursos, e logo que o grande monarca brasileiro encontre um ministério digno de sua inteira confiança, o Brasil há de sair de seus embaraços atuais, e brevemente florescer”.⁵¹⁶ O deputado colocava sob suspeita os ministros que “suspendem todas as formalidades tutelares (...), que criam comissões militares, que despacham Verres para as províncias, que demitem, preterem, reformam contra as leis dos bons servidores da nação”,⁵¹⁷ mas preservava a imagem do imperador.

O *Astro de Minas* também não pouparia críticas aos periódicos ministeriais. Um correspondente comentava que, quanto mais eram atacados os periódicos liberais, com

⁵¹² *Ibidem*, loc. cit.

⁵¹³ *Ibidem*, loc. cit.

⁵¹⁴ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 06 de abril de 1829. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira, *op. cit.*, p. 196.

⁵¹⁵ *Ibidem*, loc. cit.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 197.

⁵¹⁷ *Ibidem*, loc. cit.

ameaças de levar redatores a júri, mais prestígio esses jornais adquiriam e concluía chamando a atenção dos leitores para o cuidado que se devia ter para com as idéias difundidas pelos órgãos impressos do governo:

“Ainda que a nossa Província de Minas, seja hoje, depois da do Rio de Janeiro e S. Paulo a que gose de mais independência, por se haver acostumado o povo as regras cimentadas pela Constituição, com tudo muito cuidado deve haver em que mãos (...) redactores não tomem a direcção della, incutindo pelos seos jornaes, idéias subversivas da ordem estabelecida”.⁵¹⁸

O redator do *Astro* imputava aos periódicos ministeriais as mesmas acusações que sofria. Não seriam os liberais, segundo o autor, os responsáveis por difundir idéias subversivas, mas sim os redatores da situação. O padre Antônio José Ribeiro Bhering, por seu turno, no *Novo Argos*, sustentava que o plano dos “escritores servis vendidos ao Poder e[ra] menoscar com negras calumnias o crédito dos Deputados liberaes”, pretendendo “tornar o Brasil ao antigo systema [isto é, o absolutismo], conservando-lhe as insígnias e vestes constitucionaes”.⁵¹⁹ O padre contestava, ironicamente, ainda, a denominação “ministeriais” conferida a tais escritores. No seu entendimento, escritor ministerial deveria ser aquele que oferecia ao público os atos do governo, defendendo-o de qualquer censura por parte da oposição, por meio de “sólidos argumentos”.⁵²⁰ Mas nenhum escritor governista possuía essa qualidade, uma vez que, ao invés de produzir o consenso por meio da discussão, preferia-se atacar os liberais alcunhando-os de republicanos.

Bhering acrescentava, noutro exemplar de seu jornal, que ante as diversas tentativas, sem sucesso, de fazer calar os escritores liberais, procurando levá-los a prestar contas à justiça, como teria ocorrido com o redator da *Ástrea*, restou o plano de enviar a todas as

⁵¹⁸ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 MAI. 1829, p. 3.

⁵¹⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 17 NOV. 1829, p. 2.

⁵²⁰ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 DEZ. 1829, p. 3. Nesse sentido, Antonio Bhering sobrepõe a autoridade do melhor argumento à identidade dos debatedores como único juízo válido, desconsiderando as hierarquias sociais, sejam elas de ordem econômica, sejam de status. Sobre este aspecto da esfera pública política, ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*, op. cit., 51-52.

províncias do Império escritores com o fito de “combater os Jornais Livres, e incensar todas as Authoridades, dispor os ânimos do Povos ao feliz acolhimento da primeira voz, que mandasse calar a Imprensa”.⁵²¹ Bhering não atribuiu o plano em curso, de contratar “escritores de encomenda” a ninguém, embora o texto permitisse a interpretação de que se tratava do próprio imperador. Por outro lado, o padre, a princípio, não via negativamente a existência de redatores encarregados de defender o governo, conquanto a polêmica, o debate, resultasse no “melhoramento dos negócios”.⁵²² Na prática, no entanto, a atuação de jornalistas subvencionados pelo governo poderia resultar, segundo o autor, no retorno ao absolutismo, uma vez que esses escritores criticavam a liberdade de imprensa que, para Bhering, era o baluarte das instituições liberais. Ressalte-se, como já dissemos, que Bhering adjetivava os escritores de duas formas: *liberais* e *cativos*. Essa classificação era a um só tempo antitética e assimétrica⁵²³ - o que é significativo na compreensão argumentação do padre redator. Ele argumentava, assim como Batista Caetano de Almeida, que o aparecimento de jornais governistas vinha produzindo efeitos contrários aos desejados pelos últimos, quais sejam: a criação de novas folhas “liberais”; o aumento do número de assinantes das já existentes; o maior interesse do público pela leitura e pela polêmica suscitada; e, por conseqüência, a polarização das opiniões⁵²⁴.

O padre Antônio Bhering procurava, em outros artigos, travar discussão límpida com os redatores do *Amigo da Verdade*. Ao ler, por exemplo, o nº 59 desse periódico⁵²⁵, no qual se dizia que “S. M .I. nos deo” a Constituição, o autor refutava a afirmação e enfatizava o fato de que o imperador “não deo ao Povo a Constituição, que nos rege, assim como Luiz 18 deo ao

⁵²¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 18 DEZ. 1829, p. 1.

⁵²² *Ibidem*, p. 2.

⁵²³ Uma análise dessas categorias encontra-se em: KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: *Futuro passado*, op. cit., p. 191-231.

⁵²⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 18 DEZ. 1829, p. 2-3.

⁵²⁵ Não conseguimos localizar esse exemplar, pois a coleção que consultamos, na Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand, encerra-se com o nº 51, do dia 30 de outubro de 1829.

Povo Francez a Carta Constitucional; mas nos ofereceu para ser, ou não aprovada”.⁵²⁶ Dava ênfase, assim, ao substrato popular, ao consentimento, com o qual o “Povo Brasileiro” aprovou o projeto de Constituição de 1824 e procurava corrigir, amistosamente, a assertiva impressa no jornal ao qual se opunha. No mesmo exemplar, Antônio Bhering tecia loas ao aparecimento do *Mentor das Brasileiras*, na vila de São João Del Rei, e recomendava sua leitura. Segundo ele, tratava-se de mais um periódico liberal destinado a imprimir nos “corações sensíveis” do belo sexo as lições caras àquele tempo, quais sejam: a liberdade e a defesa da Constituição do Império.⁵²⁷

Note-se que os redatores que vimos analisando ressaltavam, a princípio, a positividade do debate em curso, a dimensão comunicativa e dialógica da política, a possibilidade de construção do consenso através da força do melhor argumento – e, portanto, que o campo da política é o campo do diálogo no plural –, enfim, a força da palavra na constituição do mundo público⁵²⁸. A seguir, analisaremos em quais termos se dava o debate e as estratégias discursivas da crítica política.

4.2 Patriotismo *versus* despotismo

“Não pode haver Pátria debaixo da vontade de um déspota” (*Estrella Mariannense*, 28 de agosto de 1830).

“Eu tenho provincialismo, não o nego, o meu sangue, o meu coração, eu todo sou mineiro, e poderá haver patriotismo sem provincialismo?” (Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1827).

⁵²⁶ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 18 DEZ. 1829, p. 4.

⁵²⁷ *Ibidem*, loc. cit.

⁵²⁸ ARENDT, Hannah. Que é liberdade? In: *Entre o passado e o futuro*, op. cit., p. 188-220; HABERMAS, Jürgen. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: ROUANET, Sérgio Paulo; FREITAG, Bárbara (orgs.). *Habermas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1980, p. 100-118.

Em novembro de 1829, quando o *Novo Argos* começou a ser impresso, Antônio José Ribeiro Bhering registrou que redigiria a folha periódica “como [um] tributo de gratidão ao Brasil” sua “adorada Pátria”.⁵²⁹ Na qualidade de escritor público, ele explicava ao público que sua “predileção pelo Paiz natal”⁵³⁰, implicava, como a qualquer cidadão, a defesa de certos direitos, alguns dos quais sob constante ameaça. Aludia, o padre, à “grande luta entre escriptores absolutistas e Constitucionais” e à possibilidade de retorno ao “bárbaro despotismo”, que jogaria por terra a razão, fazendo com que o homem abrisse mão dos direitos expressos na Constituição, “código sagrado onde estão depositados (...) os mais caros interesses [dos cidadãos]”.⁵³¹ Por isso, afirmava, enfaticamente: defendendo a “Constituição Brasileira julgo prestar algum serviço à minha Pátria; pugnando pelos foros da Nação, persuado-me pugnar pela Glória do seu Libertador, do seu Augusto Elleito, do seu Perpétuo Constitucional Defensor”⁵³², ou seja, D. Pedro I.

No texto em questão, os vocábulo *pátria*, *país* e *nação* referiam-se, cada qual, a uma dimensão do Estado em construção. *País* expressava a dimensão territorial; *nação* aludia ao conjunto de cidadãos, à comunidade política, que delegava aos deputados a incumbência de representá-los; *pátria*, por seu turno, associava-se a uma virtude moral: à luta pela defesa dos direitos comuns de todos os cidadãos e o controle sobre os negócios públicos⁵³³. Esse conjunto de vocábulo possuía uma antítese: o Estado despótico, que “endossa[va] a

⁵²⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 NOV. 1829, p. 1.

⁵³⁰ *Ibidem*, loc. cit.

⁵³¹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵³² *Ibidem*, p. 2.

⁵³³ Essa mesma *idéia moral* do vocábulo *pátria* pode ser encontrada em periódicos liberal-exaltados (ou radicais), como o *Nova Luz Brasileira*, que, impresso na Corte, circulou também por Minas Gerais. Esse jornal registra: “obrigação, que tem a Pátria, de nos conservar os nossos direitos naturais, e civis, a respeito da vida, da liberdade, da igualdade, propriedade &c.; de nos dar parte na administração do nosso governo; e de nos franquear os meios de perfeição pela luzes do espírito; havendo a nossa existência sempre segura, agradável e feliz”. *Apud*. BASILE, Marcello. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2001, p. 101. Disponível em: www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi3a4.pdf. Acessado em: 25/06/2008. Sobre transcrições de excertos do *Nova Luz Brasileira* em jornais mineiros, ver: NOVO ARGOS, Ouro Preto, 24 NOV. 1829, p. 3-4 e ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 09 FEV. 1830, p. 157-159.

tiranias”.⁵³⁴ O termo nação atrelava-se, ainda, à figura do monarca, que teria perdido as rédeas dos “negócios de sua administração”.⁵³⁵ Daí advém que um dos papéis do escritor de oposição seria advertir “aquellas Authoridades, que pouco affectas à causa da Nação ousasse[m] tocar com mão sacrílega na Arca Santa da Constituição”.⁵³⁶ A defesa da pátria, o patriotismo, convertia-se, assim, no combate a toda e qualquer ameaça às liberdades constitucionais. *Aquelas autoridades*, de quem fala o autor, eram os ministros de Estado.

Bhering considerava falta de patriotismo, falta de amor à pátria, o desserviço ao bem comum, à causa pública. Por isso, por exemplo, condenava os indivíduos que, eleitos vereadores, se recusavam a assumir o cargo⁵³⁷. Mas era em relação aos ministros de Estado que ele dirigia, contundentemente, suas críticas. Em dezembro de 1829, quando, mais uma vez, o imperador mudou o Ministério, o padre Bhering exultou pela saída dos “inimigos da pátria”, acrescentando que o monarca teria cedido à “opinião pública”, ato que resultaria na garantia da liberdade para o Brasil⁵³⁸. Satisfazia-se, o autor, de que, com a mudança ministerial, o Brasil livrar-se-ia dos corruptores que “em club[es] noturnos” urdiam proclamar o absolutismo.⁵³⁹ Em nota, esclarecia que uma “nova ordem de cousas” iria começar, pois a possibilidade de retorno ao regime político baseado na ausência de liberdade estava afastado, em vista do comprometimento dos novos ministros com o sistema representativo. O autor tecia conselhos aos novos ministros e lhes recomendava seguir o caminho oposto ao dos seus antecessores, cujas ações tinham por fim a “ruína da pátria”, “o fim das liberdades públicas”, razão pela qual “decahirão no conceito Nacional” tentando “tyrannizar o sollo, a que parecião estranhos”.⁵⁴⁰ O autor dizia:

⁵³⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 NOV. 1829, p. 1-2.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 2.

⁵³⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁵³⁷ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 27 DEZ. 1829, p. 4.

⁵³⁸ *Ibidem*, loc. cit.

⁵³⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 31 DEZ. 1829, p. 2.

⁵⁴⁰ *Ibidem*, loc. cit.

“O Novo Ministério, segundo os votos da Nação em Geral não deve arredar suas vistas do afflictivo quadro, que offerece nosso malfadado Império por toda a extensão do seu território”.⁵⁴¹

Paralelamente às críticas ao executivo, um conjunto de artigos procurava definir todo um vocabulário político que informava, a um só tempo, o pensamento e a ação dos redatores da oposição. O *Novo Argos* esclarecia que patriotismo era “um amor esclarecido de nós mesmos, que nos ensina a estimar o Governo, que nos protege, as Leis, que nos escudão, e a sociedade”; ele “só pode ter lugar em um paiz aonde se goza de Liberdade; sem ella não pode haver Pátria”.⁵⁴² A patriotismo seria um sentimento próprio do cidadão, sendo incompreensível para o escravo, uma vez que tal condição é a de ausência de liberdade. Mas não seria próprio dos déspotas prezar tal virtude; daí a preferência deles por “homens viciosos, frívolos, e distraídos, a Cidadãos regulados, e cuidadosos dos deveres”, uma vez que os déspotas desejariam “uma submissão sem limites as suas vozes”.⁵⁴³ *Patriotismo*, amor pela pátria, seria o oposto ao *despotismo*, uma vez que tal forma de governo assenta-se sobre a supressão das liberdades constitucionais. Essas definições não visavam somente a esclarecer o público leitor, mas tinham endereço certo: era um ataque, uma alusão, indireta ao executivo, personificado nos ministros de Estado. *Patriotismo* opunha-se, portanto, ao *despotismo ministerial*.

O *Amigo da Verdade*, por sua vez, dirigia-se aos periódicos de oposição, sobretudo ao *Astro de Minas*, e advertia que os ataques ao Ministério punham em xeque o “Estado, a Pátria, a Nação e o Imperador”, uma vez que tendiam a dividir a sociedade em partidos opostos. Ao invés de “orientar a opinião pública”, os redatores de oposição poderiam, isto sim, conduzir a

⁵⁴¹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁴² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 08 DEZ. 1829, p. 1.

⁵⁴³ *Ibidem*, loc. cit.

sociedade para a anarquia⁵⁴⁴. Em 1829, as críticas promovidas pela imprensa e pela coalizão de deputados “liberais” contra os sucessivos ministérios chegavam a um ponto extremo. A esta altura, D. Pedro I tentou uma aproximação com a Câmara, motivo pelo qual o Gabinete Barbacena – como ficaram conhecidos os novos escolhidos – procurou dissipar todas as desconfianças, captando apoio da opinião liberal⁵⁴⁵. Nesse contexto, a própria imprensa liberal moderada procurou minimizar a radicalização dos ataques. Antônio Bhering, ao ler num “periódico ministerial” a assertiva de que, ao atacar os ministros, os redatores liberais inevitavelmente atingiam a figura do imperador – uma vez que era este último quem nomeava o ministério –, procurou desfazer tal impressão, afirmando que as críticas não se estendiam ao Chefe do Poder⁵⁴⁶. Mas era inegável que as críticas minavam a legitimidade do imperador. Ao classificarem os ministérios de corruptos, absolutistas, tirânicos e despóticos, os opositoristas acabavam por indicar uma condição que envolvia todo um sistema de governo.

Ressalte-se que os significados dos conceitos associados à semântica do patriotismo eram ambivalentes e seus usos dependiam da audiência que se pretendia alcançar. A *idéia moral de pátria*, que ressaltamos acima, convivia com outra, que Marcello Basile chamou de *idéia física*⁵⁴⁷ – e que já salientamos no capítulo anterior. Essa *idéia* tinha duas acepções: a particular e a geral. A primeira associava-se com o local de nascimento, a *província*, comunidade à qual o indivíduo achava-se ligado por sua trajetória pessoal. A segunda remetia à *idéia de nação*, tal qual nos dicionários da época: “a gente de um paiz, ou região, que tem língua, leis e Governo à parte”.⁵⁴⁸ Ilustrativos dessa dupla utilização dos termos são os textos e discursos deixados por Bernardo Pereira de Vasconcelos.

⁵⁴⁴ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 04 AGO. 1829, p. 105-106.

⁵⁴⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*, Vol IV, op. cit., p. 20-28.

⁵⁴⁶ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 01 DEZ. 1829, p. 3-4.

⁵⁴⁷ BASILE, Marcello, *Luzes a quem está nas trevas*, op. cit., p. 101-102.

⁵⁴⁸ No *Diccionario* de Antonio de Moraes Silva – edições de 1813 e 1831 –, registra-se o mesmo significado. Ver: SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 347.

Na *Carta* que dirigiu aos eleitores mineiros a fim de prestar contas de sua atuação parlamentar, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao descrever os trabalhos do Conselho Geral da Província do qual era membro, referia-se aos mineiros e à província de Minas Gerais como “nossa pátria”.⁵⁴⁹ Quando precavia os eleitores sobre o discernimento e inteligência que se devia ter quanto às propostas dos senadores, ressaltava que “delas muito depend[ia] a consolidação de nossas instituições, e a prosperidade e glória de nossa comum pátria – o Brasil”.⁵⁵⁰ Assim, Vasconcelos utilizava o termo *pátria* tanto para se referir ao Brasil quanto a Minas Gerais. Seu entendimento sobre o que seria o verdadeiro patriotismo carregava essa ambivalência.

O suposto patriotismo de Bernardo Pereira de Vasconcelos foi, em certo momento, tomado pelos adversários como ambigüidade na conduta parlamentar. Quando, na Câmara dos Deputados, discutia-se o projeto, elaborado pelo mesmo, de redução do quinto do ouro, bem como outras propostas de regulamentação da indústria e do comércio, o deputado Luiz Augusto May redargüiu, atribuindo a Vasconcelos o provincialismo, e lembrou que o deputado deveria “advogar os interesses nacionais com preferência aos locais”.⁵⁵¹ O deputado May não estava errado ao afirmar que, na prática, a redução do imposto beneficiaria principalmente a província de Minas Gerais. Vasconcelos, por seu turno, retrucou: “Eu tenho provincialismo, não o nego, o meu sangue, o meu coração, eu todo sou mineiro, e poderá haver patriotismo sem provincialismo?”.⁵⁵² Bernardo Pereira de Vasconcelos, arditamente, argumentava não haver nada de incorreto em sua postura de defender a diminuição da alíquota do quinto e, para sustentar sua posição, recorria ao postulado segundo o qual todos eram iguais perante a lei:

⁵⁴⁹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira. *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais, op. cit.*, p. 61.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 67.

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 92.

⁵⁵² *Ibidem*, loc. cit.

“Mineiros, conseqüentemente membros do Império brasileiro, não podem ser obrigados a pagar mais impostos que os outros brasileiros sem manifesta violação da Constituição da Monarquia. Se tal injustiça continua, onde está a igualdade de todos os brasileiros, garantido naquele código sagrado[?]”.⁵⁵³

Não há dúvida de que Vasconcelos nutria profundo apego pela província de Minas Gerais, mas procurava harmonizar tal identificação com o projeto de Império em curso. É digno de nota o discurso feito na tribuna, em junho de 1827, quando das discussões do projeto de lei sobre os juízes de paz, de autoria do próprio. Vasconcelos propunha a elaboração de um novo código criminal – que viria ser promulgado em 1830⁵⁵⁴ – e demonstrava os problemas da aplicação da justiça até então. Ele sustentava a criação de juízes itinerantes que julgassem no teatro dos acontecimentos e não a léguas de distância; exigia, ainda, que os relatórios judiciais fossem tornados públicos, pois o segredo permitia as mais “revoltantes injustiças”.⁵⁵⁵ E descrevia “um exemplo da história mineira⁵⁵⁶” para “justificar a importância da matéria”.⁵⁵⁷ O exemplo era uma interpretação sobre a chamada Inconfidência Mineira. Segundo Vasconcelos:

“E[ra] fama que os mineiros já pelo ano de 1790 conceberam o majestoso projeto de sacudir o jugo europeu; os mais gentis nas letras e nas armas eram apontados como os autores desta gloriosa empresa, que não chegou a realizar-se.

“O visconde de Barbacena, que então governava, ou para melhor dizer, oprimia a província de Minas Gerais, deu parabéns à sua fortuna, por se lhe deparar a ocasião de vingança desses homens ilustres, e liberais, que cordialmente aborrecia; assim como hoje os seus descendentes aborrecem os

⁵⁵³ *Ibidem*, p. 130.

⁵⁵⁴ A promulgação do Código Criminal de 1830 foi, talvez, o principal trabalho da Assembléia Legislativa no Primeiro Reinado. Dois foram os principais projetos apresentados aos legisladores: o de Bernardo Pereira de Vasconcelos e o de José Clemente Pereira. O código aprovado ficou mais próximo do deputado mineiro. IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil*. (1500-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131 e 141-142.

⁵⁵⁵ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 18 de junho de 1827. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Op. cit.*, p. 50.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, loc. cit.

portugueses honrados, amantes da liberdade, e maquinam contra a sábia Constituição que do Brasil foi mandada a Portugal”.⁵⁵⁸

A injustiça, cometida pelas autoridades lisboetas, contra os “inconfidentes”, foi, segundo o deputado, pôr a ferros a “flor dos mineiros”. Segundo Vasconcelos, um destes “varões [Tiradentes] perdeu a vida no patíbulo, outro, que eu chamarei o Catão das Minas, o sábio Cláudio Manuel da Costa, foi assassinado na masmorra pelo visconde”.⁵⁵⁹ Os outros, sobretudo os poetas Gonzaga e Alvarenga, foram condenados a passar o resto de suas vidas nos mais “insalubres rochedos da costa africana!”.⁵⁶⁰ A infâmia teria permanecido na atmosfera provincial até a instalação do governo provisório mineiro que, em 1821, excomungou o lugar onde “outrora vivia aquele mártir supliciado”.⁵⁶¹ Mas o despotismo não havia, ainda, sido extirpado, motivo pelo qual era urgente a criação de nova legislação criminal. Vasconcelos condenava, ainda, a confisco dos bens das vítimas, ainda em curso, achando melhor que tais processos fossem suspensos. Ao que parece, uma memória negativa dos eventos ocorridos em fins de 1780 e inícios de 1790, em Minas Gerais, permanecia vivia na Província, nos anos iniciais do Império. Quando da condenação dos “inconfidentes”, Vasconcelos tinha apenas três anos; seu pai foi inicialmente arrolado na devassa – o que pode indicar que foi no ambiente familiar que ele teria presenciado o clima de apreensão quanto à condenação da “fina flor” da elite da Capitania, que incluía antigos amigos de Diogo Pereira de Vasconcelos, o patriarca da família. A hipótese ganha relevo pelo fato de que outros

⁵⁵⁸ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁶¹ *Ibidem*, loc. cit. Aqui, Bernardo Pereira de Vasconcelos alude ao fato de que, logo que se instalou a primeira Junta de Governo Provisória de Minas Gerais, no período conturbado da Independência, seus membros, em 21 de setembro de 1821, mandaram demolir o marco que representava o suplício de Tiradentes. A ordem foi assim redigida: “Iniciando o seu governo com um ato de esclarecido patriotismo e puro sentimento cristão de infâmia de Tiradentes, em virtude da bárbara sentença que condenou o grande herói e mártir mineiro – sentença que é o verdadeiro ‘padrão de infâmia’, e esse eterno na história, mas para os que a lavraram e para as leis e governo execráveis do tempo”. FONSECA, Thais Nívia de Lima. Representações de um passado de outro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007, p. 656, nota 6.

políticos ligados a Bernardo Pereira de Vasconcelos advogavam a mesma causa. Em 1832, no alvorecer das Regências, um projeto, da lavra de Batista Caetano de Almeida, discutido no Conselho Geral da Província e levado à Assembléia Geral, propunha a restituição dos bens confiscados dos “inconfidentes” aos herdeiros, alegando “ato arbitrário e ilegal do antigo governo despótico”, que confiscou “os bens de alguns mineiros assaz patriotas pelo suposto crime de inconfidência”.⁵⁶² O projeto previa que os bens sob poder da administração da Fazenda Pública fossem devolvidos aos descendentes, que ainda estivessem vivos, até o limite da quarta geração⁵⁶³. É certo que tanto Vasconcelos quanto Batista Caetano representavam interesses de proprietários provinciais; o que não descarta a hipótese da identificação dos mesmos com a história “trágica” da Província⁵⁶⁴. Note-se que, no projeto apresentado à Assembléia, os “inconfidentes” eram denominados *patriotas* e o governo da antiga Capitania, *despótico e arbitrário*.

Em 1830, quando começou a atividade parlamentar da segunda legislatura concomitantemente ao aparecimento de novos jornais, essa visão dualista sobre a situação política do Império acentuou-se. A mudança ministerial ocorrida no final do ano anterior continuou sendo tema de discussão. Em janeiro de 1830, o padre Bhering dava alento ao boato segundo o qual um plano orquestrado pelos ministros demitidos pretendia restaurar o absolutismo no Brasil. O *Novo Argos* trazia detalhes do suposto plano abortado, cujo mentor

⁵⁶² VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*, op. cit. p. 160.

⁵⁶³ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁶⁴ Em 1862, quando se comemoravam quarenta anos da Independência do Brasil, concretizava-se o projeto, originário de discussões de anos anteriores, da construção da Estátua Eqüestre de D. Pedro I, na atual Praça Tiradentes (na época, Praça da Constituição), no Rio de Janeiro. Na ocasião, Teófilo Ottoni escreveu opúsculo questionando a validade de tal monumento. Segundo ele, a estátua sinalizava para formas diferentes de interpretação da história, da qual foi, em certa medida, personagem. Ele redargüia, primeiro, se a independência do Brasil devia-se unicamente a D. Pedro I; segundo, se a Constituição de 1824 teria sido outorgada ou debatida, e, terceiro, se o 7 de abril, a Abdicação, teria sido uma rebelião ou um ato de virilidade popular. No opúsculo Ottoni propõe-se a construir outra interpretação sobre a história do Império e alça Tiradentes à condição de verdadeiro *patriarca da independência* e questiona a inauguração do monumento no mesmo lugar onde outrora o mártir foi enforcado. Ver: SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria Coroada*, op. cit., 351-365; ARAUJO, Valdeí Lopes de. Política e historiografia: a polêmica em torno da estátua eqüestre de D. Pedro I. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Valdei%20Lopes%20de%20Araujo.doc>. Acesso em: 16/07/2008.

teria sido José Clemente Pereira⁵⁶⁵. Segundo a versão do padre, em 12 de outubro de 1829, dia do aniversário do imperador, proclamar-se-ia nova união entre Brasil e Portugal sob a bandeira do regime absolutista. O boato teria se espalhado por todo o Brasil, a ponto de pessoas ligadas ao periódico *Telégrapho*, num jantar, terem projetado maravilhas a partir daquele dia. O boato não surtiu o efeito desejado, ou seja, não houve a adesão de pessoas ao plano, de forma que o mesmo acabou sendo adiado para dezembro. Ainda em outubro, os arquitetos do plano fizeram uma “numerosa lista dos que devião ser assassinados na Corte, e nas Províncias no dia, em que a tyrannia fosse acclamada”.⁵⁶⁶ Na lista figuravam “os mais distintos Servidores da Pátria, e os mais ricos Proprietários do Brasil” que “devião ser mortos como Republicanos”.⁵⁶⁷ Bhering explicava que era devido a esses planos que os redatores do *Telégrapho* alcunhavam freqüentemente os liberais de “republicanos”. O objetivo era estigmatizar esses últimos. Dois motivos teriam sido, segundo a versão que estamos analisando, fundamentais para o malogro do plano. O primeiro era que ninguém lia o que os “jornais ministeriais” publicavam e “escriptores sem leitores nenhum pezo fazem na balança política”; o segundo foi que o imperador tomou uma ação sob medida, demitindo o “Ministério Clementino”.⁵⁶⁸

Mais que tomar como verossímil o relato acima, importa aqui descrever como Bhering construiu a versão que apresentamos. No exemplar seguinte do *Novo Argos*, o padre nos fornece algumas pistas por meio de um texto que, na verdade, tinha a pretensão de manter a discussão na ordem do dia. Bhering alertava o público que a informação sobre os boatos de um plano de restauração do absolutismo tinha sido impressa no *Universal*, “esse Campião das Liberdades Pátrias”, que, por sua vez, reproduzira artigo do *Farol Paulistano*. Na ocasião em

⁵⁶⁵ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 08 JAN. 1830, p. 1. Nesse exemplar, a correspondência foi antecedida por um título “TRAIÇÃO CONTRA O BRASIL”, com letras maiores, com o objetivo de chamar a atenção dos leitores potenciais.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, loc. cit.

que o boato se espalhou, o *Telégrapho* publicou nota, também colhida pelo padre, que dizia que não “havião absolutistas no Brasil, que seus inimigos erão os Republicanos unicamente”.⁵⁶⁹ Só que, posteriormente, o mesmo *Telégrafo* teria publicado providências ministeriais contra os liberais, evidenciando, segundo Bhering, que os redatores desse jornal compactuavam com o plano⁵⁷⁰. O padre colheu informações de pelo menos três periódicos para construir sua versão e transmiti-la aos leitores.

Essas correspondências demonstram que o aumento do número de publicações de periódicos e da conseqüente leitura dos mesmos contribuía para a construção de clima de opinião sobre os eventos coetâneos. Bhering, assim como outros redatores, costumavam comentar positiva ou negativamente todas as vezes que um novo periódico aparecia na Província ou quando algum texto lhe chamava a atenção. Já dissemos que o redator teceu comentários enaltecedores sobre a impressão de o *Mentor das Brasileiras*, na Vila de São João Del Rei. Quando naquela vila surgiu o *Constituição em Triumpho*, o padre, ao ler o primeiro número, transmitiu ao público comentário positivo sobre os artigos ali publicados, enfatizando que esse periódico, assim como o *Astro de Minas* e o *Mentor*, contribuía para espalhar “perante a juventude Brasileira doutrinas dignas do século 19, e destru[ir] o germe do Absolutismo, que a pesar de não poder medrar no sollo Americano, com tudo tem-se procurado aclimatar na nossa Pátria”⁵⁷¹, isto é, Minas Gerais. Posteriormente, no entanto, Bhering reviu o comentário positivo que havia feito sobre o periódico recém-surgido. Ao ler o nº 6 desse jornal, Bhering se indignou com nota na qual se afirmava que os redatores liberais “eram testas de ferro” e “transgressores da lei”.⁵⁷² O padre acusava os responsáveis pela nota de passarem para o lado oposto dos liberais e via positivamente o fim da publicação daquele periódico. Esses comentários, transmitidos ao público leitor de jornal, acabavam por forjar um

⁵⁶⁹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 JAN. 1830, p. 1.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 1-2.

⁵⁷¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 JAN. 1830, p. 2.

⁵⁷² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 04 MAR. 1830, p. 2-3.

ambiente no qual ou se era “liberal” – concordando com o que se expunha nos periódicos classificados como tal – ou se era “ministerial”, “cativo” ou “absolutista” – opondo-se às proposições dos primeiros. Quando comentou a eleição da legislatura de 1830, Bhering chegou a cunhar o termo “contra-oposição” para designar aqueles deputados que, a princípio, não faziam parte da coalizão parlamentar que travava queda de braço com o Executivo. Assim, o redator assumia o clima de disputa, de discussão e debate.

No mesmo dia em que a Assembléia iniciou seus trabalhos, no ano de 1830, a Cidade de Mariana passou a contar com um periódico que também dizia “combater doutrinas subversivas a boa ordem” e garantir a “liberdade constitucional”.⁵⁷³ Trata-se do *Estrella Mariannense*, saudado no *Novo Argos* por garantir o “sucesso de sua Pátria” e combater o absolutismo⁵⁷⁴. A este vieram se somar o *Pregoeiro Constitucional* e, na região do Tejuco, o *Echo do Serro* e o *Sentinella do Serro*.

O *Estrella Mariannense* retomava discussões já presentes noutros periódicos citados. Manoel Berardo Accursio Nunan, redator desse jornal, comentando a fala do imperador na abertura da Assembléia, lembrava ao público a incompatibilidade entre o sistema despótico e as liberdades individuais e afirmava categoricamente: “Não pode haver Pátria debaixo da vontade de um déspota”.⁵⁷⁵ O despotismo seria “um poder usurpador, que se funda na idéia absurda de que a vontade do soberano, qualquer que ela seja, deve constituir a lei da sociedade”.⁵⁷⁶ Tirania, por sua vez, seria “esta mesma vontade quanto é injusta. O tirano é um déspota que obriga a sociedade a curvar-se debaixo das suas ordens por mais injustas que sejam”.⁵⁷⁷ Na visão desse redator, o déspota era, antes de tudo, um governante desprovido de razão. Razão esta que poderia ser recuperada caso o déspota desse ouvidos à opinião pública:

⁵⁷³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 MAI. 1830, p. 1.

⁵⁷⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 30 ABR. 1830, p. 1.

⁵⁷⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 28 AGO. 1830, p. 67.

⁵⁷⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 07 AGO. 1830, p. 53.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, loc. cit.

“Há por ventura alguma fraqueza ou vergonha em ceder à razão? Não é mais nobre e glorioso reconhecer os seus erros do que persistir loucamente neles? Há algum príncipe a que a sincera confissão de uma culpa involuntária não fizesse mil vezes mais respeitável para com o povo, do que a cega obstinação em sustentar a injustiça?”⁵⁷⁸

Manuel Nunan assumia a existência de uma crise no Império, em que “tiranos subalternos encarregados dos detalhes da administração”⁵⁷⁹ agiam à revelia da nação. Tratava-se, segundo o autor, de uma crise nas finanças públicas, mas também de uma crise de legitimidade, afinal, o Executivo estava perdendo a confiança da opinião pública. Mas o que entendiam os redatores por esta noção? O hebdomadário *Pregoeiro Constitucional*, redigido por José Bento Ferreira de Melo, tinha a resposta e, pedagogicamente, procurava esclarecer o público leitor.

Para José Bento Ferreira de Melo, a opinião pública baseava-se na razão, na justiça e na equidade. “Quanto mais livre é o seu império, mais esclarecida, e por conseguinte mais razoável, e mais justa, e mais equitável”.⁵⁸⁰ Ela seria própria dos Estados livres. Sob o Absolutismo, ao contrário dos governos liberais em que a “Opinião Pública é Senhora”, reinaria “vontade caprichosa de um só”.⁵⁸¹ No regime absoluto, a Opinião Pública viveria sob o terror, por que não se pronunciaria contra os excessos “do seu injusto opressor”.⁵⁸² Sob o ultraje do tirano, a opinião pública não podia voltar para a “gestão dos negócios públicos”.⁵⁸³ E essa foi a condição do Brasil quando viveu sob o jugo de Portugal, tempos de escravidão e melancolia, em que não era permitido duvidar da justiça: o mais honrado defensor dos direitos do homem poderia ser considerado pelo governo como um infame, um “inconfidente, e Reo

⁵⁷⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 14 AGO. 1830, p. 57.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 58.

⁵⁸⁰ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 13 OUT. 1830, p. 43.

⁵⁸¹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸² *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸³ *Ibidem*, loc. cit.

de Leza-Magestade”.⁵⁸⁴ Mas onde o povo é livre, a opinião pública “sem deixar impunes dos vícios privados, se ocupa com maior força da vida pública dos Cidadãos especialmente dos Agentes do Poder, isto é, da marcha do Governo”.⁵⁸⁵ O político acrescentava que “entendemos por Governo todos aquelles, que exercitao a Soberania Nacional, e que por conseqüência devem formar a moral tanto pública, como particular, que é mais antes o effeito do que a causa de um bom Governo”.⁵⁸⁶ Por isso, onde a opinião pública é livre, ela se dirige mais para os “crimes dos inimigos da Pátria” do que para com as “fraquezas particulares”.⁵⁸⁷ A sanção da opinião pública seria, portanto, uma espécie de pena que “deve ser proporcionada ao crime” que os homens públicos venham a cometer quando, cumprindo atribuições inerentes ao seu cargo, delas se afastem. Ao procurar definir para o público seu entendimento sobre o significado da opinião pública nos regimes liberais, Ferreira de Melo parecia retomar o espectro de retorno ao absolutismo, comum nas discussões encetadas durante o movimento constitucionalista. Desta forma, o político presentificava a disputa política de outrora, de um passado recente (a Independência do Brasil em relação a Portugal) do qual havia sido protagonista, reutilizando essa experiência para sustentar sua posição no jogo político de então. José Bento Ferreira de Melo, deputado, colocava-se com um representante do povo e, por conseguinte, da opinião pública e mandava um recado ao Executivo:

“podemos contar 6 periódicos liberaes, cujo fim não é outro senão fazer que o Povo conheça, que não é gado, que se vende, que se deixa em herança, mas pelo contrário, que o mesmo Povo tem direito de escolher a forma de Governo que mais lhe agrade, e marcar limites às suas atribuições; que o homem não é uma máquina cujo movimento é arbitrário ao Déspota”.⁵⁸⁸

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 44.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, loc. cit.

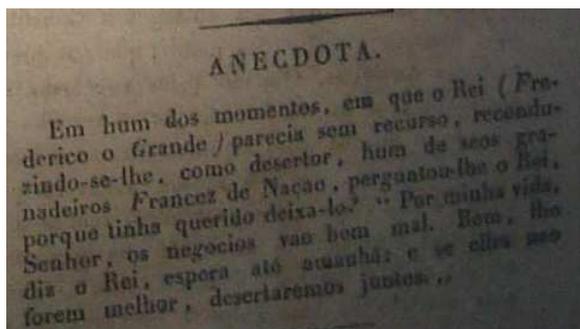
⁵⁸⁸ PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 06 OUT. 1830, p. 38.

Todos esses exemplos revelam que o recurso à semântica do *patriotismo*, no discurso político liberal de fins do Primeiro Reinado, tinha como antítese o *despotismo*. Este, inicialmente identificado com o Ministério, progressivamente aproximou-se do Imperador, o que decerto contribuiu para esgarçar os laços que faziam da *persona* do monarca o símbolo da nação em construção. Ser *patriota* era defender a causa pública, como garantia das liberdades conquistadas, liberdades estas supostamente ameaçadas pelos homens a testa dos negócios públicos.

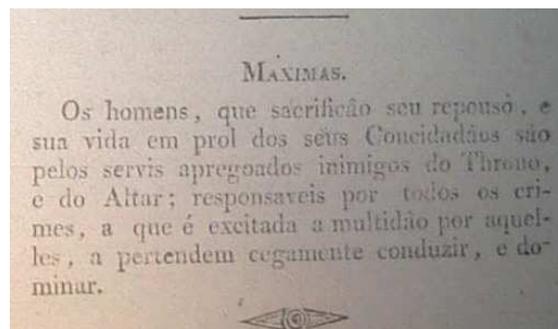
Mas essa era apenas uma das faces da crise de legitimidade que abatia o nascente Império. Nesta última seção, descrevemos outras estratégias de crítica política que contribuíram para construir, em Minas Gerais, um ambiente hostil ao monarca, bem como os eventos que culminaram na Abdicação.

4.3 Estratégias de crítica política e a radicalização da crise

Durante o Primeiro Reinado, sobretudo nos anos finais, foi comum que periódicos impressos em Minas Gerais trouxessem, ao findar de cada exemplar, textos curtos intitulados *anedotas*, *pensamentos* ou *máximas*. Esses textos tinham uma característica peculiar. Era-lhes reservado espaço específico nos jornais (fim da última página); vinham antecidos por títulos em maiúsculo (protocolo de leitura para facilitar sua identificação pelos leitores); traziam uma história curta cujo efeito poderia ser cômico, sarcástico ou irônico; e, aludiam sempre a questões em discussão naquele interstício.



Seção “Anecdota”, do *Astro de Minas*, de 14 de maio de 1829.



Seção “Máximas”, do *Estrella Mariannense*, de 20 de maio de 1830.

Esses textos possuíam também um ingrediente de crítica política. O *Estrella Mariannense*, em maio de 1830, trazia excerto cuja mensagem era que os homens que sacrificavam seu repouso em prol de seus concidadãos, ou seja, deixavam os afazeres particulares para exercerem a vida pública, em benefício do bem comum, vinham sendo responsabilizados, pelos “inimigos do Throno”, por praticar crimes contra a nação; mas, na verdade, aqueles que os acusavam tinham em mente conduzir e dominar o povo⁵⁸⁹. Por outro lado, o *Astro de Minas*, que manteve a seção de anedotas com certa regularidade, pelo menos entre 1828 e 1831, contava uma pequena história cujo personagem era Frederico, O Grande. Segundo o excerto, o Imperador, num momento em que seu reino enfrentava uma crise, travava diálogo com um antigo companheiro de batalha que, naquele momento, pensava em desertar. O monarca perguntava ao homem o motivo daquela atitude, e este respondia que desertava porque os negócios iam “bem mal”.⁵⁹⁰ O rei, então, pedia ao homem que esperasse até o dia seguinte para, caso a situação não tivesse melhorado, o dois desertarem juntos.

Os exemplos acima não tinham nada de inocente. Foram impressos pouco após a abertura dos trabalhos legislativos. O texto do *Estrella* fazia alusão despotismo ministerial. A anedota publicada no *Astro de Minas* permitia a associação entre a figura de Frederico, O Grande, Rei da Prússia, e D. Pedro I. O primeiro, não conseguindo contornar a situação de

⁵⁸⁹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 20 MAI. 1830, p. 12.

⁵⁹⁰ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 MAI. 1829, p. 4.

crise que enfrentou, cogitou abrir mão do trono, deixando-o juntamente com outros companheiros de batalha. Aos leitores caberia interpretar se D. Pedro I faria o mesmo.

Quando, em 1830, José Clemente Pereira, figura impopular e odiada pelos liberais moderados, foi admitido como deputado, o padre Antonio Bhering prognosticou: “o anno de 1830 vai produzindo fenômenos, que estão fora ao alcance do *Novo Argos*”.⁵⁹¹ Na ocasião, circulava pela Província o boato de que D. Pedro I cogitava utilizar-se do Poder Moderador para dissolver a Assembléia. Bhering advertia os leitores que tal atitude poderia produzir catástrofe ainda maior, lembrando o que se sucedeu, em Pernambuco, quando da dissolução da Constituinte de 1823⁵⁹².

Em outubro de 1830, quando os jornais da Província começaram a noticiar a queda de Carlos X e a ascensão de Luiz Filipe d’ Orleans, na França, os ânimos se exacerbaram⁵⁹³. O motivo da Revolução em França teria sido, segundo versão corrente, a tentativa de dissolução da Assembléia pelo rei, ato classificado como despótico e arbitrário⁵⁹⁴. A partir de então, associações entre as jornadas revolucionárias ocorridas alhures e a situação política do Império do Brasil tornaram-se habituais. Carta impressa no *Estrella Mariannense* atribuía aos ministros de Carlos X parte da culpa pelo seu desastre político e, pontualmente, assegurava que D. Pedro I não agiria da mesma forma⁵⁹⁵. Correspondências posteriores viriam questionar a inviolabilidade da pessoa do monarca, utilizando-se, mais uma vez, do caso francês. Um missivista, cognominado *Observador Marianense*, persuadia os leitores de que a inviolabilidade dos monarcas, na Europa liberal, só subsistia mediante o devido respeito em

⁵⁹¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 19 JUN. 1830, p. 4.

⁵⁹² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 JUN. 1830, p. 3.

⁵⁹³ A notícia da queda de Carlos X, em agosto de 1830, chegou ao Rio de Janeiro, segundo Octávio Tarquínio de Souza, em 14 de setembro. Pouco menos de um mês após as primeiras notícias, o fato era comentado pelos jornalistas mineiros. Ver: SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Vol. V. Op. cit., p. 102.

⁵⁹⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 OUT. 1830, p. 4.

⁵⁹⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 18 OUT. 1830, p. 95.

relação aos preceitos constitucionais; caso contrário, o povo poderia retomar, por meio da força, o poder soberano⁵⁹⁶.

Nesse momento, a crítica política aproximava-se, cada vez mais, da figura do Imperador. Jornais mineiros passaram a dar ampla publicidade a excertos de folhas como o *Repúblico* e o *Observador Constitucional*, cuja linguagem radicalizava-se. Textos diziam abertamente não haver mais lugar para tiranos como Carlos X. Outros correspondentes lembravam que muitos reis nasciam acostumados à corrupção desde o berço, ausência moral difícil de contornar⁵⁹⁷. Quando em novembro de 1830, o jornalista Líbero Badaró, responsável pelo *Observador Constitucional*, foi assassinato, supostamente, por dois alemães, o grito de que “morre um liberal, mas não morre a liberdade” ecoou na maioria das províncias, sendo reproduzido em vários jornais de Minas Gerais. Exéquias e necrológios ao jornalista tiveram lugar de destaque, por exemplo, no *Estrella Mariannense*, que também advertia os mineiros quanto ao abuso das autoridades:

“Se os Mineiros, isto é, (aqueles em quem residem verdadeiros sentimentos de honra) conhecerão os tramas urdidos por essa ignóbil porção de Brasileiros desnaturalizados, se o veneno dessa hidra feroz não pode ensinar-se em seus peitos, convém, que se disponhão em faze-la desaparecer, e jamais consentir, que o seu pestilento [h]álito venha poluir a nossa Província”.⁵⁹⁸

Em fins de 1830 e inícios de 1831, a crítica política presente nesses jornais exacerbou-se. O *Astro de Minas*, no início de março de 1831, atacava diretamente o Imperador e as pessoas de seu círculo pessoal. Dizia, numa “máxima”: “toda a sciencia do Cortesão, diria o Padre Antonio Vieira, consistem em saber, e praticar os 4 Mandamentos da Corte, estes

⁵⁹⁶ ESTRELLA MARIANNESNE, Mariana, 30 OUT. 1830, p. 101.

⁵⁹⁷ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 06 DEZ. 1830, p. 121-124.

⁵⁹⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 23 DEZ. 1830, p. 134.

Mandamentos são adular, mentir, furtar e repartir”.⁵⁹⁹ No exemplar seguinte, ressaltava que “quando a opinião pública não apóia a autoridade da Monarquia [isto é, D. Pedro I], o governo he atacado em seos fundamentos”.⁶⁰⁰

Nesse mesmo interstício, chegou a Minas Gerais a notícia da demissão do presidente da Província, José Manuel de Almeida. A decisão foi atribuída a pessoas “mal intencionadas”, ligadas ao Imperador, que, em clubes noturnos, tramavam a ruína da nação brasileira. Nota de indignação, publicada no *Estrella Mariannense*, dizia que o governo de D. Pedro I queria ver até onde ia a paciência dos povos diante de tantos desastres políticos. O redator dava alento à existência de um “gabinete secreto”, personificado na pessoa de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, odiado pelos liberais da oposição⁶⁰¹. Foi diante desse clima de hostilidade que se deu a vinda do Imperador à Província.

Reza a tradição que vários foram os motivos para a viagem do Imperador a Minas Gerais, que saiu do Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1830. Um desses, certamente, era a tentativa de refazer a confiança da sociedade política e fortalecer sua ação no âmbito nacional. Acrescente-se que o Imperador buscava apoio para a reeleição de Silva Maia, deputado governista, contra qual trabalhava com ardor Bernardo Pereira de Vasconcelos⁶⁰².

A recepção a D. Pedro I foi um misto de formalidade, indiferença e afronta. No jornal de Mariana, sua estada na Cidade dividiu espaço com homenagens ao jornalista assassinado. Certo padre que teria dado vivas ao imperador foi obrigado por outras pessoas a dar vivas

⁵⁹⁹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 03 MAR. 1831, p. 4. Note-se que os redatores se valiam de referências intelectuais bastante diversas. Se a associação entre despotismo e ausência de governo, presente na página 164, lembra as proposições de Montesquieu em *O espírito das leis*, nesta citação, bem como na proposição de retomada do poder pelo povo é possível ver ecos das Teorias corporativas de poder. Isso mostra um quadro de apropriação de idéias muito distintas, todas elas dentro de uma linguagem que era a do anti-despotismo. Sobre o despotismo ver: MONTESQUIEU. *Do espírito das Leis*, op. cit., p. 41-43, 72-80. Sobre as teorias corporativas de poder ver: VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*, op. cit., p. 26-83.

⁶⁰⁰ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 08 MAR. 1831, p. 4.

⁶⁰¹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 07 JAN, 1831, p. 139-140.

⁶⁰² IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit., p. 390-391.

também à Constituição⁶⁰³. A proclamação que D. Pedro I fez, em 22 de fevereiro de 1831, na capital da Província, não surtiu o efeito desejado; jornais de oposição comentaram-na ressaltando que a mesma foi publicada no *Telégrapho*, o que demonstraria, segundo os redatores de oposição, que o Imperador não sabia ou não queria ouvir a verdade⁶⁰⁴.

O retorno antecipado do monarca foi mais um dos sucessivos eventos já bastante conhecidos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. Pedro I presenciou uma série de tumultos de rua que fugiram ao controle das autoridades⁶⁰⁵. Na ocasião, noticiou-se, em Mariana, que Batista Caetano de Almeida, juntamente com o redator da *Aurora Fluminense* (Evaristo da Veiga), teria sido insultado na capital do Império⁶⁰⁶. Na Chácara da Floresta, residência do padre José Custódio Dias, local onde o grupo ligado a Evaristo da Veiga costumava se encontrar, foi redigido um ultimato ao Imperador. A insurreição das ruas, da qual participaram diversos setores sociais, fez implodir o resquício de legitimidade que ainda restava. Na Vila do Príncipe, conta-nos Teófilo Ottoni, a notícia das “lutuosas scenas das garrafadas”, em abril, foi o estopim para que centenas de pessoas se reunissem no paço da Câmara Municipal a fim de subscrever documento de compromisso à “causa da pátria e da liberdade”.⁶⁰⁷ Os reunidos exaltavam a segurança individual e as garantias constitucionais. Segundo a versão do protagonista, um grupo de senhoras teria ofertado jóias e serviços à “revolução”, demonstrando envolvimento nas reuniões patrióticas que empolgavam a todos.⁶⁰⁸

Quando a Abdicação foi noticiada em Minas, o evento foi interpretado como o direito de resistência da nação ao perjúrio do rei em relação à Constituição⁶⁰⁹. Uma nova ordem

⁶⁰³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 01 FEV. 1831, p. 153-156.

⁶⁰⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 08 MAR. 1831, p. 165-167.

⁶⁰⁵ RIBEIRO, Gladys Ribeiro. *A Liberdade em Construção*, op. cit., p. 13-20.

⁶⁰⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 ABR. 1831, p. 189.

⁶⁰⁷ OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais, op. cit., p. 66-67.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 68-69.

⁶⁰⁹ NOVO ARGOS AOS SEUS COMPATRIOTAS, Ouro Preto, 15 ABR. 1831, p. 1.

inaugurava-se. Um folheto impresso em Ouro Preto especificamente para esse acontecimento conclamava os mineiros a gritar:

“Viva a Soberana Nação Brasileira!
Viva a Constituição Política do IMPÉRIO!
Viva a Assembléia Geral Legislativa!
Viva o Sr. D. Pedro 2º!
Viva a Regência Provisória!
Vivão todos os Defensores da Liberdade!”⁶¹⁰

Após o Sete de Abril, festas de conagração ocorreram nas mais recônditas localidades de Minas Gerais. No arraial de Milho Verde, os festejos tomaram as ruas. “Cidadãos Patriotas” recitavam poesias acompanhadas de “uma música estrondoza”.⁶¹¹ Todos exaltavam a queda do “vil tirano”, ao mesmo tempo em que aplaudiam o “Nome do imortal [Bernardo Pereira de] Vasconcelos e outros beneméritos da Pátria”. O jovem imperador, D. Pedro II, também merecia vivas, a que foram acrescentadas a divisa de advertência: “e for constitucional” e não parecer com “seo tirano pae”.⁶¹²

Como procuramos demonstrar neste capítulo, o aparecimento de novos jornais, em fins do Primeiro Reinado, refletia e alimentava as críticas ao governo de D. Pedro I, num momento em que as opiniões políticas tendiam a se polarizar. As referências recíprocas, presentes nos periódicos, evidenciam o debate, a polêmica e a leitura. Neste contexto, a linguagem do *patriotismo*, presente na imprensa, expressava as experiências políticas e sociais, opondo-se à noção de *despotismo*, inicialmente, personificando nos ministérios e, posteriormente, identificado com o Imperador, outrora considerado o símbolo da nação que se constituía.

⁶¹⁰ *Ibidem*, loc. cit.

⁶¹¹ ECHO DO SERRO, Tejuco, 28 MAI. 1831, p. 1

⁶¹² *Ibidem*, loc. cit.

Considerações finais

Diante do que expusemos ao longo dos capítulos desta dissertação, acreditamos ser possível afirmar que a imprensa da província de Minas Gerais desempenhou papel importante na gestação de uma esfera pública política e contribuiu para a afirmação e edificação, sempre provisória, de identidades políticas coletivas, num momento fundamental para a construção do Estado e da nação brasileiros.

A ligação entre a imprensa periódica e o mundo da política foi atestada por sua condição de veículo de comunicação formador e divulgador de opiniões políticas, bem como por ter sido um canal que se prestou a convocação e mobilização da sociedade política em momentos de definições e incertezas. A imprensa da Província serviu, no período em exame, como vimos, à sedimentação de solidariedades de grupo, mormente aos políticos mineiros (os liberais moderados), que paulatinamente ganharam espaço na cena pública, nos anos finais do reinado de D. Pedro I, quando os jornais desempenharam, juntamente com outras instâncias de poder, papel fundamental na construção de uma opinião pública que se opunha à ordem instituída.

Certamente, nos anos que analisamos, os periódicos incrementaram a paisagem sócio-cultural de Minas Gerais. Como procuramos demonstrar, aos poucos, hábitos de leitura de jornais foram sendo adquiridos. Na gestação de uma esfera pública política, os impressos ampliaram o espaço de discussão e deram materialidade ao debate público. Com efeito, a imprensa conviveu e dialogou com a comunicação oral e a manuscrita, envolvendo pessoas de variados segmentos sociais e incluindo até mesmo as mulheres nas discussões políticas

daquele tempo. Destaque-se que, embora os redatores tentassem controlar aquilo que seria lido, modificando e interditando textos, os leitores não foram meros receptores passivos de mensagens: muitos correspondentes utilizaram-se do espaço que lhes era reservado nos jornais para dar publicidade às suas opiniões, questionando autores e forjando, assim, uma rede de polêmicas que potencializava o debate político.

A imprensa permitiu, ainda, o estabelecimento de vínculos pessoais de reciprocidade política, sendo utilizada como instrumento de ação e de poder de um grupo de políticos que atuava e se afirmava no espaço público que se construía. Esse grupo, personificado nas figuras de deputados de oposição, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Batista Caetano de Almeida, José Bento Ferreira de Melo e outros, apoderou-se da palavra impressa para difundir novos valores, bem como para “formar” a opinião de seus interlocutores, estabelecendo uma relação pedagógica com os últimos. Todavia, o governo utilizou amplamente dos jornais para defender-se dos opositores, tentando, também, catalizar a atenção do público-leitor.

Acrescente-se que, no contexto de alargamento dos canais de participação política, como foi o fim do Primeiro Reinado, os jornais relacionavam-se com os espaços de sociabilidade e as instâncias de poder que se constituíam: havia conexão entre o que se discutia, por exemplo, no teatro e na Câmara dos Deputados, e o que se publicava na imprensa. Pode-se mesmo afirmar que os jornais eram uma espécie de fórum alternativo à tribuna. Por seu intermédio, os assuntos em discussão adquiriam publicidade e multiplicavam-se, graças à leitura e crítica.

Nos momentos iniciais de institucionalização do Estado e de construção simbólica da nação, a imprensa se prestou, também, à produção e reprodução de discursos de natureza identitária. Nos dois contextos importantes do Primeiro Reinado, como foram os embates decorrentes do fechamento da Assembléia Constituinte de 1823 e, posteriormente, o debate político que culminou na Abdicação de D. Pedro I, a imprensa mineira difundiu discursos e

imagens que se identificam com os projetos políticos em discussão. O *patriotismo*, ou seja, o amor à pátria, representou, primeiramente, o refugo ao projeto político autonomista preconizado pelos pernambucanos, que rejeitaram a instauração de um Estado unitário encabeçado pelo Centro-sul, com o qual os mineiros compactuavam. Esse projeto, inicialmente, atrelava a imagem da nação à figura do Imperador, responsável pela concretização da independência política do Brasil. No segundo momento, a noção de patriotismo voltou-se contra o próprio sistema de governo outrora consagrado, revelando, de um lado, o caráter provisório dos discursos identitários e, de outro, que conceitos políticos, mais que polissêmicos, agregam em si uma multiplicidade de experiências políticas e sociais.

Se considerarmos, como afirmam alguns estudiosos, que a esfera pública constitui “a arena viva e dinâmica na qual o permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar”⁶¹³, algumas das questões aqui discutidas ganham relevo. Como vimos, da Independência à Abdicação, a constituição de uma esfera pública política enfrentou avanços e recuos. O mesmo pode ser dito em relação à produção de signos identitários que definem a nação. Não por acaso, ainda no século XIX, um dos protagonistas dos eventos que narramos, Teófilo Ottoni, esforçava-se por fixar o Sete de Abril como o acontecimento mais importante da história do Brasil até então. Em inícios da década de 1860, ele dizia: “Se a revolução de 7 de abril de 1831 tivesse entre nós o mesmo prestígio que a de 1688 na Inglaterra o systema constitucional teria lançado raízes mais profundas”.⁶¹⁴ Ressentimentos à parte, a assertiva revelava, para o visionário mineiro, a incompletude dos projetos políticos esboçados, deixando, mais uma vez, para o futuro sua possível concretização.

⁶¹³ AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina, *op. cit.*, p. 75.

⁶¹⁴ OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais, *op. cit.*, p. 220.

Referências documentais e bibliográficas

Manuscritos

Arquivo Público Mineiro

Presidência da Província – PP

PP 1/54 – caixa 3: Tipografias (1822-1869)

Câmara Municipal de Paracatu – CMP

CMP 10 – Registro de decretos, portarias e mais atos régios. (1822-1828)

CMP 11 – Registro de ofícios da Câmara aos Governos Geral e a Provincial, e a diversas autoridades. (1824-1825)

Mapas

Sítio eletrônico da Biblioteca Nacional: www.bn.br. Acessado em 15/03/2007.

Bacia hidrográfica de Minas Gerais.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512312.jpg.

Demonstração dos afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart523954.jpg

Demonstração do rio São Francisco, em Minas Gerais

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525953.jpg

Carta topographica das terras intermedias entre a Villa de Pitangui e a Villa do Principe no Serro do Frio.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525833.jpg

Mapa parcial da região compreendida do Sertão do Ceará até a Vila do Príncipe.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart233513.jpg

Carta da capitania de Minas Geraes.

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart215940.jpg

Periódicos

Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand, Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (seção de microfilmes) e Biblioteca Antônio Torres em Diamantina.

1. *O Compilador Mineiro* – 4 exemplares
2. *O Abelha do Itaculomy* – de 12/01/1824 a 11/07/1825
3. *O Universal* – de 18/07/1825 a 1831
4. *Diário do Conselho de Governo da Província de MG* – 1825
5. *O Companheiro do Conselho - 1825*
6. *O Novo Argos* – de 10/11/1829 a 28/04/1831
7. *O Astro de Minas* – de 20/11/1827 a 1831
8. *O Télégrapho*
9. *O Mentor das Brasileiras* – 1829 – 1832
10. *Amigo da Verdade* – 08/05/1829 a 30/12/1829
11. *A Estrela Mariannense* – de 03/05/1830 a 12/07/1831
12. *Pregoeiro Constitucional* – de 07/07/1830 a 04/06/1831.
13. *O Echo do Serro* – 28/05/1831.

Fontes impressas

ALMEIDA, Francisco de Assis. Apontamentos Biográficos de Baptista Caetano d'Almeida. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano X, p. 37-40, 1905.

AUTOS de devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. / [Fábio Lucas... et al.]. 2ª edição, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architetonico*. Coimbra, Companhia de Jesus, 1716.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos Tradu.: Loura Silveira. *Filosofia Política*, n. 2, Porto Alegre, L&PM, pp. 9-25.

_____. *Escritos de política*. (Tradução Eduardo Brandão; edição, introdução e notas de Célia N. Galvão Quirino). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORRESPONDÊNCIA oficial da Província de Minas (1824 – 1829). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano IX, fasc. III e IV, julho-dezembro, 1904. pp. 589-699.

FENELON, Francois de Salignac de la Mothe. *As Aventuras de Telêmaco, filho de Ulisses*. São Paulo: Madras, 2006.

FREI CANECA. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino*. São Paulo: Editora 34, s.d. (Coleção Formadores do Brasil).

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

MONTESQUIEU. *Do espírito das Leis*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

NUNAN, Manoel Berardo Accurcio. *Repertório geral ou indice alphabetico das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes e dos Regulamentos, Instruções e Portarias da Presidencia promulgadas desde o anno de 1835 ate o dia 5 de junho de 1855*. Ouro Preto: Bom Senso, 1855.

OTTONI, Theophilo Benedicto. “Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais”. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXVIII, precedida de uma sumária apreciação da vida e feitos do benemérito patriota por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832.

RAYNAL, Guillaume-Thomas François. O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil. Prefácio de Berenice Cavalcante. Trad. Mônica F. Campos de Almeida e Flávia Roncari Gomes. Rio de Janeiro/Brasília, Arquivo Nacional/Editora UnB, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974.

_____. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil. Fac-símile da segunda edição (1813). 1922.

_____. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, 2 volumes.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, 2 vol.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos e teses

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. Os censores lêem romances. In: Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), CD-ROM, Salvador: 2002. Disponível em: <http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos>, acessado em 12/02/2007.

ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil, 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 11-93.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Comunicação & Política*. v. VI, n. 1, janeiro-abril, 1999.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como Vocação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O que é política?*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

ARRUDA, Maria. A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 5. p. 296-332.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: EDUSC, 2003.

BAKER, Keith Michael. Soberania. In: FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 882-895.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOSA, Silvana Mota. Soberania Monárquica e Soberania Popular em Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG. Juiz de Fora, julho de 2004.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.

BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 595-620.

_____. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império*. *Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2001, pp. 91-130. Disponível em: www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi3a4.pdf. Acessado em: 25/06/2008.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de (Org). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 280 p.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

_____. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 345-363.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003, p. 219-249.

_____. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 379-409.

BERNARDES, Júlio. *Hobbes & a liberdade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINILLI (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. & PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: *Coisas Ditas*. Editora Brasiliense, 1999. p. 134-146.

_____. Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. *O poder simbólico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 107-132.

_____. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 7-16.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, v. 1, 5ª edição, 1975.

_____. *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte : Armazém de Idéias, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 2003.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.

Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>. Acesso em 27/03/2007.

_____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, 8 (1/2): 53-66, jan./dez.1995.

CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 259-291.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História).

CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. (Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier). In: *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-253.

_____. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFGS, 2002.

_____. *A História Cultural entre práticas e representações (trac. Port.)*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Do livro à leitura. In: *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

_____. *Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 2003.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad.: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003. p. 61-91.

_____. *Nación y Estado em Iberoamérica*. El lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana Pensamiento, 2004.

COSTA FILHO, Miguel. *A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado*. Tese apresentada ao VI congresso nacional de jornalistas. Rio de Janeiro, 1955.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 64-125.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo 2, Vol. 1, p. 135-178.

_____. A fundação de um império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo 2, Vol. 1, 379-404.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 199-236.

_____. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 109-131.

_____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

_____. & ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.

DEL PRIORI, Mary & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 160-184.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

_____. (org.). *Projetos para o Brasil* (José Bonifácio de Andrada e Silva). São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. História e Culturas Políticas. *Varia História*. Belo Horizonte (28): 13-28, Dezembro, 2002.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus Editora, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2004, 2 v.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna. *Revista da USP*. São Paulo (57): 6-27 março/maio, 2003.

FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *Saeculum*, n. 14, João Pessoa, jan./jun. de 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos04_fonseca.pdf. Acesso: 08/07/2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. Representações de um passado de outro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande Senzala*. 45ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese, Doutorado em História).

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIL, José. Nação. *Enciclopédia Einaud*, vol. 14, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 276-305.

GONÇALVES, Andréa Lisly. A “Oligarquia Tenebrosa”: um perfil sócio-econômico dos *caramurus* mineiros (1831-1838).

Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A047.pdf.

Acesso em: 24/06/2008.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107-116.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*, Maringá, v. 5, 2001. Disponível em: www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html. Acesso em: 03/03/2008.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: novas legitimidades e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003. p. 33-60.

_____. *Modernidad e Independências: ensaios sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

GUIMARÃES, Lúcia Maria & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, Rio de Janeiro, FGV, 1988.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: ROUANET, Sérgio Paulo; FREITAG, Bárbara (orgs.). *Habermas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. 216 p. (Coleção grandes cientistas sociais ; v.15).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro) 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. Da liberdade dos antigos à liberdade dos modernos: o momento da Revolução Francesa. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *A era das revoluções. Europa 1789-1848*. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 1, 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. (1500-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003.

_____. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.) In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1, 1997, p.387-445.

_____. Bahia, 1798: a hipótese de auxílio francês ou a cor dos gatos. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 361-387.

_____. & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira.” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000, A experiência brasileira*. São Paulo, Editora SENAC, 2000, v. 1, p. 127-175.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JUNIOR, João (Orgs.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.

KANTOROWICZ, Ernest H. Pro Pátria Mori. In: *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 146-169.

KLEIN, Herbert S. A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 527 a 544.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Tradução Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira) Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, nº 24, 1999, p. 227-250.

LASLETT, Peter. Teoria Política e Social dos “Dois Tratados sobre o Governo”. In: QUIRINO, C. G. & SOUZA, M. T. S. (org) *O Pensamento Político Clássico: (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *Enciclopédia Einaud*, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 95-106.

_____. Memória. *Enciclopédia Einaud*, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 423-483.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000. (Coleção Polêmica).

LISBOA, João Luís. *Ciência e política. Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. O texto e o traço – o surgimento da imprensa de humor no Brasil. *Comunicação & Política*, vol. 5, n. 7, jan-abril de 1998, p. 169-196.

LYRA, Maria de Lourdes Viana Lyra. *Utopia do poderoso império: Portugal Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

_____. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

_____. Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. *Revista Brasileira de História*, 1998, vol.18, no. 36

_____. *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp-Moderna, 1997.

MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia 1798: os panfletos revolucionários: proposta de uma nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp/Nova Stela: Brasília: CNPq, 1990, p. 341-356.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: *Almanack Brasiliense. Revista eletrônica*, IEB-USP, Nº 01, Maio de 2005, pp. 8-26.

_____. & GONÇALVES, Maria de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, Piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-207.

_____. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fabricação da nação*. São Paulo: Mais! Folha de São Paulo, 17 de setembro de 2000.

_____. *Frei Caneca ou a outra Independência. Frei Joaquim do Amor Divino*. São Paulo: Editora 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil).

_____. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MONASTERIO, José Ortiz. La formación de la literatura nacional y la integración del Estado mexicano. In: DE LA TORRE, Laura Beatriz Suárez. *Empresa y cultura en tinta y papel (1800-1860)*. México: Instituto Mora, 2001, p. 431-444.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MORA, Arturo Soberón. Las armas de la Ilustración. In: DE LA TORRE, Laura Beatriz Suárez. *Empresa y cultura en tinta y papel (1800-1860)*. México: Instituto Mora, 2001, p. 431-444.

MORAES, Eduardo Jardim de e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

MORAES, Rubens de Moraes. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, s.d,

MORAIS, Chritianni Cardoso et. alli. *Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX*. Disponível em: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br. Acesso em: 15/05/2008.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006 (Dissertação, Mestrado em História).

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

_____. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 39-58.

_____. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *O período das Regências (1831 – 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

_____ & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000, A experiência brasileira*. São Paulo, Editora SENAC, 2000, v. 1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. *Anais do X Encontro Reginal da ANPUH/MG*, 1996, p. 83-91.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O império luso-brasileiro redefinido: o debate político da Independência (1820-1822). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 387, 1996.

_____. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 9-32.

_____. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Editora Revan, 2003.

_____. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2005, p. 399-411.

_____ & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Guilherme Pereira das. As máximas do marquês: moral e política na trajetória de Mariano José da Fonseca. Comunicação apresentada no *1º Colóquio Internacional Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português*. Niterói, 2005. Acessar: www.historia.uff.br/artigos/neves_maximas.pdf.

NORA, Pierre. Nação. In: FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 803-813.

NOVAIS, Fernando (Coord.), SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador* (A formação do país e a construção da identidade nacional). Campinas, SP: Pontes, 1993.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata* (1808 - 1828). São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do antigo Regime luso-americano. In: *Almanack Brasiliense. Revista eletrônica*, IEB-USP, Nº 03, Maio de 2006, pp. 69-80.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, Silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1933.

QUINTAS, Amaro. Agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo 2, Vol. 1, p. 207-227.

RANCIÈRE, Jacques. Políticas da escrita. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. O começo da política. In: *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 71-172.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Ribeiro. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822): com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. Fac-similar. São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a conjuração mineira*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 5v.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9 ed. Brasília: Unb: 1997, vol. I, p. 795-799.

ROUSSELLIER, Nicolas. La culture politique libérale. In: BERSTEIN, Serge (org.) *Les cultures politiques em France*. Paris: Éditions Du Seuil. 1988.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí, FAPESP, 2003. pp. 365-388.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9 ed. Brasília: Unb: 1997, vol. I.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal no Brasil: proposta de reflexão e pesquisa. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção história e pensamento).

SCHWARTZ, Stuart B. Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500 – 2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, v. 1.

_____. A formação de uma identidade colonial no Brasil. In: *Da América Portuguesa ao Brasil*. Lisboa: DIFEL, s.d.

_____. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 3, 1973, pp. 151-171*.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala; idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821 – 1825)* Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Identidades políticas e emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 515-555.

_____. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Filipe Carreira. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. In: *Sociologia, problemas e práticas*, nº 35, 2001, pp. 117-138.
Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n35/n35a05.pdf> Acessado: 21/01/2008.

SILVA, Luiz Geraldo. Pernambuco, sois portugueses! Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824. In: *Almanack Brasiliense. Revista eletrônica*, IEB-USP, Nº 01, Maio de 2005. pp. 67-79.

SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Tese de doutoramento em História).

_____. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional*, vol. 10, p. 53-94, 2006.

SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autentica, 2001. (Prefácio de Lilia Moritz Schwarcz).

SISSON, S.A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal. 2 vol.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLEMIAN, Andréa. “*Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)*”. In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p. 829-845.

_____. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. & PIMENTA, João Paulo. *O nascimento político do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. 7 volumes. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972. (Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil).

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798: a conspiração dos alfaiates*. São Paulo: Pioneira, 1975.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada* (Teoria política do Império). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A. Vol. 3. s.d.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, Anno III, vol. 2.

_____. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 4 volumes. 1998.

VEJO, Tomás Pérez. La invención de una nación. In: DE LA TORRE, Laura Beatriz Suárez. *Empresa y cultura en tinta y papel (1800-1860)*. México: Instituto Mora, 2001, p. 395-408.

VELASCO, Ivan de Andrade. As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Lauriano. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006.

_____. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19*. São Paulo: EDUSC, 2004.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias na Revolução Liberal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1945.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio. 4ª edição, 1956. (1ª edição 1923)

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos)

_____. Liberdades imaginárias. In: NOVAIS, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 319-341.

_____. Pernambuco, 1817, “Encruzilhada de Desencontros” do Império Luso-Brasileiro: notas sobre as idéias de pátria, país e nação. *Revista da USP*. São Paulo (58): 58-91, jun./ago. 2003.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. O *Encoberto* da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais. *Revista Fênix*. Vol. 4, Ano IV, out/dez. 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br/vol13Villalta.php. Acesso: 04/07/2008.

_____. Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos & BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

WHITE, Hayden V. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

ANEXO

APM – PP 1/54 – caixa 03 – documento 08
Lista

Dos impressos que apresentarão na Typografia Nacional da Província de Minas Gerais desde o anno de 1822 até o anno de 1824, com declaração dos que pertencerão ao Governo ou ao Estabelecimento, do papel despendido e da estimativa dos feitos em que o inclui a importância do papel.

	Impressos	Exemplares			Papel/ folhas	Impressão	Dispostos	Restão	Preço-reis	Rendimento			
		Governo	Typo- grafia							Governo	Tipografia pelo valor dado	Existente	Total quando se venderam todos os impresso
	1822												
1.	Declaração do Governo Provincial	100	200		150	1	176	124	10	1000	760	1240	3\$000
2.	Carta Régia de 12 de janeiro	100	200		150	1	208	92	10	1000	1080	920	3\$000
3.	Resposta do Governo	100	200		150	1	203	97	10	1000	1030	970	3\$000
4.	Poderes do governo a seu Vice Presidente	100	100		100	1	130	70	20	1000	600	1400	3\$000
5.	Officio do governo de S. Paulo	100	100		100	2	147	53	20	2000	940	1060	4\$000
6.	Resposta	100	100		100	1	139	61	10	1000	390	610	2\$000
7.	Officio sobre deputados	100	100		100	1	153	47	20	1000	1060	940	3\$000
8.	Atribuição do Governo	100	100		100	2	141	59	20	2000	820	1180	4\$000
9.	2º officio do Gov. São Paulo	100	100		100	2	142	58	40	2000	1680	2320	6\$000
10.	Resposta	100	100		100	2	139	61	40	2000	1560	2440	6\$000
11.	Carta Régia de 12 de março	100	150		125	1	156	94	10	1000	560	940	2\$500

12.	Edital de 9 de abril	100	200	150	1	227	73	10	1000	1270	730	3\$000
13.	Falla de sua Alteza Real ao Mineiros	300	500	400	1	743	57	10	2000	4430	570	7\$000
14.	Despedida	200	600	400	1	758	42	10	1500	5580	420	7\$500
15.	Ditas Unidas	-	1000	500	2	477	523	20	-	9540	10460	20\$000
16.	(...) decididos por S.A. Real	200	800	1500	5	374	626	120	8000	20880	75120	104\$000
17.	Decreto e instruções para eleições		500	1500	8	125	375	160	-	20000	60000	80\$000
18.	Eleição do 2º governo provisório	400		400	3	-	-	-	4500	-	-	4\$500
19.	Formulário de estatística para destritos	700		350	1	-	-	-	4000	-	-	4\$000
20.	Ditos para engenhos e fábricas	700		350	1	-	-	-	4000	-	-	4\$000
21.	Mapa da população (particular)		300		2				3000			3\$000
22.	Decreto de explicação p/ instruções de eleições		200	100	1	106	94	10	-	1060	940	2\$000
23.	Edital sobre	100		50	1	90	10		1000			1\$000
24.	Proclamação para socorro à Bahia	200	-	100	1	169	31	-	1500	-	-	1\$500
25.	Anuncio da Festa de Aclamação do S. M. Imperador	200		100	2	160	40	-	2500	-	-	2\$500
26.	Drama para Theatro e ... Mineiro	100	-	-	6	-	-	-	3000	-	-	3\$000
	1823											
27.	Decreto c/ instruções para subscrição Marinha	100		100	3	72	27	-	3000	-	-	3\$000
28.	1ª relação de ofertas d Sabará e Bahia	100	100	600	10	186	14	160	10000	16000		26\$000
29.	Edital sobre cadeira de G. Lat. Desra Cidade	100		50	1	46	54	-	1000	-		1\$000
30.	Aviso, ou despacho sobre	100	400	250	1	102	398	10	1000	20	3980	5\$000

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)